

PERIFERIAS EM DEBATE:

estratégias de reprodução social,
conflitos e ação coletiva.

Renato Fontes | Thiago Canettieri
(Organizadores)

COSMO^o
POLIS

PERIFERIAS EM DEBATE:

estratégias de reprodução social,
conflitos e ação coletiva.

Renato Fontes
Thiago Canettieri
(Organizadores)

Apoio



COSMO^o
POLIS

Periferias em debate:
estratégias de reprodução social, conflitos e ação coletiva

Organização

Renato Fontes, Thiago Canettieri

Preparação de originais

Renato Fontes, Thiago Canettieri

Projeto gráfico e diagramação

Pedro H. Fonseca

Fotografia

Thiago Canettieri

Dados internacionais de catalogação na publicação.

P441 Periferias em debate : estratégias de reprodução social, conflitos e ação coletiva / Renato Fontes, Thiago Canettieri, organizadores. – Belo Horizonte : Cosmópolis, 2026.

1 recurso online.

ISBN: 978-65-83562-03-6

1. Periferias. 2. Disparidades regionais. 3. Controle social. 4. Estrutura social. 5. Ação social. 6. Urbanização - Brasil. I. Fontes, Renato. II. Canettieri, Thiago. III. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. IV. Título.

CDD 307.76

Ficha catalográfica elaborada por **Marco Antônio Lorena Queiroz – CRB 6/2155**



Este livro foi preparado em maio de 2026 utilizando as famílias tipográficas **Aleo, Sequel Sans e Coluna.**

SUMÁRIO

- 2** **Apresentação**
Thiago Canettieri e Renato Fontes
- 4** **Novos e velhos atores: ocupações, reconfigurações e modulações nos espaços e nas tramas sociais das periferias**
Cibele Saliba Rizek e Ana Luiza Vieira Gonçalves
- 25** **Da ponte pra cá, o mar ficou mais fundo: ensaio sobre a fabricação da identidade periférica**
Gabriel da Cruz
- 40** **Em busca da sociedade sem classes: fronteiras simbólicas e espaciais do empreendedorismo na periferia de São Paulo**
Henrique Costa
- 60** **Quando a casa deixa de ser só moradia: microempreendedorismo como reprodução social crítica em uma periferia metropolitana de Belo Horizonte**
Thiago Canettieri e Larissa Muniz Rovadoschi
- 80** **Mudanças climáticas como fronteira de mercado: energia solar, negócios de impacto social e ilegalismos**
Gustavo Prieto
- 105** **Ilegalismos, domínio armado dos territórios e associativismo: reflexões na perspectiva de uma agenda de pesquisa**
Orlando Santos Júnior, Taísa Amendola Sanches, Utanaan Reis Barbosa Filho, Bruno Frazão e Clara Polycarpo
- 127** **O associativismo periférico dentro e fora das instituições: uma análise a partir do Mapeamento de Movimentos Sociais e Coletivos das Periferias Brasileiras**
Victoria Lustosa Braga
- 145** **Periferias, espaço e tempo: experiência cotidiana e produção do espaço político**
Renato Fontes
- 164** **Sobre os autores**

APRESENTAÇÃO

Os dados do último Censo Demográfico do IBGE, de 2022, evidenciam a persistência e a expansão das periferias urbanas nas cidades brasileiras. O levantamento identificou mais de 12 mil “favelas e comunidades urbanas”, distribuídas em todas as regiões do país, onde vivem cerca de 16,3 milhões de pessoas, aproximadamente 8,1% da população do país. Esses territórios se manifestam em diferentes formas e nomenclaturas: ocupações, comunidades, favelas, quebradas, baixadas, palafitas, mocambos, etc. Isto é, em que pese resultarem de determinações comuns, são espaços heterogêneos, em constante transformação: de cômodo a cômodo, de rua a rua, de chegadas e saídas, de maior ou menor presença de políticas estatais, de configurações societárias. Lá coexistem e se inscrevem no tempo e no espaço: trajetórias, possibilidades de mobilidade social, estratégias de reprodução social, riscos e vulnerabilidades e regimes de regulação distintos. Ou seja, os territórios periféricos são espaços de grande complexidade.

Ao lado de problemas historicamente acumulados, como a precariedade da infraestrutura urbana e o acesso desigual a serviços, o desemprego persistente e o baixo assalariamento, entre outros, novas determinações e situações vêm reconfigurando esses espaços. A título de exemplo, as transformações no mundo do trabalho, marcadas pela precarização, pela informalidade e pelo avanço do capitalismo de plataforma; a expansão das igrejas neopentecostais; forças políticas conservadoras e progressistas; a coexistência de diferentes regimes normativos, como o mundo do crime, etc. Tudo isso tem reordenado práticas cotidianas, redes de sociabilidade e formas de organização.

Esses fenômenos não estão unicamente situados nas periferias, longe disso, estão intrinsecamente conectados com o desenvolvimento capitalista em sua escala planetária. O capital, ao longo da história, manifesta-se com distintas feições, mesmo que dissimuladas, para superar barreiras geográficas e ideológicas à sua expansão. Nesse sentido, as periferias estão sendo continuamente reconfiguradas, reterritorializadas e reescaladas, a ponto de não caber mais a “velha” definição que as reduz a uma localização geográfica ou a um déficit de infraestrutura e de serviços. Ao contrário, as periferias resultam de (e produzem) um conjunto de processos inter-relacionados que operam com temporalidades, espacialidades e formas de agência específicas, articulam-se transversalmente às lógicas estatais e de mercado e engendram modos próprios de produção da política¹.

Nesse contexto, o Colóquio *Periferias em Debate*, que dá origem a esta coletânea, surge da necessidade de constituir um espaço de interlocução capaz de articular diferentes campos de

¹ CALDEIRA, Teresa P. R. Urbanização periférica: autoconstrução, lógicas transversais e política em cidades do sul global. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 26, n. 1, 2024.

pesquisa em torno das múltiplas expressões e fenômenos das periferias contemporâneas. Mais do que reunir estudos sobre um objeto comum, trata-se de promover um debate que reconheça a complexidade desses territórios e favoreça o diálogo entre abordagens teóricas e empíricas diversas. A partir de diferentes focos de discussão, espera-se debater as relações cotidianas que se desenrolam nos territórios periféricos sob uma perspectiva crítica. Deste modo, o Colóquio criou uma oportunidade de encontro para que se pudesse colocar a periferia no centro das discussões.

Os textos aqui reunidos, uma amostra das duas primeiras edições do Colóquio², a primeira realizada em 2024 e a segunda em 2025, refletem essa aposta na pluralidade analítica. As pesquisas e reflexões apresentadas nos capítulos deste livro apontam para novas situações e novos problemas pensados a partir da periferia. A coletânea não busca oferecer uma interpretação unívoca, mas tensionar perspectivas, aproximar e explorar diferentes entradas para a compreensão das dinâmicas periféricas. Ao mobilizar temas como ilegalismos, dinâmicas econômicas, formas de organização coletiva, gênero, raça, cultura e reprodução social, os capítulos, aqui presentes, evidenciam como as periferias se configuram como arenas densas de conflito, mediação e produção de sentidos, nas quais se entrecruzam práticas, instituições e experiências.

Esperamos que os textos desta coletânea possam contribuir para pensar as periferias a partir das diferentes pesquisas aqui apresentadas. Esperamos também que a leitura provoque novos questionamentos e fortaleça esse campo de estudos, contribuindo para uma perspectiva crítica sobre nossas cidades.

Renato Fontes
Thiago Canettieri

² Todas palestras foram transmitidas ao vivo e podem ser assistidas no seguinte link:
<https://www.youtube.com/@GrupoCriticar/streams>

NOVOS E VELHOS ATORES:

OCUPAÇÕES, RECONFIGURAÇÕES
E MODULAÇÕES NOS ESPAÇOS E NAS
TRAMAS SOCIAIS DAS PERIFERIAS

VENDE SE
BOLO NO POTE



Cibele Saliba Rizek
Ana Luiza Vieira Gonçalves

Introdução

O presente texto¹ busca estabelecer um percurso reflexivo que partiu da presença e/ou reconfiguração de novos e velhos atores que entram e saem de cena a partir das conformações políticas, sociais, econômicas e espaciais das chamadas ocupações - de terras e edifícios - em duas regiões metropolitanas: a de São Paulo e a de Campinas. As reflexões aqui propostas partem de um conjunto de incursões etnográficas realizadas nas ocupações de edifícios localizados na região central de Campinas e na ocupação Luiz Gonzaga (nome fictício), na Zona Sul da cidade de São Paulo, originadas de pesquisas vinculadas à elaboração de trabalhos de doutorado e mestrado em arquitetura e urbanismo e planejamento e gestão do território, respectivamente.

As ocupações de dois edifícios em Campinas foram acompanhadas² durante a pandemia de Covid-19, entre 2020 e 2023. O acesso a esses territórios foi viabilizado por meio de assistência e assessoria técnica em habitação de interesse social (ATHIS), de forma voluntária. Este envolvimento originou-se da participação em um curso de extensão remoto intitulado “Estudos e Práticas para Assessoria e Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social” (EPAATHIS), realizado em parceria entre o Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo (CAU/SP) e uma associação dedicada à cultura e moradia de jovens periféricos da capital paulista. Tais iniciativas estavam alinhadas com a Lei Federal 11.888/2008, que dispõe sobre a assistência técnica pública e gratuita para famílias de baixa renda. O principal objetivo da formação consistiu em disseminar práticas de assessoria técnica em habitação para profissionais, especialmente das ciências sociais aplicadas, como arquitetura e urbanismo e engenharia civil, atuantes no interior do estado de São Paulo.

Essas ocupações verticais situavam-se na região central da cidade. Destacavam-se a persistência e durabilidade das ocupações desde meados de 2016, apesar das gestões municipais mais recentes promoverem ações voltadas à remoção de “invasões”/ocupações em edifícios ou em terrenos, independente de pertencerem ao âmbito privado ou público. Outro aspecto particular residia na titularidade dessas duas edificações, que eram propriedades privadas – situação atípica para movimentos de ocupações urbanas na região, que geralmente priorizam edifícios ou terrenos públicos. Além disso, estas ocupações eram inicialmente lideradas por um grupo de mulheres, que compartilhavam uma rede de apoio vinculada à União Brasileira de Mulheres (UBM) e suas afiliações, como a Federação das Associações Comunitárias do Estado de São Paulo (FACESP) e a Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM), entre outras entidades.

¹As questões aqui presentes foram inicialmente elaboradas ao longo de um Simpósio Especial - “A noção de periferia e algumas questões transversais: Estado, territórios, cuidados, fluxos e violências”, realizado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada em Junho de 2024 em Belo Horizonte. A sessão tinha como objetivo retomar e rediscutir a noção de periferia, entendendo que a categoria sofreu transformações de interpretação, apropriação e de seus sentidos por uma série de transformações no campo das ciências sociais mas, especialmente nos territórios ditos periféricos. É nesse sentido que o presente capítulo, mais do que discutir a periferia enquanto categoria, busca refletir sobre as transformações das quais elas são não apenas palco, mas também ator.

²A pesquisa resultante dessas incursões foi realizada por Camilla Sumi em sua pesquisa de doutorado, orientada por Cibele S. Rizek. Para mais informações ver: SUMI (2024).

A união desse grupo de mulheres ocorreu após sua saída de outras ocupações na periferia da cidade, as quais sofreram uma ruptura desencadeada pela chegada e inserção do narcotráfico no seu interior. Este momento catalisou a união destas mulheres em prol das ocupações na área central de Campinas. Segundo o relato de uma das interlocutoras, ter conquistado essa região da cidade parecia reviver um sonho adormecido na juventude, assemelhando-se à liberdade experimentada em sua separação matrimonial. Por isso, ela entrelaçou suas aspirações pessoais e necessidades para, naquele momento, entrar mais uma vez em trânsito entre uma moradia e outra, um território e outro³.

A primeira entrada nessas ocupações ocorreu em dezembro de 2016. O edifício ocupado era o antigo hotel “São Severo Plaza” (1984)⁴, localizado no “centro antigo”, próximo a importantes avenidas, à Estação Cultura (Fepasa) e ao acesso à Vila Industrial. O edifício estava abandonado há mais de vinte anos e a ocupação foi realizada por um grupo de mais de cento e cinquenta pessoas, denominado “Comunidade de Famílias Por Moradia”.

Esse momento marcou o amadurecimento do coletivo e sua organização enquanto movimento social. O grupo desenvolveu um repertório que, mesmo na heterogeneidade do coletivo, baseava-se em experiências passadas, especialmente de ocupações de terra, ao mesmo tempo em que se transformava continuamente. O documento “Manifesto à População”, entregue ao poder público, evidenciou a adoção de uma linguagem compartilhada entre movimentos sociais por moradia, abordando questões como o direito à cidade, o paradoxo entre imóveis subutilizados ou abandonados em contraste com o déficit habitacional e a busca de elucidação das razões e motivos dos conflitos em torno das necessidades de habitação.

Devido às restrições do espaço físico, parte do grupo se dividiu e ocupou outro edifício em junho de 2017, um empreendimento inacabado localizado no “centro expandido”, em um dos bairros mais valorizados da cidade, também próximo a eixos de circulação e à Lagoa do Taquaral. Ao longo do tempo de consolidação da ocupação, os moradores gradualmente reformaram os apartamentos e passaram a viver de modo mais individualizado em suas unidades.

Durante a maior parte da pesquisa, os processos de reintegração de posse permaneceram suspensos devido à Lei Federal 14.216/2021, que interrompeu os despejos durante a pandemia. Quando reativados, observou-se o desmanche de atores e a despolitização das ocupações enquanto territórios de “luta por moradia” no centro. Novos e antigos atores negociaram e desenvolveram estratégias de defesa diferentes daquelas vinculadas ao repertório inicial e a transitoriedade espacial dos ocupantes exacerbou as desigualdades entre os moradores, levando os mais vulneráveis a deixarem esses territórios.

³ Cabe lembrar aqui a noção de refugiados urbanos (Telles, 2017) e/ou de transitoriedade permanente mobilizada sobretudo por Rolnik (2015).

⁴ Nome fictício.

À medida que as ocupações progrediam e as edificações eram melhoradas, houve uma mudança no perfil dos moradores. Ocorria uma transição gradual entre os envolvidos nas ações iniciais e novos ocupantes, muitos dos quais ingressaram por meio de transações informais de compra e venda, caracterizados por comportamentos mais conservadores, idealizando constituir nesses espaços uma lógica de condomínio. Essas novas práticas levaram à instituição de uma dinâmica de vida condominial, transformando não apenas a estrutura física, mas também a composição social e cultural dos espaços internos.

Nesse processo, a figura de um “Zelador” emergia como momento e indício de despolitização da “luta por moradia”. Sua presença representava uma masculinidade baseada no mérito individual, evidenciada pela busca em transformar a ocupação em condomínio, explicitando o desejo de obtenção e garantia da propriedade privada de cada unidade além da eclosão e operação de um conjunto de distinções entre indivíduos “trabalhadores”, “problemáticos” e “extravagantes”. Esse fenômeno refletia um dilema mais amplo e enraizado no que se pode reconhecer como um “ethos” neoliberal, lado a lado com valores morais conservadores presentes nas relações sociais e nos arranjos daqueles territórios.

Apesar da conjuntura ter sido possivelmente acentuada pela pandemia de Covid-19, as vidas dos moradores transcendiam essa experiência. Por meio de um conjunto de incursões etnográficas nos eventos cotidianos e “ordinários”, conforme destacado por Veena Das (2010), também foi possível discernir camadas adicionais inerentes à “luta por moradia”, especialmente por meio das histórias narradas por algumas interlocutoras.

A complexidade dessas duas ocupações acabou por construir visibilidade e legibilidade para um conjunto de modulações sócio-políticas, permitindo recuperar, de um lado, os processos de acentuada individualização e fragmentação da experiência que resultou de uma ocupação proveniente de um movimento social e, de outro, as dinâmicas de poder que se desenvolveram por meio de um conjunto de reconfigurações que tiveram lugar com a entrada e saída de atores, com o ganho e a perda de moradores, com reformas e melhoramentos das unidades de moradia.

A Luiz Gonzaga⁵, por sua vez, é uma ocupação de terra localizada no Grajaú, Zona Sul da cidade de São Paulo. Iniciada em 2013, se constituiu em um terreno de propriedade de uma ONG, cuja sede se encontrava no mesmo local, antes ocupado por uma mata densa, progressivamente aberta para dar lugar às moradias. O processo não foi organizado diretamente por nenhum movimento social, de acordo com os relatos obtidos em campo. Essa ONG/proprietária obteve parte significativa de seus recursos por meio de financiamento da prefeitura de São Paulo para a realização de ações educativas e de acolhimento de mães e crianças da região. Seu público-alvo se formou a partir dos moradores da própria favela que foi objeto de um conjunto de tentativas de remoção por meio de reintegração de posse do terreno. Assim, constituía-se como objeto das práticas educativas o mesmo público que se desejava permanentemente remover.

⁵ Nome fictício.

Depois das ameaças de remoção e de disputas internas entre as lideranças, os moradores conseguiram se aproximar de um dos movimentos sociais de moradia mais importantes de São Paulo, que se não esteve presente na entrada no território, acabou por apoiar esse tipo de iniciativa a partir de articulações políticas principalmente externas à favela que se constituiu no local.

Como forma de resistir à entrada de uma empresa privada de regularização fundiária, os moradores começaram o contato com uma assessoria técnica que desenvolveu um plano de autourbanização para o bairro que, a espelho de uma outra favela também na Zona Sul da cidade de São Paulo, vinha sendo realizado desde 2020. Um conjunto de elementos articulados acabaria por construir as condições para que a auto urbanização se colocasse não só como horizonte, mas como prática almejada por essas favelas/ocupações que nem sempre nasceram de movimentos sociais de moradia organizados mas seriam acompanhadas, ainda que com uma certa distância, por suas lideranças com graus variáveis de organicidade em relação ao corpo de moradores e suas relações entre si e com o coletivo. Esses elementos – auto urbanização, relações singulares com os movimentos organizados, proximidade espacial com a ONG proprietária, e sua articulação são o resultado de uma conformação instituída: pela mudança da legislação de regularização fundiária - que passou a desvincular as etapas do processo permitindo que ele seja feito por empresas privadas; pelo desmonte do PMCMV durante os anos do Governo Bolsonaro - que consequentemente representou uma desvinculação entre políticas de regularização fundiária e de provisão habitacional; e pelas mudanças inerentes às dinâmicas dos movimentos sociais de luta por moradia assim como à forma de financiamento das assessorias técnicas⁶.

Com isso, além de aprofundar formas de precariedade às quais os moradores desses territórios estão sujeitos, abria-se espaço para que uma série de novos e velhos atores passassem a protagonizar propostas e eventos - parlamentares, membros de grupos do crime organizado, lideranças de movimentos sociais, ONGs, universidades nacionais e internacionais, igrejas de diferentes filiações. Esses atores acabaram por se constituir num campo de poder e de tensões que se articula por imbricações e embaralhamentos - em maior ou menor grau - em prol de um processo de auto urbanização que, a partir de uma narrativa ancorada no ideal de autonomia e em seus deslizamentos, num ideal ancorado na insígnia “nós por nós”, acabava por reconstruir a dinâmica que Oliveira teria identificado nos mutirões autogeridos: o conjunto de contradições que constitui esse emaranhado de atores e práticas, em busca de algumas soluções, apenas muda de lugar essas mesmas contradições que estiveram presentes como elementos estruturantes da dinâmica da produção da moradia periférica. Conformam-se assim práticas e iniciativas que, diante da urgência e das necessidades imediatas de moradia, podem terminar por despolitizar e

⁶ É necessário apontar que essa afirmação que vincula mudanças no âmbito dos movimentos com transformações na forma de financiamento das assessorias como elementos que favorecem a perspectiva de auto urbanização vem sendo desenvolvida na pesquisa de doutorado de Ana Luiza Vieira Gonçalves (processo FAPESP 24/02319-9).

rebaixar ainda mais as supostas soluções encontradas nesse horizonte⁷. Nesse rebaixamento e despolitização Oliveira apontava uma espécie de dialética negativa que, na prática, contribuía para a produção e para uma certa “normalização” dos espaços da pobreza periférica.

Assim, a partir das novas frentes de atuação, além da autoconstrução, tornava-se necessário autoconstruir a rua, o centro comunitário, a rede de água e esgoto - cujo funcionamento estaria condicionado às ligações às infraestruturas urbanas mediante propina -, auto remover os barracos que estariam no lugar onde uma rua deveria ser aberta, sem que se disputasse recursos provenientes de fundos públicos, na mesma lógica supostamente autônoma da construção de territórios aparente e supostamente emancipadores. Todos esses elementos emaranhados ainda se encontravam permanentemente alimentados pelas dinâmicas do endividamento - financeiro e/ou político, conformando modos de governo pela dívida ou pela atualização de clientela de novo tipo. A esses mesmos elementos se somava ainda uma promessa de titulação que poderia ou não se realizar. Quando e se essa regularização fosse concluída, seria cancelada por um programa público de regularização fundiária que propõe que as coisas sejam feitas exatamente nos moldes em que já teriam sido realizadas.

Do cruzamento dessas duas experiências empíricas, ambas de caráter etnográfico, mas em contextos - urbanos, políticos e geográficos - bastante distintos é que surgem algumas das questões aqui propostas, que nos indicam aproximações possíveis no quadro de atores - velhos e novos - que compõem as cenas das ocupações urbanas das metrópoles paulistas.

Um primeiro ponto de partida

Tomamos como pressuposto inicial um quadro de novos personagens que emergiam de lutas que extrapolavam os parâmetros dos embates de classe (Paoli, Sader, Telles, 1983) - ou seja, um contexto constituído pelos movimentos sociais que se organizavam territorialmente inclusive nas periferias das metrópoles e cidades brasileiras - e que entravam em cena (Sader, 1989), conformando o que alguns dos intérpretes da transição democrática nomearam como a era das invenções (Oliveira, 2003). Essas promessas de politização e dos horizontes de emancipação colocados nos longínquos anos 1980, parecem apontar um sentido bastante diverso diante do cenário das tramas societárias, sócio econômicas e políticas da segunda década do século XXI.

A constatação, a partir da pesquisa de campo e das incursões etnográficas é a de um conjunto de deslizamentos e de sentidos que as ocupações por moradia de terrenos ou

⁷A citação a seguir, de certo modo, dá o tom do argumento de Oliveira: “A enorme expansão das cidades e das periferias prova que algo do processo de acumulação [...] já é, sobretudo, um processo de reprodução do próprio capital. Mas em alguma medida ele continua a fundar-se nesse pé, como se [...] sobreproduto dos trabalhadores urbanos, de forma a baratear [...] a cidade. Isso quando não barateia diretamente o custo de reprodução da força de trabalho, o que ele também faz e continua a fazer. Nós sabemos a consequência desse barateamento. A consequência é que isso não é mais uma cidade. É um acampamento. Essa forma de barateamento resultou nas nossas periferias [...] (que) inviabilizam a própria vida das pessoas. Em certa medida, portanto, esse processo continua a sustentar-se na autoconstrução” (Oliveira, 2006, p. 69).

edificações ganharam com suas práticas e horizontes de ação contemporâneos. Esses sentidos vêm crescentemente se anunciando como cada vez mais distantes daqueles horizontes das lutas de classe tal como foram compreendidas por uma literatura sobre a frágil transição democrática brasileira, aproximando-se de uma forte reconfiguração das tramas sócio políticas que apontam para a formação de ativismos – urbanos, profissionais, movimentistas – mas também de práticas e matrizes muito distantes das formas de subjetivação política que fizeram desses movimentos novos personagens que entravam e alteravam a cena pública no âmbito das cidades e de suas periferias inaugurando em alguns casos, inventando em outros, uma gramática dos direitos e da luta por direitos.

A partir de achados empíricos de pesquisas recentes compreendidas entre o período de 2020 a 2024 (a respeito da ocupação de terra Luiz Gonzaga na periferia sul de São Paulo e de edifícios na região central de Campinas), um conjunto de elementos transversais parecem apontar reconfigurações nas constelações de atores, na conformação de sentidos e nos modos de subjetivação política. Essas reconfigurações perpassam momentos e práticas dos movimentos de moradia no que se refere às ocupações tanto em edifícios no centro de regiões metropolitanas como Campinas e São Paulo, quanto de terrenos e glebas periféricas.

Esses elementos que identificamos como novas práticas e novos modos de subjetivação, colados ao encolhimento de alternativas diante da urgência da sobrevivência em condições de privação acentuada sobretudo durante a pandemia, conferem uma face distante do que a literatura sobre movimentos sociais chamou de gramática dos direitos. Esses processos apontariam para um realinhando de dimensões e atores que acabam por constituir de modo insidioso múltiplos mercados: de atividades profissionais, de práticas e mercadorias ilegais, de um universo de práticas religiosas concorrentes, de práticas extensionistas nos cursos universitários, entre outros elementos e conformações. As ocupações passaram então a se reconfigurar elas também como nichos importantes de constituição de acomodações - entre movimentos de moradia diferentes entre si, a partir de deslizamentos que buscam legitimar ocupações que questionam as formas de propriedade a partir de sua função social; de locais onde se ancoram os estratos de menor renda e poder aquisitivo do “mundo do crime”; de assessorias técnicas vinculadas ou não a editais que financiam projetos, mas não obras; de práticas provenientes de atividades de extensão universitária combinadas frequentemente aos coletivos de assessorias técnicas e escritórios piloto conformados ou não como empresas juniores; de empresas que transformaram os processos de regularização fundiária em negócios lucrativos associados a um agravamento do endividamento das famílias de baixa renda; de ONGs assistencialistas que constroem barracos de madeira, estrutura de iluminação “pública” com garrafas PET ou promovem hortas comunitárias em pedaços residuais de favelas como dispositivos de combate à fome; de empresas que objetivam promover regularização fundiária a partir das novas possibilidades abertas pela legislação aprovada em 2017; de empresas de energia elétrica e seus técnicos, etc.

Os procedimentos de pesquisa que estruturam nossas questões nasceram de um conjunto de incursões etnográficas nessas ocupações, que frequentemente se mesclaram a formas de observação participante, sobretudo de Assessorias Técnicas aos movimentos de moradia, concretizadas ou não a partir de editais e formas de financiamento do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), de ONGs internacionais que fomentam projetos pontuais de moradia no Sul Global ou de “empresas sociais” locais interessadas na urbanização de determinadas localidades. Dessa perspectiva cabe salientar que essas associações profissionais também remetem à participação de agências públicas, de órgãos responsáveis por infraestrutura – na sua presença ou ausência – assim como de outras associações, organizações (ONGs), grupos e coletivos que se organizaram a partir da chamada “curricularização” da extensão universitária ligados a universidades públicas e privadas, nacionais e internacionais, que poderiam ser identificadas como pontas de lança do que se pôde reconhecer como “protagonistas da sociedade civil”. Esses grupos, organizações, coletivos, por sua vez, acabaram por conformar em jogos e campos de poder e tensões das ocupações e favelas formas de ordenamento e de governo vinculadas crescentemente a um conjunto de mercados, entre os quais um “mercado do bem”, que intervêm e produz mutações em uma trama de sociabilidades em permanente rearranjo.

Por isso, o acompanhamento desses rearranjos, que produziram essas tramas em suas dimensões espaço-temporais, vem permitindo compreender processos, perceber e identificar limites, nexos e sentidos completamente inusitados frente à literatura “clássica” do final dos anos 1980. Muito frequentemente esses limites, nexos e sentidos estiveram ausentes das hipóteses iniciais de um conjunto de pesquisas sobre as formas de moradia e dos territórios populares e suas reconfigurações. Um olhar ancorado no interior dessas ocupações bem como um acompanhamento dos processos de sua construção e consolidação (ou de seu avesso, por meio das remoções e deslocamentos) revela dimensões surpreendentes nas tramas temporais desses casos, assim como elementos transversais que parecem compor mosaicos e labirintos que é preciso decifrar.

A identificação de processos transversais à forma ocupação em suas modulações contemporâneas permite ir além de cada caso singular, possibilitando vislumbrar como cada uma dessas situações, em suas especificidades, faz pulsar práticas, elementos, nexos que parecem apontar para processos que marcam uma cena contemporânea em suas modulações nas relações entre movimentos, agências estatais, instâncias profissionais, centros de formação, mercados ilegais, ONGs, organizações religiosas, os chamados “territórios populares” e as tramas urbanas tomadas como referência e como ancoragem.

Destino das lutas por direitos e suas modulações: desdobramentos e encolhimentos

A partir de uma inserção cada vez mais urgente na discussão sobre o destino das lutas por direitos e suas modulações, conformaram-se um conjunto de perguntas sobre os desdobramentos e ou encolhimentos relativos à sua gramática, construindo questões a respeito dos chamados “territórios populares” centrais e periféricos, a partir dos movimentos de moradia inseridos nos contextos metropolitanos. Buscou-se, então, por meio desses achados e das questões que suscitaram, elucidar tramas societárias, relações políticas, conflitos e agentes, bem como possíveis desmontes das racionalidades e ordenamentos anteriores em seus horizontes de relações e de expectativas que apontavam rearranjos constituídos de forma plural, entrelaçados a constelações de um mesmo conjunto atores e sujeitos presentes em situações diversas, em contextos singulares e específicos. Assim algumas perguntas e inquietações se colocaram, acabando por impor a exigência de explorar o conjunto de dimensões e tensões dos modos da moradia da população pobre a partir ocupações, buscando estabelecer traços transversais, constelações comuns, expedientes que atendem às urgências e aos imperativos da sobrevivência que atravessam precariedades e vulnerabilidades que vão além das formas também instáveis, precárias e vulneráveis de moradia.

Quanto aos resultados de pesquisas voltadas para os casos etnografados (uma favela no sul da Cidade de São Paulo e ocupações de edifícios de propriedade privada desocupados na cidade de Campinas), eles parecem apontar para reconfigurações e mutações das relações sociais e das formas de subjetivação, além de tensionar horizontes que combinam sobrevivência e emergência de mercados, formas de governo e códigos morais constelados mas não necessariamente harmônicos entre si, lideranças políticas e programas de governo, formas de violência simbólica e física. Em seus processos de constituição e reconfiguração, pudemos apontar e problematizar um fazer-se governo e Estado e, ao mesmo tempo, um desmanchar-se de algumas dimensões coletivas e de práticas ancoradas numa gramática e numa luta pelo direito a ter direitos⁸. Assim, a larga predominância de pequenas e grandes mutações detectadas no trabalho etnográfico e ampliadas por um conjunto de novas evidências como se verá a seguir, permite afirmar o que era possível apenas vislumbrar num mar de indistinções anteriores e que, ao fim e ao cabo, acabaria por ganhar contornos cada vez mais nítidos.

O primeiro desses elementos é a onipresença do que se convencionou identificar como “o mundo do crime” e aí cabe lembrar que essa não é uma categoria nativa. A ideia de um “mundo do crime” é constituída por aqueles que habitam fora dele, distantes de uma vida cotidiana perpassada por mercados e práticas ilícitas, informais ou ilegais que constituem de forma cada vez mais presente as dinâmicas societárias das periferias⁹. Em segundo lugar, um mix de práticas

⁸ Ver a esse respeito Feltran (2007).

⁹ Cf Arendt (2000).

e atores que frequentemente combina lideranças das ocupações e movimentos de moradia com os mercados ilegais; nesse cruzamento, em muitos casos, residem a garantia e a longevidade das ocupações, capazes de constituir mercados não apenas imobiliários, mas também mercados de compra e venda de mercadorias políticas (Misse, 2001) em um imbricamento entre a política institucional e formal, práticas extralegais e constituição de mercados de proteção - física e jurídica.

Um terceiro ponto pode ser identificado por um pulso que ora politiza as relações entre direções e bases de cada ocupação, ora as despolitiza, abrindo espaços cada vez mais importantes para a instalação de mercados de todos os tipos. Nesse contexto vale dar destaque ao próprio mercado de regularização fundiária, cujo caminho foi aberto pela mudança de legislação em 2017 (lei federal nº 13.465/2017). Os processos privados de regularização, além de contribuírem para o esvaziamento do caráter público da regularização fundiária - no que podemos, a partir de Oliveira (2000), denominar como desregulamentação -, tem como ponto de partida uma negação da moradia como direito, uma vez que implicam num acordo entre ocupantes e proprietários, no qual os ocupantes pagam pelo terreno, pela construção da casa e, em muitos casos, pela própria urbanização¹⁰.

Oscilações e reconfigurações significativas das lideranças, em quarto lugar, são evidenciadas como presenças que se intensificam e se fluidificam ao sabor de conjunturas nas negociações que permitem a continuidade ou a remoção das ocupações. Por fim, destacamos a emergência e desenvolvimento de relações e programas marcados pela extensão das formas de todos os tipos de empreendedorismo. Essas práticas que se ancoram na presença de um léxico empreendedor e empresarial, frequentemente captura as iniciativas e relações do que se constituiu como economia solidária, passando a operar sob os jargões da inovação, sustentabilidade, inclusão etc, mergulhadas em uma racionalidade que se mescla ao resíduo de conformações anteriores e desliza em direção ao empresariamento de cunho neoliberal à falta de melhor caracterização¹¹.

Ao mesmo tempo, uma camada de lutas por direitos, contra a redução das ocupações à mera sobrevivência, se constitui apesar e sobretudo por causa de linhas de clivagem no interior dessas mesmas situações, clivagens que se intensificam com a possibilidade/impossibilidade de pagamento de reformas, compra de materiais, permanências e deslocamentos assim como a partir dos locais mais ou menos disponibilizados para um conjunto de intervenções voltadas para as melhorias e benfeitorias.

¹⁰ Ver Milano, Petrella, Pulhez (2021); Gonçalves (2022); Rizek, Gonçalves (2020).

¹¹ Ver a esse respeito a noção de neoliberalismo desde baixo, assim como a noção de pragmática vitalista, tal como foram formuladas por Gago (2018).

Para além de apontamentos de pesquisa

A argumentação presente neste texto partiu da produção de pesquisa de campo e coleta de informações sobre os territórios periféricos e moradia popular e da busca de compreensão dos contextos e das temporalidades sociais e políticas nos quais se inserem. Essa produção de conhecimento se ancora tanto na contribuição de pesquisadores como em depoimentos e entrevistas de ativistas. Ambos – pesquisadores e ativistas – produzem saberes que, lado a lado com suas práticas, também fazem cidade. É importante salientar que produção e circulação de categorias tem implicações concretas nessa constelação de atores e nas formas de produção e reprodução do espaço e da vida - favelas que se transformam em ocupações, a saga da autonomia, inclusive a autourbanização e autoconstrução, a generalização da categoria ocupação com ou sem movimentos organizados, a entrada e saída da noção de comunidade substituindo outras formas de nomeação, etc.

Essas categorias - muitas delas constituídas no bojo da academia e/ou de movimentos sociais de luta por moradia e suas trocas – deslizam, se inserem e se transformam em categorias nativas, em modos de nomeação cujos sentidos é preciso problematizar ou pelo menos interrogar mais uma vez. Cada nova nomeação (seja invasão, favela, comunidade, ocupação, condomínio, entre outras), no sentido proposto por Rancière (1996), assim como nos casos estudados, indicavam que era preciso elucidar quem e como se nomeava no quadro de deslizamentos e recomposições de sujeitos políticos, vinculados à promoção de novos arranjos e operações distintas, frequentemente desestabilizando e desmontando as racionalidades estabelecidas anteriormente pelo repertório constituído nos movimentos e lutas por moradia. Havia uma constante busca pela reconfiguração da ordem vigente nesses territórios, representando os “sem-partes” que, ao dominarem aquele espaço, possivelmente reestabeleceriam uma nova ordem com diferentes formas e práticas coletivas, permitindo o surgimento de outras identidades, agentes, negociações, mercados, etc. A homogeneização dessas nomeações - seja sob o guarda chuva da forma ocupação ou de um sujeito periférico tão nebuloso quanto seus campos difusos de atuação - além de uma apropriação de práticas políticas principalmente dos movimentos sociais por toda sorte de dinâmica (dos mercados imobiliários informais às favelas que se constituem de forma espontânea; dos rappers locais às ONGs ligadas a políticos de extrema direita), implicam na detecção de articulações e elementos subjacentes às lógicas plurais de organização, disputa e vida cotidiana desses e nesses territórios. Talvez aqui, com forte atividade transversal e a partir de eclosões mais ou menos visíveis aqui e ali, seja possível detectar processos estruturantes de novos dispositivos, práticas e identidades.

A construção de territorialidades e territorializações e um número expressivo de coletivos profissionais são parte constitutiva desse mix de ativismos (arquitetos, advogados, defensores, assistentes sociais) que vão se mesclando a empresas de diferentes proporções, sejam startups como a Vivenda¹², ONGs que constroem casas de madeira em regime de voluntariado ou

¹² A respeito dessas startups ver especialmente Haddad (2023).

grandes empresas de regularização fundiária privada transformada em negócios. Há uma imersão eminentemente espacial de várias intervenções promovidas por coletivos de ativistas que se mesclam a coletivos profissionais como as assessorias. Isso implica pensar numa relação incontornável dos agentes entre si e deles com o espaço urbano (espaços públicos e equipamentos urbanos) e com as populações que habitam esses espaços no leque de suas novas e velhas denominações.

Como afirmava Telles (2015), a cidade não é um pano de fundo ou local neutro onde se ancoram essas ações, mas um contexto dinâmico com o qual os agentes efetivamente dialogam permanentemente. Esse contexto dinâmico com suas constelações de governos plurais, com suas matrizes também múltiplas de subjetivação política parecem demonstrar uma disputa como momento desse processo ao mesmo tempo instável e situado, mas também multi-escalar e transversal a deslizamentos e reconfigurações. Dessa perspectiva, é preciso lembrar que ativismos e militâncias são registros de diferentes experiências que resultam em processos de subjetivação marcadamente diversos. Há designações e nomeações ligados a práticas e usados pelos atores e agentes desses ativismos (como a expressão “ocupações”) que integram um léxico que conforma práticas e significações, assim como um conjunto de formas e estilos de ativismo e intervenção, correspondentes a repertórios em confronto. Trata-se então de perguntar **se e o que** a consideração desses léxicos e históricos de práticas sob a designação de repertórios e nomeações acabou por mascarar em regimes de verdade que iluminaram a invenção de uma gramática de direitos e seus modos de subjetivação política em detrimento de um outro conjunto de práticas e relações que já se faziam presentes ainda que de modo muito menos visível, muito mais incipiente e velado, na identificação virtuosa dos novos personagens que entravam em cena, no momento das lutas pela democratização brasileira.

Vera Telles (2015) afirmava ainda que os movimentos por moradia constituem “um verdadeiro mosaico de coletivos e associações atuantes em torno das mais diversas questões, com notável predominância da questão da violência policial” (Ibidem, p.19). Sua transitoriedade, as expulsões e até mesmo a permanência e reconfiguração do conjunto de moradores (em função de taxas, propinas, possibilidades e impossibilidades de sobreviver dentro de cada ocupação, do impacto da violência policial e judicial) a conduziram à formulação da ideia de que haveria um “ponto cego” das literaturas que abordam o tema, pois normalmente prevalecem as teorias dos “tipos, modos e repertórios” dos movimentos, que acabam por eclipsar a “natureza dos conflitos” que os impulsionaram. Telles propôs então que, para além de um operador analítico e normativo da cidade, as pesquisas tomem como referência as paisagens heterogêneas do capitalismo contemporâneo, os agenciamentos urbanos a partir dos quais os espaços, seus artefatos, suas redes e tramas de relações são produzidos em lugares concretos da prática urbana. No mesmo texto aponta para a construção do que denomina “novas geografias teóricas” que se alimentariam das questões que se configuram a partir desses modos diferenciados e múltiplos de produção do espaço urbano. Essas novas áreas geográficas e suas conformações teriam então que ser tomadas, ainda conforme Telles, como áreas epistêmicas interrogando formulações e nomeações.

Como tal, essas áreas seriam consideradas a partir de contextos e regimes de visibilidade que evidenciariam questões e articulações apoiadas em contextos situados, questões e articulações em diálogo umas com as outras, elementos e ancoragens a serem interrogadas no jogo de suas transversalidades. Esses elementos que atravessam situações específicas permitiriam então desenhar um jogo de referências que possibilitasse a compreensão de diferentes contextos urbanos cruzando achados que permitam formular questões e problemas postos nos diferentes cenários.

Para além de cada pesquisa e de cada investimento etnográfico – tão necessários em tempos de mutações sócio espaciais e sócio políticas, enfrentamos o risco de montar caleidoscópios de situações e contextos urbanos. Em cada singularidade pulsam de fato questões que vão das dimensões rigorosamente localizadas até dimensões que supõem outros jogos de escala: tráfico de drogas e seus modos de territorialização nos bairros populares; formas de criminalidade e seus nexos com os vários ilegalismos incrustados na vida urbana que atravessam finança, agências e instituições estatais e suas conexões; habitação popular e os conflitos abertos nas regiões de ocupação irregular; novas formas de ativismo social e suas ambivalentes relações com o chamado empreendedorismo popular que atravessa as questões dos vários movimentos e associações redesenhando práticas, programas e formas de intervenção; violência policial e violência de estado; novas práticas e formas de intervenção espacial de empresas de todos os tipos e suas fundações.

Retomando a pergunta de Telles (2015) a respeito dos campos de problematização que se abrem ou podem se abrir em torno de nossas questões de pesquisa - talvez se possa avançar, ainda que de modo titubeante, a partir de uma reflexão acerca da reposição ou instabilização de oposições entre, por exemplo, a produção da cidade-mercado, de um lado (cujos exemplos são abundantes e de proporção cada vez mais assustadora diante de um processo gigantesco de privatização da vida e de seus espaços) e, do outro, as consequências perversas da hegemonia desses mesmos mercados nos modos de produção, gestão e governos desses espaços. Talvez nessa dimensão de escala muito alargada, seja possível pensar que nos escapam elementos e determinantes relativos aos modos pelos quais os processos sócio espaciais se territorializam em contextos contraditórios e conflitivos. Talvez as binaridades e, entre elas as noções de centro e periferia, Estado e mercado - se conformem ao mesmo tempo como grade de apreensão e ponto cego que nos impedem de problematizar o estatuto do conflito que assumem as mais diversas configurações, indicando deslizamentos nem sempre visíveis.

Nesse sentido, é preciso perguntar se, enredados por um lado nas categorias clássicas, entre as quais as linhas de clivagem centro-periferia e, de outro, nas situações que colocavam novos personagens em cena na produção promissora de uma gramática dos direitos, não teríamos constituído um regime de visibilidade no qual parte do que identificamos em um outro contexto de indistinções já não estava de certo modo inscrito nos territórios populares ainda que de forma incipiente. Ou seja, cabe perguntar o que dos processos que se escancararam nos tempos

que correm é de irrupção recente e o que foi mascarado pelas leituras que nasceram das apostas na emergência de sujeitos e de uma gramática de direitos que, ao se desmanchar, desmancharia também a máscara que as ocultava.

Na constituição desse mosaico de situações e contextos (repertórios, ocupações, movimentos, violências policiais e de Estado, periferias, uso e comércio de drogas e suas práticas e representações), a verdade é que a pesquisa acabou por se espriar por territórios localizados em cidades e contextos espaciais diversos, assim como por temas que conformaram campos ou subcampos disciplinares: religiões, crime, movimentos, ativismos, empreendedorismo, por vezes excessivamente colonizada pela produção teórica sobre movimentos sociais da ação coletiva, frequentemente deixando de lado a natureza dos conflitos que impulsionam esses movimentos, além de deixar fora de mira outras tantas manifestações que escapam às formas e formatos codificados e tipificados pela teoria social. Por vezes ainda porque foi deslocada pelo “tema pervasivo do Crime Organizado (e da Violência Urbana, tudo assim, em maiúscula)” como “entidades fantasmáticas que se tornaram clichês explicativos para as turbulências das periferias urbanas” (Telles, 2015).

Transversalidades e ressonâncias

Algumas linhas de força podem ser destacadas entre as situações de campo que suscitaram as inquietações iniciais deste texto. Dentre elas é possível evidenciar lógicas e circuitos de mercado e tendências de uma crescente mercantilização dos espaços e territórios, mas também das formas de vida, modos de ser e habitar, dos princípios norteadores e formas de implementação de ações e programas de Estado, assim como na dinâmica das lideranças dos movimentos sociais especialmente nas ocupações mais importantes e mais visibilizadas, passíveis de serem identificadas como ocupações vitrine tanto dos movimentos de moradia como das assessorias técnicas.

De um outro lado, as formas de controle inscritas na produção de gestão desses espaços, também despontam como elemento importante. Se as lógicas de mercado engendram clivagens, desigualdades, segregações e exclusões, as formas de controle, nos contextos situados em que operam, terminam por se constituir em polos de tensão e fricção, que não poucas vezes se desdobram em modalidades de conflito e enfrentamentos abertos. Aí talvez resida outro elemento a ser identificado como outro “ponto cego”: um estranhamento mútuo entre a linhagem de estudos que têm como objeto o crime, controle e punição e a de estudos que se voltaram para a produção do espaço e da cidade, suas formas de sociabilidade e seus modos de representação, por mais que os temas e questões debatidos se apresentem, crescentemente, nas respectivas pesquisas, ao menos de forma transversal. Assim os estudos a respeito do crime e as questões e inquietações sobre práticas e espaços urbanos talvez possam se alimentar reciprocamente rompendo seus próprios limites territoriais e disciplinares seja no âmbito das geografias seja no âmbito das sociologias e incursões etnográficas, seja no âmbito dos estudos oriundos dos campos de pesquisa vinculados à arquitetura e ao urbanismo.

Ainda de acordo com a literatura especializada (Telles, 2015; Telles, Hirata, 2007; Misse, 2001; Feltran, 2020), ao longo da segunda década do século corrente estaria em curso uma redefinição dos mercados informais, de seus modos de funcionamento e de seus espaços. As fronteiras se redefinem dentro e fora das esferas do Estado e suas prerrogativas de poder e soberania ao definir ou suspender as regras que permitem ou interditam agentes e atividades, reconhecendo e tecendo sua inclusão na ordem legal ou relegando – agentes e suas práticas - aos terrenos da ilegalidade, do crime e da suspeita, do controle e da repressão, inclusive por meio de chacinas. Essas fronteiras são elas também bastante movediças e dependem da construção de discursos, práticas e formas de legitimação ou seu contrário.

É possível observar uma constelação de práticas e dispositivos pelos quais os territórios da pobreza se transformam em objeto de governo dentro e fora da criação de nichos de mercado e de negócios reconhecendo neles fronteiras significativas de expansão e legitimação do que se pôde identificar no quadro de uma cidade crescentemente conformada como negócio¹³. Aí o que talvez seja novo é que não há mais territórios em que essa constelação não tenha se instalado de um modo ou de outro, mesmo que por meio de agenciamentos diversos entre si. Esses processos, antes localizados em pontos estratégicos de circulação de riqueza e de práticas, saíram de seus nichos e, por hipótese, deixaram de se circunscrever a esta ou aquela favela, a este ou aquele território, a esta ou aquela ocupação; são hegemônicos e constituintes das dinâmicas de produção e reprodução do espaço e da vida urbana.

Levantamos ainda a hipótese da produção e gestão dos mercados também como dispositivos de gestão da ordem. Ou seja, como dispositivos pelos quais se tenta transformar as circunstâncias locais (de vida e de trabalho) em recursos de governamentalização de territórios e suas populações (Roy, 2009 apud Telles). São lógicas da produção de ordenamentos que vão necessariamente além das disciplinas, da docilização dos corpos, na produção de espaços governáveis por essas constelações de atores, de espaços de gestão tensa, de instituição de ordenamentos que ganham formas espaciais, de dispositivos de controle da vida e da morte.

Talvez seja hora de reconhecer que as indistincões descritas por Maria Célia Paoli, em texto publicado em 2007 com o sugestivo título “O Mundo do Indistinto” (Paoli, 2007)¹⁴ não são as mesmas identificadas neste capítulo. Não mais filantropia, mas programas de financeirização da pobreza; não mais denúncia das desigualdades, mas afirmação de campos de oportunidades de negócios; não mais sociedade civil e Estado, mas os desdobramentos das formas de repressão, controle, formas securitárias totalmente revestidas da aura de empresas que se desterritorializam para tomar de assalto via “mercado” parte significativa da superfície desse novo social que tem nos territórios da pobreza urbana seus exemplos mais significativos.

¹³ Ver a esse respeito Carlos; Volochko e Alvarez (2015).

¹⁴ O mundo do Indistinto é um dos capítulos de Oliveira e Rizek (2007).

Nesse quadro cabe perguntar o que significa falar de periferias para além da dimensão estritamente locacional. Trata-se de um conjunto de espaços? Um conjunto de relações? A periferia e “o periférico” se conformam como categorias nativas a partir de um conjunto de novas significações que lhes foram atribuídas? Falar em periferias no plural supõe interrogar as lógicas de produção dos espaços urbanos na chave das desigualdades e a partir de jogos de escala. Quais agenciamentos sociais e urbanos, quais práticas e conflitos caracterizam as clivagens urbanas para além das modelagens e categorias que lhes deram legibilidade e/ou para além das categorias êmicas e seus regimes de verdade? Como fugir das essencializações como as que se referem a um *orgulho periférico* cada vez mais oficializado como discurso ou a um suposto *sujeito periférico* – sobretudo quando essa categoria é utilizada no singular. A partir dessas considerações, é possível identificar questões transversais e algumas ressonâncias.

Apontando sintomas

Ainda no quadro das transformações que atravessam as formas de engajamento nas relações de trabalho, pelo esfacelamento do assalariamento e de sua legitimidade, assim como atravessam modos de produzir espaços e tempos urbanos, gostaríamos de apontar um quadro de reconfigurações nos modos de leitura e nas práticas de ocupações, favelas e periferias devidamente recobertas por um ideário de oportunidades que lhes conferem o caráter de potências econômicas. Esses ideários sugerem que as saídas para a pobreza e para a obtenção de rendimentos, para o combate à pobreza, se encontram nas oportunidades de empreender e de seu potencial de inovação apontando para um processo de extensão inédita de privatização e mercadorização da vida cotidiana. Assim, em pesquisa concluída recentemente, sobre trabalho e usos da cidade por trabalhadores plataformizados de entrega em São Paulo¹⁵ ficava cada vez mais claro que o pressuposto para essas novas formas de engajamento produtivo, pressuposto aliás poucas vezes discutido - é o endividamento pessoal e familiar já que os instrumentos de trabalho, o material necessário para o desenvolvimento das atividades que resultam das formas de empreendedorismo (feminino e feminista, solidário, negro, cultural, associativo e até mesmo para o engajamento nas entregas e transportes plataformizados) exigem investimentos que não são compatíveis com a situação de pobreza dos moradores de favelas, periferias e ocupações populares.

A inquestionável legitimidade popular dessas práticas porém resulta de articulações e investimentos que parecem obedecer a um projeto que atravessa discursos, programas de Estado formulados por governos de diferentes orientações dentro do espectro político, como respostas à urgência em sobreviver. Além desses discursos e práticas e do evidente empresariamento da vida que lhes é subjacente é preciso reconhecer um conjunto de outras iniciativas que ganharam

¹⁵ Trata-se da pesquisa “Zonas cinzentas e território: a transformação do trabalho e a figura emergente do trabalhador de plataforma. Uma comparação França-Brasil – REGREYZ&CO” (ANR/FAPESP) sob a coordenação brasileira de Cibele S. Rizek e francesa de Christian Azais.

expressão midiática e política, conformadas como elementos de um governo da pobreza. Essas formas de governo que afirmam e reafirmam os pobres¹⁶ como potência econômica acaba por destituí-los de sua potência política. Essas novas formas de “associativismo” que se estendem para movimentos sociais e associações liderados por CEOs disputam a representação política dos territórios periféricos e das favelas das cidades. Seus vínculos com o mundo dos negócios e das grandes empresas de comunicação são evidentes. Mas, para além dessa trama e desses imbricamentos, parecem se constituir não só a partir da presença de ONGs e fundações empresarias de grande porte, mas de um padrão de acumulação e de sua capilarização nas relações societárias ancorado no que autores como Paulani qualificam como dominância financeira¹⁷. Essas modulações permitem ainda que seja possível identificar uma **“substituição de um modelo filantrópico baseado na integração dos pobres ao mercado produtivo por um modelo alicerçado na sua integração ao mercado financeiro, através do consumo com base no endividamento de produtos e serviços sociais.”**¹⁸

Alguns desses exemplos podem oferecer evidências dessas reconfigurações e formas de assimilação e articulação que frequentemente se desdobram em frentes de intervenção e governo territorial, atravessando e articulando associações e movimentos locais com empresas de todos os tipos e estatutos (start ups e bancos, fundações empresariais e unidades que se inserem em poderosas cadeias produtivas, empresas de infra estrutura urbana como a antiga CCR - atual MOTIVA - com práticas e dispositivos que caracterizam intervenções em favelas inteiras, políticas e programas de Estado que abrem campos empresariais e de negócios de intervenção urbana). Um certo caráter visto como pendular entre Mercado e Estado seria então crescentemente anulado por processos inéditos de indistinção e, assim, a luta e disputa por fundos públicos em suas dimensões politizadoras estariam em processo de encolhimento vertiginoso.

Como expressão desses deslizamentos e reconfigurações, dessas novas e poderosas indistinções, despontam no cenário urbano pelo menos 3 exemplos sobre os quais talvez seja necessário pensar com mais cuidado. Trata-se então da criação e fortalecimento do Instituto Gerando Falcões, da criação e consolidação da Central Única das Favelas (CUFA) e do G 10 das Favelas.

O Instituto Gerando Falcões se define nos termos que se seguem:

Atuamos com a força de uma **Rede de ONGs** com mais de 2 mil líderes sociais em todo o Brasil, unidos por uma missão audaciosa: **transformar a pobreza das favelas em peça de museu antes de Marte ser colonizado**. Fazemos isso por meio de programas e tecnologias sociais escaláveis e de alto impacto, capazes de gerar resultados de longo prazo como a Falcons University, Favela 3D, Decolagem e ASMARA.¹⁹

¹⁶ Cabe aqui também notar o progressivo desaparecimento das figuras dos trabalhadores e do trabalho progressivamente substituídos pelos pobres, pela pobreza e pelos programas de combate à pobreza em vários âmbitos e escalas assim como de forma transversal ao espectro político de partidos e governos. Ver a esse respeito Maranhão (2018).

¹⁷ Ver a esse respeito Paulani (2024).

¹⁸ Ver a esse respeito Correa (2023).

O segundo exemplo, pensado como frente de atuação é a Central Única das Favelas C.U.F.A, com sedes que se distribuem na Região Metropolitana de São Paulo, da seguinte maneira: C.U.F.A Heliópolis; C.U.F.A Guarapiranga; C.U.F.A Diadema; C.U.F.A Piracuama; C.U.F.A Osasco; C.U.F.A Barueri; C.U.F.A São Bernardo; C.U.F.A Jaçanã; C.U.F.A M'boi, além da sede do instituto na Brazilândia. Em sua página, a C.U.F.A. *se define como “uma organização social brasileira com mais de 25 anos de atuação, reconhecida mundialmente por sua liderança nos campos político, social, esportivo e cultural. Presente em mais de 60 países, a CUFA segue mostrando a potência da favela, conectando comunidades, desenvolvendo soluções e promovendo transformações sociais em escala global.”*

Exibe ainda, entre outras manchetes, notícias como a que se segue:

Expo Favela Innovation Brasil 2024 é encerrada com anúncio dos 10 melhores empreendedores do Brasil, que participarão do Reality Show: O Desafio no programa É de Casa da Rede Globo.²⁰

Cabe notar a proximidade com a Central Única dos Trabalhadores, bem como as diferenças abissais que marcam tempos, atores e práticas, que apontam para uma guinada dos modos de organização de trabalhadores e moradores. Em suas páginas, O Instituto Gerando Falcões e a CUFA escancaram vínculos com negócios de alto impacto, com as esferas de inclusão financeira, com redes de empresas e negócios sociais e seus públicos alvo numa rede de conexões e cadeias de interações — que reconfiguram práticas e representações da pobreza contabilizada, cadastrada, territorializada, governada. Pobres financeiramente integrados, inclusive pelo endividamento e suas renegociações, são também, por meio desse conjunto de práticas e representações, ativados tanto pela “pragmática da sobrevivência” (Gago, 2018) como na forma de gestores e protagonistas de sua própria admissão nos circuitos de acumulação sob hegemonia ou dominância financeira.

A terceira ponta dessa rede se define como se segue:

O G10 Favelas é uma organização dedicada a transformar as favelas do Brasil em polos de desenvolvimento econômico e social. Nossa missão é promover inclusão, inovação e empreendedorismo nas comunidades mais vulneráveis do país. A visão do G10 Favelas é criar um ambiente onde as favelas não sejam vistas apenas como locais de carência, mas como centros vibrantes de oportunidades e potencial humano.

¹⁹ In <https://falcoesetalentos.gupy.io/> acesso em março 2025. Ver também in <https://exame.com/colunistas/edu-lyra/o-projeto-ambicioso-da-gerando-falcoes-para-criar-a-primeira-favela-3d/> “Fundada em 2011 na Cidade Kemel, bairro periférico de Poá, na região metropolitana de São Paulo, a organização Gerando Falcões começou como uma iniciativa que oferecia atividades extracurriculares a crianças e adolescentes, além de cursos de qualificação profissional a jovens e adultos da região. Dez anos depois, cresceu exponencialmente e se converteu numa aceleradora de desenvolvimento social, que apoia hoje mais de 100 líderes e organizações de favelas em 19 estados do Brasil. O que ela quer, agora, é ainda maior, mas está longe de ser inviável: implementar a primeira Favela 3D — digna, digital e desenvolvida — do país. Os 14 milhões de brasileiros que vivem em favelas estão habituados a ser ignorados pelo poder público, vistos como problema ou ter seu potencial desperdiçado por falta de oportunidades. O método para alcançar esse objetivo é o mesmo que consolidou a Gerando Falcões como uma das principais iniciativas sociais do país: localizar as lideranças capazes de gerar mudanças locais na quebrada, investir em treinamento e capacitação para a população e acompanhar os resultados com afinco, usando sistemas como o SROI (sigla em inglês para retorno social do investimento), que quantifica o impacto social em valores financeiros. Uma análise feita com apoio do Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (Idis) mostrou que, a cada 1 real investido nas iniciativas avaliadas, 3,50 reais são gerados na forma de benefício para a sociedade.

²⁰ In <https://cuфа.org.br/> acesso em novembro de 2024.

Bloco de Líderes e Empreendedores Sociais

O G10 Favelas é formado por um bloco de líderes e empreendedores sociais das dez maiores favelas do Brasil. Inspirados pelo modelo de blocos econômicos globais, como o G7, reunimos as mentes mais inovadoras e influentes dessas comunidades para atuar em conjunto, visando o desenvolvimento sustentável e a transformação social. Esses líderes colaboram para criar soluções que atendam às necessidades específicas de suas comunidades, compartilhando conhecimentos e recursos para maximizar o impacto.

Tendo como inspiração o G7, essa organização nascida em Paraisópolis, na cidade de São Paulo, galvanizou algumas das polêmicas mais significativas a respeito de seus alinhamentos políticos. Alguns indícios desses alinhamentos ficaram claros pela parceria entre o G10 Favelas e o Brasil Paralelo Entretenimento e Educação S/A²¹, disponibilizando conteúdos produzidos por esse veículo a 500 famílias moradoras de Paraisópolis (SP).

No âmbito desse cruzamento entre escalas diversas entre si esse texto correria o risco de ser interminável, pela multiplicação de referências, casos etnografados e mapeamento dos espectros de atuação de grandes empresas de cujo DNA participa, de modo decisivo e capilar, o capital financeiro e seu padrão de operação e negócios. Entrevendo pontos cegos na detecção de processos que governam e sequestram a fala de trabalhadores e moradores de favelas e periferias, o que gostaríamos de desenhar como hipótese é a presença muitas vezes silenciosa e pouco visível desses atores, tramas e escalas nas ocupações e favelas, nos lugares onde moram e vivem os grupos que conformam os estratos da população trabalhadora e a pobreza urbana do país. Reconhecer essas modulações e práticas talvez seja finalmente construir as evidências das transformações sócio-econômicas e sócio-políticas que redesenham e nublam as relações entre as classes e entre elas e a produção do espaço urbano no Brasil do século XXI.

²¹ Brasil Paralelo, fundado a partir do Instituto Mises em 2013 teve como uma de suas fontes o COF (Cursos Online de Filosofia e os vídeos do Olavo de Carvalho no YouTube) cf entrevista publicada on line com seus fundadores disponível em <https://bri.net.br/quem-sao-fundadores-do-brasil-paralelo/> acesso janeiro de 2026.

Referências

- ARENDDT, H. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.
- BREDA, T. **O campo da Política Habitacional no último desmanche**: ocupações, movimentos sociais e ativismo identitário. Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, 2023.
- CARLOS, A. F.; VOLOCHKO, D.; ALVAREZ, I. P. (org) **A Cidade como Negócio**. São Paulo: Contexto, 2015.
- CORREA, Jessica Beth Sadie Sklair. Investimento de Impacto e a Financeirização da Filantropia Brasileira XIV RAM Niterói, 2023. Disponível em:
https://www.ram2023.sinteseeventos.com.br/trabalho/view?ID_TRABALHO=7387
- DAS, Veena. Listening to Voices. An interview with Veena Das. (interview by Di Fruscia, Kim Turcot). **Alterités**, v.7, n. 1, p.136-145, 2010.
- DAS, Veena; POOLE, Deborah [2004]. El estado y sus márgenes. Etnografías comparadas. **Cuadernos de Antropología Social**, n. 27, p. 19-52, 2008.
- FELTRAN, G. S.. Trabalhadores e bandidos: categorias de nomeação, significados políticos. Temáticas (UNICAMP), v. ano15, p. 11-50, 2007.
- FELTRAN, G. DE S. Das Prisões às Periferias: coexistência de regimes normativos na “Era PCC”. **Revista Brasileira de Execução Penal** v. 1, n. 2, 2020.
- GAGO, Verônica. **A razão neoliberal**: economias barrocas e pragmática popular. São Paulo: Elefante, 2018.
- GONÇALVES, A. L. V. **Quem corre pra viver, quem corre perigo**: violência e produção do espaço periférico em São Paulo. Mestrado em Planejamento e Gestão do Território—São Bernardo do Campo: Universidade Federal do ABC, 11 dez. 2023.
- HADDAD, Ana Maria N. F. **Não repara a bagunça**: um estudo sobre iniciativas em melhorias habitacionais. Dissertação (Mestrado em Ciências), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2023.
- MARANHÃO, Tatiana. **O Consenso das Oportunidades**. São Paulo: Alameda, 2018.
- MILANO, G. B.; PETRELLA, G. M.; PULHEZ, M. M. O anjo caído na terra prometida: Propriedade, regulação e conflitos na reurbanização periférica da São Paulo do século XXI. **Novos Estudos - CEBRAP**, v. 40, n. 1, p. 81-100, abr. 2021.
- MISSE, M. Trocas ilícitas e mercadorias políticas: para uma interpretação de trocas ilícitas e moralmente reprováveis cuja persistência e abrangência no Brasil nos causam incômodos também teóricos. **Anuário Antropológico**, v. v.35, n. n.2, p. 89-107, 1 dez. 2010.
- MISSE, M.; FELTRAN, G. S. **Mundo do crime**. Rio de Janeiro, Mórula, 2024.
- OLIVEIRA, F. M. C. Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento. In: OLIVEIRA, F. M. C.; RIZEK, C. S. (Org.) **A era de indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- OLIVEIRA, F. M. C. O vício da virtude: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil. **Novos estudos CEBRAP** n. 74, 2006.
- OLIVEIRA, F. M. C.; RIZEK, C. S. (Org.) **A era de indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- PAOLI, M. C.; SADER, E.; TELLES, V. S. Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. **Revista Brasileira de História**, v. 03, n. 06, 1983.
- PAULANI, L. Sobreacumulação, financeirização, rentismo e assetização in Lavinás et al (org.) **Financeirização: crise, estagnação e desigualdade**. Editora Contracorrente, São Paulo, 2024
- RANCIÈRE, Jacques. **O Desentendimento**: política e filosofia. São Paulo, SP: Editora 34, 1996.

RIZEK, C. S.; GONÇALVES, A. L. V.; NOGUEIRA, L. A. **Cenas da periferia** – incursões etnográficas e registros de campo. Belém, XX ENANPUR, 2023.

RIZEK, C. S. Um mosaico macabro. Trabalho, moradia, violência de Estado: modulações contemporâneas. In: **Revista Proposta FASE**, Rio de Janeiro, 2019.

ROLNIK, R. **Guerra dos Lugares: A colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo Editora, 2015.

SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 4ª edição 2001

SUMI, C. M. **Viver em ocupação por moradia**: precariedade e corpos às margens. Tese (Doutorado), Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2024.

TELLES, V. S. Cidade: produção de espaços, formas de controle e conflitos. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 46, n. 1, jan/jun, 2015, p. 15-41.

TELLES, V. S. Nas dobras do legal e do ilegal: ilegalismos e jogos de poder nas tramas da cidade **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**. Vol. 2 - no 5-6 - JUL/AGO/SET-OUT/NOV/DEZ 2010 - pp. 97-126

TELLES, V. D. S.; HIRATA, D. V. Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. **Estudos Avançados**, v. 21, n. 61, p. 173-191, dez. 2007.

TELLES, Vera S. “Refugiados urbanos. Espaço urbano em tempos de urgências: ressonâncias...”. In: REDONDO, Tercio (org.). **Bertold Brecht**. Do guia para os habitantes da cidade. Poema e Comentários. São Paulo: Fundação Rosa de Luxemburgo, 2017as classes e entre elas e a produção do espaço urbano no Brasil do século XXI.

DA PONTE PRA CÁ, O MAR FICOU MAIS FUNDO:

ENSAIO SOBRE A FABRICAÇÃO
DA IDENTIDADE PERIFÉRICA¹

Gabriel da Cruz

¹ O título do capítulo dialoga com a faixa “Tentei ser good vibes”, do rapper Tulinho, produzida após uma tentativa de suicídio motivada por endividamento pessoal e pelo adoecimento de sua mãe. A referência não tem função argumentativa direta no texto, mas indica um horizonte estético e político a partir do qual se enuncia a reflexão aqui desenvolvida, especialmente no que diz respeito aos efeitos subjetivos da individuação contemporânea nas periferias urbanas. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zJXTFicTU0Y>.

Introdução

As periferias urbanas brasileiras têm sido historicamente apreendidas como expressões espaciais da desigualdade social, territórios onde se acumulam carências materiais, precariedades infraestruturais e formas intensificadas de violência. Essa leitura, ainda que descreva aspectos determinantes da urbanização periférica, tende a naturalizar a periferia como um efeito quase automático da pobreza ou como um subproduto disfuncional do desenvolvimento urbano. Ao fazê-lo, corre o risco de obscurecer os processos históricos, políticos e simbólicos que fabricam a periferia não apenas como território, mas como categoria social e forma de existência.

Este capítulo parte do pressuposto de que a periferia não pode ser compreendida exclusivamente como um dado empírico da urbanização desigual, mas como uma condição produzida na articulação entre dispositivos de fronteira e práticas sociais que os tensionam. A periferia, nesse sentido, constitui-se como um modo de ser produzido sob condições históricas de sobredeterminação, no qual território, corpo e estigma se articulam de maneira indissociável. Contudo, essa sobredeterminação não se traduz em uma captura total da experiência periférica por uma negatividade absoluta. Ao mesmo tempo em que a fronteira fabrica identidades compulsórias e limita possibilidades de autodeterminação, ela também engendra formas situadas de agência, denúncia e afirmação de si, que emergem no interior da própria condição periférica. A periferia, assim, constitui-se como uma experiência dialética: atravessada pela violência estrutural da separação, mas irreduzível a ela; marcada pela determinação histórica, mas constantemente tensionada por práticas, narrativas e gestos que recusam sua suprasunção a uma identidade puramente negativa.

Portanto, busco operar aqui num nível de abstração deliberado. Não se trata de mapear a sobreposição entre raça e periferia no Brasil – sobreposição real, historicamente produzida e politicamente decisiva –, mas de perguntar se a lógica que estrutura a condição racial, tal como Silva (2022) a descreve, pode iluminar algo da condição periférica que as análises territoriais e socioeconômicas deixam na sombra. A aposta é que sim. O que se perde em concretude empírica, espera-se ganhar com a descrição do mecanismo pelo qual a identidade periférica é produzida como falta constitutiva.

A noção de fronteira ocupa aqui um lugar central, mas deslocado de sua acepção mais imediata enquanto linha geográfica ou limite cartográfico. Proponho compreender a fronteira como uma relação social de poder, cujo efeito fundamental é a produção da separabilidade entre corpos, grupos e formas de vida. A fronteira não se reduz à paisagem urbana fragmentada, embora nela se materialize; ela se atualiza cotidianamente nas práticas sociais, nos gestos banais, nos dispositivos institucionais e nos esquemas de percepção que organizam quem pode circular, pertencer, falar ou existir plenamente na cidade.

Inspirado na crítica ontoepistemológica de Denise Ferreira da Silva (2022), o ensaio mobiliza o conceito de separabilidade para pensar a fronteira como um mecanismo violento

de produção de diferenças hierarquizadas. A separabilidade, assim, opera pela fabricação de categorias estigmatizadas que se inscrevem nos corpos e orientam a leitura social de sua presença, ainda que sua forma legível apareça pela exclusão física ou territorial de corpos e paisagens. Antes dos muros, das vias expressas, dos viadutos ou das cercas, a fronteira incide sobre o corpo, tornando-o portador de uma marca que antecede a ação e limita a possibilidade de autodeterminação.

É a partir desse enquadramento que se estabelece o diálogo com o projeto político-intelectual da Negritude, tal como formulado por Césaire (2020). A Negritude é aqui compreendida como um gesto de cisão interna de uma categoria historicamente hipernegativada – a categoria de “negro” – que, ao invés de negar a violência constitutiva dessa posição, a enfrenta por meio de uma afirmação ativa de si. Esse movimento interessa menos como episódio histórico e mais como modelo conceitual, capaz de iluminar a possibilidade de fissuras semelhantes em outras categorias produzidas pela fronteira moderna.

O texto investiga, então, a hipótese de que a periferia funcione de maneira análoga à raça no interior dos regimes modernos de separação: uma identidade compulsória, produzida por dispositivos sociais que articulam território, corpo e estigma. Para desenvolver esse argumento, são mobilizados dois operadores analíticos centrais: a introdução da tese *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*, de Sueli Carneiro (2005), e a narrativa estética do álbum *Sobrevivendo no Inferno*, dos Racionais MC's. Em ambos os casos, a periferia e a racialização aparecem não apenas como temas, mas como lugares de enunciação a partir dos quais se denuncia a violência da fronteira e se afirma a possibilidade de agência.

Ao articular raça, território e produção simbólica, este capítulo se insere nos debates sobre a inter-relação entre raça e classe nas periferias brasileiras, bem como nas discussões sobre as expressões culturais periféricas enquanto formas legítimas de produção de conhecimento. Mais do que descrever dinâmicas periféricas, o texto propõe um deslocamento conceitual: pensar a periferia como uma condição ontológica tensionada, cuja potência emerge precisamente do embate permanente entre a determinação violenta da fronteira e a afirmação ativa de si.

Fronteira para além da linha

Parto da necessidade de deslocar o conceito de fronteira de uma compreensão restrita à paisagem ou ao limite geográfico, leitura ainda predominante tanto no senso comum quanto em parte dos estudos urbanos. Não me interessa a fronteira enquanto linha que separa territórios de maneira estática, mas enquanto processo social dinâmico, continuamente atualizado nas práticas, nos discursos e nas formas de sociabilidade que organizam a vida urbana. A fronteira, tal como a mobilizo neste capítulo, não antecede os sujeitos: ela se produz na relação entre corpos, instituições e espaços, e tem como efeito central a separação hierarquizada de formas de vida.

Essa inflexão teórica retoma e aprofunda reflexões desenvolvidas por mim em pesquisa anterior (Cruz, 2022) sobre as fronteiras urbanas, nas quais compreendi a exclusão socioespacial como um fenômeno que incide, antes de tudo, sobre o corpo. É nesse ponto que a noção de separabilidade (Silva, 2016) torna-se decisiva para o argumento que desenvolvo aqui. Ao denunciar os fundamentos ontoepistemológicos da modernidade ocidental, a autora evidencia como a separação – entre sujeito e objeto, razão e corpo, humano e não humano – não é apenas um gesto analítico, mas um operador político responsável pela fabricação de categorias passíveis de violência e eliminação (Silva, 2016; 2022). Ao mobilizar a separabilidade como chave de leitura da fronteira, passo a entendê-la como um mecanismo por meio do qual determinadas diferenças – raciais, territoriais, culturais – são naturalizadas e convertidas em desigualdade legítima. A fronteira, nesse sentido, não atua apenas por meio de dispositivos materiais evidentes, como muros, vias expressas ou cercamentos urbanos, mas também – e sobretudo – por esquemas simbólicos e perceptivos que classificam corpos, orientam condutas e antecipam julgamentos. O efeito dessa operação é a produção de identidades estigmatizadas, cuja existência social passa a ser mediada por uma definição anterior ao próprio sujeito.

Interessa-me sublinhar que essa operação não se dá apenas em uma escala macroestrutural, associada ao Estado, ao planejamento urbano ou às políticas de segurança. Ela se atualiza igualmente na microescala da vida cotidiana, nos encontros banais e aparentemente triviais que expõem a eficácia da fronteira como forma social. O olhar vigilante, a suspeita reiterada, o controle do deslocamento, a dificuldade de acesso a determinados espaços ou serviços são manifestações ordinárias de uma separação que se exerce diretamente sobre o corpo. Ao aproximar essas escalas, busco enfatizar que a fronteira não é um evento excepcional, mas uma condição permanente de produção da diferença.

Nesse processo, o corpo ocupa uma posição central. É nele que a separabilidade se inscreve, transformando-se em marca visível, em estigma, em expectativa social. Assumo, aqui, que o estigma se trata de uma estrutura de percepção socialmente compartilhada que orienta tanto a leitura do outro quanto, em muitos casos, a relação do sujeito consigo mesmo. A fronteira, ao separar, não apenas exclui; ela produz modos específicos de reconhecimento e de autorreconhecimento, organizando a experiência social a partir de uma lógica de hierarquização durável.

Ao compreender a fronteira como fenômeno da práxis – e não como abstração conceitual – afasto-me de leituras que a tratam como simples efeito colateral da desigualdade econômica ou como resultado inevitável da urbanização capitalista. A fronteira é uma forma ativa de organização do social, sustentada por disposições incorporadas, por instituições legitimadoras e por narrativas que tornam a separação inteligível e aceitável (Bourdieu, 2011). Nesse sentido, a exclusão não é um acidente do sistema urbano, mas um de seus modos regulares de funcionamento.

Essa leitura permite, por fim, reposicionar a periferia de um território segregado para uma posição socioespacial, na qual o corpo periférico é simultaneamente alvo da sobredeterminação violenta e lugar de elaboração de respostas práticas a ela. Ao explicitar a fronteira como separabilidade socialmente construída, preparo o terreno para pensar como certas categorias – como a de “negro” ou a de “periférico” – podem ser fissuradas desde dentro, abrindo espaço para formas de agência que não negam a violência da determinação, mas recusam sua totalização.

Negritude como cisão da hipernegatividade: Aimé Césaire e a implosão da categoria “negro”

Se a fronteira, tal como argumentei, opera por meio da produção de categorias que sobredeterminam a existência social de determinados corpos, torna-se necessário pensar também os modos pelos quais essas categorias podem ser fissuradas desde dentro. É nesse ponto que recorro ao projeto político-intelectual da Negritude, formulado por Césaire (2020), não como um episódio histórico circunscrito às lutas anticoloniais do século XX, mas como um gesto conceitual radical, capaz de iluminar processos mais amplos de enfrentamento à violência categorial da modernidade.

Césaire (2020) parte de uma crítica contundente à definição moderna do “negro”, categoria forjada no interior da experiência colonial e escravocrata como signo de ausência: ausência de razão, de história, de humanidade plena. Essa negatividade é, de certa forma, estrutural. O “negro” surge como figura necessária à autoconstituição do sujeito moderno europeu, funcionando como seu avesso ontológico. O que está em jogo, portanto, não é apenas a exclusão social de populações racializadas, mas a produção de uma hipernegatividade, isto é, de uma forma de existência social cuja definição antecede o sujeito e o captura em um regime de não-agência.

A Negritude emerge, nesse contexto, como uma recusa dessa captura. Longe de buscar a assimilação aos valores universais da modernidade europeia, Césaire propõe uma cisão interna da própria categoria de “negro”. Trata-se de um gesto que, partindo da violência histórica da racialização, se insurge contra a redução do negro a essa violência. Como defende o autor, a negritude não é uma filosofia nem uma metafísica totalizante, tampouco uma concepção abstrata do universo; ela é, antes, uma tomada de posição fundada na experiência histórica compartilhada da opressão e, simultaneamente, na resistência incessante a ela (Césaire, 2020).

O movimento operado pelo autor me interessa precisamente por seu caráter não conciliatório. A cisão que a negritude introduz busca tornar produtiva a tensão entre violência e afirmação. Ao reivindicar a negritude, o sujeito racializado não abandona a consciência de sua condição historicamente determinada; ao contrário, ele a assume como ponto de partida para a construção ativa de si. A identidade deixa de ser apenas uma imposição externa e passa a ser também um campo de disputa, no qual o significado da categoria é reapropriado e reconfigurado.

Essa operação inaugura uma tensão permanente no interior da experiência racializada. O sujeito que se reconhece como negro continua exposto à violência da fronteira racial, mas já não se deixa definir exclusivamente por ela. A negritude, nesse sentido, não elimina a sobredeterminação, mas impede sua totalização. Ela introduz uma fissura na identidade compulsória, abrindo espaço para a agência, para a produção de narrativas próprias e para a elaboração de um projeto ético-político que não se reduz à condição de vítima.

Ao positivar uma categoria historicamente hipernegativada, Césaire (2020) desloca o eixo da crítica anticolonial. A denúncia da opressão deixa de ser o horizonte final do pensamento e se converte em condição para a afirmação. Esse deslocamento é fundamental para o argumento que desenvolvo neste capítulo, pois oferece um modelo conceitual de cisão que não depende da negação da violência, mas de sua confrontação ativa no interior da própria categoria que ela produziu.

É a partir desse modelo que se torna possível pensar outras categorias fabricadas pela fronteira moderna – para além da raça – como campos potenciais de fissura. Ao compreender a negritude como um gesto que implode a identidade negativa do “negro” desde dentro, preparo o terreno para indagar se algo semelhante pode ocorrer com a categoria de periferia, igualmente marcada por uma história de estigmatização, sobredeterminação e exclusão, mas também atravessada por práticas, estéticas e formas de pensamento que recusam sua redução a um lugar de falta.

A escrava e o Eu hegemônico: produção compulsória da identidade e fronteira racial

Se a Negritude, tal como formulada por Césaire (2020), oferece um modelo conceitual de cisão da hipernegatividade racial, a introdução da tese de Sueli Carneiro (2005), permite observar com nitidez o funcionamento concreto da fronteira racial na produção de identidades compulsórias. Não me interessa aqui o conjunto da investigação empírica desenvolvida pela autora, mas o gesto teórico-político inscrito na forma de sua introdução, em que a escrita assume deliberadamente um registro literário para denunciar a violência epistemológica que sustenta a racialização.

Ao encenar o confronto entre duas personagens – a escrava e o Eu hegemônico – Carneiro explicita a assimetria radical que estrutura a produção do sujeito racializado. A escrava deixa de ser uma figura histórica, e se apresenta como uma posição social encarnada e ontológica, na qual a existência é mediada por uma definição anterior ao próprio ser. Sua fala emerge de um lugar de clausura, de onde se enuncia uma denúncia dirigida a um adversário amorfo, sem corpo declarado, mas dotado de plena capacidade de definir, classificar e condenar – o Eu hegemônico (Carneiro, 2005).

O Eu hegemônico, precisamente por sua ausência de corpo, encarna a universalidade abstrata da episteme ocidental. Ele não se apresenta como sujeito situado, mas como medida do humano, reservando à escrava a condição de alteridade radical. Essa assimetria não é apenas simbólica: ela é o fundamento de uma fronteira racial que separa aqueles que participam da produção de si daqueles cuja existência é sempre mediada por categorias impostas. A escrava existe, desde sempre, como não-ser; sua identidade é uma casca existencial que a precede e a captura.

Esse dispositivo narrativo me parece especialmente potente porque torna visível a operação central da fronteira: a produção de uma identidade que não resulta da ação do sujeito, mas que se impõe a ele como destino social. Em Carneiro (2005), a escrava não escolhe sua posição, tampouco pode recusá-la simplesmente por um gesto de vontade. Sua existência social é atravessada por uma sobredeterminação que se inscreve diretamente no corpo, vinculando características fenotípicas a um regime de significação que autoriza a violência, a exclusão e a negação da autodeterminação.

A força crítica da introdução reside justamente na maneira como a autora se apropria ironicamente dessa posição. Ao falar a partir do lugar da escrava, Carneiro (2005) questiona a naturalidade da identidade que lhe é atribuída; assim, ela a expõe como artefato histórico e epistemológico, revelando sua função na sustentação do Eu hegemônico. Trata-se de um gesto análogo ao de Césaire: assumir a categoria imposta não para reproduzi-la, mas para fissurá-la desde dentro, tornando visível sua violência constitutiva.

A fronteira racial aparece, assim, como um regime de separabilidade que é percebida como uma distribuição assimétrica de corpos no espaço urbano, mas que, antes disso, organiza o próprio campo do inteligível. A escrava é aquela cuja fala é sempre suspeita, cujo corpo é sempre passível de controle e cuja existência é permanentemente traduzida em termos de falta. Essa condição não se esgota na experiência individual; ela é compartilhada por uma coletividade produzida como categoria homogênea, na qual as singularidades são achatadas em nome de uma identidade massificada.

Nesse ponto, a introdução de Carneiro permite compreender como a fronteira racial produz uma forma específica de condenação ontológica. A escrava, assim como os “anjos caídos” evocados em outras tradições críticas, vive em permanente tensão entre o humano e a categoria que lhe foi costurada à carne. Trata-se de uma luta incessante entre ser e aparência, verdade e falsidade, linguagem e vida – luta que evidencia a impossibilidade de reduzir a experiência racializada a uma determinação puramente negativa, ainda que esta seja estruturalmente violenta.

Ao inscrever essa tensão no próprio gesto de escrita, Carneiro não apenas denuncia a fronteira racial, mas introduz uma fissura em sua lógica de funcionamento. A ironia, a teatralização e o deslocamento da forma acadêmica tradicional operam como estratégias de desestabilização

do Eu hegemônico, revelando que a produção do conhecimento é atravessada por relações de poder. A cisão da identidade compulsória não se dá, aqui, pela negação da categoria “escrava”, mas pela exposição de seu caráter fabricado e pela recusa de sua naturalização.

Essa leitura é fundamental para o argumento que desenvolvo, pois explicita como a fronteira produz sujeitos a partir da separabilidade e como essa produção pode ser enfrentada no interior da própria forma que a sustenta. Ao tornar visível a violência que funda a identidade racial, Carneiro abre caminho para pensar como outras categorias – igualmente fabricadas pela fronteira – podem ser submetidas a processos análogos de cisão. É nesse horizonte que a periferia começará a aparecer não apenas como território segregado, mas como posição social produzida por uma lógica semelhante de sobredeterminação e estigma, tema que passo a desenvolver a seguir.

Sobrevivendo no inferno

Se a leitura da introdução da tese de Sueli Carneiro permite compreender a fronteira racial como produtora de identidades compulsórias, a narrativa estética construída no álbum *Sobrevivendo no Inferno*, dos Racionais MC's, explicita de maneira contundente o funcionamento de uma lógica análoga no plano socioterritorial. A periferia aparece, aqui, como categoria de inscrição existencial, atravessada por estigmas, violências e formas específicas de reconhecimento social.

Detenho-me, inicialmente, em um trecho aparentemente marginal do álbum: o interlúdio intitulado *Gênesis*. Situado entre a canção *Jorge da Capadócia* e a faixa *Capítulo 4, Versículo 3*, esse fragmento sonoro opera como uma chave de leitura para todo o disco. Sua composição é minimalista: uma nota musical sustentada, sobreposta por latidos de cachorro e sirenes de polícia, compondo uma ambiência de permanente perturbação do cotidiano. Não se trata de um recurso estético fortuito, mas da produção de um clima sensível que antecipa a experiência periférica narrada nas faixas seguintes (Racionais MC'S, 1997).

Essa ambiência sonora remete a uma experiência amplamente compartilhada nas periferias urbanas brasileiras: a interrupção constante da vida cotidiana pela violência. Sirenes, latidos, tiros, gritos – sons que inscrevem o corpo periférico em um regime de alerta permanente. A periferia, nesse registro, é tanto um lugar onde a violência ocorre, quanto um espaço no qual a violência organiza o tempo, o afeto e a expectativa de futuro. O cotidiano é sempre provisório, sempre ameaçado. É nesse contexto que se inscrevem os versos de *Gênesis*, nos quais a oposição entre criação divina e produção humana estabelece uma clivagem fundamental: “Deus fez o mar, as árvores, as crianças, o amor. O homem me deu a favela, o crack, a traição, as armas, as bebidas.” (Racionais MC'S, 1997)

A favela aparece, aqui, como resultado direto da ação histórica e social dos homens. Trata-se de uma formulação potente, pois desloca a periferia do campo da fatalidade para o da

responsabilidade política. A violência que estrutura a experiência periférica é efeito de decisões, práticas e dispositivos que produzem e mantêm a separação.

O “eu lírico” que emerge dessa narrativa encontra-se em uma posição análoga à da escrava de Sueli Carneiro. Assim como ela, trata-se de um sujeito cuja existência social é mediada por uma identidade previamente definida: a do favelado, do periférico, do suspeito. A periferia funciona, nesse sentido, como uma categoria socioterritorial hipernegativada, que antecede o sujeito e orienta a leitura social de seu corpo, de sua fala e de seus deslocamentos. Antes de qualquer ação, o corpo periférico já foi interpretado.

Essa condição se traduz em uma forma específica de condenação. O verso “eu tô tentando sobreviver no inferno” não deve ser lido apenas como metáfora hiperbólica, mas como descrição precisa de uma experiência social na qual a vida é permanentemente colocada à prova. O inferno, aqui, não é um além-mundo; ele é o mundo tal como organizado pela fronteira urbana. A periferia é o espaço onde a separabilidade se materializa de modo mais cru, autorizando a violência, a morte e o apagamento como acontecimentos ordinários.

No entanto, assim como no gesto de denúncia da escrava, essa condenação não esgota a experiência narrada pelos Racionais. A própria formulação da denúncia já constitui uma forma de agência. Ao nomear a violência, ao situá-la historicamente e ao recusá-la como destino natural, o discurso periférico desloca o lugar da fala. A palavra, a música e a estética tornam-se meios de enfrentamento à identidade compulsória, ainda que não eliminem suas consequências materiais.

Interessa-me, aqui, sublinhar que essa agência não se confunde com uma celebração da violência ou com sua romantização. Ao contrário, o álbum expõe a ambiguidade constitutiva da experiência periférica: a violência aparece tanto como força que destrói quanto como linguagem incorporada, por vezes, na tentativa de sobreviver a um sistema que já condenou esses corpos à margem. Trata-se de uma agência trágica, atravessada por contradições, mas ainda assim irredutível à passividade.

A periferia que emerge em *Sobrevivendo no Inferno* é, portanto, simultaneamente espaço de condenação e de produção simbólica. Ela não pode ser reduzida a um território de falta, pois é também lugar de elaboração crítica do mundo social. Ao transformar a experiência periférica em narrativa estética, os Racionais produzem conhecimento sobre a cidade, sobre a violência e seus dispositivos de fronteira, conhecimento que não se submete aos regimes tradicionais de validação acadêmica, mas que possui densidade analítica própria.

Essa leitura reforça o argumento central do capítulo: assim como a raça, a periferia opera como categoria produzida pela fronteira moderna, estruturada por uma lógica de sobredeterminação e estigma. Contudo, essa produção não é totalizante. No interior da própria

condição periférica emergem práticas de denúncia, formas de linguagem e projetos de afirmação que tensionam a identidade compulsória e recusam sua naturalização. É a partir dessa tensão que se torna possível pensar a periferia não apenas como lugar de exclusão, mas como posição a partir da qual se produz crítica, pensamento e imaginação política.

Da negritude à periferia ou a possibilidade de uma cisão periférica

Ao retomar o projeto da Negritude formulado por Césaire (2020), não o faço com a intenção de estabelecer uma analogia simples entre raça e periferia, tampouco de transpor mecanicamente um modelo histórico para outro contexto. O que me interessa é o gesto conceitual operado pela Negritude: a possibilidade de fissurar, desde dentro, uma categoria produzida pela fronteira moderna como forma de hipernegatividade. A partir desse gesto, coloco a seguinte questão: seria possível pensar algo semelhante em relação à periferia?

Tal como a categoria de “negro” no interior da modernidade colonial, a periferia constitui-se como uma identidade compulsória, fabricada por dispositivos sociais que articulam espaço, corpo e estigma. O periférico, assim como o sujeito racializado, não é apenas alguém que ocupa um determinado território, mas alguém cuja existência social é mediada por uma leitura antecipada, na qual violência, carência e perigo aparecem como atributos quase naturais. A periferia, nesse sentido, opera como uma forma socioterritorial de separabilidade, produzindo sujeitos cuja agência é constantemente colocada sob suspeita.

No entanto, assim como no caso da raça, essa sobredeterminação não esgota a experiência periférica. A periferia não se limita a ser o lugar onde a violência se concentra; ela é também um espaço de produção de práticas, narrativas e formas de pensamento que não se deixam reduzir à lógica da falta. O que proponho aqui é compreender essa dimensão como algo que emerge no interior da própria condição periférica, em tensão permanente com a violência que a funda.

Nesse ponto, a contribuição de autores contemporâneos que pensam a periferia a partir da experiência vivida – como D’Andrea (2013) – torna-se particularmente relevante. Ao tratar a periferia como experiência de mundo, esses trabalhos evidenciam que o periférico não é um sujeito destituído de reflexividade, mas alguém que elabora, a partir de sua posição social, formas próprias de compreensão da cidade, da política e de si mesmo. Essa elaboração reinscreve a violência estrutural em um campo de disputa simbólica.

É nesse sentido que proponho pensar a periferia como uma condição ontológica tensionada. Ontológica não porque se trate de uma essência fixa ou natural, mas porque a periferia incide sobre o modo de ser no mundo, sobre a maneira como o sujeito se percebe, é percebido e se relaciona com o espaço social. A tensão que a atravessa – entre a determinação violenta da fronteira e a afirmação ativa de si – é constitutiva, não resolutiva. Não há superação final da condição periférica, mas há a possibilidade constante de fissurá-la, de deslocar seus sentidos e de recusar sua redução a uma identidade puramente negativa.

Essa cisão periférica, diferentemente de um projeto normativo fechado, já se encontra em curso. Ela se manifesta na produção cultural, na música, no audiovisual, na escrita, na organização política e, cada vez mais, na produção intelectual oriunda das margens da cidade. Trata-se de um movimento que busca reapropriar a forma “periferia”, deslocando-a do campo exclusivo da carência para o da produção de pensamento e de mundo.

É importante sublinhar que essa positividade não implica a negação da violência. Assim como na Negritude de Césaire, a cisão periférica não se constrói a partir de uma reconciliação com a ordem existente, mas de um enfrentamento direto à lógica que produz a separabilidade. A periferia continua sendo o lugar onde a morte é mais provável, onde o Estado se faz presente sobretudo pela força e onde a vida é permanentemente precarizada. A cisão, portanto, não dissolve a fronteira; ela a expõe, a tensiona e a torna politicamente inteligível.

Ao pensar a periferia a partir desse modelo, afasto-me tanto das leituras que a romantizam quanto daquelas que a reduzem a um problema a ser resolvido pelo centro. O que está em jogo é reconhecer a periferia como posição epistemológica, capaz de produzir crítica social a partir de sua própria experiência histórica. Tal reconhecimento não elimina as assimetrias de poder, mas desloca o lugar a partir do qual o conhecimento sobre a cidade e sobre a desigualdade é produzido.

Essa formulação permite, por fim, recolocar o debate sobre as periferias brasileiras em outros termos. Em vez de perguntar apenas como integrar a periferia à cidade, torna-se possível indagar o que a periferia revela sobre a própria cidade, sobre seus regimes de fronteira e sobre os limites de suas promessas democráticas. É nesse deslocamento que reside, a meu ver, a potência política e teórica da cisão periférica.

Ao considerar a possibilidade de uma cisão periférica como gesto de afirmação e produção de si, torna-se indispensável confrontar os limites históricos dessa hipótese no contexto contemporâneo. A periferia que produz linguagem, estética e crítica social é também atravessada, de maneira cada vez mais intensa, por processos de neoliberalização da vida, que incidem diretamente sobre as formas de reprodução social e corroem as bases materiais e simbólicas da experiência coletiva.

Parto aqui da compreensão de que o neoliberalismo não deve ser apreendido apenas como política econômica ou racionalidade estatal, mas como uma forma difusa de governo da vida, que reorganiza expectativas, distribui responsabilidades e redefine os modos legítimos de existir no mundo social. Nesse sentido, as periferias urbanas não constituem um exterior a essa racionalidade; ao contrário, elas se configuram como um de seus espaços privilegiados de experimentação. Como argumenta Canetti, os territórios periféricos contemporâneos são marcados por profundas transformações nas formas de reprodução social, em um contexto no qual a crise do trabalho assalariado e a retração das garantias coletivas produzem uma multiplicidade de estratégias de sobrevivência (Canetti, 2025).

A noção de reprodução social crítica, desenvolvida por Canetti (2025), é central para compreender esse processo. Ela designa o conjunto heterogêneo de práticas por meio das quais sujeitos periféricos garantem sua existência em um cenário de crise estrutural do capitalismo, no qual o trabalho deixa de operar como polo estável de integração social. Microempreendedorismo precário, endividamento de baixa renda, assistencialismo de crise, rentismo periférico, ilegalismos populares e associativismo comunitário compõem uma constelação de estratégias que se articulam de maneira contingente e instável, revelando tanto a inventividade quanto a vulnerabilidade da vida periférica (Canetti, 2025).

É precisamente nesse ponto que emerge o problema do individualismo. A multiplicação dessas estratégias não implica, necessariamente, o fortalecimento de laços coletivos ou a consolidação de projetos comuns de integração social. Ao contrário, a generalização da crise e a monetarização quase total da vida empurram os sujeitos periféricos para formas cada vez mais individualizadas de gestão da sobrevivência. A responsabilidade pela reprodução da vida é deslocada do plano social para o plano do indivíduo, que passa a ser interpelado como empreendedor de si, gestor de riscos e responsável exclusivo por seu sucesso ou fracasso.

Esse processo não deve ser confundido com uma simples adoção de valores oriundos das classes médias ou dos centros urbanos. Trata-se, antes, de um efeito estrutural da reorganização contemporânea da reprodução social. A vida nas periferias é marcada por “emergências cotidianas” permanentes, que interrompem rotinas, fragilizam redes de cuidado e exigem respostas imediatas e pragmáticas. Nessas condições, a ação coletiva torna-se mais difícil de sustentar no tempo, enquanto estratégias individuais de viração e contornamento ganham centralidade.

O resultado é uma forma paradoxal de agência. Por um lado, os sujeitos periféricos demonstram uma notável capacidade de mobilizar recursos, atravessar regimes normativos distintos e reinventar práticas de sobrevivência. Por outro, essa agência se exerce sob condições de extrema precariedade, frequentemente capturada por uma gramática neoliberal que valoriza a resiliência individual, o sacrifício pessoal e a adaptação permanente. A afirmação de si corre, assim, o risco de ser traduzida em desempenho, mérito ou empreendedorismo moral, esvaziando sua potência crítica.

Nesse cenário, a integração social deixa de figurar como horizonte plausível. O trabalho assalariado já não organiza as expectativas de futuro, e a promessa de ascensão social se dissolve em deslocamentos laterais e trajetórias interrompidas. A periferia, que historicamente produziu formas densas de sociabilidade, passa a conviver com processos intensificados de fragmentação e isolamento, nos quais a concorrência entre iguais e a insegurança existencial se tornam experiências recorrentes.

Essa constatação não invalida a hipótese da cisão periférica, mas a reinscreve em um quadro mais rigoroso e menos celebratório. A cisão não pode ser pensada como um

movimento cumulativo de fortalecimento coletivo, mas como uma prática instável, precária e permanentemente ameaçada pelas lógicas contemporâneas de individuação. A fronteira, nesse contexto, não apenas separa; ela fragmenta, dispersa e responsabiliza.

Reconhecer os efeitos do neoliberalismo sobre a reprodução social periférica é, portanto, condição necessária para evitar leituras romantizadas da agência nas margens. A potência crítica da periferia reside menos na promessa de integração ou coesão do que na capacidade de tornar visível essa contradição fundamental: afirmar-se enquanto sujeito coletivo em um mundo que insiste em produzir indivíduos isolados. É nessa tensão – entre produção de si e corrosão dos vínculos – que se joga hoje o alcance e o limite político da experiência periférica.

Considerações finais

Ao longo deste capítulo, busquei deslocar a compreensão das periferias urbanas para além de sua apreensão como territórios empíricos da desigualdade ou como simples efeitos espaciais da urbanização capitalista. Ao mobilizar a noção de fronteira como forma social violenta e o conceito de separabilidade, argumentei que a periferia deve ser compreendida como uma posição produzida, na qual espaço, corpo e estigma se articulam de maneira indissociável. A periferia, nesse sentido, não é apenas o lugar onde a desigualdade se concentra, mas um regime específico de produção de sujeitos.

A aproximação com o projeto da Negritude, em Aimé Césaire, permitiu pensar como categorias historicamente hipernegativadas podem ser fissuradas desde dentro, sem que isso implique a negação da violência que as funda. A cisão, tal como desenvolvida ao longo do texto, não aparece como a superação da fronteira, mas como tensão permanente entre a sobredeterminação violenta e a afirmação ativa de si. Trata-se de um gesto que não dissolve a categoria imposta, mas a desloca, tornando visível seu caráter histórico e político.

As leituras da introdução da tese de Sueli Carneiro e da narrativa estética de *Sobrevivendo no Inferno*, dos Racionais MC's, permitiram observar esse funcionamento em ato. Em ambos os casos, a identidade compulsória – da escrava, do periférico – é simultaneamente exposta e tensionada. A denúncia da violência categorial não se limita a um registro descritivo, mas opera como prática de deslocamento do lugar de fala, produzindo fissuras no regime de separabilidade que sustenta a fronteira racial e socioterritorial.

No entanto, a introdução do debate sobre neoliberalismo e reprodução social crítica impôs um deslocamento necessário ao argumento. Se a cisão periférica permite reconhecer formas de agência e produção de si nas margens da cidade, ela não pode ser pensada de maneira abstrata ou desvinculada das condições históricas contemporâneas. O atual estágio da neoliberalização da vida intensifica a precarização material e incide diretamente sobre as formas de vínculo, solidariedade e integração social, produzindo um cenário no qual a sobrevivência é cada vez mais individualizada.

Nesse contexto, a periferia aparece como um espaço atravessado por contradições profundas. Ao mesmo tempo em que produz linguagem, estética e crítica social, ela é submetida a lógicas de individuação que corroem as bases coletivas dessa produção. A crise do trabalho assalariado, a retração das garantias sociais e a monetarização da vida empurram os sujeitos periféricos para estratégias fragmentadas de reprodução social, nas quais a responsabilidade pela existência é deslocada para o indivíduo. A afirmação de si, nessas condições, corre o risco de ser capturada por gramáticas neoliberais de desempenho, mérito e resiliência.

Reconhecer esses limites é fundamental para evitar leituras romantizadas da periferia. A cisão periférica não deve ser compreendida como um processo cumulativo de fortalecimento coletivo ou como promessa de integração futura, mas como uma prática instável, precária e constantemente ameaçada. A fronteira, longe de desaparecer, se reconfigura: ela não apenas separa, mas fragmenta, dispersa e responsabiliza, produzindo sujeitos que devem gerir individualmente as consequências de uma violência estrutural que não controlam.

A principal contribuição deste capítulo consiste, assim, em propor uma leitura da periferia que articula três dimensões inseparáveis: a violência da fronteira, a possibilidade da cisão e os limites impostos pelas formas contemporâneas de governo da vida. Ao pensar a periferia como uma condição ontológica tensionada – e não como essência, déficit ou promessa – torna-se possível recolocar o debate urbano brasileiro em outros termos. Em vez de perguntar apenas como integrar a periferia à cidade, passa a ser central indagar o que a periferia revela sobre a própria cidade, sobre seus regimes de separação e sobre as contradições de seu projeto democrático.

Por fim, pensar a periferia a partir dessa tensão implica reconhecer sua potência crítica sem perder de vista sua vulnerabilidade estrutural. A periferia não é apenas objeto de políticas públicas ou de intervenções técnicas, mas lugar de produção de pensamento, ainda que esse pensamento se produza sob condições adversas, fragmentadas e frequentemente hostis. É nesse espaço instável – entre a afirmação e a corrosão dos vínculos, entre a denúncia e a sobrevivência – que se joga hoje o alcance político e ético da experiência periférica e sua contribuição incontornável para o pensamento social contemporâneo.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. Tradução de Daniela Kern e Guilherme J. F. Teixeira. Porto Alegre: Zouk, 2011.

CANETTI, Thiago. Geografias da reprodução social crítica: heterogeneidade de práticas na urbanização periférica. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 27, e202504, 2025.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Tradução de Claudio Willer. São Paulo: Veneta, 2020.

CRUZ, Gabriel da. **As fronteiras urbanas e os estigmas sociais: uma investigação da desigualdade socioespacial a partir do corpo**. Trabalho de Conclusão de Curso (Arquitetura e Urbanismo) da Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFMG. Belo Horizonte, 2022.

D'ANDREA, Tiaraju Pablo. **A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo**. 2013. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

RACIONAIS MC'S. **Sobrevivendo no inferno**. São Paulo: Cosa Nostra, 1997.

SILVA, Denise Ferreira da. Diferença sem separabilidade. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 64, p. 32–65, abr. 2016.

SILVA, Denise Ferreira da. **Homo Modernus: para uma idéia global de raça**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2022.

EM BUSCA DA SOCIEDADE SEM CLASSES:

FRONTEIRAS SIMBÓLICAS E ESPACIAIS DO EMPREENDEDORISMO NA PERIFERIA DE SÃO PAULO



Henrique Costa

Introdução

Era novembro de 2008 quando Paraisópolis apareceu nas páginas do prestigiado jornal britânico *Financial Times*. O motivo ganhou exclamações desdenhosas de solenidade terceiro-mundista no relato do jornalista: a abertura de uma loja das Casas Bahia na favela paulistana, escolhida para ser a primeira comunidade a receber a popularíssima rede de varejo, foi saudada com show do grupo de pagode Exaltasamba e agitação de centenas de pessoas, que dançavam “como se não houvesse amanhã”. A partir daquele dia, ao invés de enfrentar uma pequena viagem de mais de uma hora para o bairro de Santo Amaro, o cliente morador da favela teria uma Casas Bahia bem ali para pagar seus carnês e ainda com uma infinidade de mercadorias para aproveitar na visita. A matéria informava que a expectativa da loja era de crescimento contínuo, o que se confirmou, já que a loja continua lá apesar das repetidas crises econômicas e políticas pelas quais o país atravessou desde então (Wheatley, 2008).

Em larga medida, o êxito das Casas Bahia é resultado da inclusão pelo consumo dos anos lulistas,¹ mas a prosperidade das cadeias de varejo, mesmo após a desaceleração dos anos de 2015 e 2016, demonstra que o setor manteve o ritmo mesmo com a alta do desemprego e de outros indicadores negativos. Em 2019, as vendas do comércio varejista cresceram 1,8%, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a terceira alta anual seguida. O crescimento não era apenas das grandes redes, mas também do empreendedorismo popular: às vésperas do início da pandemia de Covid-19, o número de autônomos com CNPJ, como é o caso do microempreendedor individual, saltava para 5,1 milhões, crescimento de quase 9% em um ano, além dos 19,4 milhões de trabalhadores por conta própria na informalidade, quase 2% a mais do que em 2018.

Paraisópolis é um exemplo notável da atual conformação da periferia paulistana, que combina aumento no acesso a produtos e serviços; melhoria da infraestrutura urbana, mas também a multiplicação de condomínios, os “enclaves fortificados” como denomina Teresa Caldeira (2000); a consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) na regulação do crime; a impressionante expansão do pentecostalismo e, finalmente, o apagamento das fronteiras entre formal e informal no mundo do trabalho, abrindo espaço para o empreendedorismo popular. Esse último fenômeno expressa uma bem articulada composição entre ideologia e transformações na vida material das classes populares; uma estrutura de sentimentos,² portanto, que caracteriza a vida sem salário no mundo contemporâneo.³

¹ A popularidade das Casas Bahia cresceu junto do mito de seu fundador, o empresário Samuel Klein. Por sinal, em 2006, em campanha para sua reeleição, o então presidente Lula esteve na inauguração de um centro de distribuição da rede em São Bernardo do Campo e elogiou Klein ao declarar que “embora não seja presidente das Casas Bahia, seja presidente do Brasil, a minha concepção de tratamento deste país é a concepção que o senhor teve de estabelecer a sua parceria com a parte pobre da população”. SCINOCCA, Ana Paula. “Lula elege Casas Bahia como modelo de desenvolvimento para o Brasil”. *O Estado de S. Paulo*, 29 abr. 2006.

² Raymond Williams (1977) vê nas estruturas de sentimento a consciência prática de um momento, formas emergentes ou pré-emergentes cujas experiências constituem uma prática geracional que difere da experiência social, caracterizada especialmente pelas formas dominantes e residuais.

³ O conceito foi originalmente formulado por Michael Denning (2010) e tem sido usado também por outros pesquisadores no Brasil, como Thiago Canettieri (2024).

Tais mudanças ressignificaram também as dimensões simbólicas da desigualdade metropolitana. Na cidade de São Paulo, uma metáfora poderosa, popularizada pela cultura periférica e especialmente pelo rap dos Racionais MC's, é a da "ponte". Elas servem para conectar concretamente a periferia da zona sul separada pelas ramificações do rio Pinheiros dos bairros de classe média-alta e dos empregos que existem sobretudo do lado de lá. Ela é inspiradora também por representar o desejo de mobilidade social sempre latente, assim como a grandiosidade deste desafio.

Aqui, analiso o empreendedorismo como um mecanismo simbólico e moral de mobilidade nas periferias urbanas de São Paulo. Baseado na etnografia que conduzi entre 2017 e 2021, este texto analisa um duplo movimento: o desejo de atravessar as fronteiras sociais e espaciais que separam a periferia do centro e a experiência reiterada de bloqueio ou retorno. Argumento que o empreendedorismo popular encena uma travessia moral em direção à autonomia e ao reconhecimento, mas que permanece circunscrita pelas desigualdades estruturais que definem a urbanização periférica, e discuto como a circulação de ideias sobre autonomia, mérito e autogerenciamento se articula com os afetos da incerteza e do sofrimento social. Assim, proponho compreender o empreendedorismo na periferia não como fenômeno econômico isolado, mas como performance de pertencimento e distinção dentro de uma geografia desigual da modernidade urbana brasileira.

Para isso, destaco alguns achados de pesquisa que ilustram esse processo de travessia simbólica em duas dimensões complementares, o trabalho e a questão urbana, mediadas pelos fenômenos culturais de nossa época. Com suas expectativas e contradições, o empreendedorismo ressignifica a ponte entre tradição e modernidade e subordinação e autonomia e é parte essencial de uma cultura que contém um paradigma utópico: isso significa que precisa responder a necessidades reais das pessoas não como uma distração vazia ou mera "falsa consciência", mas, como observou Fredric Jameson (1992), transformando ansiedades e fantasias sociais e políticas em presença efetiva nas mercadorias culturais para que elas posteriormente sejam administradas ou reprimidas.

Empreendedorismo e utopia

A caminho da zona sul de São Paulo vindo do centro da cidade, seguindo de ônibus pela avenida Marginal ou de trem pela linha Esmeralda da CPTM, avistam-se as pontes que adornam o rio Pinheiros. Durante boa parte do trajeto, edifícios espelhados, sedes de multinacionais, hotéis de cadeias internacionais e templos de consumo de luxo se reproduzem na paisagem insólita de uma das maiores cidades do mundo. Por volta de junho de 2019, encontrava-se estampado na fachada de um desses prédios, de modo a ser visto a muitos quilômetros de distância, a frase "Bora empreender, Brasil", uma campanha do Banco Santander. Notável já no transporte público, a população preta e parda cresce proporcionalmente durante o trajeto.⁴

⁴ Impressão confirmada pelo Censo de 2010, em que os distritos do Jardim Ângela, Grajaú e Parelheiros aparecem como os com maior população preta e parda da cidade.

Especialmente nos vagões da CPTM, a delirante alternância de trabalhadores informais oferece de frutas da estação a carregadores de celulares, e quando mais de um deles escorrega vagão lotado adentro ao mesmo tempo, torce-se para que a solidariedade entre despossuídos supere a necessidade e a competição.

O trajeto do ônibus para Paraisópolis é uma das mais notáveis demonstrações de desigualdade possíveis de serem observadas na cidade de São Paulo. Costurando o bairro do Morumbi, o veículo atravessa as inevitáveis mansões e condomínios em estilo neoclássico, o Palácio dos Bandeirantes – a imponente e *kitsch* sede do governo paulista –, hospitais e clínicas de alto padrão. O cenário só é momentaneamente interrompido pelo estádio do São Paulo Futebol Clube, projetado pelo arquiteto João Batista Vilanova Artigas, referência do modernismo paulista, e pelo seu entorno ocupado por vendedores ambulantes a comercializar de bebidas e refeições rápidas a, evidentemente, camisas de futebol, todas devidamente falsificadas. Mais alguns poucos quilômetros e se chega a uma das vias que separam o bairro de classe média-alta, desolado pela vida escassa nas suas calçadas estreitas, da avenida Hebe Camargo e da intensa circulação nas ruas e vielas da segunda maior favela da cidade, lar de mais de 150 mil pessoas segundo projeções do Seade População.⁵

Na avenida que homenageia a falecida apresentadora do SBT, a profusão de pequenos comércios já passa o recado da “vocação” da favela, resultado de um loteamento fracassado dos anos 1920. As construções do estádio do Morumbi e do hospital Albert Einstein no bairro vizinho atrairiam muitos trabalhadores da construção civil a partir da década de 1950, e esta população aumentaria ainda mais com a imigração nordestina nos anos seguintes. Esse crescimento vertiginoso nunca foi acompanhado pela infraestrutura necessária, multiplicando na lógica da desordem, como observou Kowarick (1980).

Em Paraisópolis, há bancos e agências de microcrédito e uma ou outra loja de grande porte, equipamentos comunitários geralmente associados a ONGs e organizações sociais (OS), unidades básicas de saúde (UBS), um Centro Educacional Unificado (CEU) e uma Escola Técnica Estadual (ETEC). O miolo da favela é denso, a estreiteza de suas ruas é frequentemente opressiva, mas impera ali uma sensação de caos ordenado. O tijolo baiano predomina na paisagem de autoconstruções encadeadas lado a lado, com suas lajes erguidas de maneira a desafiar a engenharia: são três, às vezes quatro andares, muitos com algum comércio no térreo. Circular a pé envolve atenção redobrada, pois poucos metros de calçada ficam livres para os pedestres, o que os obriga a invadir a rua e ser alvo potencial de alguma motocicleta a costurar o trânsito engarrafado. Nas vias principais, a sequência de lojas de roupas, acessórios, eletrônicos, bolos, artigos religiosos, mercadinhos e bares é delirante, e na frente deles centenas de camelôs ocupam parte das ruas, vendendo CDs e DVDs, pen drives, cigarros, frutas, camisas de futebol. Sebos improvisados em algum lençol no chão exibem livros de autoajuda, informática, inglês e

⁵ Disponível em: <https://populacao.seade.gov.br/evolucao-populacional-msp/>.

romances de gosto duvidoso. Diferentemente de outros importantes endereços de comércio no Centro, como a Praça da República ou a rua Santa Ifigênia, aqui não há preocupação com o rapa.

Exibida em 2015, o folhetim *I love Paraisópolis* é ainda marcante na comunidade: aparece em grafites em muros e no interior de botecos no estilo Vila Madalena e ajudou muitos artistas locais a se sobressaírem, como Antônio Ednaldo da Silva, o Berbela, que assina as esculturas de ferro-velho que aparecem na abertura da novela – seu trabalho é feito com as peças rejeitadas do seu ganha-pão oficial de mecânico de motocicletas. Por sinal, nessa apresentação inicial houve um esforço por parte da Globo de fazer com que moradores da favela tivessem lugar de destaque: outro filho de Paraisópolis, o músico Victor Kreutz compôs e interpretou o samba-rock que toca na abertura. Já no primeiro verso, o cantor da quebrada referenda a histórica postura da emissora da família Marinho de exaltação de uma identidade essencialmente brasileira e mestiça, bradando que “negro, branco, pardo, colorido; Caucasiano, todos em um grito de não; Ao preconceito, viva a miscigenação; Mistura de raças, somos a cor do Brasil” (Hamburger, 1998).⁶

A novela contava uma história simples, a da mocinha batalhadora que se apaixona pelo jovem rico e bem-intencionado, e todas as “complicações” trazidas pelo namoro proibido, como a intransigente recusa do relacionamento pela família esnobe do rapaz, moradora do Morumbi, mas com vista para a favela. O que fez da novela um caso notável não foi a banalidade do roteiro, nem mesmo o cenário de uma comunidade precária – que, aliás, foi espelhada nos estúdios da emissora no Rio de Janeiro. Tratava-se de exaltar a ascensão da “nova classe média” ali localizada e seu suposto caráter empreendedor, ansiosa pelas oportunidades que o crescimento econômico dos anos anteriores havia trazido (Méndes, 2017).

Assim, a jovem protagonista Marizete e sua irmã de criação já no primeiro episódio aparecem chegando a Nova York à procura de trabalho depois de vários percalços típicos da vida sem salário nas periferias, reproduzindo um lugar-comum da mobilidade social brasileira. Entre *merchandisings* descarados, a narração em *off* da protagonista conta em *flashback* que “se a gente chegou até aqui, construiu uma cidade dentro da cidade, é porque a gente merece uma chance”, enquanto uma ensolarada tomada aérea de Paraisópolis preenche a tela. Na sequência, percorrendo com as mãos bugigangas de uma vendedora ambulante em plena Times Square, Marizete é surpreendida por uma espécie de rapa nova-iorquino que causa um rebuliço típico das grandes cidades brasileiras, no que as amigas acabam perdendo a bolsa com dinheiro e passaportes. A cena imediatamente nos aproxima da realidade daqui e da *brasilianização* do mundo, como sugeriu Ulrich Beck (2014) – em São Paulo ou Nova York, temos todos os “mesmos” problemas, assim como as soluções. No começo, a mocinha com bom currículo (sugere-se que tem ensino superior), porém endividada e desempregada, aceita o trabalho de faxineira em um edifício empresarial, comemorando com humildade a “carteira assinada”. No enredo de idas e

⁶ A novela foi um dos maiores sucessos televisivos da década, com uma média de 24 pontos no Ibope, o que equivale a mais de 1,6 milhão de domicílios apenas na Grande São Paulo (cf. BOTTO, 2015).

vindas, os “aprendizados” a levam, contudo, a terminar a novela como dona de um restaurante em Paraisópolis, erguido com a ajuda financeira do agora marido, em uma grande exaltação da conciliação das classes.

A despeito de todos os símbolos expostos acima, inclusive o machismo desse renovado conto de fadas (vez ou outra mesclado com cenas em que a protagonista, praticante de *krav maga*, escapa de assédios pela autodefesa), Paraisópolis conta com inúmeras trajetórias que em alguma medida compartilham do sonho de Marizete. Novos empreendimentos na favela deixaram de ter a feição da viração tradicional e ganharam adornos mais requintados, como a oficina de Berbela, que agora conta com um restaurante ao lado decorado com seus trabalhos, ou o boteco Paraíso Chic, um amplo salão na sobreloja, cuidadosamente decorado onde desfilavam garçons de gravata-borboleta oferecendo o cardápio de cerveja artesanal. Lá me abriguei em uma tarde de chuva torrencial e observei a classe ascendente local tomando boa parte do recinto. A vista oferecida é para a favela, o que não deixa de causar certo estranhamento: uma ilha descolada em meio a um mar de precariedade. Mas essa sensação era provavelmente só minha, que algumas horas depois teria alguma dificuldade para deixar Paraisópolis, como abordo ao final deste texto.

O principal conflito contado em *I love Paraisópolis* diz respeito exatamente à mudança de foco em relação à comunidade por parte dos setores dominantes da sociedade. Enquanto o jovem arquiteto idealista quer tocar um projeto de urbanização da favela, um grupo de incorporadores que inclui o padrasto do rapaz quer colocá-la abaixo, expulsando seus moradores e gentrificando a área. Sua vilania é punida, e a estética popular sai triunfante com o restaurante da heroína Marizete erguido em plena favela. Mas com um detalhe importante: não se trata de um comércio típico da favela com sua precariedade característica, mas uma versão *gourmet*, evidentemente sem nenhuma interferência ou necessidade do Estado.

O presidente da influente União dos Moradores e do Comércio de Paraisópolis (UMCP) é Gilson Rodrigues, conhecido lá como “prefeito” devido a sua intensa atividade dentro e fora da comunidade. Ele encabeça o G10 Favelas, iniciativa que resultou do primeiro *Slum Summit* (Cúpula das Favelas), realizado em 2019 e que reuniu representantes das dez maiores favelas do país.⁷ Hoje, o G10 possui seu próprio banco baseado no modelo de Yunus, o G10 Bank, do qual Gilson é o *chief executive officer* (CEO). O banco oferece crédito de mil a 15 mil reais para pequenos empreendedores, cobrando taxa de juros de 0,99% ao mês.⁸ Na edição de 2021 do *Slum Summit*, Rodrigues comandou em Paraisópolis o evento de oferta pública inicial (IPO) para

⁷ O G10 Favelas se define como “um bloco de Líderes e Empreendedores de Impacto Social das Favelas que, assim como os países ricos (Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido) do G-7, uniu forças em prol do desenvolvimento econômico e protagonismo das Comunidades, visando o desenvolvimento econômico e social dessas áreas urbanas”. O grupo é formado pelas favelas Rocinha (RJ), Rio das Pedras (RJ), Heliópolis (SP), Paraisópolis (SP), Cidade de Deus (AM), Baixadas da Condor (PA), Baixadas da Estrada Nova Jurunas (PA), Casa Amarela (PE), Coroadinho (MA) e Sol Nascente (DF). Disponível em: <http://www.g10favelas.org/>.

⁸ CESAR, Marília. G10 Favelas procura empreendedores. *Valor Econômico*, 2 ago. 2021. Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2021/08/02/g10-favelas-procura-empreendedores.ghtml>. Acesso em: 21 out. 2021.

a criação do primeiro “unicórnio”⁹ de uma favela brasileira, a startup de logística Favela Brasil Xpress, que se especializou em garantir que as compras feitas pela internet por moradores da região cheguem ao destino. Ele também integra a banca julgadora do *Comunidades a 1000*, um reality show de impacto social criado pela empresária da moda Cris Arcangeli, cuja primeira temporada avaliou cinco negócios idealizados e conduzidos por mulheres de Paraisópolis, selecionados por Rodrigues. Todas as participantes receberam uma mentoria, uma espécie de orientação empresarial oferecida por consultorias, para acelerar seu negócio, mas a vencedora ainda levou um prêmio em dinheiro, além de ser acompanhada presencialmente, e não online como as demais.

Antes do *Comunidades a 1000*, Arcangeli foi jurada de outro reality show para aspirantes a empreendedores, o *Shark Tank Brasil*, exibido no canal de TV por assinatura Sony Channel desde 2016 e reprisado na TV Bandeirantes. Sua origem é a franquia japonesa *Dragon’s Den*, com versões em vários países do mundo, a mais famosa delas nos Estados Unidos. O programa consiste no seguinte: cinco empresários e investidores reconhecidos no país formam uma banca de avaliação, em que são apresentados os negócios idealizados por aspirantes de origens e situações sociais variadas. Chamados de “tubarões”, a banca decide com base no modelo de *pitch* (uma apresentação curta, de 2 a 3 minutos) se a proposta é economicamente viável e fazem propostas de negócio que se veem potencial, geralmente uma participação societária. O candidato pode fazer contrapropostas, o que aumenta a sensação de tensão e expectativa de quem acompanha. A maioria, evidentemente, sai de mãos abanando, não sem ganhar pelo menos um conselho da banca, cujo elenco fixo inclui, por exemplo, o “midas das franquias” José Carlos Semenzato, da holding SMZTO (dono da rede de depilação EspaçoLaser, do Instituto Embelleze, além de restaurantes, escolas de informática etc.), e investidores convidados como Luiza Trajano, fundadora do Magazine Luiza. O despreparo do candidato é frequentemente punido com certo sadismo disfarçado de rigor, afinal a humilhação é um dos ingredientes do sucesso de qualquer reality show (Vianna, 2011).

No *Shark Tank Brasil*, quando o aspirante a empreendedor já tem um negócio razoavelmente estabelecido e está procurando expandi-lo, o risco da humilhação pode compensar mesmo quando o *pitch* não vinga. Na temporada de 2020, o reality show focou em negócios de impacto social, especialmente de inspiração antirracistas, periféricos e de gênero, ocasião em que se arriscaram Robson e Tássio,¹⁰ sócios fundadores da hamburgueria de Paraisópolis, à época com apenas um ano de funcionamento, o suficiente para chamar a atenção da produção do programa. Animados, mas com dificuldade de disfarçar o nervosismo, os dois apresentaram rapidamente os hambúrgueres e sua proposta de expansão, inicialmente para mais duas unidades, para a qual pediam um investimento de 250 mil reais em troca de 20% da empresa. Falaram da “reeducação” alimentar que estavam promovendo na favela e do “diferencial” que era seu *blend*

⁹ Gíria do mercado financeiro para *startups* avaliadas em mais de 1 bilhão de dólares.

¹⁰ Os nomes e referências aos interlocutores foram alterados para resguardar sua privacidade.

de carnes. Além disso, prometiam que o negócio seria uma “ferramenta de inclusão social”, usando as novas cozinhas para formar os chapeiros de seus próprios restaurantes. A edição do programa, com sua trilha sonora de suspense e as expressões desconfiadas dos membros da banca acentuam o tom dramático, cujo desfecho costuma ser a temida resposta “por esse motivo, eu tô fora!”, precedida de alguma justificativa qualquer dos investidores e uma cara de lamento ou decepção. Foi exatamente isso o que aconteceu com os dois empreendedores da hamburgueria, que não convenceram os cinco jurados: a desculpa mais ouvida por eles foi que seu negócio não era “escalável”, ou seja, não era capaz de crescer rapidamente, um argumento *ad hoc* que se fosse sempre levado a cabo, não deixaria esperança para quase nenhum candidato.¹¹

O esforço das centenas de participantes que já passaram pelo programa é se adaptar às expectativas dos “tubarões”. Isso faz com que abundem termos como escalável, diferencial competitivo e anglicismos injustificáveis como *appetite appeal* e *valuation*, independentemente do tamanho que esses negócios já tenham, da origem social dos candidatos, do seu potencial disruptivo ou do traquejo deles para o mundo corporativo. Isso é, de certa forma, reconhecido com palavras de incentivo, mas a busca deles é mesmo pela promoção que o *Shark Tank* oferece: além do programa televisivo, trechos dos *pitches* são reproduzidos posteriormente – editados – nas plataformas online do programa, e os próprios candidatos os disponibilizam nas suas redes sociais. No caso da hamburgueria, um ano depois o vídeo da apresentação deles no Youtube contava com cerca de 500 mil visualizações.

Sofrimento e esperança

Em um domingo de agosto de 2019, desci do trem no dia mais frio do ano em São Paulo, com garoa e temperatura por volta de 12°C; na estação Grajaú da CPTM a intensa aglomeração de viradores era a mesma de sempre. A alguns quilômetros dali estava o meu destino, o Festival Amaphiko, que contou com palco para shows, um tablado que abrigou os debates da tarde, e um grande bar posicionado na entrada da praça que vendia os produtos da Red Bull, que patrocinou o evento. Em uma arquibancada lateral, um público majoritariamente jovem e preto ocupava o espaço, e circulando pela praça o tom de engajamento político se via em praticamente tudo, com exceção daquela ilha de bebidas energéticas que lhe dava uma cara de festa. O debate reunia algumas figuras importantes do empreendedorismo periférico, que faziam a denúncia do racismo estrutural acompanhada da exortação a enfrentá-lo pela inspiração ancestral. Por sinal, a expressão “Futuro Ancestral” era o slogan do evento.

Amaphiko, no idioma zulu, significa “asas”. Segundo o site do festival, “foi inspirada nessa palavra que a Red Bull iniciou um programa global com o objetivo de potencializar o

¹¹ Silvia Vianna (2011) destaca esse aspecto aleatório dos reality shows contemporâneos em relação aos tradicionais programas de calouros da era hegemônica da TV aberta, em que alguma noção de justiça se fazia presente nas debochadas “análises” de acertos e erros por parte dos jurados. Nos reality shows, por sua vez, tratam-se de avaliações “subjetivas”.

desenvolvimento de pessoas e projetos que podem gerar impacto positivo na sociedade”. Coincidência ou não, o slogan da empresa é “Red Bull te dá asas”. Anualmente, a empresa seleciona algumas dezenas de fellows, empreendedores que já tenham um projeto engatilhado ou em andamento, e que se destacam pela inovação de suas propostas.¹² Mas na outra ponta dessa relação, a dificuldade de acessar esses espaços para a grande maioria dos empreendedores fica evidente. Relegados aos cantos e ruas laterais, não mais do que vinte empreendimentos, entre artesanato, moda e gastronomia, disputavam algum destaque, fomentando protestos de alguns deles.

Felipe nasceu na Bahia, tinha 31 anos, se formou em design gráfico e estudou a vida toda em colégios particulares. Foi morar na zona leste de São Paulo já adulto, e faz o périplo das feiras de empreendedorismo social pela cidade. Felipe faz artesanatos que comercializa em uma loja colaborativa voltada para afroempreendedores enquanto tira dos frilas sua remuneração principal. Diz que passar a vida inteira tendo chefe “é complicado”, sem disfarçar o olhar amuado. Sérgio, de 27 anos, não teve sua proposta selecionada pela organização do festival e fazia um bico como atendente em outra tenda. Com a companheira ele faz artesanato inspirado na estética afro em sua casa no Grajaú, onde nasceu e cresceu, e com apenas nove anos de idade já trabalhava em feira livre. “Já comecei com empreendedorismo de *menor*”,¹³ graceja. Trabalhou em uma loja do Burger King e depois de cinco anos em diversos restaurantes, deixou a vida de assalariado pelo empreendedorismo. Também começou a se interessar por reciclagem ao notar a situação da coleta de lixo na periferia. Sérgio hoje acredita estar atrás de seu próprio sonho: “carteira assinada tem mais segurança, porém, a gente não consegue viver direito trabalhando assim todo dia, todo dia, todo dia pra sustentar um sonho que não é seu... é meio assim, constrangedor”. Nas palavras do artesão, o empreendedorismo se justifica pelo que tem de “político”.

Não se trata de fugir da precariedade, mas de buscar “um sonho”, diz o discurso disseminado no circuito do empreendedorismo periférico. Mas para algumas das trajetórias narradas aqui, é o peso da realidade do trabalho assalariado que atormenta, e para o qual o empreendedorismo traz um remédio que pode ser incerto, inconsequente ou imaginário; e assim ele injeta no sujeito uma esperança num futuro que pelos menos o liberte de situações de opressão e de abuso. Ana Luiza, de 34 anos, e Carla, de 38, criaram uma marca de acessórios voltada para o público negro e para o “empoderamento infantil”. A primeira é mãe de três filhos e mora em Guarulhos, e a segunda vive na zona norte da capital e tem um filho; ambas são professoras, mas Carla também é “coach educacional”. Seu sonho um dia foi fazer artes cênicas, mas desistiu dele quando percebeu que “não trazia rentabilidade”. Ela conta que, como trabalhava com crianças com deficiência, se especializou em lidar com “inteligência emocional”.

¹² Disponível em: <https://www.redbull.com/br-pt/projects/red-bull-amaphiko>.

¹³ A expressão “de menor” indica menoridade legal, mas é geralmente atribuída em tom jocoso a crianças e jovens pobres; no caso, o interlocutor a usou como autoironia.

Ana Luiza é mais cética com sua profissão. Ao contrário de sua sócia, seu sonho era mesmo o magistério, mas a experiência na sala de aula não foi como ela esperava. Com certo mistério e voz tremida, Ana conta ter tido depressão “por processos em sala de aula”, que ela prefere não detalhar. Seu marido estava desempregado e nada parecia se resolver. De modo que ela decidiu seguir um mantra do mundo contemporâneo – “na crise, crie”, diz ela com um largo sorriso a expressar otimismo. Ana já não via carreira como professora: essa expectativa ela tem agora como empreendedora, apesar de ainda não ter deixado a escola definitivamente. Indiferente em relação aos rumos da economia ou da política institucional, Ana prega que “temos que sobreviver”.

Cerca de um ano depois, com muita confiança e carisma, Ana se apresentou como “fundadora e CEO” de sua marca de design no estúdio do Shark Tank Brasil. Com uma linha de “papeleria étnico inclusiva” e de bolsas funcionais, ela defendeu que seu empreendedorismo não era por necessidade, mas sim por “cura”: perguntada por uma das “sharks”, ela contou ter sido agredida por um aluno em sala de aula, fato que explicava a depressão mencionada na conversa comigo. Não foi por isso, contudo, que Ana recebeu uma proposta no programa e vendeu 30% da sua marca em troca de um investimento de 280 mil reais. Foi pela perseverança que mantém viva a utopia empreendedora.

Trabalho: do precário ao empreendedor

Na classe trabalhadora paulista, as reconfigurações do mundo do trabalho já se faziam sentir desde o final do século XX. Entre os operários do ABC paulista, observava-se a percepção de que as exigências de qualificação aumentavam ano após ano, o que levava muitas famílias a investir, no limite de suas possibilidades, na escolarização e na formação profissional dos filhos. Como mostrou Kimi Tomizaki (2006), esse investimento carregava ambiguidades profundas: ele só pode ser compreendido à luz dos processos de mobilidade social que marcaram as trajetórias dessas famílias e transformaram seus modos de vida. Pais e filhos construía, por meio de conflitos e alianças, projetos de futuro que refletiam tanto expectativas de ascensão quanto o reconhecimento de limites estruturais.

Os jovens operários entrevistados por Tomizaki compartilhavam um sentimento comum em relação à sua condição: tratava-se de uma situação provisória, a ser superada pela conquista de credenciais escolares mais valorizadas. O prolongamento da escolarização permitiu que esses jovens atravessassem a barreira que, no Brasil, historicamente separou aqueles com acesso à escola daqueles que dela permaneceram excluídos, como seus próprios pais. Essa travessia, no entanto, não se traduzia automaticamente em estabilidade ou reconhecimento no mercado de trabalho, mas produzia novas disposições subjetivas, expectativas e frustrações.

Nas experiências analisadas nesta pesquisa, essas tendências não apenas se confirmaram como se aprofundaram entre os interlocutores mais jovens. Diferentemente das gerações

anteriores, esses jovens, muitos dos quais se autodenominam empreendedores e estão envolvidos com o empreendedorismo social, não interpretam sua condição como simples infortúnio. Ao contrário, a autonomia aparece como uma espécie de revolução pessoal e coletiva, capaz de transformar suas trajetórias e, em alguma medida, suas periferias. O mercado de trabalho assalariado é visto com desconfiança e contrariedade, descrito por alguns como um “plano” alheio que os enquadra em ocupações precárias e, mais do que isso, reprime seus sonhos.

Essa rejeição ao mercado de trabalho não implica, contudo, uma negação do trabalho enquanto valor moral. Como observou Elis, uma jovem empreendedora indígena de 24 anos moradora do Jardim São Luís, ainda que faça ressalvas, “dentro dessa sociedade e dentro dessa ideologia que tá dada, o trabalho é dignidade”. Entre os empreendedores sociais, é comum a dedicação integral às atividades, frequentemente entrelaçadas com momentos de lazer. A diferença reside no modo como esse engajamento é significado: trata-se de empreendedorismo, entendido como ruptura com normas associadas ao trabalho assalariado, como horários rígidos e subordinação a um patrão. Essa aspiração à ruptura atravessa todos os interlocutores, mas entre os mais jovens assume a forma de uma ambição específica, frequentemente expressa como “sonho”: o trabalho como espaço de realização pessoal e satisfação subjetiva.

Essa ambição se manifesta, de modo sintomático, na exigência de reconhecimento do mérito. Ressignificado, o mérito deixa de se apoiar em critérios objetivos e passa a operar como princípio moral altamente subjetivo, produzindo novas formas de ansiedade e sofrimento. Enquanto os mais velhos começaram a trabalhar ainda na infância ou adolescência, atribuindo valor positivo a essa experiência como fonte de reconhecimento social, os mais jovens ancoram suas expectativas em critérios difusos de autorrealização, autonomia e reconhecimento simbólico. Esse cenário reforça o diagnóstico público sobre a inviabilidade da sociedade do trabalho. Parte-se da premissa de que existe uma população sem perspectivas de integração à cidadania regulada, a ser administrada por meio de políticas de transferência de renda ou por estratégias de autogerenciamento.

A racionalidade instrumental avança, assim, sobre uma base de capitalismo periférico. Ela se infiltra nos currículos escolares, mas não encontra correspondência em um mercado de trabalho capaz de absorver essa formação (Corseuil; Franca; Poloponsky, 2020). O resultado é a criação de empregos de baixa qualificação e remuneração, frequentemente ocupados por jovens com escolaridade superior às exigências das funções. O mundo contemporâneo, nesse sentido, os captura por ambos os lados: nem a obtenção do diploma parece racional, nem o mercado de trabalho oferece perspectivas consistentes.¹⁴

¹⁴ Por sinal, ao viverem o empreendedorismo como uma forma de engajamento, “a ausência de educação formal não representa um empecilho, ao contrário, gera reconhecimento, graças ao acúmulo de um conhecimento específico. Nomear-se produtor cultural é, nesse contexto, uma forma de legitimação social”. (Tommasi e Silva, 2020, p. 203). Por sinal, a ocupação “produtor cultural” é bastante recorrente entre meus interlocutores.

O momento em que os interlocutores mais jovens passaram a questionar seu lugar no mundo coincide com o período economicamente favorável da transição entre os governos Lula e Dilma. Essa aparente contradição atravessa os discursos de jovens politizados, que reconhecem programas como Prouni e Fies como conquistas centrais dos governos Lula, responsáveis por “colocar o pobre na universidade”, mas percebem que seu impacto foi sobretudo simbólico e subjetivo. Muitos não concluíram a graduação e poucos acessaram diretamente esses benefícios, mas o efeito sobre a autoestima e o horizonte de expectativas foi significativo. Como afirmou o interlocutor João Vicente, um empreendedor social com 30 anos à época e morador do Campo Limpo, o indivíduo que fez o Prouni não vai “desprounizar” e o que foi conquistado “não vai voltar pra trás.” E, a partir daí, “a gente só vai querer mais direitos”.¹⁵

Se a precariedade permanece estruturalmente ancorada em padrões históricos, o que se transforma é a percepção dessa precariedade. O aumento da escolarização e a disseminação de dispositivos técnicos de autogerenciamento intensificaram-se nas últimas décadas. Ao mesmo tempo em que a universidade se proletarizava, difundia-se o ensino do empreendedorismo como formação de uma nova força de trabalho. Na lógica do capital humano, a manutenção da empregabilidade torna-se responsabilidade do próprio trabalhador. Diversos relatos evidenciam esse movimento, como o de Elis, que desde os 16 anos frequentava oficinas de empreendedorismo e, no momento da entrevista, buscava viabilizar dedicação integral à sua produtora audiovisual.

Diante da incapacidade do mercado de trabalho de absorver essa geração, o poder público e o ecossistema dos negócios de impacto social recorrem ao empreendedorismo como estratégia de gestão e inserção. Ele funciona tanto como resposta prática à ausência de experiência profissional quanto como promessa de autonomia. Esse movimento tem um claro componente geracional. Entre interlocutores com menos de 30 anos, observa-se maior adesão a princípios racionalizados de planejamento individual, em detrimento de referências familiares ou tradicionais. Quanto mais jovens, maior a influência de projetos formativos que enfatizam o empreendedorismo e reforçam percepções negativas do trabalho assalariado. São jovens que, ao menos nesse momento da vida, não veem racionalidade no esforço por diplomas, interpretados como tentativas de moldagem. Assim, essa recusa se articula ao próprio projeto de racionalização promovido pelo empreendedorismo.

A questão da formação sofre, assim, uma inflexão nas expectativas subjetivas. Embora, como argumenta Erik Olin Wright (1989), os certificados operem como fontes de privilégios e distinções internas à classe trabalhadora, o ceticismo se difunde em um mercado que demanda pouca qualificação substantiva, ainda que utilize o diploma como filtro seletivo. A trajetória histórica da escolarização no Brasil reforça esse quadro: como observou Leôncio Martins Rodrigues (2009), a baixa escolaridade dos operários raramente era compensada por cursos

¹⁴ O relato de João Vicente foi explorado em detalhes em Costa (2024d).

técnicos, prevalecendo o aprendizado prático. Nadya Araújo Guimarães (2004) mostrou que, na indústria química paulista, atributos como sexo e idade tiveram maior peso que a escolaridade na distribuição das oportunidades, relegando jovens, mulheres e menos instruídos às piores posições.

Essas dinâmicas afetam diretamente as expectativas dos mais jovens, que se ressentem das oportunidades limitadas e, em muitos casos, relativizam a importância da qualificação. Entre as mulheres, esse sentimento é atravessado por desigualdades de gênero. Letícia tinha 26 anos na época da entrevista, era formada em Economia pela PUC-SP e desde 2018 tem uma empresa especializada em cursos de educação e planejamento financeiro, da qual se apresenta como “fundadora e CEO”. No banco em que trabalhava, ela foi preterida em favor de um homem branco com desempenho inferior o que a levou a pedir demissão e se dedicar ao empreendedorismo. Letícia mantém o investimento em formação, mas orientada por um senso de vocação alinhado ao empreendedorismo. Assim, o mercado promete a qualificação como porta de entrada, mas frequentemente a fecha por critérios extraeducacionais, reforçando o ceticismo.

Reaparece, assim, o tema da “fuga do destino operário”, como analisado por Beaud e Pialoux (2009). A massificação do ensino médio e a incorporação de padrões culturais juvenis distanciaram os jovens de seus meios de origem, produzindo tensões geracionais e de identidade.¹⁶ No Brasil, onde o trabalho precário assume formas mais agudas, o aumento da escolarização e do acesso à universidade amplia horizontes culturais e políticos, mas não garante mobilidade ascendente. Essas transformações rompem o espaço de experiência: para as novas gerações,¹⁷ as exigências do trabalho contemporâneo já não encontram referência no passado imediato.¹⁸

Alguns desafiam as estatísticas. João Vicente mantém uma agenda intensa de atividades, ainda que isso não elimine suas dificuldades. Letícia, economista com pós-graduação, fundou uma empresa de consultoria voltada à população preta e periférica, utilizando letras dos Racionais MC's como ferramenta de educação financeira. Seu foco no endividamento responde a um problema estrutural que bloqueia iniciativas empreendedoras. Ela não ignora os limites do capitalismo, mas combina crítica e pragmatismo, ancorando sua atuação em um ethos popular.

¹⁶ Para quem empreende essa fuga, o obstáculo passa a estar na dimensão da integração social, na medida em que a própria classe média, como apontou Robert Kurz, “O declínio da classe média”, Folha de S. Paulo, 2004, depende da existência de uma economia industrial em expansão – que demanda setores qualificados e os remunera redistribuindo mais-valor. Com a desindustrialização em escala crescente, essa realidade atinge também o Estado e sua capacidade/disposição de promover instituições que formem e empreguem setores qualificados, restando espaços residuais e extremamente concorridos de prestígio social.

¹⁷ Mannheim (1975), apontava que a constante irrupção de novos portadores de cultura é um fenômeno frequente, e mesmo necessário. Por outro lado, a sucessão de gerações implica em perdas de bens culturais acumulados e, conseqüentemente, em alterações profundas na experiência geracional dos indivíduos.

¹⁸ Para Ruy Braga (2019), a frustração dos que se endividaram nos anos de 2010, sobretudo aqueles com renda familiar entre dois e cinco salários-mínimos, seria a fonte dos acontecimentos políticos posteriores, visto que tais investimentos na formação, incentivados pelas administrações petistas, exacerbaram, isto sim, o sentimento de “meritocracia” entre as famílias de trabalhadores. A realidade recente é que 40% dos formados no ensino superior brasileiro não conseguem vagas qualificadas. Bianca Lima e Luiz Guilherme Gerbelli, “No Brasil, 40% dos jovens com ensino superior não têm emprego qualificado”, G1, 11 ago. 2020.

Outros casos reforçam esse movimento: Maria Rita, uma jornalista afro-indígena freelance de 27 anos defende a educação financeira como base da autonomia; Elis planeja estrategicamente o crescimento de sua produtora; Ana Luiza deixou o magistério, empreendeu na papelaria temática afro e, após participar do Shark Tank Brasil, passou a se definir como “CEO”. São exemplos de como o empreendedorismo embala o desejo de autonomia e, em certos casos, pode produzir trajetórias interessantes quando dialoga com a realidade concreta das periferias.

Diante de expectativas decrescentes, subjetividades autogerenciadas convergem para o empreendedorismo como horizonte final da utopia da autonomia. Nele se reencontram, de forma tensa, a cultura da vida sem salário e uma juventude periférica formada na linguagem do impacto social, da potência e da autorrealização.

Reconfigurações urbanas

Em grandes vizinhanças da zona sul, como a favela de Paraisópolis, os conflitos misturam situações de vulnerabilidade, regulação da entrada e saída de alguns pontos pelo PCC e sua importância no imaginário tanto dentro como fora da favela. Colado ao bairro de classe média-alta Morumbi, as oposições óbvias presentes nessa relação entre os bairros muitas vezes escondem a maneira como os moradores de Paraisópolis veem os próprios vizinhos. Por exemplo, nota-se certa hostilidade de quem mora ou tem comércio próximo ao Morumbi, como meu interlocutor Celso, dono de uma loja de consertos de eletrodomésticos, em relação aos frequentadores do “meião”, no entorno da rua Ernst Renan, onde o vibrante comércio local toma inclusive o asfalto. Lá também acontecia o Baile da Dz7, um dos maiores “fluxos” (bailes funk) da cidade, onde em dezembro de 2019 uma intervenção policial gerou pânico e causou a morte de nove jovens.

As opiniões em relação a tragédia revelam a ambiguidade com que os fluxos são percebidos pelos próprios moradores: muitos interlocutores se equilibram entre condenar a ação da polícia e rejeitar com veemência os eventos, que aconteciam de quarta-feira a domingo e não terminavam antes do amanhecer. Entre o ultraje moral e o desespero com a rotina, o único ponto positivo visto por eles são as oportunidades que o fluxo criava para alguns negócios locais. De modo que a fuga de realidades vistas como insuportáveis têm estimulado, por um lado, a proliferação dos condomínios fora dali, onde situações desagradáveis possam ser evitadas e experiências de classe possam ser mimetizadas; por outro, gera reações de incompreensão e conflito interno.

A preocupação com a segurança dos filhos é verificável também pelo crescimento no número de condomínios, que tiveram impulso com o programa Minha Casa Minha Vida com foco na “nova classe média” emergente nas periferias das metrópoles. Esses enclaves fortificados passaram a se destacar na paisagem onde antes predominavam as autoconstruções. Estas existem em imensa quantidade, obviamente, mas começam a esvaecer em distritos como o Campo Limpo. Na interpretação proposta neste texto, o êxito desse processo também repõe o

velho sonho da classe trabalhadora de adquirir a propriedade da casa e realizar o projeto familiar, porém o desejo se mostra aqui já adulterado pelas transformações na estrutura de sentimentos. Algo fundamental a ser mencionado é que justamente a estabilização da instituição familiar nas décadas passadas é o que hoje permite que muitos desses jovens possam adiar a entrada no mercado de trabalho. A contradição, nesse caso, é que, como observou Sader (1988, p. 113), “com o objetivo alcançado, vive-se a história de um progresso”; atingida essa estabilidade, porém, a prioridade das famílias passa a ser conservá-la, com todas as repercussões morais e políticas no relacionamento entre gerações.

Esse renovado padrão urbanístico se reflete também no padrão de vida local, e estimula o empreendedorismo em duas direções: produtos e serviços antes considerados elitizados passam a fazer parte do cardápio periférico, como os alimentos orgânicos, as hamburguerias e cervejarias artesanais, lugares que visitei no trabalho de campo e cujos donos foram interlocutores importantes. A segunda consequência da proliferação dos condomínios nos modos de vida é a possibilidade que eles abrem para um comércio intramuros, produzindo relações de confiança que se tornaram escassas fora deles.

Essas experiências não são redutíveis a um padrão de vida mais confortável; o acesso a classe média tradicional depende de outros fatores. Essas famílias batalhadoras que agora vivem em condomínios criam seus negócios, consomem produtos e serviços antes indisponíveis na periferia e formam uma classe média aspirante cuja mobilidade ascendente nos últimos anos a afasta da classe trabalhadora, mas também a deixa apenas a meio caminho de sua análoga tradicional, que vive nas regiões centrais da cidade ou em condomínios de alto padrão. Não é uma diferença trivial: a passagem para a classe média ainda depende da disponibilidade de outros capitais não econômicos, como já havia observado Paul Willis (1980),¹⁹ em um processo em que um importante símbolo distintivo, o diploma universitário, já não é mais suficiente. Cada vez mais, pós-graduações, MBAs e sobretudo experiências internacionais tornam-se esses diferenciais, aumentando o sarrafo da distinção social (Méndez, 2008).

Ainda em 2014, como parte de uma pesquisa anterior (Costa, 2018), recebi de um interlocutor o vislumbre de alguém profundamente inserido nesse processo, um estudante de Segurança da Informação que estava sem trabalho após tentar a sorte em uma startup que fracassou. Com 22 anos à época, filho de pais pernambucanos (a mãe babá e o pai cozinheiro profissional) e morador da Vila Mariana, um antigo bairro operário gentrificado na zona sul, começara a trabalhar cinco anos antes como estoquista em uma loja de roupas. Passou a se interessar por informática no ensino médio frequentando um telecentro da prefeitura, e atribuía

¹⁹ Willis (1981, p. 56), observou na cultura contraescolar da Inglaterra industrial de fins da década de 1970, fundamentalmente influenciada pela cultura do chão de fábrica (shopfloor), que imperava entre os trabalhadores manuais uma profunda convicção de que habilidades e conhecimentos práticos são uma condição para as demais habilidades. Assim, “enquanto na cultura da classe média, o conhecimento e as qualificações são vistos como uma forma de elevar todo o modo de alternativas práticas abertas ao indivíduo, aos olhos da classe trabalhadora a teoria está fixada em práticas produtivas particulares”.

a relativa estabilidade econômica ao trabalho e à perseverança da família. Dizia então que sem a bolsa do Prouni não teria como fazer faculdade pois, desempregado, não poderia arcar com a despesa. Uma trajetória trivial, mas que ganhava contornos salientes na maneira como percebia a mobilidade entre classes sociais, saturada de descrença e sentido de alerta.

“Eu tinha um amigo que ele era de classe média”, refletia. “Ele morava ali perto da Vila Mariana, ele tinha um excelente apartamento, grandão, eles eram uma família... a gente brincava, “você é maior ricão”, mas eles eram de classe média. Mas teve um contratempo, e por um deslize hoje eles são de classe baixa. Eu diria assim, se é tão flexível que você mude de classes, então não existe essa do meio. Ou você é uma ou você não é. Então se você é quase rico, você é pobre, se você é quase pobre, você é rico” (Costa, 2018, p. 204).

A relação ambígua que se estabelece entre a classe média tradicional e a periferia, por sinal, com frequência é ilustrada pela metáfora da “ponte”. Mais do que um simples acaso geográfico que lhe calhou pela posição do Rio Pinheiros no mapa da cidade, a ponte é também realidade em concreto armado da divisão entre classes em São Paulo. As outras periferias da cidade, especialmente a zona leste, se desenvolveram na mesma lógica da desordem, retomando o conceito de Lúcio Kowarick, mas nenhuma delas conta com esse simbolismo explícito. Enquanto empreendedores importam e adaptam o *habitus* de classe média para a periferia, para milhares de trabalhadores “atravessar a ponte” significa entrar em espaços de subordinação – pode ser uma fábrica ou um comércio, mas são também casas e apartamentos onde muitos trabalham como empregadas domésticas, porteiros ou motoristas.

A constatação de um interlocutor, gestor de uma organização social no Campo Limpo, de que a cultura das famílias da periferia “ainda não é empreendedora”, vai além da mera formação para o trabalho. Ela corresponde à insistência das famílias em conservar seus valores e ao peso que seus saberes práticos têm para elas, como um modo de vida muitas vezes espartano que lhes garanta o mínimo de conforto e minimize os riscos do futuro; que não altere significativamente uma estrutura familiar que exalta a masculinidade do trabalho árduo e a providência da mulher que cuida da casa (mesmo quando trabalha fora); e por fim – e isso fica bastante evidente nas entrevistas com pais e mães de adolescentes, que seus filhos não se metam em problemas, quer seja o mundo do crime e das drogas, quer seja uma gravidez indesejada.

Considerações finais

Reconfigurações importantes na vida sem salário tiveram lugar nas últimas décadas, agregando novos personagens e reinserindo outros. Nas periferias das grandes cidades, Vera Telles (2006) observou que baixos salários e alta rotatividade teriam diluído as fronteiras entre o formal e o informal e entre o permanente e o temporário, sobretudo para aqueles que chegaram ao mercado de trabalho no período entre 1995 e 2005. Francisco de Oliveira (2003, p. 136) interpretou no trabalho informal da virada do século um conjunto de trabalhadores transformado

“em uma soma indeterminada de exército da ativa e da reserva, que se intercambiam não nos ciclos de negócios, mas diariamente”. Com a mesma premissa, Cibele Rizek (2012, p. 41) viu um “conjunto mais ou menos recente de transformações, em que a experiência do trabalho – para além do trabalho fabril – e da cidade – para além das referências dualizadas como centro e periferia, presença ou ausência do Estado, lugar de trabalho e lugar de moradia – se embaralharam”. Feltran (2007, p. 33) comenta que para uma geração nascida e crescida nos anos 1990, os modos de vida já são, “majoritariamente, conformados pela permanência dessas crises e de sua inescapabilidade”.

Assim, o mundo popular se refaz e tece novas sociabilidades em condomínios que robustecem vínculos de afeto familiar, mas que ganham feição de dependência à medida em que o mundo exterior lhes parece mais ameaçador, um modelo de habitação que Caldeira chamou de “enclaves fortificados” – até a década de 1980 um padrão característico dos condomínios fechados de elite que passa a se expandir para outros territórios.²⁰ A preocupação com os filhos condiciona o que se permite e o que se evita, reforçando na memória popular a idealização do passado, quando se brincava na rua e drogas e sexualidade eram restringidas à privacidade de cada um. O resultado é a busca de refúgio justamente em espaços superprotegidos, onde hábitos e costumes são reinterpretados e o reconhecimento pela competência preenche sua identidade.

Viviana Zelizer (2011) e Jens Beckert (2013) discutem a instabilidade e transitoriedade de trabalhos precários, frequentemente imbricados nas relações familiares, com expectativas de futuro baseadas em cálculos econômicos não necessariamente monetários. Zelizer (1988, 2005) ainda observa como as práticas econômicas são moralmente constituídas, afastando-se assim tanto de uma abordagem econômica clássica de agentes racionais em busca de maximização dos ganhos – presente também entre os defensores dos mercados ilimitados (*boundless market*) na sociologia –, quanto das teorias que veem o mercado como resultado unicamente da cultura. Em seu modelo dos “mercados múltiplos”, a autora esforça-se para mostrar como a cultura e as relações sociais se apropriam das relações econômicas e as moldam.

Assim, o empreendedorismo, especialmente no contexto popular, não pode ser dissociado tanto de uma moralidade específica quanto de uma ficcionalização do futuro, um processo no qual as incertezas econômicas são enfrentadas por narrativas que orientam as decisões dos indivíduos. A partir de Beckert (2013), nota-se que o empreendedorismo se constitui como uma prática baseada em ficções sociais sobre o futuro, permitindo que os indivíduos estabeleçam planos de ação mesmo diante da incerteza. Para muitos, o empreendedorismo se torna um meio de fuga do sofrimento e uma forma de autorreconhecimento, como discutido por Eva Illouz (2008) e Daniel Fridman (2017), que exploram como o autogerenciamento se entrelaça com o

²⁰ Símbolos dessa transformação são os shoppings centers, antigo reduto das classes mais ricas que sintetizavam a oferta de serviços agregada a privilégios com a paranoia por proteção e segurança, e as universidades privadas localizadas em grandes entroncamentos urbanos, cujas catracas procuravam vender a sensação de segurança e exclusividade (Caldeira, 2000; Costa, 2018).

discurso de superação pessoal no empreendedorismo popular. Esse tipo de narrativa baseada em autoajuda, dá sentido à precariedade e transforma a luta pela sobrevivência em um projeto de vida orientado para o futuro. O empreendedorismo moderno não é apenas uma atividade econômica, mas um discurso que redefine o indivíduo como responsável pela própria ascensão, independentemente das condições externas (Illouz, 2008).

A partir destas perspectivas, desenvolvi o conceito de “empreendedorismo popular” em trabalhos anteriores (Costa, 2024a; 2024b, Costa; Iamamoto, 2025) como uma forma cultural²¹ que se baseia na vida sem salário – um modo de vida enraizado na cultura popular que mistura maneiras de sobrevivência e de valorização do trabalho autônomo – que é atravessada pelo discurso emergente do empreendedorismo, que por sua vez busca destradicionalizar esse modo de vida. Por um lado, o discurso empreendedor busca racionalizar e modernizar as relações de trabalho e processos produtivos (Roy, 2010; Beck, 2011); o empreendedorismo contemporâneo, assim, incorpora uma série de prescrições para a conduta individual racional, quais sejam, inovação, protagonismo e autogerenciamento (Illouz, 2007; Souza, 2008). Já em contextos populares, a oposição ao “mercado” encontra no mesmo empreendedorismo um mecanismo de resistência através da aspiração ao trabalho não subordinado, pois é uma ficcionalização da autonomia em forma narrativa que permite a sujeitos estabelecer conexões entre incertezas atuais e estados futuros (Beckert, 2013). Assim, discursos sobre empreendedorismo ganham força, promovendo uma nova cultura de trabalho que substitui a solidariedade social (Machado da Silva, 2018), resgata o desejo de autonomia e atende a subjetividades fragilizadas pelo sofrimento (Dejours, 1999; Illouz, 2007).

Essa definição do empreendedorismo popular se contrapõe a uma interpretação do empreendedorismo que o resume como expressão ideológica neoliberal baseada no cálculo racional e no autogerenciamento de si. Neste projeto, o empreendedorismo é também compreendido a partir da agência dos sujeitos empenhados em construir alternativas de reprodução social guiadas por aspirações de autonomia e ascensão social, imbricadas em modos de vida e práticas de produção da localidade, pois “espaço e tempo são eles mesmos socializados e localizados através de práticas complexas e deliberadas de performance, representação e ação” (Appadurai, 1996, p. 180).

²¹ Williams (2011, p. 56), define como residual “algumas experiências, significados e valores que não podem ser verificados ou não podem ser expressos nos termos da cultura dominante” e que “são, todavia, vividos e praticados como resíduos – tanto culturais quanto sociais de formações sociais anteriores”.

Referências

- APPADURAI, Arjun. **Modernity at Large: Cultural Dimensions of Globalization**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996.
- BEAUD, Stéphane; PIALOUX, Michel. **Retorno à condição operária: investigação em fábricas da Peugeot na França**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- BECK, Ulrich. **The brave new world of work**. Cambridge, Polity Press, 2014.
- BECK, Ulrich. **Sociedade de risco**. São Paulo: Editora 34, 2011.
- BECKERT, Jens. Imagined futures: fictional expectations in the economy. **Theory and Society**, n. 42, 2013.
- BOTTO, Camila. I Love Paraisópolis chega ao fim com recorde de audiência no horário. **Correio**, 1 nov. 2015. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/i-love-paraisopolis-chega-ao-fim-com-recorde-de-audiencia-no-horario/>. Acesso em: 13 out. 2021.
- BRAGA, Ruy. From the Union Hall to the Church, **Jacobin**, 2019.
- CALDEIRA, Teresa P. R. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Edusp; Editora 34, 2000.
- CANETTIERI, Thiago. **Periferias, reprodução social crítica e urbanização sem salário**. Belo Horizonte: Cosmópolis, 2024.
- CORSEUIL, Carlos; FRANCA, Maíra Penna; POLOPONSKY, Katcha. A inserção dos jovens brasileiros no mercado de trabalho num contexto de recessão, **Novos Estudos**, 2020.
- COSTA, Henrique. Da vida sem salário ao empreendedorismo popular: aspirações de modernidade na periferia de São Paulo. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 12, 2024a.
- COSTA, Henrique. **Entre o lulismo e o ceticismo: um estudo com bolsistas do Prouni de São Paulo**. São Paulo: Alameda, 2018.
- COSTA, Henrique. Empreendedorismo popular e a economia moral da vida sem salário. **Revista do IEB**, n. 87, 2024b.
- COSTA, Henrique. **In the Remains of Progress: Utopia and Suffering in Brazilian Popular Entrepreneurship**. Leiden: Brill, 2024c.
- COSTA, Henrique. O alquimista: um sujeito periférico no circuito do empreendedorismo social. **Revista de Antropologia**, v. 67, 2024d.
- COSTA, Henrique; IAMAMOTO, Sue. Jovens empreendedores e utopias periféricas na zona sul de São Paulo. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 27, n. 1, 2025.
- DEJOURS, Christophe. **A banalização da injustiça social**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- DENNING, Michael. Wageless life. **New Left Review**, n. 66, 2010.
- FELTRAN, Gabriel. Vinte anos depois: a construção democrática brasileira vista da periferia de São Paulo. **Lua Nova**, São Paulo, n. 72, 2007.
- FRIEDMAN, Daniel. **Freedom from Work**. Stanford: Stanford University Press, 2017.
- GUIMARÃES, Nadya A. **Caminhos cruzados: estratégias de empresas e trajetórias de trabalhadores**. São Paulo: Editora 34, 2004.
- HAMBURGER, Esther. Diluindo fronteiras: a televisão e as novelas no cotidiano. In: **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**, vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- ILLOUZ, Eva. **Saving the Modern Soul: Therapy, Emotions, and the Culture of Self-help**. Berkeley: University of California Press, 2008.

- JAMESON, Fredric. Reification and utopia in mass culture. In: **Signatures of the visible**. New York, Routledge, 1992.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. São Paulo, Paz e Terra, 1980.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. Da informalidade à empregabilidade (reorganizando a dominação no mundo do trabalho). In: CAVALCANTI, M.; MOTTA, E.; ARAUJO, M. (orgs.). **O mundo popular: trabalho e condições de vida**. Rio de Janeiro: Papeis Selvagens, 2018.
- MANNHEIM, Karl. Funções das gerações novas. In: **Educação e sociedade**, 1975.
- MÉNDEZ, María Luisa. Middle class identities in a neoliberal age: tensions between contested authenticities. **The sociological review**, vol. 56, n. 2, 2008.
- OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista / O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.
- RIZEK, Cibele Saliba. Trabalho, moradia e cidade: zonas de indiferenciação?. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 27 n. 78, fev. 2012.
- RODRIGUES, Leôncio M. **Industrialização e atitudes operárias: estudo de um grupo de trabalhadores**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.
- ROY, Ananya. **Poverty Capital**. New York: Routledge, 2010.
- SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SOUZA, Regina M. **O discurso do protagonismo juvenil**. São Paulo: Paulus, 2008.
- TELLES, Vera S. Mutações do trabalho e experiência urbana. **Tempo Social**, v. 18, n. 1, 2006.
- TOMMASI, Livia; SILVA, Gabriel M. Empreendedor e precário: a carreira 'correria' dos trabalhadores da cultura entre sonhos, precariedades e resistências. **Política & Trabalho**, n. 52, jan./jun. 2020, p. 196-211.
- TOMIZAKI, Kimi. A herança operária entre a fábrica e a escola. **Tempo Social**, v. 18, n. 1, 2006.
- VIANNA, Silvia. **Rituais de sofrimento**. Tese de doutorado. FFLCH-USP, 2011.
- WHEATLEY, Jonathan. Popular retailer moves into Brazilian favela, **Financial Times**, 14 nov. 2008.
- WILLIAMS, Raymond. Base e superestrutura na teoria da cultura marxista. In: **Cultura e materialismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- WILLIAMS, Raymond. **Marxism and literature**. Oxford, Oxford University Press, 1977.
- WILLIS, Paul. Learning to labor. New York: Columbia University Press, 1981.
- WRIGHT, Erik Olin. Rethinking, once again, the concept of class structure. In: WRIGHT, E. O. et al. **The debate on classes**. London: Verso, 1989.
- ZELIZER, Viviana. **Economic Lives**. Princeton: Princeton University Press, 2011.
- ZELIZER, Viviana. Beyond the polemics on the market: establishing a theoretical and empirical agenda. **Sociological Forum**, v. 3, n. 4, 1988.
- ZELIZER, Viviana. Culture and consumption. In: SWEDBERG, Richard; SMELSER, Neil (orgs.). **The Handbook of Economic Sociology**. 2. ed. New York: Russell Sage Foundation; Princeton: Princeton University Press, 2005.

QUANDO A CASA DEIXA DE SER SÓ MORADIA:

MICROEMPREENDEDORISMO COMO
REPRODUÇÃO SOCIAL CRÍTICA EM UMA
PERIFERIA METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE

Thiago Canettieri
Larissa Muniz Rovadoschi

Introdução

Na periferia de Belo Horizonte, assim como em todo o Brasil, a crise do assalariamento formal obrigou milhares de pessoas a se tornarem empreendedoras. A viração constitutiva da classe trabalhadora, impulsionada por um novo léxico de empreendedorismo, transformou a paisagem periférica. Se não há trabalho, as pessoas se tornam empreendedoras. Assim, dissemina-se a doutrina do empreendedorismo em todos os poros da sociedade brasileira. Nas periferias não seria diferente. A convivência com os horizontes rebaixados da empregabilidade transformou as periferias, antes entendidas como o lugar dos trabalhadores pobres, da urbanização dos baixos salários (Maricato, 1979), em um espaço de empreendedores. Aqui, entendemos, como será explicado a seguir, o microempreendimento periférico como uma forma de reprodução social crítica desses *trabalhadores sem trabalho*. Nessas condições, descrevemos o processo de urbanização atual não mais como de “baixos salários”, mas como uma *urbanização sem salário*, na qual as pessoas devem se virar para sobreviver.

A presente investigação, realizada em uma periferia metropolitana de Belo Horizonte, busca compreender como essas táticas de microempreendedorismo se articulam com os modos de reprodução social em territórios marcados pela informalidade urbana e como essas estratégias transformam a paisagem periférica por meio de práticas de autoconstrução. Ao analisar a relação entre a produção do espaço e as iniciativas de microempreendedorismo, este texto discute como a crise do trabalho impulsiona uma “racionalidade empresarial no cotidiano” que, embora garanta a sobrevivência imediata, também revela os limites da mobilidade social nas franjas da metrópole.

A partir de pesquisa etnográfica desenvolvida na área desde 2021, com foco nas estratégias de reprodução social das famílias moradoras, tivemos contato com as práticas cotidianas que se desenrolam no bairro para sobreviver. A coleta de informações se deu a partir de trabalhos de campo imersivos, que envolveram observação direta das rotinas de indivíduos e famílias; entrevistas semiestruturadas e abertas com interlocutores selecionais; conversas informais; levantamento de informações oficiais e de outros documentos de interesse. Mantivemos cadernos de campo e as entrevistas foram gravadas e transcritas para análise.

Além disso, para uma visão de conjunto, aplicamos um questionário em formato de entrevista a empreendedores da região, totalizando 17 respondentes. Esse questionário, embora não tenha abrangência estatística, serve para balizar e triangular as informações obtidas nas entrevistas em profundidade e nas observações. A amostra de 17 entrevistas é de natureza qualitativa e exploratória. Essa abordagem metodológica permitiu refletir sobre a natureza do fenômeno do microempreendedorismo como uma estratégia de reprodução social crítica. Para este capítulo, trabalhamos também com dados do último Censo Demográfico de 2022 e com dados relativos às atividades econômicas locais registradas na prefeitura por meio da plataforma BHMaps, que permitiram compreender o quadro atual dessas atividades. Além

disso, a partir da plataforma Google Street View, coletamos imagens recentes (2023 e 2022) e passadas (2018 e 2017) das ruas locais, que evidenciam a transformação da paisagem e o surgimento de microempreendimentos.

O pacto etnográfico que construímos com os interlocutores participantes nesta pesquisa envolve a preservação do anonimato de todos. Além disso, para garantir a não identificação das fontes, optamos por omitir também o local de realização. Contudo, para nossa discussão aqui apresentada, para manter as relações de distância, vizinhança e espacialidade encontradas, criamos uma representação esquemática semiabstrata. Embora a representação conserve as tipologias construtivas e as relações espaciais, omitimos características específicas para não identificar a área de estudo. Os mapas que apresentamos aqui foram criados a partir de recortes de espaços reais da área de estudo, organizados de forma abstrata. Este método permitiu gerar diversas representações esquemáticas que demonstraram as dimensões espacial e temporal, abrindo possibilidades para sobrepor informações de campo às relações sócio-espaciais representadas. Assim, as informações relativas ao BH Maps foram plotadas nos mapas, seguindo o critério de quantidade e densidade para cada período, o que fundamenta nossa interpretação do fenômeno do microempreendedorismo periférico. As imagens retiradas do Google Street View foram editadas para apagar nomes de ruas e números.

O capítulo, na sequência desta introdução, apresenta e discute o conceito que norteia nossa abordagem: a reprodução social crítica. Em seguida, apresentamos uma revisão bibliográfica sobre o microempreendedorismo periférico, em diálogo com pesquisas recentes. Apresentamos, logo após, um panorama sobre o microempreendedorismo na área de estudo, trazemos os relatos das entrevistas e as informações coletadas na pesquisa para, por fim, discutir a relação entre a propriedade imobiliária, a autoconstrução, as políticas habitacionais e as práticas de microempreendedorismo.

Da urbanização crítica à reprodução social crítica nos territórios periféricos

A urbanização contemporânea atingiu uma escala tal que a quantidade de população e a densidade das malhas urbanas induzem a transformações qualitativas. Lefebvre (2018 [1970]), em *A revolução urbana*, apontou que o mundo estava num momento de inflexão, entrando em uma zona crítica, em que a urbanização não é mais um efeito marginal da industrialização, mas sim a nova condição geral da vida social. Evidentemente, a maneira de realizar a urbanização não foi a mesma em todos os lugares. Países de capitalismo central e países periféricos seguem rumos distintos no percurso da urbanização, ligados à formação econômico-social específica de cada um. No caso brasileiro, a urbanização tomou a forma segregada e violenta (Sampaio, 2011), uma vez que foi ordenada pelo princípio da propriedade privada, assentada, por sua vez, sobre a colonização, a racialização e a super-exploração da força de trabalho (Maricato,

1979). Isso resultou em formas urbanas extremas, em espaços de desigualdade escancarada e de aparente desordem (Kowarick, 1980). Aparente, pois a desordem é funcional à acumulação de capital nessas condições.

A urbanização brasileira assenta-se, nesse sentido, numa espécie de “simbiose, de unidade de contrários, onde o moderno se alimenta do atrasado”, como escreveu Francisco de Oliveira (2003 [1972], p.32). Tal característica resulta numa paisagem urbana *sui generis* que expressa, nas próprias paisagens urbanas, as múltiplas temporalidades do capital que coexistem. A aparência de atraso das periferias, com suas paisagens autoconstruídas e relações, à primeira vista, arcaicas, não as afasta do capitalismo mais moderno.

Deste modo, a marca da urbanização nos países periféricos é a segregação. Uma urbanização dual, que reproduz dois mundos: o centro e a periferia. Diferentes, mas partes da mesma totalidade do capital. Caldeira (2024) descreve as características da “urbanização periférica”. Com essa expressão, a autora enfatiza as práticas espaciais das populações periféricas nas cidades do sul global que “normalmente escapam do enquadramento do planejamento oficial”. Essas ações produzem mercados de terras, crédito e bens de consumo, mas mercados específicos operam em nichos que a lógica dominante ignora. Ao mesmo tempo, esses agentes da urbanização periférica “tornam-se fluentes na discussão sobre direitos e reivindicam as cidades como suas”. A característica da urbanização periférica, segundo a autora, envolve lógicas transversais. As periferias são espaços que, em sua dinâmica cotidiana, operam como deslocamentos da lógica oficial. No entanto, o autor insiste que esse deslocamento não implica uma contestação absoluta e direta, mas, na verdade, um padrão de relação transversal, ou seja, os sujeitos periféricos se envolvem com a lógica oficial, dependendo do contexto, negociando com ela, ao mesmo tempo em que produzem a cidade de maneiras que vão além da lógica formal. Deste modo, descreve-se um modo específico de produção do espaço urbano que opera com uma forma específica de agência e temporalidade ligada à dinâmica cotidiana dos próprios moradores; a relação transversal com as lógicas oficiais; o surgimento de modos de ação política específicos desses territórios e, finalmente, a reprodução ampliada de cidades desiguais e heterogêneas.

Entretanto, cabe enfatizar as características particulares deste modo histórico. Amélia Damiani (2000; 2004) destaca, com o conceito de “urbanização crítica”, a impossibilidade de acesso à cidade e ao urbano pelas periferias, territórios marcados pela precariedade e pela espoliação diante da urbanização violenta e excludente. A urbanização crítica é, para a autora, o desdobramento necessário do padrão capitalista de produção do espaço, submetido aos imperativos contraditórios da acumulação. A autora destaca, em especial, que a chamada urbanização crítica ocorre num contexto de crise do trabalho assalariado clássico. Apoiada na interpretação de Robert Kurz (1993), segundo a qual a tendência imanente do capital é a expulsão do trabalho vivo do processo de valorização do valor, Damiani (2004) reconhece que o trabalhador se torna supérfluo para o capital, mas sua presença é necessária à reprodução da metrópole por meio de serviços precários. Assim, se reproduzem as periferias.

O mundo das massas despossuídas é a urbanização crítica. O mundo de uma economia que se realiza criticamente é a urbanização crítica. O urbano, como centralidade de culturas, festas, desejos, encontros e necessidades, é negado: é a urbanização crítica. O mundo do dinheiro, da equivalência, que, nos seus fundamentos e subterrâneos, move-se como relações de não equivalência, de exploração do trabalho, de expropriação de meios de vida e de produção, de embate entre formas do dinheiro – a do dinheiro como medida de valor e como meio de circulação, sintetizadas na forma do dinheiro como capital – é a urbanização crítica. A tábua rasa da história, o seu varrer, a produção da obsolescência precoce dos produtos vários, incluindo a cidade, para afirmar novos produtos, é a urbanização crítica. (Damiani, 2004, p. 39)

Aqui, apoiados pela ideia de Michael Denning (2010), sugerimos pensar a urbanização sem salário, para descrever o modo de produção do espaço periférico hoje. No entanto, apesar da tendência à crise produzida pelo próprio capital, essa dinâmica não levou à superação das relações de reprodução mediadas pelo dinheiro. Nesse sentido, com base em minha pesquisa etnográfica nas periferias urbanas brasileiras, busco compreender a natureza da urbanização contemporânea, caracterizando-a como urbanização sem salários. Ao observar as periferias como locais onde a relação salarial não se consolidou por completo, é possível compreender a dinâmica contemporânea da produção do espaço. No contexto atual de crise, como escreve Gago (2018, p. 10), “o salário não é mais uma garantia privilegiada de reprodução”. Analisar a dinâmica da reprodução social nas periferias pode, portanto, ser um meio de compreender os (des)caminhos do capitalismo como um todo. Sem o amálgama da forma de trabalho que garantia uma certa coesão, mesmo na direção das expectativas, as pessoas agora se encontram em diferentes formas, constituindo diferentes fontes de recursos e meios para se reproduzirem (Canettieri, 2024).

Em outros textos, chamamos essa dinâmica de reprodução social crítica, isto é, uma reprodução social em contexto de crise que “sem o amálgama da forma do trabalho que garantia alguma coesão, mesmo que no direcionamento das expectativas, agora as pessoas se viram das mais variadas maneiras, compondo diferentes fontes de recursos e meios de se reproduzirem” (Canettieri, 2025, p.25). O microempreendedorismo periférico é, portanto, uma dessas estratégias.

Microempreendedorismo periférico: viração, sobrevivência, utopia e endividamento

Nos últimos anos, milhares de pessoas nos territórios populares buscam autoempreender, montando pequenos negócios, alguns mais improvisados do que outros, para sobreviver. A presença do discurso do empreendedorismo é recorrente nas periferias brasileiras.

Costa (2022) ressalta que o microempreendimento popular é uma resposta recorrente para “ganhar a vida”. Ao mesmo tempo, reforça e é reforçado pela subjetividade concorrencial

individualista. Em sua análise sobre as transformações do trabalho na periferia paulistana, Henrique Costa argumenta que o empreendedorismo não deve ser visto apenas como um fenômeno econômico recente ou uma simples precarização, mas como uma prática profundamente enraizada no repertório popular tradicional. O autor estabelece como premissa que as ocupações não assalariadas estão no cerne do modo de vida popular, permitindo “interpretar o empreendedorismo popular como expressão contemporânea de modos de vida lastreados no passado e nos costumes” (Costa, 2024, p. 4). Essa conexão com a tradição é evidenciada pelo fato de que “na origem do trabalho por conta própria no Brasil, são os termos trazidos pelo passado que saturam o espaço de experiência: o individualismo, a família, a comunidade e o trabalho em sua temporalidade tradicional” (Costa, 2024, p. 6).

Assim, o chamado “empreendedorismo” moderno acaba por reiterar e racionalizar um individualismo da luta contra a pobreza que já possui lastro histórico e cultural nas periferias. Torna-se, assim, uma aspiração das classes populares de se engajar na batalha de empreender. Na definição do autor, o microempreendimento é composto por continuidades e mudanças nas práticas residuais da economia popular, permeadas por tendências e discursos que conformam a lógica cultural do capitalismo contemporâneo. Ele se posiciona “na interseção entre a ética individualista do trabalho por conta própria e do pequeno comércio tradicional, de um lado, e a utopia libertadora prometida pelo discurso empreendedor mais moderno, entre outros”, sem deixar de produzir tentativas de acomodação, contradições, tensões e conflitos na relação entre ambas as dimensões.

As experiências do microempreendedorismo popular, afirma Costa (2024, p. 2), são “um modo de vida que não é preenchido, via de regra, pelo assalariamento, mas sim pelo passado atual de precariedade das relações de trabalho no Brasil”. O autor analisa como há uma dualidade contraditória no discurso empreendedor: de um lado, é modernizante e busca a racionalização das economias populares; por outro, o mecanismo do empreendedorismo pode ser visto como resistência por meio da aspiração a um trabalho não subordinado.

Trata-se, portanto, de uma experiência que, se de um lado baseia-se nesse repertório de reprodução tradicional das classes populares, por outro, carrega o desejo modernizante, carregando um conjunto de narrativas e discursos da atual fase do capitalismo, como inovação, protagonismo, autogerenciamento.

Costa (2025) e Fontes (2024) argumentam que, no Brasil, práticas associadas ao empreendedorismo popular – como a “viração” e o trabalho autônomo – têm raízes históricas profundas na vida sem salário. Portanto, a prática do empreendedorismo é uma condição para a reprodução das classes populares, o que antecede em muito a hegemonia do pensamento neoliberal. Em outras palavras, a experiência contemporânea do microempreendedorismo é mais atribuível à ampla base da experiência popular brasileira, organizada pela vida fora da posição assalariada formal e moldada pelas necessidades de subsistência, do que aos “grandes

pensadores do neoliberalismo”. Fontes (2024, p. 506) enfatiza que “em vez de as ideias neoliberais serem uma convicção ideológica, elas estão incorporadas em práticas sociais bastante comuns na periferia”. Costa (2025), por sua vez, argumenta que a agência dos sujeitos populares e a força da cultura popular são sustentadas por suas motivações (desejo de autonomia, fuga de empregos ruins, laços familiares) e sua experiência histórica de vida sem salário, que são determinantes primários, em vez de meros sujeitos passivos moldados pela ideologia neoliberal. Trata-se, portanto, de compreender o microempreendedorismo como uma estratégia de sobrevivência em contextos de pobreza e desemprego.

Ainda que o microempreendedorismo possa ser considerado parte da viração constitutiva da vida sem salário brasileira, como argumenta Costa (2024), há diferenças históricas. Daniel Giavarotti (2025), por exemplo, nota que há diferenças substantivas entre a geração de migrantes que chegou às periferias de São Paulo nas décadas de 1960 e 1970 e seus descendentes, especialmente os de segunda geração, nascidos nos anos 1990. Esses já enfrentam, como notou Feltran (2011, p.32-33), uma “crise do emprego formal, do trabalho, do projeto de ascensão social, dos movimentos sociais, da família”. Esses, portanto, lidam com o fechamento do horizonte de integração à cidadania laboral que parece ter organizado a vida cotidiana das gerações anteriores. Por outro lado, continua Giavarotti (2025), essa geração já se vê integrada às redes de consumo de crédito e, em geral, herdeira das propriedades imobiliárias conquistadas pelos seus pais ou avós, mesmo que se trate de propriedades informais, vale destacar. Nesse contexto, essa nova geração pode acessar crédito e pleitear a formação – nas propriedades das famílias – de microempreendimentos, como o exemplo que trata de “filhos de moradores pioneiros que, em sociedade, abriram um bar na garagem da casa do pai” (Giavarotti, 2025, p.414).

Apoiados na obra de Kurz (2014), Boechat e Giavarotti (2015) percebem que a entrada da financierização da vida social funciona como trampolim para o “empresariamento de si próprio”. Segundo os autores:

Em outras palavras, os trabalhadores e seus filhos e netos, assim como novos migrantes que vêm se territorializando nas periferias ou favelas já constituídas, vêm conseguindo acessar mercadorias que nunca estiveram em seus horizontes, como automóveis, computadores, eletrodomésticos, etc. Além disso, deve-se salientar o incremento de pequenos empreendimentos abertos pelos próprios moradores, que vêm reconfigurando os territórios periféricos, antes hegemônicos por práticas mais estritamente reprodutivas. [...] Neste sentido, o plano concreto do viver nesses bairros vem se articulando, contraditoriamente, cada vez menos com a personificação do trabalho nas lavouras e indústrias, e crescentemente com o comércio/serviços, e simultaneamente com a personificação diferenciada do consumidor de mercadorias (Boechat & Giavarotti, 2015, p.41).

Nesse processo, a separação entre casa e trabalho, entre produção e reprodução, se desfaz (Rizek, 2012; Giavarotti, 2018). O território periférico não se confunde mais com o “bairro dormitório”, mas assume uma indiferenciação entre a domesticidade e a atividade de geração de renda, muitas vezes fundida nos mesmos espaços. Trata-se, portanto, de focalizar um

conjunto mais ou menos recente de transformações, em que a experiência do trabalho – para além do trabalho fabril – e da cidade – para além das referências dualizadas como centro e periferia, presença ou ausência do Estado, lugar de trabalho e lugar de moradia – se embaralharam. Interessa sobretudo destacar que essas novas experiências também marcam diferenças geracionais que, por assim dizer, apontam para mudanças dos tempos sociais. (Rizek, 2012, p.41)

Nesse contexto de incerteza, a casa assume o papel que Verónica Gago e Luci Cavallero (2024) denominam “laboratório”, no qual as finanças e o trabalho essencial se fundem na gestão da sobrevivência doméstica. A autora sugere que o espaço residencial torna-se o palco de uma experimentação constante, na qual a dívida e o investimento se confundem. As autoras argumentam que a casa se torna um laboratório do capital, onde valor é produzido e extraído para manter a acumulação. De nossa perspectiva, as atividades domésticas, a dívida e mesmo a gestão dos microempreendimentos são improdutivas do ponto de vista do valor; o que não significa ignorar a transformação da casa periférica em um laboratório – mas, da nossa perspectiva, um laboratório de gestão de populações dilapidadas, precarizadas e sem trabalho. A produção e o funcionamento dos microempreendimentos periféricos, portanto, cumprem sobretudo esse papel.

Frequentemente, esses microempreendimentos só podem funcionar alavancados por meio de injeção de capital fictício. Desse modo, os negócios já começam a rodar endividados – afinal, é preciso um aporte inicial (mesmo que mínimo) que, geralmente, não está disponível para as famílias periféricas (Giavarotti, 2018).

Deste modo, podemos compreender a expansão recente do microempreendedorismo como resultado de uma nova dinâmica, em que a redução da oferta de trabalho formal obriga novas formas desses sujeitos periféricos a acessar recursos financeiros para a reprodução cotidiana de suas vidas.

O microempreendedorismo na área de estudo

A ocupação da região remonta a meados da década de 1970, expandindo-se devido ao crescimento urbano e à criação de loteamentos privados no limite conurbado com o município vizinho. A partir de 1990, o poder público interveio com uma política habitacional, produzindo um loteamento para 350 famílias que, após viverem três anos em barracos improvisados, receberam casas de alvenaria entre 1994 e 1995, período em que também se consolidou uma favela residual, originada por famílias não cadastradas na política oficial. A oferta estatal foi complementada entre 1998 e 2003 com a entrega de três conjuntos habitacionais de interesse social – um horizontal e dois verticais – destinados às famílias inscritas no cadastro municipal.

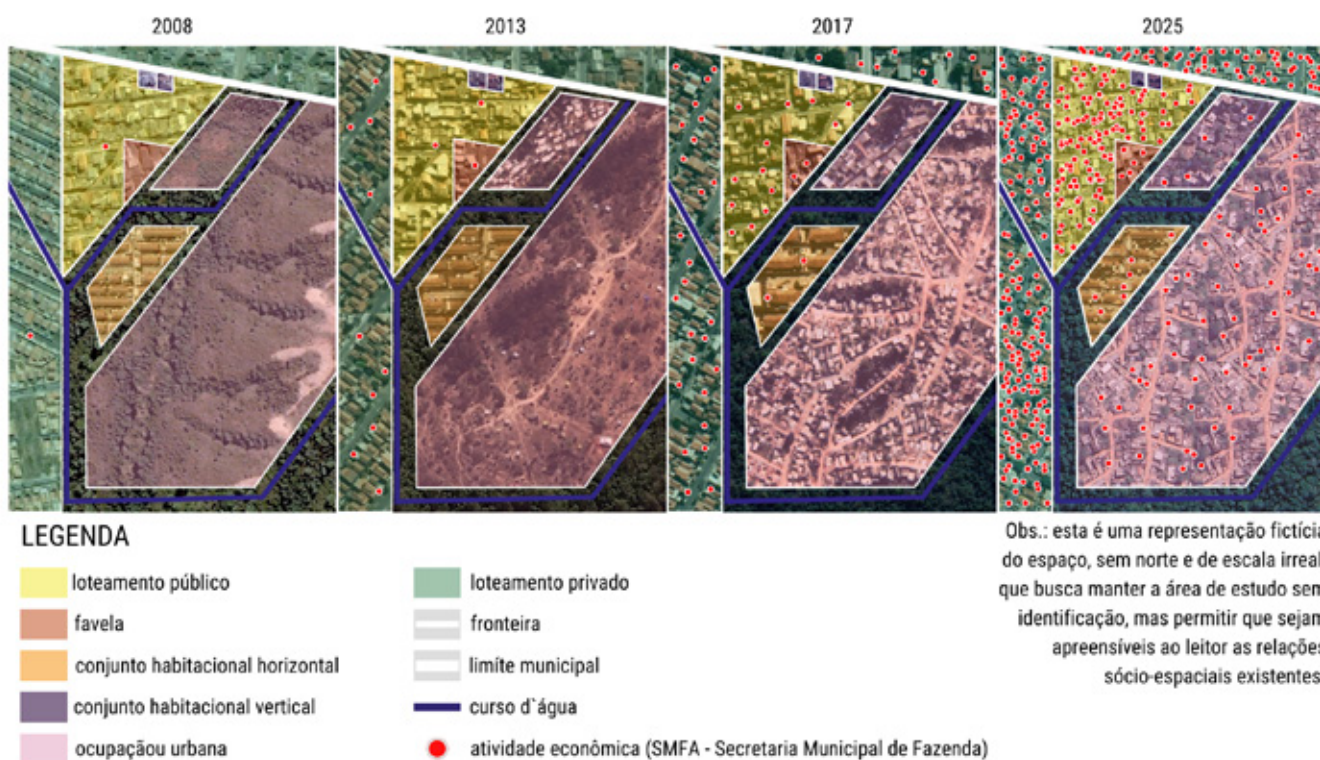
Apesar das intervenções institucionais, a persistência do déficit habitacional impulsionou novas ocupações: uma em 2011, em terrenos íngremes de alta vulnerabilidade, e outra em

2013, em uma vasta área de mata que hoje abriga mais de 2.000 famílias em processo de regularização fundiária. O cenário contemporâneo da área de estudo revela uma complexa sobreposição de tipologias urbanas, em que coexistem loteamentos públicos e privados, favelas remanescentes, conjuntos habitacionais produzidos pelo Estado e ocupações recentes de sem-teto que autoproduzem seus territórios.

Uma caminhada rápida pela região de alta heterogeneidade faz saltar à vista a persistência de um elemento da paisagem periférica: casas autoconstruídas em uma enorme diversidade de tipologias, acabamentos e usos do lote. Em geral, apresenta alta densidade construtiva, em que os moradores aproveitam cada vão e espaço do lote. Em geral, essas opções construtivas, autoproduzidas pelos moradores, são descritas com foco quase exclusivo na moradia (Maricato, 1979; Holston, 1991; Lima, 2007; Morado Nascimento, 2014; Caldeira, 2024; Carvalho, Leitão, Santo Amore, 2025). Provavelmente, a autoconstrução é predominantemente voltada à moradia. Contudo, a região que estudamos revela que a autoconstrução para constituir um microempreendimento não é desprezível. Pelo contrário, ela tem se tornado cada vez mais presente.

A figura 01, a seguir, apresenta a representação fictícia da área de estudo. Nela, adicionamos os pontos referentes às atividades econômicas de pequeno porte, buscando manter uma certa proporcionalidade em relação à densidade observada no mapa real. Deste modo, fica evidente a intensificação dos empreendimentos no período mais recente.

Figura 01: área de estudo e atividade econômica de pequeno porte



Fonte: Elaboração Própria com Dados de Pesquisa.

Os resultados obtidos com a tabulação dos 17 questionários indicam que o microempreendimento desempenha um papel na sobrevivência dos trabalhadores sem trabalho nas franjas da metrópole. O conjunto de dados, embora focado em uma amostra qualitativa, expõe as dinâmicas de uma economia popular que opera sob a égide da precariedade.

Os 17 questionários aplicados estão distribuídos da seguinte maneira: oito empreendimentos estão no bairro regularizado e consolidado, outros oito estão em área de ocupação recente e um empreendimento está na área de favela. O perfil dos entrevistados é predominantemente negro (13), o que confirma a face racializada da exclusão do mercado de trabalho formal no Brasil. A divisão por gênero é equilibrada (9 homens e 8 mulheres), o que evidencia que a gestão do microempreendimento é uma estratégia transversal que mobiliza tanto a força de trabalho masculina quanto a feminina, esta última, muitas vezes, acumulando funções de cuidado e provisão. Os empreendimentos variam desde serviços de cuidado pessoal (manicures, barbearias) até o comércio de subsistência (bares, mercearias, farmácias). Um dado central é a origem dos produtos: a esmagadora maioria dos empreendedores (13) abastece seus negócios no atacado, e outros dois abastecem diretamente com empresas fornecedoras. Todos já tiveram dívidas para manter o negócio e a maioria (15) está endividada no momento. Quando perguntados sobre os modos de pagamento aceitos, quase todos (12) aceitavam cartões de débito e crédito e a totalidade aceitava PIX.

Nos empreendimentos que estão localizados no bairro (8), onde o acesso à infraestrutura é maior e já é consolidado desde o final dos anos 1990, o tempo médio de atividade é de aproximadamente 5 anos, com uma renda líquida média de R\$ 2.725,00. Nesses contextos, o microempreendimento apresenta sinais de maior consolidação e de maior capacidade de reinvestimento. Em contraste, nos empreendimentos em áreas de ocupação (8), o tempo médio de atividade cai para 28 meses e a renda líquida média gravita em torno de R\$ 1.268,00. A renda gerada mal ultrapassa o salário mínimo, servindo apenas para a manutenção biológica e o custeio imediato da vida. Em alguns destes (04), o empreendimento não gera R\$ 1.000,00, sendo complementado, em geral, com renda proveniente de políticas assistenciais do governo. A diferença de renda entre bairros e ocupações sugere que o sucesso dessas estratégias de sobrevivência é diretamente proporcional ao nível de consolidação urbana e segurança da posse.

Outra diferença importante entre os empreendimentos do bairro e as ocupações diz respeito ao regime de acesso. No bairro, metade dos empreendimentos levantados é alugada e a outra metade é de propriedade do próprio empreendedor. Na ocupação, a maioria (06 de 08) é de empreendimentos realizados na propriedade imobiliária. Em ambos os casos, o empreendimento próprio é resultado das dinâmicas de autoconstrução, que expandem a área construída para transformar o espaço de morar, por necessidade, em um espaço de geração de renda.

Transformações da paisagem periférica

Para dar suporte empírico à discussão sobre a transformação da paisagem na área de estudo, esta seção apresenta um conjunto de registros visuais que documentam a transformação da paisagem entre 2009 e 2024. A utilização da plataforma Google Street View constitui aqui uma ferramenta metodológica, permitindo uma análise diacrônica que evidencia o surgimento e a consolidação de microempreendimentos ao longo do tempo. Deste modo, as imagens a seguir revelam as dinâmicas de instalação, nas propriedades imobiliárias periféricas, uma série de microempreendimentos como parte das estratégias de reprodução social crítica mobilizadas pela população das periferias. O uso dessas ferramentas digitais possibilita uma “arqueologia da paisagem periférica”, capturando as alterações na forma urbana que dificilmente seriam acessadas de outra forma.

Figura 02



Fonte: Google Street View.

Figura 03



Fonte: Google Street View.

A análise comparativa das imagens revela uma profunda metamorfose na morfologia construtiva dos imóveis da região, marcada pela transição de uma paisagem predominantemente residencial para outra com vários microempreendimentos. Em 2009, a paisagem é dominada por elementos que reforçam a privacidade e o uso exclusivo da propriedade imobiliária para fins de moradia: muros cegos, portões de garagem fechados e recuos frontais ocupados por vegetação. Já em 2024, observa-se o que Daniel Giavarotti (2018) descreve como o “esboroamento da fronteira entre produção e reprodução”, em que a arquitetura da casa é reconfigurada para a abertura de microempreendimentos. Surgem, portanto, portas de aço, vitrines e letreiros que anunciam barbearias, depósitos de materiais de construção, bares e mercearias das fachadas. Essa alteração física materializa uma racionalidade onde a moradia e o empreendimento se fundem, transformando o espaço de morar, por necessidade, em um espaço também de geração de renda.

Essa transformação revela também uma dinâmica de verticalização e densificação, geralmente promovida pelos próprios moradores. Como destaca Teresa Caldeira (2024), a urbanização periférica diz respeito à produção de territórios que nunca estão completamente concluídos e são constantemente expandidos e aprimorados. Ainda que a autora não relacione a produção de microempreendimentos às dinâmicas de autoconstrução, nas imagens acima fica evidente a transformação do espaço a partir da agência dos próprios moradores.

A urbanização periférica tem uma forma particular de agência. Os moradores são agentes da urbanização, e não simplesmente consumidores de espaços desenvolvidos e regulados por outros. Eles constroem suas casas e cidades passo a passo, de acordo com os recursos que conseguem reunir a cada momento, em um processo geralmente denominado autoconstrução na literatura brasileira e na latino-americana. Cada etapa envolve considerável dose de improvisação e bricolagem; estratégias e cálculos complexos, além de imaginação constante de como seria uma boa casa (Holston, 1991). Às vezes, os residentes dependem do próprio trabalho; com frequência, também contratam a mão de obra de outras pessoas. Seus espaços estão sempre em construção. Assim, a urbanização periférica tem também uma temporalidade particular: as casas e bairros crescem pouco a pouco, em processos de longo prazo de incompletude e de melhoria contínua comandados pelos próprios moradores. A urbanização periférica não envolve espaços já prontos, que podem ser consumidos como produtos acabados antes mesmo de serem habitados. Em vez disso, ela gera espaços que nunca estão completamente concluídos, que são constantemente alterados, expandidos e aprimorados (Caldeira, 2024, p.5-6).

A evolução de imóveis que passaram a abrigar oficinas e vidraçarias demonstra como a família frequentemente expande a área construída para os pavimentos superiores, liberando o espaço do térreo ou da rua para a instalação de balcões e maquinários de trabalho, o que viabiliza microempreendimentos.

Contudo, é fundamental ressaltar que a produção dos microempreendimentos não é homogênea, apresentando diferentes níveis de consolidação e de precariedade. Enquanto, na porção regularizada do bairro, os empreendimentos apresentam sinais de maior reinvestimento, com microempreendimentos de maior complexidade, resultando, como visto, em uma renda líquida média superior, nas áreas de ocupação recente, a realidade é de extrema fragilidade. Nestes territórios de posse insegura, o microempreendimento é uma estratégia arriscada, limitando a capacidade de reinvestimento e de crescimento dos negócios, o que, por sua vez, reduz a renda gerada.

Por fim, as imagens evidenciam que esses estabelecimentos se concentram, em geral, em serviços de baixa complexidade técnica – como barbearias, salões de beleza, manicures, bares e pequenos restaurantes – e no comércio de subsistência. Como analisam Vera Telles e Daniel Hirata (2007), estas lojas possuem características que as situam nas tênues fronteiras entre o legal e o ilegal, operando como pontos de escoamento para diversas mercadorias, inclusive produtos “piratas” ou informais, que inserem a periferia em amplos circuitos globais de circulação de mercadorias - mesmo que não oficiais. O microempreendimento funciona, assim, como a ponta

final da cadeia de circulação do grande capital, garantindo a capilaridade das mercadorias em territórios periféricos onde a logística formal e a baixa renda não permitem o alcance dessas mercadorias por outros meios.

Empreendedores precarizados

Kleber, 56 anos, branco, é um dos empreendedores do bairro. Ele tem duas lojas: uma mercearia e um depósito de materiais de construção. Mora no andar de cima com sua família e duas filhas. Kleber me contou que comprou o imóvel na área do loteamento público “por um preço de banana” e que ele mesmo construiu a casa, já pensando na possibilidade de alugar uma loja de frente. A casa de Kleber, por ser de esquina, permitiu que ele abrisse duas lojas, uma em cada fachada, o que lhe dava a impressão de que eram independentes.

Porque é isso, se a gente não for colocar a cara a tapa, a gente não ganha dinheiro, né? Meu objetivo sempre foi dar uma condição boa para minhas filhas. Uma condição diferente daquela que eu vivi.

A expectativa que transparece em seu discurso é a de que o ato de empreender funcionaria como uma melhoria de condições para as filhas, Claudiane, de 22 anos, e Jéssica, de 19.

Desde que o conheci, sempre que vou à área de estudo passo na mercearia, que fica próxima ao ponto final da linha de ônibus, para comprar uma garrafa d’água ou um chiclete. Às vezes, as filhas é que estão no caixa, enquanto ele resolve alguma coisa no banco. Elas não parecem compartilhar da expectativa do pai. “Ah, isso é mais para ajudar ele, né? Ele nem paga o nosso dia aqui, né?”, diz Jéssica, que é rapidamente complementada por Claudiane. “É o nosso aluguel” – e ri. As duas querem fazer faculdade.

Em uma das visitas, ao conversar com Kleber, ele confidenciou: “Ah, a situação não está boa. As lojas pagam as contas e olha lá. Às vezes, fechamos o mês no vermelho”. A sua expectativa de oferecer melhores condições às filhas por meio dos empreendimentos é frustrada, o que o incomoda profundamente. É importante lembrar que o funcionamento das lojas de Kleber depende do trabalho gratuito das filhas nos caixas e da esposa, que ajuda no estoque e na limpeza das duas lojas.

A perspectiva de Claudiane e Jéssica, que não querem empreender e buscam o ensino superior, é diferente da de William, um jovem negro dono de uma barbearia na área da ocupação 2. Ele tem hoje 25 anos e mora na ocupação desde o início, quando tinha 14 anos. Sua mãe e seu pai foram ocupar: “Eles estavam apertados de grana e aí queriam sair do aluguel”. William tem outra irmã e outro irmão. Todos foram para a ocupação logo no começo e se lembram das dificuldades: “Foi difícil, difícil mesmo. Eu sou o mais novo, mas eu lembro, lembro da construção, do chão batido, de terra batida, dentro de casa, da lama que fazia quando chovia”.

Hoje, seu irmão mais velho mora em outro município, onde trabalha como motorista em uma empresa. Sua irmã mais velha se separou do marido e voltou a morar com ele na casa dos pais. Ela está desempregada. William, desde 2023, mantém a barbearia que construiu com seu pai. O estabelecimento aproveita uma parede externa da casa dos pais e ocupa menos de quatro metros quadrados. Tem apenas uma cadeira, uma bancada e um espelho. “Faço o corte por 12 reais, mas também faço risco de sobancelha, por 8”. William diz que fez um curso de cabeleireiro no CRAS local e mantém uma clientela assídua: “Sou o mais barato da região”.

A situação de William é semelhante aos relatos coletados por Giavarotti (2018), que estudou a região do Jardim Ibirapuera, em São Paulo. O autor observou, entre seus interlocutores de segunda ou terceira geração (nascidos no bairro), uma lógica empreendedora. Mas o que chama a atenção é que entre eles, assim como William fez, há uma espécie de “apropriação” da infraestrutura produzida pela primeira geração que ocupou o bairro. Em geral, trabalhadores (mesmo que precários) conseguiram autoproduzir a própria moradia e melhorá-la ao longo do tempo, e esses moradores pioneiros, por meio da auto-organização, conquistaram a permanência no local. Seus filhos e netos, sem perspectiva de trabalho estável, usam o imóvel para abrir um pequeno negócio, de modo a trabalhar.

Liedson, um homem negro de 34 anos, reside numa casa alugada com sua esposa e suas duas filhas. Liedson, assim como William, é barbeiro de profissão. “Eu procurei uma casa, sabe, aqui na ocupação que já tivesse uma loja, porque eu já era barbeiro, sempre trabalhei com isso, e queria trabalhar perto de casa, para ajudar minha esposa e ficar perto das minhas filhas”, explica Liedson. A casa, ainda de tijolos aparentes, possui uma entrada independente da loja, onde há um banco para os clientes esperarem, um grande espelho e a cadeira de atendimento. Ele trabalha sozinho no local; a esposa está desempregada. Segundo ele, consegue tirar cerca de 2.000 reais mensais no empreendimento que, apesar de estar dentro da ocupação, em um imóvel irregular, fica próximo ao *asfalto*. “Sabe, a posição é estratégia. Eu pego clientela daqui de dentro, mas gente também daqui de fora”.

No barracão de fundos de dois cômodos que divide com a mãe aposentada, a sala de Kelly, uma mulher branca de 42 anos, é dominada pela presença de um forno industrial. Apesar de pequeno, é este equipamento que define o espaço e garante o sustento precário, assando salgadinhos e doces que ela vende para complementar a renda doméstica. O ambiente abarrotado reflete a condição da “vida sem salário” analisada por Henrique Costa (2025), em que o local de moradia se confunde com o de produção, e a infraestrutura é mínima, adaptada aos recursos disponíveis. Kelly personifica a figura da “batalhadora”, categoria nativa recorrente que Costa (2025) identifica como central na auto-percepção de sujeitos periféricos. Seu discurso é fortemente marcado pela ideologia do empreendedorismo: ela evoca recorrentemente a superação, o valor do trabalho árduo, o mérito individual e a fé como pilares de sua trajetória.

Contudo, essa narrativa de força e perseverança coexiste com uma realidade material dura. A renda mensal advinda de seu empreendimento é baixa: cerca de 600 reais, dependente

de poucos e incertos serviços, o que revela a extrema precariedade financeira. O baixo lucro por encomenda (R\$ 150, segundo seus cálculos, para quatro centos de produtos) exige um volume de trabalho enorme. Quando surge uma encomenda, a utopia da autonomia sobre o tempo cede à necessidade imperiosa de “correr bastante”, como ela diz, muitas vezes virando a noite para cumprir prazos, realizando sozinha todas as etapas do processo produtivo – da compra de ingredientes à montagem, “menos a entrega, né? Porque eu não dirijo”, explica Kelly. A divulgação por meio de grupos de WhatsApp evidencia a mobilização de tecnologias acessíveis como ferramenta de autogestão e de acesso ao mercado local, um dispositivo objetivo comum na prática empreendedora popular. A expressão frequente “É o jeito, né?” transparece uma camada de resignação, um reconhecimento tácito dos limites impostos pela realidade, que modula o discurso otimista da meritocracia e da superação.

Outro relato de microempreendimento é o compartilhado por Maria, a mãe, de 57 anos, e Isa, a filha, de 24, moradoras do bairro há muito tempo. Maria mora na região desde 1990; foi uma das beneficiárias da política habitacional. Ela trocou de casa no loteamento público algumas vezes: vendeu a sua para comprar outra e, depois, trocou de casa novamente, para uma maior, onde permitiu constituir, agregado à sua sala, um ateliê de costura.

Mãe e filha me receberam no cômodo onde trabalham, entre panos e peças de roupas esperando conserto e máquinas de costura. Ambas as mulheres negras são “batalhadoras”, como se definem. Trabalham muito e ganham pouco.

A mãe é “pilotista”, opera a máquina; a filha é “arrematista”, responsável por finalizar as peças. Maria já tinha costume de trabalhar com costura desde que desempenhava um serviço de doméstica nos anos 1980. Fez curso e trabalhou em lojas especializadas até ser despedida em 2003 e virar autônoma.

Seu trabalho no conserto de roupas garantiu uma certa condição para a família, pois, mesmo vivendo com certa precariedade na periferia, ela ressalta que “nunca faltou nada” para os familiares. Não são todos que podem ostentar esse orgulho. O fato de ter feito um curso e trabalhado em lojas especializadas permitiu à Maria desenvolver um repertório de técnicas que lhe garantiu o sustento à sua família. Desde 2003, é autônoma e pega serviços de costura variados, como ela mesma explica: “É muito conserto, mas eu também faço peça”.

Isa, assim que se formou no ensino médio, buscou emprego. Sua vida no mundo do trabalho foi marcada por interrupções e por alta rotatividade. Nos últimos anos, trabalhou como caixa de supermercado num bairro da zona sul de Belo Horizonte, mas foi despedida. Atualmente, faz um curso profissionalizante no Sebrae com o objetivo de empreender:

Eu estava com um projeto de abrir uma loja. Ela produzindo as roupas, porque ela sabe fazer de tudo, e eu vou vender. Só que igual eu falei, vou esperar eu voltar a trabalhar, pelo menos uns quatro ou cinco meses pra gente ter um capital de giro, porque a gente precisa ter capital de giro. Aí eu estou fazendo uns cursos no Sebrae, como é que fala, é ... empreender... aí eu estou fazendo. Igual eu falei com minha mãe, de pouco em pouco a gente vai indo.

Maria e Isa tiram R\$ 500,00 mensais do seu trabalho com a costura, prestando serviço de pequenos reparos. Elas contam, como será visto, com o programa Bolsa Família e com a ajuda do outro filho de Maria, que trabalha em uma mecânica de motos. A expectativa de Isa é a de que iniciar um empreendimento pode ser uma oportunidade importante: “A gente quer fabricar, fazer peça para pôr na loja para vender, acho que vai mudar muita coisa”.

Empreender, portanto, é uma forma de sobreviver numa realidade marcada por despossessão e expropriação, ao mesmo tempo em que se permanece dependente do mercado. Para tanto, é preciso lançar mão de diferentes expedientes, de formas incertas, imprevisíveis e fora dos marcos do assalariamento: viração, correria, bicos e frilas são algumas das expressões dessas situações de transitoriedade pelas quais muitos passam para sobreviver.

Os casos apresentados ilustram a interação entre a necessidade de sobrevivência, as aspirações utópicas, os conflitos geracionais e o uso de recursos familiares e comunitários no contexto da reprodução social crítica.

A propriedade imobiliária, a autoconstrução e o microempreendedorismo: reprodução social crítica

O microempreendedorismo nas periferias não é um empreendedorismo de “oportunidade”, conforme pregado pelas cartilhas neoliberais; tampouco é resultado direto de uma “subjetividade neoliberal” construída por narrativas e discursos – ainda que, ambas desempenhem papel importante, não são, de nossa perspectiva, o fator explicativo do microempreendedorismo periférico. Embora o discurso da inovação e do autogerenciamento permeie o cotidiano, o fenômeno aqui descrito é, fundamentalmente, um empreendedorismo de necessidade. Ele se constitui como uma infraestrutura concreta e objetiva voltada a garantir as condições de reprodução social crítica desses trabalhadores sem trabalho.

Essa dinâmica produz uma alteração profunda no espaço doméstico, onde a “invasão” da lógica da produção esboroa a separação histórica entre o lugar de morar e o lugar de trabalhar. Vimos como, na prática cotidiana, o forno de Kelly domina sua sala, a infraestrutura dos pais sustenta a barbearia de William e as máquinas de costura ocupam o ambiente doméstico da casa de Maria e Isa. Outros tantos constroem puxadinhos que avançam sobre a calçada, adaptam a frente das moradias, constroem anexos para funcionar como um negócio. Trata-se, portanto, de uma particularidade da urbanização periférica brasileira que produz a condição de pequenos proprietários imobiliários (mesmo que informais) que passam a utilizar a propriedade imobiliária não só como espaço de moradia, mas também para geração de renda.

As transformações das unidades habitacionais ocorrem por meio da autoconstrução, um processo de agência particular em que os moradores produzem a cidade passo a passo. A transformação física do imóvel, para dar lugar a lojas e oficinas, é um elemento analítico central:

a moradia é expandida e aprimorada não apenas para acomodar novos membros da família, mas também para viabilizar o microempreendimento. A “porta de aço” substitui o muro residencial, sinalizando a conversão definitiva do uso exclusivo de moradia para incluir o funcionamento de microempreendimentos. A casa torna-se, assim, a base material para o empresariamento de si próprio, permitindo que sujeitos sem perspectiva de trabalho estável encontrem na moradia a oportunidade de constituir um empreendimento de geração de renda.

Esta alteração morfológica é acompanhada da impossibilidade analítica de separar o indivíduo de seu empreendimento. Tal processo deve ser interpretado como o reflexo material da urbanização sem salário, na qual os custos de reprodução do trabalhador e de manutenção do empreendimento tornam-se indistinguíveis. A renda gerada pelo bar ou pela barbearia desliza com intensa fluidez entre o pagamento do aluguel da casa, a compra de insumos para o negócio e a alimentação da família. O microempreendimento periférico, portanto, não é uma entidade jurídica ou contábil distinta, mas uma extensão orgânica e indissociável da vida biológica do trabalhador. A capacidade de manter o empreendimento é idêntica à condição de garantir a própria reprodução. Chama a atenção que, como visto, a maior parte dos microempreendimentos periféricos está endividada, o que sugere que os modos de reprodução social crítica dependem do capital fictício.

As periferias estão em constante transformação para abrigar novas formas de reprodução. Tais territórios, embora rotulados como bairros-dormitório, tornam-se espaços saturados de “negócios”. Esses trabalhadores sem trabalho das periferias urbanas se tornam também empreendedores e endividados. Nessa paisagem periférica transformada, repleta de empreendimentos, a conversão da casa em uma estrutura de sobrevivência que busca garantir a reprodução social mínima em tempos de crise.

Referências

- BOECHAT, Cassio & GIAVAROTTI, Daniel. Os sentidos da urbanização: produção do espaço e de bairros de trabalhadores em cidades do Estado de São Paulo. **Espaço Aberto**, v.5, n.1, p.29-47, 2015.
- CALDEIRA, Teresa. Urbanização Periférica: autoconstrução, lógicas transversais e política em cidades do Sul Global. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v.26, 2024.
- CANETTIERI, Thiago. **Periferias, reprodução social crítica e urbanização sem salário**. Belo Horizonte: Cosmópolis, 2024.
- CANETTIERI, Thiago. Territórios periféricos e as geografias da reprodução social crítica: heterogeneidade de práticas na urbanização periférica. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v.27, n.1, 2025.
- CANETTIERI, Thiago; CAMPOS, Laura; BAHIA, Leonardo & FEROLLA, Catarina. The formal, the informal, and the periphery: critical social reproduction and peripheral real estate markets in Brazilian peripheries. **Radical Housing Journal**, no prelo.
- CARVALHO, Pedro; LEITÃO, Karina; SANTO AMORE, Caio. Camadas de autoconstrução na moradia popular latino-americana: o conjunto se transforma com a chegada da favela. **Thésis**, v.9, n.19, 2025.
- COSTA, Henrique. Da vida sem salário ao empreendedorismo popular: aspirações de modernidade na periferia de São Paulo. **Revista Brasileira de Sociologia**, v.14, 2024.
- COSTA, Henrique. O sol brilha para todos: empreendedorismo popular como identidade periférica. **Tempo Social**, v. 37, n. 1, p. 1 - 19, 2025.
- COSTA, Henrique. **Um lugar ao sol: utopia e sofrimento no empreendedorismo popular paulistano**. 2022. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2022.
- DAMIANI, Amélia. A metrópole e a indústria: reflexões sobre uma urbanização crítica. **Terra Livre**, n. 15, p. 21-37, 2000.
- DAMIANI, Amélia. Urbanização crítica e situação geográfica a partir da metrópole de São Paulo. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Geografias de São Paulo: representação e crise da metrópole**. São Paulo: Contexto, 2004.
- DENNING, Michael. Wageless Life. *New Left Review*, n. 66, p. 79-97, 2010.
- FONTES, Leonardo. Between Dreams and Survival: The (Dis)Embeddedness of Neoliberalism among Entrepreneurial Workers from São Paulo's Peripheries. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 48, n. 3, p. 506-22, 2024.
- GAGO, Veronica & CAVALLERO, Luci. **A casa como laboratório: finanças, moradia e trabalho essencial**. São Paulo: Elefante, 2024.
- GAGO, Veronica. **A razão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular**. São Paulo: Elefante, 2018.
- GIAVAROTTI, Daniel. **Eles não usam macacão: crise do trabalho e reprodução do colapso da modernização a partir da periferia da metrópole de São Paulo**. 2018. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- GIAVAROTTI, Daniel. Formação e reprodução crítica do microempreendedorismo na periferia urbana de São Paulo no século XXI. **Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía**, v.34, n.2, p. 407-421, 2025.
- HOLSTON, James. Autoconstruction in Working-Class Brazil. **Cultural Anthropology**, v.6, n.4, pp.447-465, 1991.
- KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 1980.
- KURZ, Robert. **Dinheiro sem valor: linhas gerais para uma transformação da crítica da economia política**. Lisboa: Antígona, 2014.

KURZ, Robert. **O colapso da modernização**. Petrópolis: Paz e Terra, 1993.

LIMA, Rosa Maria. O tempo desvelado: a autoconstrução da moradia. **Cadernos Ippur**, Ano XXI, n.1, pp.71-97, 2007.

MARICATO, Ermínia. **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil urbano**. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

MORADO NASCIMENTO, Denise. A autoconstrução na produção do espaço urbano. In: MENDONÇA, Jupira; COSTA, Heloisa. (Orgs). **Estado e capital imobiliário: convergências atuais na produção do espaço urbano**. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2014.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

PAOLINELLI, Marina. **Ocupar, alugar, ocupar: rentismo de baixo e organização popular na produção da cidade**. 2023. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.

RIZEK, Cibele. Trabalho, moradia e cidade: zonas de indiferenciação. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, n. 78, p. 41-51, 2012.

SAMPAIO, Raquel. **Da noção de violência urbana à compreensão da violência do processo de urbanização: apontamentos para uma inversão analítica a partir da Geografia Urbana**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

TELLES, Vera & HIRATA, Daniel. Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. **Estudos Avançados**, v.21, n.61, pp. 173-192, 2007.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS COMO FRONTEIRA DE MERCADO:

ENERGIA SOLAR, NEGÓCIOS DE
IMPACTO SOCIAL E ILEGALISMOS

Gustavo Prieto

A injustiça não se resolve. À sombra do mundo errado murmuraste um protesto tímido. Mas virão outros.

(Carlos Drummond de Andrade).

A embaixada

Os embaixadores¹ não conseguiam esconder a decepção com os rumos daquela reunião. As expressões de frustração de Mandrake² e Raimundo Nonato, a troca de olhares incrédulos entre Kelly e Stephanie e o som seco de impaciência produzido pelos chinelos Havaianas de Geisiana, batendo no chão em um vai-e-vem desconcertante, davam o tom de escárnio do *meeting*. Aqueles representantes diplomados não estavam reunidos para uma missão em Nova York, Genebra ou Roma; não vestiam ternos caros nem *tailleurs* de alta-costura, tampouco debatiam os rumos da guerra na Ucrânia, os conflitos em Gaza ou as disputas no Cáucaso. Ainda assim, os destinos de uma verdadeira operação extrativista (Gago e Mezzadra, 2017) – fundada na expansão das fronteiras do capitalismo verde, cuja despossessão ampliada se coloca como pressuposto da exploração da força de trabalho e da espoliação urbana – e de uma economia moral da captura (Cross, 2019a; Dua, 2019) e da governança (Brown, 2015), em suas expressões simultâneas de cuidado e controle, eram minuciosamente delineados por especialistas técnicos e stakeholders, a partir de uma *solução tecnológica* apresentada como *simples, humanitária, econômica e ecologicamente sustentável*.

Porém, tal como o céu acinzentado, mais frio que o habitual naquele feriado prolongado de outono de 2023, o tempo havia fechado na sede da associação de moradores da Vila da Vitória, uma *quebrada* na periferia de São Paulo. Os cinco *embaixadores* estavam ali sendo formados para se tornarem representantes diretos de uma ONG de energia solar, chamaremos aqui de Energia Vital, em uma favela paulistana. Ou, nos termos da organização social, aqueles moradores eram os *agentes de transformação* de seus contextos pessoais e coletivos, responsáveis por *impactar* a vida da própria comunidade por meio de uma suposta construção coletiva de iluminação por meio de postes solares.

Os embaixadores periféricos haviam sido meticulosamente selecionados pelo setor de Desenvolvimento Social da empresa, em reuniões comunitárias. Raimundo Nonato, nascido no agreste pernambucano, foi um dos primeiros moradores da favela, com lote doado por um *irmão* considerado do PCC, padrinho de um de seus quatro filhos. Pedreiro idoso, um *coroa*

¹ Este capítulo emprega, em itálico, termos nativos das organizações e empresas de negócios social e da vida cotidiana nas periferias de São Paulo, com o objetivo de preservar as categorias tal como são mobilizadas em trabalho de campo e registradas em documentos institucionais. A pesquisa se realiza desde 2017 na periferia metropolitana de São Paulo, especialmente na Vila da Vitória. O trabalho de campo examina a atuação e expansão do Primeiro Comando da Capital, com foco na emergência de novos arranjos sociais, econômicos e políticos vinculados às formas contemporâneas da urbanização periférica e aos efeitos da financeirização no espaço urbano.

² Para garantir o anonimato, os pactos etnográficos estabelecidos e a privacidade dos interlocutores, os nomes de pessoas, lugares, empresas e organizações sociais utilizados neste capítulo são fictícios.

cabuloso, como chamam na *vila*, exibia com orgulho os bíceps forjados na lida com escavadeiras e enxadas, mesmo sob o vento cortante que atravessava a porta de garagem da Associação de Moradores. Trabalhador incansável e sempre com um cigarro Gift que se desloca entre o canto da boca e as mãos calejadas, Seu Raí construiu praticamente todas as fossas da *vila*, participa dos mutirões de asfaltamento das ruas da quebrada nos finais de semana e foi responsável por boa parte das ligações diretas de energia elétrica do território, além de ter escavado todos os buracos destinados à instalação dos postes de energia solar daquela ação ongueira-empresarial.

Ao seu lado estava Kelly, *presidenta* da associação de moradores, protegida por um casaco branco, em estilo sobretudo de tecido plush, costurado por ela mesma. De unhas de gel feitas e cabelos louros pintados para esconder os fios brancos que chegavam, ela foi a principal liderança na resistência à remoção forçada da favela mas, atualmente, é alvo de fofocas de muitos moradores que a acusam de ser uma defensora radical da Nova Vida – empresa social de regularização fundiária privada que fez a mediação judicial entre moradores e proprietários para a permanência da favela –, estar ausente das demandas cotidianas da quebrada e não evitar os despejos dos moradores inadimplentes.

Kelly fotografava os slides da apresentação, perguntava e filmava com especial preocupação em compreender detalhadamente as condições técnicas para a instalação de *soluções* energéticas nas casas, ciente dos limites impostos pelas inúmeras habitações cobertas apenas por telhados de amianto ou lajes com concreto exposto. Ela sonhava com esta iniciativa e com a possibilidade de fundar uma ONG neste nicho em sua *vila* baseada em *energia solar social, autogestão e empregos verdes*, seguindo o modelo de uma outra *organização social de energia solar* com sede no Rio de Janeiro, mas esta *solução* de painéis fotovoltaicos para *geração distribuída de interesse social* não estava sendo ofertada para a Vila da Vitória.

Veza ou outra, Kelly enviava vídeos e áudios para Maicon, seu filho mais velho, *irmão* batizado do PCC que *puxava cadeia* em uma prisão no Nordeste contando as diferenças entre sistemas ligados à rede ou isolados, explicando detalhes sobre as soluções e suas placas solares, LEDs, baterias e circuitos ou narrando o *proceder* dos voluntários.

Na fileira de trás, estava a filha caçula de Kelly, a estudante do Ensino Médio, Stephanie. Ela vestia um moletom largo demais para o próprio corpo, do time de basquete estadunidense Miami Heat, recebido como doação pela Associação de Moradores, mantendo a maior parte do tempo o zíper puxado até quase cobrir o queixo e as orelhas. Stephanie havia faltado ao curso de manicure oferecido por uma ONG católica de geração de emprego e renda, na esperança de, futuramente, conseguir acesso ao curso de instalação de energia solar da empresa social (ou nos termos da organização: o curso dos *instaladores da esperança*).

O curso técnico para instalação de placas fotovoltaicas tem duração de um dia, é organizado pela Energia Vital e financiado por um instituto responsável pela gestão do *investimento social privado* de um conglomerado empresarial de capital fechado, de controle familiar, com atuação

nos setores de engenharia, construção civil, cimento e incorporação imobiliária. O instituto declara operar nas áreas de educação e *voluntariado engajado*, apresentando suas ações como alinhadas à *agenda ESG (Environmental, Social and Governance)* e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

A capacitação oferecida aos embaixadores que se destacavam no *engajamento comunitário* e na *proatividade do trabalho* articula capacitação técnica e formação moral. De um lado, introduz noções sobre o mercado solar, conceitos e aplicações de sistemas fotovoltaicos, além de treinamentos obrigatórios de segurança em eletricidade (NR-10) e trabalho em altura (NR-35). De outro, investe na produção de um sujeito empreendedor da transição energética, apto a narrar sua própria trajetória como superação das *vulnerabilidades*³. Oficinas de elaboração de currículo, orientação sobre *comportamento* em processos seletivos e desenvolvimento de *competências socioemocionais* são apresentadas como ferramentas indispensáveis à inserção na nova economia verde. Ensina-se ainda a identificar a *cultura empresarial* das empresas sustentáveis, a escolher estrategicamente onde (*se quer*) trabalhar e a construir o que denominam de *autonomia financeira* em contexto de *mudanças climáticas*, uma pedagogia do empreendedorismo verde que desloca para o indivíduo a responsabilidade pela gestão das decisões (e das culpas) que atravessam a reprodução da vida.

Com um copo de plástico nas mãos, uma bebida já morna – mistura de café e cevada – era sorvida por Geisiana, que estava colada em Stephanie para se aquecer. De chinelo com meia e um casaco preto de gola já escaçada, estava desempregada e cursava Psicologia, à distância, em uma universidade privada. Mãe solo de duas crianças, faria 30 anos no fim daquele ano. Estava endividada com a empresa de regularização fundiária privada, com vários cartões de crediário (de um atacarejo, uma farmácia e duas fintechs) e com um agiota. Geisi estava também ameaçada de despejo. Haviam se passado mais de dez meses desde o último pagamento, o que, na prática, significava a ruptura contratual com a empresa de regularização fundiária privada. Ela aguardava mais uma visita da assistente social da Nova Vida para verificar quanto poderia pagar na renegociação da dívida, mas temia as ligações insistentes de cobrança, as cartas extrajudiciais que prometiam reintegração de posse e o agiota da quebrada que *não matava*,⁴ mas que poderia tomar sua casa caso o atraso persistisse.

Geisiana alimentava a expectativa de obter rendimentos esporádicos com uma eventual entrada na *rede de embaixadores* da empresa, o que poderia complementar o *Bolsa (Família)*,

³ Ivo (2008) identifica as raízes da mobilização da noção de vulnerabilidade na agenda fin-de-siècle do Banco Mundial, que propõe mobilizar o potencial dos pobres por meio da reconversão de seus ativos e a capacidade existente na comunidade, integrando-os ao mercado como forma de enfrentar a pobreza e a própria condição de vulnerabilidade social por meio da participação ativa.

⁴ Há, na classificação nativa, uma distinção entre *agiotas que matam*, isto é, aqueles que utilizam a violência armada, e mesmo o assassinato, para a cobrança de dívidas e aqueles que *não matam* (às vezes chamados dos *agiotas que batem/spancam*), mas recorrem a um conjunto de outras práticas coercitivas, como extorsão, cobrança de juros abusivos, pressão sobre parentes ou patrões do devedor e a apropriação de bens da casa, como eletrodomésticos, eletrônicos, carros ou motos. Na Vila da Vitória, não é incomum que agiotas também se tornem proprietários de casas e terrenos adquiridos por meio da transferência da propriedade em troca de dívidas não pagas e não renegociadas. social por meio da participação ativa.

sua única fonte de renda fixa⁵. A Energia Vital leva *embaixadores* selecionados para treinar *voluntários corporativos* em empresas parceiras e financiadoras, ensinando funcionários a montar a *tecnologia social* (postes e lâmpadas solares) de *forma lúdica e divertida*. Também promove atividades em escolas e eventos empresariais com a presença destas *lideranças comunitárias da justiça climática*.

Os embaixadores são também levados a outras comunidades que recebem as *soluções* solares para replicar os mandamentos de sua representação comunitária: alguém que *inspira, engaja, cuida, constrói pontes por meio da comunicação compassiva e assume a responsabilidade* de manter limpas as placas solares, organizar a fiação, descartar corretamente as baterias e zelar pela manutenção da tecnologia social. Segundo a Energia Vital, cabe a eles promover a certeza de que é possível *iluminar não apenas ruas, mas também futuros*. Geisi, porém, estava menos interessada na *iluminação das oportunidades* ou no *brilho da esperança solar* e mais no pagamento do traslado, da alimentação e no equivalente a 1/5 de salário-mínimo por cada participação nas atividades da rede.

E, finalmente, de pé na escada que dá acesso à Associação estava Mandrake. De boné Adidas cinza, *cabelinho na régua*, correntinha de ouro no pescoco e um *jaco* da marca Oakley, ele se dividia, naquele momento, entre o trabalho na construção civil, a prestação de serviços elétricos diversos na vila e a caminhada pelo mundo do crime, ganhando a vida entre o 157⁶ e *cair pra dentro* de terrenos públicos vazios ou privados e sabidamente desocupados.

Jovem, mas não *moleque*, Mandrake *corre na fita das invasões*⁷, ele atua, especialmente, na grilagem de áreas verdes, de risco e/ou de preservação ambiental, auxilia na instalação de *gatos* de água e luz e participa da organização dos materiais para a construção provisória dos barracos quando *faz a boa* em territórios *invadidos*. Claro, que ele não tem *peito-de-aço* e faz tudo sozinho. Há toda uma economia política da grilagem do mundo do crime que envolve políticos locais, policiais, cartórios, guardas ambientais, funcionários de sub-prefeitura, lideranças comunitárias, loteadores, capangas, jagunços, caseiros ou seguranças de terrenos ociosos e grileiros *das antigas* para a escolha e eventual permanência nos lugares capturados. E toda sorte de empresários

⁶ O artigo 157 do Código Penal brasileiro tipifica o crime de roubo. O número 157 tornou-se uma expressão corrente no mundo do crime para designar esta prática. Mandrake era especializado em roubo de cargas, mas atuava apenas como um operador do crime, um trabalhador *do corre*, ou seja, não era ele quem ficava com a totalidade dos ganhos com a carga roubada, longe disso. Eventualmente, ele recebia uma parte pequena como pagamento, em outras ocasiões, o recebimento era feito em dinheiro por quem encomendava o roubo.

⁷ Invasão é utilizado aqui como categoria nativa. Na periferia da metrópole de São Paulo, as noções de invasão e ocupação não são equivalentes e indicam lógicas distintas de produção do espaço urbano. Historicamente, ocupação refere-se a práticas coletivas de contestação da função social da terra e do solo urbano, mobilizadas por movimentos sociais para questionar a formação da propriedade privada e denunciar a ociosidade de terras, terrenos ou prédios não destinados à moradia. Invasão, por sua vez, aparece como categoria acusatória, associada à defesa da inviolabilidade da propriedade privada e à criminalização dos sujeitos como bandidos ou transgressores da lei. No uso contemporâneo nas periferias paulistanas, entretanto, os termos também operam segundo outra distinção teórica e prática. Ocupação costuma designar lugares em que os moradores não pagam pelo acesso ao lote, enquanto invasão refere-se a operações privadas conduzidas por loteadores e grileiros, vinculados a circuitos estatais e/ou criminais, nas quais os moradores pagam para entrar e permanecer no território. Em outras palavras, o critério de diferenciação passa a ser o dinheiro, ou seja, o pagamento pelo acesso à terra e à moradia

e empreendedores criminais em lojas de materiais de construção, ferros-velhos, empresas de terraplanagem, *desmanches* e *desovas* que podem auxiliar na parafernália necessária para a entrada e construção de uma *invasão*. Ele estava ali, como me disse no almoço do primeiro dia, para aprender sobre “essas *fitas* de energia solar” e ver se as *gambiarras* elétricas que faz na *vila* e nas *invasões* poderiam se juntar com aqueles painéis. “Eu gosto de resolver os *perreco*s que aparecem, sabe? *Dou meus pulos* para entender um pouco de tudo”.

Inteligente e atento, Mandrake não perdia a oportunidade de *tirar um sarro* com os voluntários, paquerar Naomi (uma das voluntárias da ONG, cuja denominação ongueira é *transformadora social*), implicar com a presidenta da Associação, contar o apelido ou o *vulgo* de um morador e perguntar sobre os termos técnicos em inglês que desconhecia. Nos intervalos para acender seu Marlboro Vermelho puxava algumas de suas letras de rap, que posteriormente foram inseridas no vídeo corporativo amplamente divulgado pela empresa patrocinadora da ação e pela própria Energia Vital.

O corpo diplomático estava formado. Mas, naquele fim de tarde do segundo dia de curso de embaixadores, o clima já não era mais de *alegria, comunicação compassiva, cuidado* ou *respostas criativas* às perguntas que haviam orientado o encontro: “qual seu maior sonho?”, “o que está mudando na comunidade por causa do clima?” e “como podemos nos preparar para enfrentar as mudanças climáticas juntos?”. Os cinco moradores da Vila da Vitória estavam desconfiados, cada um a sua maneira, de que havia algo estranho, e violento, no ar.

Partindo de uma situação etnográfica em que moradores de uma favela recebem um *presente* como símbolo de seu papel transformador na transição energética, este capítulo sustenta que as infraestruturas de iluminação solar são centrais tanto para o projeto biopolítico (Gupta, 2015) quanto para dinâmicas urbanas de acumulação de capital, operando como expressões concretas de práticas espacialmente situadas que reproduzem e rearticulam desigualdades (Freire-Medeiros, 2022), segregação (Alvarez, 2013) e violência (Prieto, 2022). Longe de representar uma ruptura com formas historicamente constituídas de violência infraestrutural (ligações diretas na rede, *gambiarras*, ineficiência e/ou pobreza energética), as intervenções de energia solar nas periferias paulistanas as reconfiguram, captando dinheiro e capturando força de trabalho, subjetividades e moralidades.

Ao prometer soluções assim chamadas de *sustentáveis*, capacitação de voluntários e lideranças locais, formação em *consumo consciente* e iluminação a *custo zero*, tais iniciativas estão longe de combater ou mitigar os fundamentos da segregação socioespacial. Está em jogo, nas periferias urbanas, a conversão da precariedade e da intermitência das infraestruturas em responsabilização moral pelas mudanças climáticas, a partir da extração de tempo de trabalho e da captura dos sonhos e desejos dos moradores, mobilizados na forma de engajamento comunitário e de uma retórica empresarial de sustentabilidade.

A gramática dos negócios de impacto social com suas ações e soluções são uma racionalidade política, uma forma específica de razão normativa que reorganiza a esfera política, as práticas de governança e a cidadania (Brown, 2015) As iniciativas solares mobilizam os conflitos socioespaciais nas periferias para o campo da responsabilidade individual e da gestão (e descartabilidade) empresarial de si, cuja tônica é uma plêiade de assistencialismos de crise (Canettieri, 2024), e privatizações cruzadas (Rizek, 2013) do processo de urbanização.

Para além da verborragia da *transição energética justa e inclusiva* mediadas pelas empresas de negócios sociais e das autodeclaradas *ações de combate as mudanças climáticas por investimento social privado*, o que as organizações sociais de energia solar produzem é a mobilização, através da infraestrutura solar, de uma formação político-empresarial de circulação global assentada em processos ampliados de extrativismo (Gago e Mezzadra, 2017). Instituinto, assim, novas camadas ao capital da pobreza (Roy, 2010), não mais exclusivamente ancoradas na privação (Verdi, 2022; Carlos, 2024a) e na gestão das precariedades (Guerreiro, Rolnik e Toro, 2023), mas na ativação cívica, afetiva e produtiva dos próprios moradores.

As infraestruturas solares operam simultaneamente como tecnologia social, como dispositivo pedagógico de governamentalidade e como relação social. Em outras palavras, ela faz muito mais do que *reorganizar fluxos energéticos ou descarbonizar o planeta*, mas i) conduz condutas; ii) produz sujeitos responsabilizados, sujeitados por sua própria inclusão precária e ameaçados pela punição do descarte, baseada em trabalho não-pago, e iii) reproduz desigualdades e a segregação socioespacial sob a lógica do engajamento, da participação empoderada e da transição verde e iv) amplia as fronteiras da acumulação capitalista nas periferias urbanas. De fato, a Vila da Vitória, favela na metrópole de São Paulo, constitui uma fronteira elétrica urbana e se encontra no limiar da infraestrutura de iluminação, onde a eletrificação é parcial, intermitente, desigual e socialmente seletiva, estando apta a ter os moradores como o *público-alvo* dos negócios de impacto social e o território como laboratório corporativo da extração de renda e trabalho. A quebrada, no entanto, é apenas uma das muitas periferias urbanas em que as mudanças climáticas são fronteiras de mercado.

O corpo diplomático da Vila da Vitória formado por pedreiros, lideranças comunitárias, mães endividadas, estudantes e grileiros ocasionais é convocado a representar sua comunidade com a promessa moral de uma transição energética que iluminaria as ruas enquanto sombreia os fundamentos da produção do espaço e do capital que tornam necessária a própria gambiarra. *Não há nada de novo sob o Sol.*

Os postes

No léxico da formação político-empresarial ofertada naquele feriadão, um *embaixador* é uma pessoa com *engajamento e força de vontade*, mora na comunidade e ajuda a produzir a infraestrutura de iluminação com *consciência ambiental, profissionalismo e alegria* na sua quebrada. Kelly e Stephanie, porém, não estavam chateadas com a transformação do trabalho

não-pago que despenderiam na ação, e posteriormente a ela, em assunto da ordem de projetos pessoais, criatividade, voluntariado e empreendedorismo (Cabanas e Illouz, 2022). Já Seu Raí e Mandrake não estavam *pistola* com os dois dias completos do curso para pessoas embaixadoras e a série de palestras ministradas sobre fontes de energia e energias renováveis, oficina de instalação e manutenção de postes solares, dinâmicas de grupos sobre empatia, empoderamento e comunicação oral e corporal e atividades sobre meio ambiente e mudanças climáticas, mas com o desfecho daquela política de participação e inclusão cívico-corporativa⁸, permeada por tecnologias de governo e normas de autogoverno (Roy, 2009) reveladas ao final daqueles dois dias de indústria da positividade (Ahmed, 2010).

Geisi, todavia, já estava bastante incomodada desde a manhã do primeiro dia de curso, quando as voluntárias da ONG apresentaram os *valores* e a *missão dos embaixadores*. Elas ressaltavam, sempre em tom de entusiasmo, as três responsabilidades consorciadas: entender a tecnologia das soluções, realizar a manutenção cotidiana dos postes e, sobretudo, ser *responsável*. Esta última parte servia para garantir o *profissionalismo*, ou seja, para assegurar que o trabalho não-pago, na forma de voluntariado, fosse efetivamente realizado e que o consentimento fosse produzido em torno do sentimento de representar a ONG, zelar pelo investimento da empresa patrocinadora e representar a comunidade, garantindo que as *soluções solares apresentadas*, neste caso, os postes, não fossem roubadas, depredadas ou destruídas. Cada indivíduo estava ali para realizar o movimento de autovalorização do próprio capital, por aqueles que são destituído de capitais (Catini, 2020).

As *voluntárias* destacaram a necessidade de conscientizar a população de que a bateria de chumbo, um dispositivo que funciona para armazenar energia visada por noias e por pessoas que pensam que estas poderiam ser usadas em motos, pertenciam a toda comunidade. E, de que seria tarefa dos embaixadores, liderar ou se dispor a fazer *vaquinhas* ou rifas para comprar as baterias perdidas e sempre *passar um paninho na placa* quando passassem pelas *soluções*. Geisi me disse, em tom baixo com uma das mãos tapando a boca: “Eu agora tenho que ser embaixadora sem salário da ONG e a *disciplina*⁹ do poste sem ser do *corre?*”.

Gago e Mezzadra (2017) chamam atenção sobre as novas formas ampliadas de extração para além da captura de matérias primas e recursos naturais, destacando os circuitos em que as operações extrativas ganham forma e velocidade, especialmente nas estratégias de extração de valor. Os autores destacam que:

⁸ A chamada governamentalidade cívica refere-se à institucionalização de regimes de participação e inclusão que produzem simultaneamente sujeitos e espaços governáveis, produzindo formas de mediação que articulam projetos de desenvolvimento urbano com disciplinamento político e (des)organização social (Roy, 2009).

⁹ Disciplina é uma posição política dentro do PCC, sendo a pessoa responsável por manter a disciplina na quebrada, ou seja, garantir que a favela esteja de acordo com a *ética do Comando* e não, propriamente, de acordo com os seus valores individuais. É por isso que, para os *ladrões*, estar *pelo certo* é o mesmo que estar na disciplina. Contudo, conforme argumenta Biondi (2018) o certo nunca é definido de antemão. “Ele é sempre perseguido, estabelecido e expresso por meio de ideias e mediante cada situação. O certo aparece menos como um atributo que pode ser conferido a alguém do que como um método. Nunca se diz que ‘ele é o certo’, mas sim que ‘ele está pelo certo’”. Nesse sentido, se o certo está mais no método do que no predicativo, trata-se de um princípio prático de conduta que pode ser debatido a partir de vários lados e visões (Biondi, 2018).

as lógicas extrativas cruzam, nesse sentido, o governo da pobreza, produzindo violência e hibridizando-se com as próprias lógicas e retóricas de inclusão formuladas pelo discurso da cidadania. Sob essa perspectiva, acreditamos, torna-se possível também uma leitura das novas conflituosidades sociais que permite mapear a trama do agronegócio, das finanças, das economias ilegais e dos subsídios estatais segundo lógicas ao mesmo tempo complementares e em disputa. São essas lógicas, simultaneamente, que permitem deslocar-se da imagem vitimista que a narrativa da desapropriação tende a enfatizar (Gago e Mezzadra, 2017, p. 577).

A Energia Vital havia desembarcado na Vila da Vitória dois meses e meio antes do curso de embaixadores daquele outubro de 2023, com toda esta retórica de inclusão, para instalar vinte e nove postes solares. A organização social que liderava a ação foi criada em 2011, em Manila, nas Filipinas, e atualmente possui filiais distribuídas em diversas regiões do mundo, com projetos de energia fotovoltaica implementados em mais de trinta países. No Brasil, suas intervenções concentram-se sobretudo em comunidades urbanas periféricas, territórios indígenas e quilombolas. Segundo seus próprios relatórios institucionais, a organização já instalou mais de cinco mil soluções de iluminação solar (entre lampiões, postes e iluminação interna para espaços comunitários) alcançando cerca de quarenta mil pessoas, do Baixo Xingu às quebradas da metrópole paulistana.

A ONG atua no setor das chamadas soluções socioambientais de infraestrutura energética, ocupando um nicho crescente de tecnologias sociais voltadas à redução de emissões de carbono por meio da expansão de sistemas descentralizados de energia renovável. A presença da ONG em feiras internacionais de energia solar, conferências climáticas e programas globais de incubação e aceleração de negócios de impacto desvela a inserção da organização em circuitos globais que medeiam filantropia corporativa, empreendedorismo social e mercados emergentes de mitigação climática.

Os recursos que sustentam suas operações são captados por meio de uma estrutura híbrida de financiamento, mas com forte captura do fundo público. A organização combina parcerias empresariais, prestação de serviços para corporações interessadas em ações socioambientais, participação em editais nacionais e internacionais, doações de pessoas físicas e incentivos previstos na legislação brasileira para organizações da sociedade civil. Nesse arranjo institucional, as empresas patrocinadoras e parceiras podem registrar doações como despesas operacionais dentro de determinados limites legais, o que reduz parcialmente sua carga tributária. Com isso, iniciativas de responsabilidade socioambiental se tornam instrumentos de planejamento fiscal, produzindo projetos comunitários de infraestrutura energética articulados às estratégias corporativas de gestão tributária e reputacional. Estas organizações sociais têm ainda um vultoso poder político transmutado em caridade, assistencialismo, dádiva ou *substituição desburocratizada* do Estado em que os benefícios fiscais transformam os postes e os lampiões solares em subvenção pública para decisões corporativas (McGoey, 2015; Reich, 2018).

O Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC) que organiza essas relações, instituído em 2014, buscou formalizar e ampliar a cooperação entre Estado, empresas e organizações da sociedade civil na execução de projetos sociais, consolidando um arranjo institucional em que iniciativas filantrópicas, investimento de impacto e políticas públicas operam de maneira imbricada. Essas intervenções se inscrevem em uma gramática contemporânea do *fazer o bem*, em que problemas sociais são *focalizados* como oportunidades para soluções técnicas e inovação social. Como observa Fejerskov (2022), esforços de transformação social são organizados em torno de soluções projetadas, testadas e globalizadas por atores privados e filantrópicos, com firme aporte de investimento estatal, em que populações e territórios periféricos tornam-se laboratórios mundializados de experimentação.

É justamente nesse contexto que intervenções baseadas em soluções solares passam a ganhar centralidade e *escalaridade* no Brasil e em diversos países do Sul Global. Cross (2019a, 2019b e 2020), em análises sobre contextos africanos e indianos, argumenta que, desde o final dos anos 1980, o catálogo de dispositivos solares e fotovoltaicos concebidos para *fazer o bem* em lugares com acesso inexistente ou intermitente à eletricidade se expandiu de forma exponencial. Em análise sobre Burkina Faso, por exemplo, argumenta que a crise energética passa a se fundamentar em abordagens baseadas no mercado para a energia humanitária, uma formulação de negócios de impacto social que sinaliza o afastamento da lógica da ajuda e a aposta na criação e expansão de mercados de bens e serviços em territórios marcados pela privação infraestrutural.

A Energia Vital estima como custo aproximado de uma *ação* para a *instalação* de cerca de trinta postes solares em uma metrópole algo em torno de R\$ 120 mil, enquanto uma intervenção no que denominam de *áreas remotas*, envolvendo aproximadamente cento e cinquenta lâmpões solares, custaria em média cerca de R\$ 250 mil. Em suas apresentações institucionais, a ONG enfatiza que tais valores incluem além dos materiais de instalação, os custos associados às etapas de pré e pós-*ação* consideradas fundamentais para sua *metodologia de desenvolvimento social*: mobilização comunitária, capacitação de embaixadores, logística, monitoramento e equipe técnica.

Essa retórica institucional é insidiosamente relevante quando se observa que o custo direto de construção de cada poste solar corresponde a menos de um quarto de salário-mínimo por unidade, ou seja, o valor do projeto excede largamente o custo das *soluções* instaladas. Entretanto, para a organização a *solução*, por vezes também chamado de o *presente*, ofertada não seria apenas a infraestrutura luminosa em si, mas o processo social que a acompanha, pacote que aporta engajamento comunitário, conscientização ambiental, transição energética, governança empresarial, experiência de voluntariado corporativo e produção de narrativas de impacto.

A oferta de mercadorias da organização dirige-se tanto à instalação de *soluções energéticas* quanto à prestação de serviços para as empresas interessadas em iniciativas socioambientais.

As ações costumam envolver programas de capacitação de voluntariado corporativo, intervenções de instalação das soluções que são frequentemente realizadas em territórios selecionados pelas próprias empresas financiadoras, seja em áreas de influência direta (como bairros onde vivem funcionários, entornos de fábricas e sedes corporativas, ou locais de fácil acesso para a mobilização dos voluntários), seja em espaços mobilizados como vitrines de *compromisso climático*, como intervenções na Amazônia, em áreas de preservação ambiental, em comunidades periféricas com ampla presença de população negra ou indígena em resposta a agendas de diversidade e *compliance*. Lideranças ou moradores que tenham interesse em receber a iluminação solar também podem se cadastrar em um banco de comunidades e as empresas junto com a organização social selecionam as que são elegíveis para receber a ação.

A instalação das soluções é apenas uma etapa de uma ampla operação extrativa que inclui a produção de peças publicitárias para empresas financiadoras, a captura de imagens para relatórios de sustentabilidade, vídeos para as redes sociais das corporações financiadoras e a ativação de estratégias de *marketing de causa*. Os postes e lampiões solares são, assim, suportes estratégicos para a fabricação de reputação socioambiental em que o foco é a governança eficiente de soluções e a formação empresarial-política de *empreendedores climáticos nas comunidades*. Trocando em miúdos, estamos diante de uma gestão empresarial da pobreza via negócios de impacto social e ambiental em que a própria definição da precariedade da iluminação pública envolve a aplicação de metodologias empresariais e métricas de desempenho e performance.

As infraestruturas energéticas funcionam como interfaces concretas entre Estado e população, a partir das quais promessas de desenvolvimento, cidadania e governo tornam-se tangíveis na vida cotidiana (Gupta, 2015). Entretanto com organizações e empresas sociais mediando estes processos, a permanência da iluminação pública privatizada, depois de passada as ações de instalação não é garantida, visto que dependem exclusivamente do *engajamento e responsabilidade* dos embaixadores, ou seja do tempo de trabalho extraído dos próprios moradores para que o presente continue funcionando.

Além disso, o investimento social privado é parte componente da iluminação solar como frisou a líder da ação da ONG, Maíra, a Má: “para a coisa toda acontecer é necessário *startar* com o patrocínio de uma empresa”. Huber (2025) argumenta que o “capitalismo das renováveis”, entendido como uma indústria de energia dominada pelo capital privado e dissociada do sistema de serviços públicos tende a resultar não em uma transição energética propriamente dita, mas, no máximo, em uma adição energética, na qual a expansão das renováveis e dos lucros ocorre paralelamente ao crescimento da produção e do consumo de combustíveis fósseis.

Para a instalação dos 29 postes na Vila da Vitória, o percurso tinha sido longo e envolveu mais de quatro anos de espera da comunidade no cadastro da ONG, o processo de validação da *quebrada* com reuniões para a conferência do potencial de *engajamento social*, a verificação da situação fundiária da *vila*, a existência ou não de ações de *reintegração de posse*, *as condições de proteção ambiental do terreno* e o entendimento do contexto político de mediação e negociação com o *crime*.

Mas a ONG não estava sozinha: uma perspectiva etnográfica atenta às circulações materiais e imateriais (Feltran, 2022) nos revela que a Energia Vital faz parte da territorialização de um circuito de mobilidades de pessoas, empresas mercadorias, ideias e políticas (Mano, 2024) que tem nos negócios de impacto social e na mitigação das mudanças climáticas nas margens urbanas, uma fronteira de negócios. Desde 2016, uma empresa de regularização fundiária privada, a Nova Vida, mediou o acordo judicial para a permanência dos moradores na Vila da Vitória, em risco iminente de reintegração de posse, e desde então uma plêiade de negócios de impactos sociais e ambientais aterrissou na *quebrada* (Prieto e Verdi, 2023; Prieto e Milano, 2025).

A favela foi objeto de estudo e da construção de uma *teoria da mudança* por um Laboratório de Empreendedorismo de uma universidade privada de São Paulo, foi estudo de caso de uma *Business School* e uma *School of Government* de uma universidade líder global dos ranqueamentos internacionais na Nova Inglaterra, nos Estados Unidos, e apareceu em documentário da Netflix sobre o que chamam de um *capitalismo de impacto*. As pesquisas receberam forte aporte financeiro de um *think tank* com sede em Washington DC (EUA) que desenvolve ações voltadas ao que denominam de *prosperidade sustentável de pessoas e lugares por meio do avanço das boas práticas de governança fundiária e ambiental*. Além disso, a Nova Vida recebeu de uma gestora de investimento de impacto (um fundo de *venture capital* de impacto), um *family office* de uma marca de cosmético, um financiamento para acelerar seu modelo de negócio e escalonar ações sob o mote da *redução das desigualdades* e a *reversão da degradação ambiental*. Ademais, a sede da associação de moradores em que estavam os cinco novos embaixadores da Energia Vital, naquele final de tarde nebuloso, foi construída por uma *empresa de soluções habitacionais* cujo lema é o desenvolvimento territorial e reformas das casas que sejam instrumentos de impacto em habitação de interesse social para a construção de *idades mais resilientes em contexto de mudanças climáticas*.

A Vila da Vitória fora selecionada pela Energia Vital, pois se tratava de uma área em processo de regularização fundiária privada, com associação de moradores atuante, com anuência do *frente da quebrada* para conduzir a ação e sem iluminação pública regular nas ruas, apesar da quantidade imensa de *gatos e gambiarras* que fazem a quebrada não ficar no breu completo e dos inúmeros ofícios e protocolos enviados à empresa oficial privatizada de eletricidade e à Subprefeitura do bairro. E, claro, pelo acesso estratégico para os *voluntários corporativos* que vinham de ônibus fretado da região da *Faria Lima*.

A empresa social trazia consigo toda sorte de *estrangeiros, apoiadores e playboys* à quebrada no feriadão: colaboradores, funcionários da empresa patrocinadora da ação (naquele caso a empresa brasileira líder no engarrafamento e comercialização de gás de cozinha) e a rede de parceiros e investidores mobilizados. A revolta dos embaixadores não era, porém, exatamente, com esta multidão de “parceiros felizes” (Arantes, 2004).

Além disso, para além das pessoas e das ideias, a equipe da organização social aportava um calhamaço de papéis da burocracia empresarial: manuais de montagens e instalação de postes, cartilhas de manutenção das soluções solares, guias de como ser um embaixador, protocolos de segurança e contratos de autorização de usos de imagens. Parte deste material continha apenas figuras ou fotografias já que se presumia que parte da população *impactada* seria *analfabeta ou analfabeta funcional*, como sentenciou, Henri, um voluntário de apoio logístico que estava em sua primeira ação de formação de embaixadores.

A associação de moradores estava tomada ainda de painéis solares, baterias, canos PVC, lâmpadas de LED e circuitos, equipamentos fundamentais para a instalação das soluções. Havia ainda caixas de ferramentas, computadores, GPS, iPads e iPhones com apps para buscar os lugares com a melhor incidência de raios solares, o mapeamento dos pontos de construção das soluções e o registro fotográfico minucioso de todo o processo.

O poste de iluminação solar da organização consiste em duas estruturas: uma base concretada diretamente no chão, em que é colocado um tubo de esgoto de 100mm de diâmetro e 3 metros de altura em um buraco de cerca de 50 cm de profundidade e 30 cm de diâmetro. O cano é preenchido de concreto, uma massa que combina areia, pedrisco, cimento e água. A iluminação vem da cabeça do poste de cerca de 60 cm em que são montados a placa solar, os módulos de LED, a bateria de chumbo e o circuito controlador de carga em um cano de PVC que é tingido de spray com a cor representativa da ONG e uma caixa hermética com a logomarca da organização. Antes da fixação da cabeça na base concretada há um processo de testagem de carregamento da bateria e checagem das fixações (abraçadeiras de nylon, popularmente conhecidas como enforca-gato, e parafusos).

Contudo, a *líder da ação*, a Má, havia esquecido dos equipamentos de proteção individuais (EPI) e da quantidade exata de areia, pedras e concreto para a feitura da massa do concreto para o poste experimental. O poste era essencial para a convocação da comunidade para o trabalho voluntário. O deslize havia se transformado em oportunidade para discutir o engajamento social: “não trazemos nenhuma solução pronta, fazemos com vocês e por vocês¹⁰”, disse outra funcionária, Debis, a especialista em energia solar, cujo nome corporativo é *executora mão-na-massa*, reiterando rapidamente sobre a condição de não se postar as fotos das pessoas dependuradas em escadas improvisadas e sem qualquer equipamento de segurança nas redes sociais. Má aproveitou também este momento para ressaltar a diferença e a vantagem da ação da organização social em relação ao Estado: “o governo tem um padrão específico e definido

¹⁰ Debis me disse, enquanto almoçávamos no segundo dia do curso de *embaixadores*, que adorava ver iniciativas *bottom-up* que fortalecem o engajamento comunitário acontecendo na prática. Estava particularmente empolgada em ressaltar que havia criado a oportunidade de promover “um diálogo mais contextualizado e sustentável”, pois, segundo ela, mesmo um esquecimento pode se tornar uma *oportunidade*. Foi Seu Rai quem emprestou o carrinho de mão e cedeu cimento, areia e pedra para preparar a massa que encheria os postes de PVC. Geisi trouxe a mangueira e os baldes que guardava em seu minúsculo quintal para buscar a água. Mandrake, por sua vez, pediu emprestada a escada mambembe do dono da adega da praça para a instalação da *cabeça do poste solar*. Quando Naomi pediu repetidas vezes o número do PIX de Seu Rai para realizar o pagamento dos materiais, ele se sentiu verdadeiramente ofendido.

de onde se devem instalar os postes de iluminação pública, na nossa ação e com a solução de poste criada pela Energia Vital são os próprios moradores que definem os lugares onde se deve instalar os postes. Toda comunidade pode escolher junto!”.

O objetivo da construção do poste experimental que ficou em frente a praça, atualmente onde se localiza a *biqueira*, e ao lado da capela católica cuja santa padroeira nomeia a favela era a ampla divulgação da ação que se realizaria dali três semanas¹¹ e, especialmente, a captura de uma série de fotos com os embaixadores carregando a solução solar e fazendo o “v” da vitória com os dedos. Mas a imagem prioritária era da presidenta da associação de moradores com o olhar magnetizado para a lâmpada salvadora acendendo e iluminando a *quebrada*.

Cross (2019a) argumenta que as empresas de energia solar *off-grid* trabalham intensamente para evocar o que denomina de um sublime tecnológico. As peças publicitárias de pessoas vivendo com ou utilizando produtos solares *off-grid* invariavelmente repetem sistematicamente os mesmos movimentos coreografados e fetichizados: os olhos erguidos na escuridão em direção a uma luz e corpos banhados por um suave halo da solução solar. Especialmente pessoas negras ou indígenas. Nos materiais de marketing e publicidade, as empresas de iluminação solar se empenham no que Meyer (2016) denominou como o processo de capturar o *uau* [wow]. Imagens desse tipo conectam o campo da experiência religiosa à cultura material, apresentando o corpo como um terreno sólido da existência, propenso a vivenciar efeitos espetaculares de “*uau*” e sensações de maravilhamento e assombro (Meyer, 2016; Cross, 2019a).

Além disso, Sontag (2025) já alertava que fotografar é enquadrar, e enquadrar é excluir. A cena iluminada com o poste solar oculta as inúmeras gambiarras que sustentaram o curso de embaixadores tais como as dívidas acumuladas, os conflitos fundiários e a mediação com o crime. Sontag (2025) enfatiza ainda que a repetição de imagens espetaculares educa o olhar para uma proximidade sem risco, naturalizando a distância entre sofrimento estrutural e sua estetização. Resultado: a fotografia foi feita e circulou nos materiais institucionais, nos vídeos corporativos e nos posts de Instagram, X e LinkedIn. O desapontamento dos embaixadores, contudo, não nascia exatamente da captura desse “*uau*”.

Exceto, Mandrake que pedia para saber exatamente onde suas fotos circulariam. Ele, porém, já havia assinado o termo de concessão de uso de imagem e seu rosto estampou o guia que foi entregue a todos os voluntários corporativos no dia da ação. *Sol que muito madruga pouco dura*.

¹¹ A placa dizia: “Este é um poste da Energia Vital e em breve iluminaremos sua comunidade!”. Constava ainda de uma parte em que se podiam anotar informações sobre dia de reuniões comunitárias e da ação e o telefone celular da *transformadora social*.

As gambiarras

Na manhã do dia anterior, antes do início do primeiro dia do curso de embaixadores, um dos moradores da *quebrada* havia feito uma ligação direta de energia na Associação de Moradores. *Um gato*. A conta da associação estava em atraso e o fornecimento havia sido cortado. O responsável pela ligação era, ao mesmo tempo, um *comunitário*, no léxico da organização social, e um *ladrão*, amigo de Mandrake, nos termos do crime.

Foi assim que o curso de soluções solares, com seus inúmeros slides e vídeos institucionais exibindo os projetos patrocinados por empresas transnacionais, pôde acontecer. Toda a pedagogia corporativa da transição energética transcorreu graças a uma *gambiarra* produzida pela *malandragem* da quebrada. Mas o sorriso amarelo dos cinco embaixadores não se explicava apenas pelas fronteiras maleáveis dos ilegalismos urbanos (Telles, 2015). *Os gatos*, isto é, as ligações diretas aos sistemas elétricos, fazem parte de um regime territorial marcado por precariedades e disputas pelo acesso à energia nas periferias urbanas do Sul Global (Baptista, 2018; Pilo', 2021; Buyana, 2023).

Os moradores da Vila da Vitória, desde o início da ocupação em 2002, se *viraram* para conseguir a conexão elétrica. A legalização do serviço pela ENEL, empresa privatizada de energia, realizada entre 2017 e 2018, foi uma das primeiras iniciativas de dotação de infraestrutura depois do início do processo de regularização fundiária privada, mas ocorreu apenas no interior das casas e não nas áreas externas. Antes disso, a população lidava com três regimes infraestruturais de acesso à eletricidade para iluminar casas e ruas: i. o desvio direto da rede elétrica, *os gatos*, realizados nas instalações de uma avenida próxima ou da rua principal da favela; ii) a redistribuição local da energia por meio de puxadas de fios e cabos entre casas, frequentemente mediadas por acordos com lideranças comunitárias e com o *disciplina* da favela vizinha; e iii) a mediação informal com funcionários terceirizados das empresas de energia, obtida ao *molhar* a mão para garantir a instalação de postes, holofotes e refletores destinados à iluminação de ruas, praças e outras áreas externas.

No Brasil, o acesso à energia elétrica em favelas e periferias é historicamente hierarquizado, fragmentado e frequentemente tornado caso de polícia, mantendo as quebradas como fronteiras elétricas urbanas. A irregularidade fundiária, a classificação administrativa de favelas e ocupações como “áreas de risco” e a exigência de titulação da propriedade privada da terra operam como dispositivos estatais, burocráticos e mercadológicos de segregação socioespacial. Em chave lefebvriana, as infraestruturas são uma raridade, uma das expressões concreta da privação do urbano. A eletricidade, embora seja uma infraestrutura coletiva e não armazenável, uma mercadoria fictícia por excelência nos termos de Huber (2025), é produzida por meio de sistemas jurídicos e econômicos que a tratam como um bem plenamente mercantilizável (Pilo', Gallez e Nessi, 2025).

As práticas socioespaciais de ligações direta à rede, conhecidas como *gatos*, não podem ser reduzidas as situações de escolha individual, esperteza, maldade ou um desvio criminal-moral, mas são condição objetivas do acesso desigual à energia em contextos de segregação. Muito embora as estatísticas oficiais indiquem uma universalização tendencial da eletrificação no país, elas informam pouco sobre as formas concretas pelas quais a energia é obtida, paga ou interrompida nas periferias urbanas.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2022, 99,8% dos domicílios brasileiros declaravam possuir acesso à energia elétrica, o que significa que ainda há cerca de 400 mil pessoas sem luz. Apesar dessa aparente universalização, pesquisas recentes apontam para a persistência da pobreza energética, que se manifesta não apenas na ausência total de acesso, mas também em privações relacionadas à qualidade do fornecimento, à segurança do uso, à capacidade de pagamento e à possibilidade dos domicílios atenderem necessidades energéticas básicas, como iluminação, cocção de alimentos, refrigeração, comunicação e aquecimento ou resfriamento dos lugares (Mazzone *et al.*, 2021; Barbosa, Santos e Silva, 2025).

De acordo com dados do Observatório Brasileiro de Erradicação da Pobreza Energética - OBEPE - (EPE-MME, 2025), cerca de um quarto das famílias brasileiras compromete mais de 10% de sua renda com energia e gás, limiar internacionalmente utilizado para caracterizar a pobreza energética. Essa condição tem gênero, raça, classe e territórios definidos e afeta majoritariamente famílias do Norte e Nordeste, chefiadas por mulheres negras, muitas delas moradoras das periferias urbanas.

Mesmo entre os beneficiários da tarifa social¹², o contexto é de forte restrição energética. Ainda segundo o OBEPE (EPE-MME, 2025), 2,2 milhões de famílias consomem até 30 kWh mensais, quantidade suficiente apenas para alimentar uma geladeira e acender uma lâmpada.

Na literatura sobre infraestrutura de iluminação, noções de pobreza e (in)eficiência energética aparecem como forma de tentar dar conta das profundas desigualdades no acesso à energia (Loretti e Cunha, 2015; Rede Favela Sustentável, 2022). Essa ineficiência se expressa na capacidade das famílias de acessar eletricidade, na qualidade do fornecimento disponível, nos eletrodomésticos presentes nas residências, na segurança da rede de distribuição e nos próprios hábitos de consumo doméstico. No entanto, sua dimensão mais visível emerge quando se observa o impacto financeiro da energia no orçamento familiar.

Pesquisa realizada pela Rede Favela Sustentável em quinze favelas da metrópole do Rio de Janeiro em 2022, com 1.156 famílias, mostrou que 55% das pessoas viviam abaixo da linha da pobreza, 31% estavam em situação de pobreza energética, 68,7% dos entrevistados desconheciam

¹² A Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE) é um subsídio que concede descontos progressivos na conta de luz a famílias de baixa renda inscritas no CadÚnico e operacionalizado pelas distribuidoras de energia.

a tarifa social e 59,55% atendiam ao critério de renda para ter acesso ao benefício. As famílias gastam, em média, duas vezes mais do que a capacidade de pagamento. Além disso, 69% dos entrevistados afirmaram que, caso sua conta de luz fosse reduzida pela metade, utilizariam o dinheiro economizado para comprar comida, evidenciando o vínculo direto entre os custos com infraestrutura de iluminação e fome.

Em São Paulo, pesquisa conduzida pelo Instituto Pólis (2022), a partir de dados do Banco de Dados Geográficos da Distribuidora (BDGD) da ANEEL, revelou que as periferias apresentam piores indicadores de qualidade no fornecimento de energia elétrica. A análise evidenciou que interrupções mais frequentes e duradouras se concentram, majoritariamente, nas periferias paulistanas em regiões de menor renda, com porcentagem de população negra superior à média da cidade e maior presença de domicílios chefiados por mulheres. Esses territórios apresentam padrões de uso da eletricidade fortemente associados as necessidades básicas de reprodução da vida, como refrigeração de alimentos e aquecimento de água. Nas favelas, em particular, a duração das interrupções é cerca de 21% superior à média da cidade de São Paulo, enquanto a frequência das quedas de energia nas periferias é 32% maior que a média municipal.

Nas *quebradas*, a estrutura jurídico-normativa operacionalizada por concessionárias privatizadas, agências reguladoras e administrações municipais frequentemente posterga a universalização efetiva do acesso e inscreve a precariedade energética como uma condição permanente. A negação ou a violência infraestrutural forçam moradores a recorrer a gatos, gambiarras e arranjos possíveis de eletricidade (práticas simultaneamente criminalizadas e toleradas) produzindo sujeitos governados pela dívida, pela ameaça recorrente de corte e pela exposição ao risco (Anand, Gupta e Appel, 2018; Cross, 2019b; Loretto, 2023). Estamos diante de uma condição espacial que sustenta formas seletivas de cidadania e abre brechas para intervenções empresariais e filantrópicas que se apresentam como soluções alternativas, humanitárias ou sustentáveis, ao passo que desresponsabilizam o Estado pela provisão célere da infraestrutura.

Assim, a vertiginosa expansão da energia solar tem sido celebrada como evidência de uma transição energética bem-sucedida, capaz de articular sustentabilidade ambiental, inovação tecnológica e crescimento econômico. Dados sistematizados pela Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR) indicam que a fonte solar já responde por aproximadamente 20% da potência instalada da matriz elétrica nacional, com acúmulo de mais de R\$ 200 bilhões em investimentos desde 2012 e mobilização de cerca de um milhão de postos de trabalho diretos e indiretos ao longo do período. Apenas em 2024, segundo a ABSOLAR (2024), o setor teria registrado cerca de R\$ 55 bilhões em novos investimentos e adicionado algo em torno de 14 GW de capacidade instalada, se estruturando como um dos segmentos mais dinâmicos do sistema elétrico brasileiro.

Contudo, uma leitura crítica desses números indica que o crescimento do setor solar, no contexto das mudanças climáticas, se transforma em uma nova fronteira de mercado, inclusive

urbano, na qual a promessa de inclusão energética funciona como vetor de expansão de negócios em contextos marcados pela segregação socioespacial. Esse movimento é visível no protagonismo da geração distribuída, impulsionada pelo marco regulatório estabelecido pela Lei nº 14.300/2022, que criou o Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE) e consolidou modalidades como autoconsumo remoto, geração compartilhada e condomínios solares. Embora juridicamente apresentadas como mecanismos de democratização do acesso, tais modalidades pressupõem condições prévias de regularização da propriedade privada da terra, contrato regular de fornecimento, capacidade de endividamento e previsibilidade de renda, requisitos que excluem, parte expressiva das populações periféricas.

Em suma, a energia solar é compreendida neste capítulo como parte de um processo de expansão desigual dos assim chamados mercados verdes, no qual a transição energética se consolida com operações extrativas urbanas e a espoliação dos territórios, do tempo de trabalho, dos corpos e das subjetividades, instituindo novas fronteiras do capital da pobreza e a moralização do *comportamento energético*. A inclusão aparece como linguagem legitimadora de arranjos que concentram benefícios em determinadas classes sociais e segmentos financeiramente endinheirados, enquanto a universalização do direito à energia em contextos de privação e precariedade permanece subordinada à lógica da rentabilidade, da gestão do risco e da capacidade de pagamento. Ademais, as populações sem energia elétrica regular se tornam o *target* de empresas de negócios de impacto social. O resultado é uma transição energética desigual, na qual o crescimento acelerado do setor solar convive e se apoia na persistência estrutural da pobreza, da ineficiência energética e das fronteiras elétricas. *Não adianta tapar o sol com a peneira.*

O espelho

Ao final do curso de *pessoas embaixadoras*, foram entregues um certificado e um presente. Já era de noite e o halo fino do poste solar brilhava fraco do lado de fora da Associação de Moradores, o vento mais forte perturbava Henri, o novato, que tinha medo de que a *solução* que, bambeava no concreto mal colocado, se estatelasse no chão.

Em uma das mãos de cada *comunitário* estava um pequeno pedaço de papel azul e branco, o certificado, e no outro uma caixa de veludo preto que gerou a expectativa de um regalo transformador. Os cinco embaixadores posavam com papel e caixa, e eram mobilizados por gritos e palmas esfuziantes dos voluntários da ONG para as fotos e vídeos ladeados pelas três funcionárias, Má, Debis e Naomi, que lideravam a ação. O certificado atestava o “engajamento comunitário”, a “participação social” e a contribuição para a melhoria da “qualidade de vida” na quebrada que “vivia sem luz e eletricidade”. “Iluminar o Brasil” era a missão daquela formação a fim de apresentar as soluções sustentáveis de iluminação, conscientizar a população e empoderar agentes de transformação, mas a governamentalidade cívica ia muito além do jargão empresarial da organização social.

O constrangimento se estabeleceu com o presente ofertado. A *transformadora social* aquela que realizava a tarefa de mediação entre ONG, empresa financiadora e comunidade, havia pedido para que todos ficassem com os olhos fechados. A expectativa era grande na sala, mal se escutava a respiração no salão cheio. O estojo aveludado lembrava uma espécie de caixa de joias ou de chave de um carro zero. Com voz embargada e mãos trêmulas, Naomi fez um discurso emocionado lembrando que “as soluções de infraestrutura solar para a iluminação das ruas da comunidade terão custo zero” e “que cada um tinha uma responsabilidade, fazer a sua parte, na mudança sustentável do mundo”. O objetivo da ação “é iluminar comunidades sem acesso à eletricidade de forma engajada, gerando impacto positivo e de forma acessível”. Por fim, de forma descontraída, gracejou: “você não pagam nada, quem paga a conta é o Sol”. Ao final, pediu para que os embaixadores abrissem as caixas, ainda às cegas, sem se apressar. Os comunitários *responsáveis e engajados* tatearam delicadamente o compartimento e um artefato de plástico e vidro era sentido nas mãos. Silêncio e expectativa. Ela pediu ritualisticamente que eles abrissem devagar os olhos e fitassem o presente e disse pausadamente: “Está aqui para você, um espelho, que reflete o principal agente de transformação da comunidade e das mudanças climáticas: você”.

O estalar do par de Havaianas de Geisi acelerou, Mandrake não segurou a risada. Kelly ensaiou um suspiro depois de fitar Stephanie, mas imediatamente se conteve. Insatisfação e constrangimento em baforadas de ar gelado.

A entrega do espelhinho que parecia singela e singular, e vinha com a narrativa pronta para a postagem em redes sociais, já havia sido repetida em diversas ações da Energia Vital. O sujeito era convocado a reconhecer-se como uma molécula dos negócios sociais de impacto e como responsável por *descarbonizar* o planeta a partir de sua *favela*. Diante da lâmina de vidro que cabia na palma da mão, dissipavam-se o morador, a estudante, o trabalhador, a mãe beneficiária de programas sociais, e projetava-se a empresa de si mesmo. O espelho refletia o rosto dos embaixadores depois de dois dias intensos de atividades e devolvia ao *comunitário* a tarefa moral de gerir os riscos e calcular os desafios da privação do urbano que atravessam sua *vida*, de sua *família* e sua *comunidade*.

Nos termos de Brown (2015), o brinde figurava o ponto final da conversão do indivíduo em capital humano. Os *embaixadores* seriam aqueles cujo dever moral seria buscar o auto-investimento perspicaz e estratégias empreendedoras de autocuidado diante da crise climática. Enquanto discursivamente a ONG incitava o engajamento e mobilizava o empreendedorismo como horizonte sem alternativa de superação de uma existência vulnerável, a responsabilização ativava o indivíduo a se governar como o protagonista indelével e imputável de toda ação. A responsabilidade torna-se, assim, a chave prática da governança (Shamir, 2008; Brown, 2015).

A cidadania, encoberta de suas dimensões coletivas e políticas, ressurgiu como responsabilidade individual pela própria produção das infraestruturas urbanas, integrada aos imperativos de eficiência e impacto, sob a égide dos negócios sociais. Naquele final de tarde de

outono de 2023, sob a promessa de que “quem paga a conta é o Sol”, os embaixadores eram convidados a internalizar uma ética de autogoverno que consistia em investir em si, iluminar a comunidade, gerir impacto e produzir valor a partir da pura extração de mais-valia.

Os moradores, contudo, identificaram a tecnologia clientelista renovada (Guerreiro, 2024), que responsabiliza e culpabiliza os sujeitos, entregando presentes descartáveis e extraíndo trabalho e subjetividade¹³. Com seu indefectível Gift na boca, Seu Raí comentou, em tom de racismo recreativo, enquanto eu o acompanhava até sua casa naquela noite: “e eu lá sou índio para ganhar espelho¹⁴?”. Mandrake disse que usaria o objeto para ficar *chavoso*, mas confessou que esperava o sorteio de uma *meiota* com aquela caixinha *daora*. Stephanie pensou em levar o espelhinho para o curso de manicure, mas achou o presente pequeno demais para aquele uso. Kelly acabou quebrando acidentalmente o artefato ainda naquele mesmo final de dia. Geisi, por sua vez, guardou imediatamente o presente no bolso da calça de moletom, permaneceu em silêncio e continuou balançando os pés, sem dizer uma só palavra. Foi para casa dando um tchau de longe para todos.

Em dezembro de 2023, dois meses depois da ação, quando nos encontramos em uma distribuição de brinquedos de Natal promovida por uma associação de *empresários do bairro* em que a favela se localiza, ela me disse que o brinde da Energia Vital podia até ter sido bem-intencionado, mas era muito pouco diante de todo o trabalho realizado pelos moradores. E completou: “eles vieram, filmaram, fotografaram e colocaram esses postes aqui na *vila* que, na real, iluminam muito menos que os holofotes que a gente mesmo instala”. Parou quieta e depois complementou: “Tem uma violência nisso tudo, você não acha, professor?”

A situação etnográfica descrita é o ponto de um prisma de operação extrativa e economia da captura que atravessa a produção contemporânea das infraestruturas de energia nas periferias urbanas. A chamada virada infraestrutural nas Ciências Sociais (Cavalcanti e Araújo, 2023; Pilo, Gallez e Nessi, 2025) tem revelado que as infraestruturas para além da sustentação material da vida urbana como suportes técnicos ou objetos fixos, participam ativamente da constituição, da negociação, da contestação e da negação da cidadania, do acesso desigual a direitos, da intensificação da exploração do trabalho e das relações contraditórias entre Estado, mercado e sociedade (Harvey, 1990; Anand, 2017; Lemanski, 2018; Pilo, 2021; Rufino, 2025).

As infraestruturas são sistemas sociotécnico que produzem a cotidianidade, medeiam a reprodução das relações sociais de produção (Lefebvre, 1971) e expressam projetos políticos,

¹³ Para Guerreiro (2024, s/p): “não se trata mais de impedir a circulação do dinheiro (como quando a ação pública é compreendida como dádiva), mas de impedir que ele permaneça no território, sendo constantemente extraído para atores externos. É uma terceira camada depois da exploração, da espoliação e, agora, do neoextrativismo urbano”.

¹⁴ A referência aos espelhos por Seu Raí mobiliza um motivo recorrente nas narrativas sobre a colonização das Américas, segundo o qual povos indígenas teriam sido enganados por colonizadores europeus trocando territórios e riquezas por objetos de baixo valor, como espelhos ou miçangas. A colonialidade dessa representação difundida na historiografia e no imaginário popular, associa povos indígenas à ingenuidade ou à passividade diante da troca colonial, e esfuma as formas complexas de negociação e resistência presentes nesses encontros. Essa é uma das formas de racismo recreativo, isto é, formas supostamente bem humoradas e/ou comentário aparentemente inofensivos que reproduzem estereótipos raciais e hierarquias na vida cotidiana.

disputas por soberania e hegemonia socioespaciais, revelando-se centrais para compreender como a urbanização é produzida de forma desigual, combinada e contraditória.

A reconfiguração contínua da produção, gestão e operação das infraestruturas, marcada pela ampliação dos processos de privatização, pela proliferação de parcerias público-privadas, pelo interesse em sua transformação em negócios de impacto social e pela crescente financeirização do setor, tem aprofundado o controle dessas redes por grandes corporações e instituições financeiras transnacionais, consolidando as infraestruturas como um eixo estratégico da acumulação capitalista em escala mundial (Rufino *et al.*, 2021). A etnografia das infraestruturas permite, assim, desnaturalizar ou desfetichizar as condições gerais da produção capitalista contemporânea (Lencioni, 2021) a partir da vida cotidiana, revelando como esses objetos e redes operam como produtores de lugares nos quais os conteúdos da segregação são continuamente reproduzidos, mas também negociados e disputados, definindo quais sujeitos, corpos e classes são incorporados como parte legítima da cidade e quais permanecem governados a partir da exceção, da provisoriedade, da precariedade ou da privação do urbano (Baptista, 2018; Pilo' e Jaffe, 2020; Carlos, 2024b).

Sob essa perspectiva, a *infraestrutura* de energia solar pode ser analisada à luz da noção de poder infraestrutural formulado por Mann (1984), que ressalta seu funcionamento como um dispositivo institucional central de regulação social e de incidência sobre processos sociais e cotidianos. E também pelo debate sobre *guerra infraestrutural* mobilizada por Graham (2010) que evidencia os danos e sofrimento produzidos pelo ataque intencional ou pela negligência e/ou intermitência persistente em relação às redes sociotécnicas que sustentam a vida urbana.

Aqui, compreendemos, porém, a infraestrutura como violência, ou seja, simultaneamente a condição material dos processos de espoliação urbana e o meio de realização do dano social. Esta violência infraestrutural, vai além das proposições de Rodgers e O'Neill (2012), pois entendemos que as infraestruturas de energia são expressões da hierarquização dos lugares que trazem em si o movimento da fragmentação dos espaços-tempos de realização da vida cotidiana, marcados pela propriedade privada que se manifesta no mercado como troca de equivalentes, obscurecendo o caráter desigual da troca social (Carlos, 2022b) e das operações extrativas de valor. Assim, a forma e o conteúdo da produção do espaço urbano intensificam os processos de segregação mobilizados pelas infraestruturas (e sua economia da captura), contribuindo para a reprodução recorrente das desigualdades, da privação e do dano na vida cotidiana, portanto de violência.

A Vila da Vitória, uma pequena favela de 269 famílias e cinco ruas, aparece como território saturado de projetos de governança corporativa, em que regularização fundiária privada, negócios de impacto, think tanks, universidades globais, ONGs transnacionais, fundos de investimento e voluntariado corporativo se articulam em tramas de múltiplas escalas, transformando a favela em *laboratório de testes* de soluções sociais, ambientais e infraestruturais.

A formação de *embaixadores*, a pedagogia do engajamento e a materialização da iluminação solar como solução técnica e moral emergem em um lugar marcado pela negação do acesso regular à eletricidade pública, apesar da proximidade física com a rede formal. Pode-se contatar, então, uma governança infraestrutural violenta, no qual a precariedade é o fundamento da experimentação e a favela se inscreve como território de intervenções empresariais, filantrópicas e ambientais. As mudanças climáticas como fronteira de mercado enevoam economias morais da captura, tecnologias de condução de condutas e operações extrativa da força de trabalho e dos territórios, deslocando o acesso à energia do universo dos direitos sociais para a gramática da inovação social, da sustentabilidade e das ações cívico-empresariais. Christophers (2024) e Hubner (2022 e 2025) já chamaram a atenção de que a transição energética rumo às fontes renováveis, quando governada pelo capital privado, não investe na velocidade nem na escala necessárias para enfrentar a crise climática, uma das expressões da crise estrutural do capital. Manter fronteiras elétricas é um nicho de mercado.

No verão de 2026, Geisi nunca havia sido chamada para nenhuma atividade da rede e me disse: “eu nunca mais vi aquele povo por aqui”. Ela largou a faculdade, continua lutando para não ser removida, mas conseguiu pagar o agiota fazendo faxinas nas inúmeras casas do *malandro*, que foram tomadas de moradores endividados que não conseguiram quitar o pagamento. Geisi tem ainda muita dificuldade de pagar suas contas, inclusive de luz. Seu Rai recebeu um kit para reparar duas soluções, diretamente de Mandrake que depois da ação engatou um romance com a *transformadora social*. Stephanie teve um filho e trabalha em uma loja de roupas de uma família chinesa na *Feirinha da Madrugada*, ela não foi selecionada para o curso de instaladores da esperança. A ONG de Kelly nunca saiu do papel e ela continua entre lutas e fofocas como presidenta da Associação de Moradores.

A formação político-empresarial do empreendedorismo verde não se mensura pelo engajamento no cumprimento das metas de auto-empresariamento, mas educa pelo desempenho na própria punição previsível, ou seja, pelo descarte da força de trabalho e sua subjetividade (Catini, 2020).

Das 29 soluções instaladas, apenas 7 continuam funcionando. Já a empresa patrocinadora ficou muito satisfeita com a ação, fez um acordo com Energia Vital para ampliar a parceria e já patrocinou soluções em uma comunidade quilombola no Rio de Janeiro e duas comunidades ribeirinhas na Amazônia. Para Hughes (2021, p. 24) privatizar a riqueza gerada pelo Sol equivale, na prática, a tentar “cercar os fluxos de radiação solar em movimento”. Num mundo em que coisas e pessoas são descartáveis e substituídas na velocidade da luz do tempo de rotação crítica do capital, definitivamente, não *vivemos debaixo do mesmo Sol*.

Referências

- AHMED, Sara. **The promise of happiness**. Durham: Duke University Press, 2010.
- ALVAREZ, Isabel. A segregação como conteúdo da produção do espaço urbano. In: VASCONCELOS, Pedro; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana (Org.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 111-126.
- ANAND, Nikhil. **Hydraulic city: water and the infrastructures of citizenship in Mumbai**. Durham: Duke University Press, 2017.
- ANAND, Nikhil; GUPTA, Akhil; APPEL, Hannah (Org.). **The promise of infrastructure**. Durham: Duke University Press, 2018.
- ARANTES, Paulo. **Zero à esquerda**. São Paulo: Conrad, 2004.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA (ABSOLAR). **Energia solar fotovoltaica no Brasil**. São Paulo: ABSOLAR, 2024.
- BAPTISTA, Idalina. Electricity services always in the making: informality and the work of infrastructure maintenance and repair in an African city. **Urban Studies**, v. 56, p. 510-522, 2018.
- BARBOSA, Paulo André Manhães; SANTOS, Isabela Almeida dos; SILVA, Maria Micheliana da Costa. Pobreza energética: uma análise para os domicílios do Brasil rural e urbano. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, v. 19, n. 4, p. 505-533, 2025.
- BIONDI, Karina. **Proibido roubar na quebrada: território, hierarquia e lei no PCC**. São Paulo: Terceiro Nome, 2018.
- BROWN, Wendy. **Undoing the demos: neoliberalism's stealth revolution**. New York: Zone Books, 2015.
- BUYANA, Kareem. Transgression in the energy infrastructure landscapes of cities. **Landscape Research**, v. 48, n. 2, p. 187-199, 2023.
- CABANAS, Edgar; ILLOUZ, Eva. **Happycracia: como a ciência da felicidade controla nossas vidas**. São Paulo: Ubu Editora, 2019.
- CANETTI, Thiago. **Periferias, reprodução social crítica e urbanização sem salário**. Belo Horizonte: Cosmópolis, 2024.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. Expressões sócio-espaciais da desigualdade. **Confins – Revista franco-brasileira de geografia**, n. 65, 2024a.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. Urbanização como violência. **Estudos Universitários**, v. 40, n. 2, p. 27-52, 2024b.
- CATINI, Carolina. Pedagogia da catástrofe. **Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea**, v. 9, n. 3, p. 99-128, 2021.
- CAVALCANTI, Mariana; ARAÚJO, Marcella. Autoconstrução e produção da cidade no Brasil: outra genealogia dos estudos sobre infraestruturas urbanas no Brasil. **Estudos Avançados**, v. 37, p. 7-24, 2023.
- CHRISTOPHERS, Brett. **The price is wrong: why capitalism won't save the planet**. London: Verso, 2024.
- CROSS, Jamie. The solar good: energy ethics in poor markets. **Journal of the Royal Anthropological Institute**, v. 25, n. S1, p. 47-66, 2019a.
- CROSS, Jamie. Selling with prejudice: social enterprise and caste at the bottom of the pyramid in India. **Ethnos**, v. 84, n. 3, p. 458-479, 2019b.
- CROSS, Jamie. Capturing crisis: solar power and humanitarian energy markets in Africa. **Cambridge Journal of Anthropology**, v. 38, n. 2, p. 105-124, 2020.

- DUA, Jatin. The abandoned seafarer: networks of care and capture in the global shipping economy. **History and Anthropology**, v. 30, n. 5, p. 497-502, 2019.
- EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA (EPE); MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA (MME). **Projeto Tecendo Conexões: Observatório Brasileiro de Erradicação da Pobreza Energética – OBEPE**. Rio de Janeiro, 2025.
- FEJERSKOV, Adam Moe. **The global lab: inequality, technology, and the experimental movement**. New York: Oxford University Press, 2022.
- FELTRAN, Gabriel et al. (Org.). **Stolen cars: a journey through São Paulo's urban conflict**. London: John Wiley & Sons, 2022.
- FREIRE-MEDEIROS, Bianca. **A aventura de uns é a miséria de outros: mobilidades socioespaciais e pobreza turística**. 2022. Tese (Livre-docência) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.
- GAGO, Verónica; MEZZADRA, Sandro. A critique of the extractive operations of capital: toward an expanded concept of extractivism. **Rethinking Marxism**, v. 29, n. 4, p. 574-591, 2017.
- GRAHAM, Stephen. **Disrupted cities: when infrastructure fails**. London: Routledge, 2010.
- GUERREIRO, Isadora; ROLNIK, Raquel; MARÍN-TORO, Adriana. Gestão neoliberal da precariedade: o aluguel residencial como nova fronteira de financeirização da moradia. **Cadernos MetrÓpole**, v. 24, n. 54, p. 451-475, 2022.
- GUERREIRO, Isadora. Pacto da precariedade: clientelismo, extrativismo e violência. **Passa Palavra**, 2024. Disponível em: <https://passapalavra.info/2024/05/152758/> Acesso em: 11 fev. 2026.
- GUPTA, Akhil. An anthropology of electricity from the Global South. **Cultural Anthropology**, v. 30, n. 4, p. 555-568, 2015.
- HARVEY, David. **The urbanization of capital: studies in the history and theory of capitalist urbanization**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1985.
- HUBER, Matthew T. **Climate change as class war: building socialism on a warming planet**. London: Verso, 2022.
- HUBER, Matthew T. Unbundling the grid: renewable capital and the demise of electricity as a 'public utility' in the United States. **Development and Change**, v. 56, n. 4-5, p. 982-1006, 2025.
- HUGHES, David. **Who owns the wind: climate crisis and the hope of renewable energy**. London: Verso, 2021.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Características gerais dos domicílios e dos moradores 2022**. Brasília: IBGE, 2022.
- INSTITUTO PÓLIS. **Desigualdades na qualidade do serviço de energia elétrica em São Paulo**. São Paulo: Instituto Pólis, 2024.
- IVO, Anete B. L. **Viver por um fio: pobreza e política social**. São Paulo: Annablume, 2008.
- LEFEBVRE, Henri. La re-production des rapports de production. *L'Homme et la société*, n. 22, p. 3-23, 1971.
- LEMANSKI, Charlotte. Infrastructural citizenship: spaces of living in Cape Town, South Africa. In: WARD, Kevin et al. (Org.). **The Routledge handbook on spaces of urban politics**. London: Routledge, 2018. p. 350-360.
- LENCIONI, Sandra. Condições gerais de produção e espaço-tempo nos processos de valorização e capitalização. In: RUFINO, Beatriz et al. (Org.). **Infraestrutura na reestruturação do capital e do espaço: análises em uma perspectiva crítica**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2021. p. 37-60.
- LORETTI, Pricila. Críticas ao “gato” e o “gato” como crítica. **Dilemas – Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 16, n. 3, p. 1-32, 2023.
- LORETTI, Pricila; CUNHA, Neiva. A eficiência energética na favela Santa Marta. In: MELLO, Marco Antonio da Silva et al. (Org.). **Pensando o Rio: políticas públicas, conflitos urbanos e modos de habitar**. Rio de Janeiro: Intertexto, 2015. p. 173-197.

MANN, Michael. The autonomous power of the state. **European Journal of Sociology**, v. 25, n. 2, p. 185-213, 1984.

MANO, Apoena Dias. **Do atrito à ação: uma etnografia móvel sobre desigualdades socioespaciais**. 2025. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2025.

MAZZONE, Antonella et al. A multidimensionalidade da pobreza no Brasil. **Revista Brasileira de Energia**, v. 27, p. 110-134, 2021.

MCGOEY, Linsey. **No such thing as a free gift: the Gates Foundation and the price of philanthropy**. London: Verso, 2015.

MEYER, Birgit. How to capture the “wow”. **Journal of the Royal Anthropological Institute**, v. 22, n. S1, p. 7-21, 2016.

PILO', Francesca. Negotiating networked infrastructural inequalities. **Environment and Planning C: Politics and Space**, v. 39, n. 2, p. 265-281, 2021.

PILO', Francesca; GALLEZ, Caroline; NESSI, Hélène. Citoyenneté et infrastructures urbaines. **Flux**, n. 139-140, p. 1-18, 2025.

PILO', Francesca; JAFFE, Rivke. The political materiality of cities. **City & Society**, v. 32, n. 1, p. 8-22, 2020.

PRIETO, Gustavo. A espacialidade da violência. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; RIZEK, Cibele Saliba (Org.). **Direito à cidade e direito à vida: perspectivas críticas sobre o urbano na contemporaneidade**. São Paulo: IEA/ USP, 2022. p. 126-148.

PRIETO, Gustavo; MILANO, Giovanna. Espaço, mercadoria política. **Dilemas – Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 18, n. 2, p. 1-27, 2025.

PRIETO, Gustavo; VERDI, Elisa Favaro. Irmãos na terra prometida. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 85, p. 55-73, 2023.

REDE FAVELA SUSTENTÁVEL. **Eficiência energética nas favelas**. Rio de Janeiro: RFS, 2022.

REICH, Rob. **Just giving: why philanthropy is failing democracy and how it can do better**. Princeton: Princeton University Press, 2018.

RIZEK, Cibele Saliba. Políticas sociais e políticas de cultura. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 15, n. 2, p. 199-209, 2013.

RODGERS, Dennis; O'NEILL, Bruce. Infrastructural violence. **Ethnography**, v. 13, n. 4, p. 401-412, 2012.

ROY, Ananya. Civic governmentality. **Antipode**, v. 41, n. 1, p. 159-179, 2009.

ROY, Ananya. **Poverty capital: microfinance and the making of development**. New York: Routledge, 2010.

RUFINO, Beatriz et al. Infraestrutura em disputa. In: RUFINO, Beatriz et al. **Infraestrutura na reestruturação do capital e do espaço: análises em uma perspectiva crítica**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2021. p. 9-34.

RUFINO, Beatriz. **Capitalização da metrópole: privatização das infraestruturas na financeirização do espaço**. 2025. Tese (Livre-docência) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2025.

SHAMIR, Ronen. The age of responsabilization. **Economy and Society**, v. 37, p. 1-19, 2008.

SONTAG, Susan. **Diante da dor dos outros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2025.

TELLES, Vera da Silva. Cidade. **Revista de Ciências Sociais**, v. 46, n. 1, p. 15-41, 2015.

VERDI, Elisa Favaro. **A privação tem rosto de mulher: gestão da pobreza e segregação socioespacial na periferia de São Paulo**. 2022. Tese (Doutorado em Geografia Humana) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

ILEGALISMOS, DOMÍNIO ARMADO DOS TERRITÓRIOS E ASSOCIATIVISMO:

REFLEXÕES NA PERSPECTIVA
DE UMA AGENDA DE PESQUISA

Orlando Santos Junior
Taísa Amendola Sanches
Utanaan Reis Barbosa Filho
Bruno Frazão,
Clara Polycarpo

Introdução

A evolução do domínio armado dos territórios populares no Rio de Janeiro e seu impacto sobre a vida cotidiana dos seus moradores tem sido objeto de reflexões de inúmeros trabalhos (Zaluar; Conceição, 2007; Cano; Duarte, 2012; Machado da Silva, 2008; Machado da Silva; Menezes, 2020; Misse, 2007; Muniz; Dias, 2022; Rocha, 2018; 2019; Barbosa Filho, 2023; Rocha; Carvalho, Motta, 2024, entre outros).

Um dos aspectos amplamente reconhecidos nesses estudos de forma explícita ou implícita se refere ao impacto dessas diversas formas de cerco sobre as dinâmicas associativas. Apesar de ser uma evidência que poucos coloquem dúvidas, pouco se discute sobre quais são esses impactos, e as eventuais diferenças desses impactos decorrentes das configurações do controle armado dos territórios populares e dos tipos de associativismo.

Nesse contexto, o objetivo desse capítulo é refletir sobre a relação entre o domínio armado dos territórios populares e a dinâmica associativa, formulando algumas hipóteses iniciais e sugerindo uma agenda de pesquisa em torno dessa temática.

Assumindo um caráter exploratório, esta reflexão parte do princípio que as práticas de controle territorial combinam coação física e/ou psicológica com formas de adesão e legitimação por parte da população. Dito de outra forma, diferentes configurações de domínio territorial vão produzir impactos distintos sobre os padrões de associativismo e sobre as organizações populares.

O tráfico de drogas e as milícias se destacam como as duas principais formas de domínio dos territórios populares na cidade do Rio de Janeiro. A hipótese que o capítulo pretende levantar é que o tráfico de drogas e as milícias impactam de forma diferenciada os padrões associativos nos territórios. Um aspecto central nessa diferença se refere à importância que a representação de interesses tem para o grupo armado que controla o território. Nesse capítulo, especial atenção será dada ao domínio territorial das milícias, estabelecendo quando possível comparações com os territórios dominados pelo tráfico de drogas.

Há fortes indícios para afirmar que os padrões de associativismos se transformaram nas últimas décadas e que tais transformações sofrem a influência da presença de grupos armados nos territórios. Para sustentar este argumento e propor uma agenda de pesquisa em torno do tema, o capítulo está organizado em quatro seções. Na primeira, busca-se traçar um panorama da importância do tema dos ilegalismos e dos associativismos na literatura, destacando a abordagem dos relativamente poucos artigos que se dedicam a esta reflexão. As seções seguintes focam na formulação de hipóteses em torno dos impactos do controle armado sobre três tipos de associativismo. Na segunda seção o foco é o associativismo comunitário, na terceira o associativismo cultural, e na quarta o associativismo religioso.

Refletindo sobre as configurações de domínio territorial e sobre os tipos de associativismos, formulamos hipóteses de pesquisa em torno dos diferentes impactos sobre os padrões associativos nos territórios populares. Sempre que possível, buscamos sustentar nossos argumentos com dados empíricos, mas em razão da carência de informações disponíveis sobre associativismos, isso nem sempre foi possível, o que reforça a importância de se construir uma agenda de pesquisa em torno do tema.

A metodologia combinou fundamentalmente a revisão bibliográfica sobre ilegalismos e associativismos e a análise de dados, quando disponíveis e acessíveis, focados em três tipos de associativismo: religioso, cultural e comunitário. A carência de dados impossibilitou uma análise histórica que permitisse uma avaliação mais profunda de mudanças nos padrões associativos. No caso dos dados sobre associativismo, buscou-se traçar comparações, sempre que possível, com os dados do Mapa Histórico dos Grupos Armados no Rio de Janeiro, produzidos pelo Grupo de Estudos em Novos Ilegalismos (GENI/UFF) em parceria com o Instituto Fogo Cruzado (Hirata; Couto, 2022), a fim de verificar a influência da atuação de tais grupos nos diversos tipos de associativismos aqui analisados.

Apontamentos em torno do Domínio Armado dos Territórios e o Associativismo

De forma geral, pode-se dizer que existem inúmeras formas de associativismo (associativismo sindical ou profissional, comunitário, religioso, cultural, partidário etc.) e diversas motivações para que as pessoas se engajem neles. Podemos também admitir que o território tem papel e importância muito variável dependendo do tipo de associativismo em questão.

O foco da nossa reflexão são as formas de associativismo que promovem sociabilidades territorializadas, incidindo sobre as formas de solidariedades, identidades e pertencimentos.

Em sintonia com a abordagem de Elias e Scotson (2000), considerando o território onde se vive como um lugar onde as pessoas estabelecem vínculos involuntários e voluntários, decorrentes de pertencimentos, identidades, necessidades e desejos associadas à reprodução material da vida e às obrigações e regras sociais. Nessa perspectiva, Elias e Scotson interpretam as comunidades territoriais como configurações, isto é, rede de interdependência:

As pessoas estabelecem relações quando negociam, trabalham, rezam ou se divertem juntas [...]. Mas elas também estabelecem relações quando “moram juntas num mesmo lugar”, quando constroem seus lares num mesmo local. As interdependências que se estabelecem entre elas como criadoras de lares, nos quais dormem, comem e criam suas famílias, são especificamente comunitárias. Em essência, as comunidades são organizações de criadores de lares, são unidades residenciais como os bairros urbanos, os vilarejos, as aldeias, os conjuntos habitacionais ou os grupos de barracas de acampamento (Elias; Scotson, 2000, p. 165).

Essa rede de interdependência no território é caracterizada por diferentes graus de coesão interna e controle comunitário, produzindo portanto, configurações comunitárias territorializadas com diferentes características. Um dos fatores que incide sobre essa configuração é a existência de associativismos que influenciam a socialização dos indivíduos, a integração social e as estruturas de pertencimento e identidade cultural.

Duas observações importantes se fazem necessárias. Em primeiro lugar, consideramos a comunidade “como um processo de reunião, não como objeto”, em sintonia com a abordagem de David Harvey (2007, p. 208). Desta forma, nos propomos a “entender os processos que produzem, sustentam e dissolvem os padrões contingentes de solidariedade que estão na base do que denominamos comunidade” (Harvey, 2007, p. 208).

Em segundo lugar, assumimos uma visão crítica da perspectiva essencialista. Ou seja, associativismos comunitários não são por essência progressistas ou conservadores, por mais que no Brasil sua experiência recente tenha uma forte relação com a luta pela democratização do país (Sader, 1988; Holston, 2013).

Nessa perspectiva, Harvey (2007, p. 209) alerta que “ainda que a comunidade em si mesma tenha significado como parte de uma política mais ampla, comunidade para si mesma quase que inevitavelmente degenera em exclusões e fragmentações regressivas”. Conseqüentemente, Harvey (2007, p. 209) considera que

Para funcionar como agentes de transformação significativos, portanto, ditos movimentos devem manter-se fortemente alimentados por processos de formação e reafirmação da solidariedade. Mas um dos principais meios pelos quais uma comunidade pode manter-se viva para suas partes constitutivas e resistir ao efeito mortal de converter-se em algo para si mesmo é estar integrada em processos mais amplos de transformação social.

Os domínios armados dos territórios populares evidentemente impactam fortemente os processos associativos, as possibilidades de interação e alimentação das dinâmicas associativas por processos de formação mais amplos e os padrões de solidariedade comunitária.

Já na década de 1990, no contexto da expansão do tráfico de drogas nas favelas do Rio de Janeiro, Machado da Silva (2004) se debruçava sobre o impacto do seu domínio sobre a dinâmica associativa, a partir do reconhecimento de que, associado ao seu domínio, se difundiram outros princípios de organização da ordem social, denominada por ele de sociabilidade violenta, que apesar de atingir toda a população urbana, teria maior incidência sobre os moradores de favela. Machado da Silva argumenta que “como toda a população, os moradores de favelas articulam suas práticas segundo uma dupla inserção, como participantes da ordem institucional-legal e, paralelamente, da sociabilidade violenta” (Machado da Silva, 2004, p. 78). No entanto, essa dupla inserção ganha contornos específicos no contexto do domínio armado dos territórios populares.

Tomando como parâmetro o grau de autonomia, Machado da Silva (op. cit. p. 78) sugere que a relação dos moradores com a ordem-institucional-legal é caracterizada pela subordinação, tendo em vista que, “embora ocupando uma posição subalterna, eles [os moradores de favela] têm se organizado em torno de variados projetos, individuais e coletivos, com diferentes graus de adesão”. Essa autonomia permitiu a constituição de organizações comunitárias que conformaram o movimento de favelas do Rio de Janeiro. O autor argumenta que até “mesmo nos momentos mais autoritários de funcionamento do controle estatal sobre a organização de suas condutas, tem havido espaço para o desenvolvimento de uma capacidade autônoma de ação coletiva visando à obtenção de seus interesses...” (Machado da Silva, op. cit. p. 78).

No que se refere à relação dos moradores com a ordem da sociabilidade violenta, Machado da Silva (op. cit, p. 79) sustenta que “ela se caracteriza antes como submissão que como subordinação, na medida em que este último termo implique a existência, em algum grau, da formação de condutas autônomas”. Esse padrão de relação impactaria profundamente nas possibilidades e características das organizações comunitárias, na medida em que estas têm que lidar com um contexto de incomunicabilidade entre as “populações mais diretamente afetadas pela sociabilidade violenta [...], produzida pelo medo e pela desconfiança”.

Nesse cenário, pode-se inferir alguns efeitos para as organizações comunitárias. As possibilidades das organizações comunitárias continuarem existindo no território, se relacionando com a ordem institucional-legal, e reproduzindo assim a relação de subalternidade à ordem estatal, vai depender da sua capacidade de lidar e se relacionar com à sociabilidade violenta, se subordinando em diversas situações ao seu controle.

Desse período pra cá, assistimos ao progressivo crescimento do controle armado dos territórios populares, com a emergência e expansão das milícias na cidade do Rio de Janeiro e na sua região metropolitana.

O termo “milícia” passou a figurar como forma de descrição de um tipo específico de grupo criminoso atuante na Região Metropolitana do Rio de Janeiro por volta da década de 2000, tendo sido cunhado, inicialmente, pelos meios de comunicação de massa para descrever os atores envolvidos em uma série de eventos que ocorreram nesse período. Porém, a sua incorporação como agenda de pesquisa só ocorreu anos mais tarde.

Entre janeiro de 2005 e setembro de 2007, o Jornal *O Globo* publicou 166 matérias que continham menção à palavra “milícia” ou a “polícia mineira”. Uma matéria de *O Globo* no dia 10 de dezembro de 2006 menciona um relatório de inteligência, supostamente elaborado pelo Gabinete Militar da Prefeitura, que contabilizava um total de 52 comunidades tomadas pela milícia (Cano, 2008).

Em síntese, as definições sobre a atuação das milícias destacavam dois aspectos. De um lado, um modelo de negócios que envolvia a cobrança impositiva de taxas por proteção e

segurança para os moradores e comerciantes, e a venda de diversos bens e serviços urbanos como gás, TV a cabo, Internet, transporte alternativo (Vans ou Kombis) e outros. De outro, o seu entrelaçamento com instituições e agências públicas, entre as quais se destacavam os aparatos de segurança pública (em especial os Batalhões da Polícia Militar) e o poder legislativo.

Podemos considerar que o relatório “Segurança, Tráfico e Milícias no Rio de Janeiro”, produzido e publicado em 2008 pela organização não-governamental Justiça Global (Justiça Global, 2008), marca um ponto de inflexão importante para a discussão sobre este tema - justo no momento em que, a nível estadual, suas práticas vão sendo observadas pelo legislativo e pelo judiciário por meio da CPI das Milícias (2008) aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

A publicação apresenta um conjunto de artigos exploratórios sobre as milícias que trazem para o primeiro plano, através de diversas perspectivas de análise, questões importantes para o debate da segurança pública no Rio de Janeiro. São analisados o processo de mudança na economia política do crime, as disputas de território entre o tráfico de drogas e os seus modos de coerção, a expansão das milícias e do seu braço político no Estado, a intensificação da violência de Estado e um acentuado processo de privatização da segurança pública.

Em 2012, a Fundação Heinrich Boll publicou, sob a coordenação de Ignacio Cano e Thaís Duarte (Cano; Duarte, 2012), o relatório “‘No sapatinho’: a evolução das milícias no Rio de Janeiro (2008-2011)”, reconhecendo que o tema das milícias passou a adquirir notoriedade no Rio de Janeiro. O termo passa, então, a descrever grupos integrados ou ligações com agentes vinculados às forças de segurança do Estado (policiais, bombeiros, agentes penitenciários etc.), que controlavam territórios populares (comunidades e favelas), oferecendo “proteção” e vendendo serviços urbanos aos comerciantes e moradores.

Em um primeiro momento, diversos atores participantes do debate público mostraram tolerância e, inclusive, apoio a estes grupos, considerando-os como uma reação dos moradores destas regiões contra a criminalidade ou, quando menos, como um “mal menor” em comparação com o narcotráfico. Em 2007, por exemplo, César Maia declarou que as milícias eram melhores que o tráfico, argumento que se sustentou em outras declarações de políticos oriundos do Rio de Janeiro, como Jair Bolsonaro e Eduardo Paes¹.

A princípio, tomadas como continuidade das práticas dos grupos de extermínio em atuação na Baixada Fluminense, principalmente, durante as décadas de 1960-1970, pouco a

¹ Tais exemplos foram retirados das seguintes fontes:

<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/agora-e-tolerancia-total/>;

<https://blogs.oglobo.globo.com/bernardo-mello-franco/post/em-discursos-bolsonaro-ja-exaltou-milicias-e-grupos-de-extermínio.html>;

<https://blogs.oglobo.globo.com/bernardo-mello-franco/post/em-discursos-bolsonaro-ja-exaltou-milicias-e-grupos-de-extermínio.html>.

pouco, foram sendo reconhecidas como um fenômeno novo e ganhando novas configurações. As milícias, atuantes, em especial, a partir dos anos 1990-2000, passam a ser identificadas como grupos criminosos formados e chefiados direta ou indiretamente por agentes de segurança do Estado, policiais militares, policiais civis, bombeiros e guardas municipais, em associação com civis, cujo objetivo é a obtenção de ganhos econômicos, mas também políticos e sociais, a partir da venda de serviços – sejam serviços de transporte, de energia, de TV a cabo, de segurança privada, a venda de bens, como terrenos, imóveis e afins.

O modelo de negócio das milícias é diretamente dependente do controle territorial que assegura os seus mercados. Pode-se dizer que as milícias significam o somatório das experiências do crime organizado gerenciadas por agentes de segurança do Estado, a partir dos grupos de extermínio da Baixada Fluminense e da relação com o tráfico de drogas, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

A expansão das milícias por diferentes territórios populares do Rio de Janeiro nos últimos 20 anos alterou profundamente as relações de força antes caracterizadas pelas disputas territoriais entre as organizações rivais do tráfico do varejo de drogas e pelos conflitos entre elas e a polícia. Com presença crescente em favelas e bairros suburbanos, bem como nas cidades da região metropolitana, a expansão das milícias foi redefinindo os termos da própria metáfora da “guerra” (Leite, 2012), tão presente no debate público do Rio de Janeiro entre os anos de 1980 a 2000. Desde sua origem, os grupos milicianos procuraram se posicionar junto às populações dos territórios onde atuavam com um discurso de “escudo” em face da violência do tráfico.

Dados do Grupo de Estudos de Novos Ilegalismos (GENI/UFF), em parceria com a organização Fogo Cruzado, mostram que a expansão do domínio territorial das milícias teve um incremento considerável a partir de 2017, coincidindo com a ampliação do debate acadêmico sobre o tema (Hirata; Couto, 2022). Na última década e, em especial, a partir do ano de 2017, as milícias despontaram como grupo armado com maior extensão territorial sob seu domínio, ampliando seu controle territorial em 117,2%, e populacional em 78,7%, em relação ao ano de 2006 (início da série histórica). Os territórios de maior domínio foram, em 2022, a Zona Oeste e a Zona Norte do Rio de Janeiro. E tal expansão também se mostra expressiva quando vincula-se a análise ao domínio de outros grupos armados, como o Comando Vermelho (CV).

A produção bibliográfica sobre milícias no Brasil foi também ampliada nos últimos anos, acompanhando a realidade de expansão destes grupos nos territórios do país, e mais especificamente no estado do Rio de Janeiro. Uma pesquisa realizada nas bases de dados dos anais eletrônicos das últimas três edições de dois grandes congressos, um na área de ciências sociais e o outro na área de planejamento urbano e regional, a saber: SBS (19º, 20º e 21º) e Enanpur (18º, 19º e 20º) e de artigos presentes no catálogo da rede Scielo e na revista científica BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais², encontrou doze artigos

² A pesquisa utilizou a palavra-chave “milícia” no conjunto de trabalhos apresentados nestes congressos e nas bases de dados mencionadas.

mencionando o termo “milícia”. Destes, um foi publicado em 2017, um em 2019, um em 2021, quatro em 2022, quatro em 2023 e um em 2024 (o levantamento foi feito em junho deste mesmo ano). Do total de artigos encontrados, dez tratam especificamente de aspectos relacionados às milícias no estado do Rio de Janeiro, um apresenta o debate a partir do Ceará e outro discute a realidade em São Paulo, comparando-a com o Rio de Janeiro.

Os artigos abordam temas variados, envolvendo as dinâmicas sociais, econômicas e políticas onde se estabelecem domínios armados, inclusive abordando experiências em diferentes cidades e comparações internacionais (Silva, 2017; Díaz; Alves, 2022; Muniz; Dias, 2022); as condições de vida nos territórios periféricos dominados (Rocha; Carvalho, Motta, 2023); as convergências e diferenças entre as práticas de domínio das facções do tráfico de drogas e das milícias (Duarte, 2019); relatos de práticas recentes em territórios específicos que indicam reconfigurações que borram as fronteiras entre milícias e facções do tráfico de drogas (Motta, 2024) e; experiências com potencial de resistência vinculadas a gestão comunitária da terra e a luta ambiental (Barbosa Filho; Litsek, 2023; Coli, 2023).

Vale registrar que os trabalhos abordando a questão do domínio armado e a expansão das milícias não estão restritos à artigos publicados em periódicos, mas envolvem também dissertações e teses, que não foram objeto do nosso levantamento. Nesse campo, podemos destacar dois trabalhos acadêmicos. Primeiro, a tese de Péres (2022), que analisa as novas sociabilidades produzidas a partir da lógica milicianizada de produção da cidade, que a autora denomina de sociabilidade gerencial-policial. Essa sociabilidade compreenderia o conjunto de práticas de militarização e de policialização produzidas não apenas pelas forças de segurança do Estado, mas por diversos grupos da sociedade visando o controle de territórios e condutas. O segundo é a dissertação de Barbosa Filho (2023), que aborda a relação entre ativismos culturais e grupos armados na Baixada Fluminense. O estudo reconhece a forte influência da milícia nas dinâmicas associativas, mas destaca que, no caso do ativismo cultural, outros repertórios são mobilizados, mesmo que ainda tenham que, direta ou indiretamente, negociar com as formas de controle territorial armado presentes.

Apesar da relevância dos assuntos abordados, e o reconhecimento das transformações na vida cotidiana e nas formas de cerco vivida pelos moradores desses territórios, com exceção da dissertação de Barbosa Filho (2023), nenhum dos artigos selecionados tem como foco específico o impacto do domínio armado sobre o associativismo.

O panorama apresentado nos desafia a propor uma agenda de pesquisa em torno dos impactos dos domínios armados sobre as dinâmicas associativas presentes nos territórios controlados. Para tanto, buscamos focar inicialmente em três tipos de associativismos para sugerir hipótese que orientem esta agenda de pesquisa, os associativismos comunitário, cultural e religioso. O foco nesses tipos de associativismo decorre do fato deles se estruturarem em torno do território, conformando identidades vinculadas a comunidade territorial na qual atuam.

Associativismo comunitário

Para subsidiar uma agenda de pesquisa na análise dos impactos do domínio armado sobre o associativismo comunitário, nosso ponto de partida é reconhecer que, qualquer forma de domínio territorial armado, seja de facção do tráfico de drogas, seja de milícia, impõe formas diversas de “cerco” na vida cotidiano (Machado da Silva, 2008) que impactam profundamente as formas de associativismos comunitário. No entanto, nossa hipótese inicial é de que dependendo do grupo que tem o domínio armado, as formas de cerco e o impacto sobre as dinâmicas associativas são distintas em razão das diferenças nos modelos de negócios, nas suas configurações e estruturas organizacionais. Como destacam Hirata, Rocha e Santos Junior (2024, p. 6),

o modelo de negócios do tráfico depende menos da representação de interesses no território, podendo ser ameaçado na medida em que cresce a presença das instituições do Estado no território. Nesse sentido, a relação com as organizações sociais tende a ser de monitoramento, exigindo-se que as organizações sociais peçam autorização para as atividades que vão ser realizadas no território.

Conforme argumentam os autores (op. cit., p. 7), o caso das milícias, seu modelo de negócios depende da intermediação de interesses (acesso a bens e serviços públicos), o que tende a levar esses grupos a buscarem o monopólio da representação do território, incluindo a representação política parlamentar. Nesse sentido, a relação com as organizações coletivas tende a ser a do controle direto ou a da extinção das formas comunitárias de organização.

Estas relações, no entanto, podem sofrer variações e instabilidades. Como os próprios autores reconhecem, quando ocorrem conflitos, como disputas internas pela chefia no grupo que controla o território, ou disputa com outros grupos externos pelo domínio armado do território, “há forte tendência de haver instabilidade na relação com as associações organizadas” (Hirata; Rocha, Santos Junior, 2024, p. 6).

Nossa segunda hipótese é a de que ocorrerão distinções nas formas de “cerco” e no impacto sobre as dinâmicas associativas diferenciando os territórios não apenas sob o domínio de grupos de milícia e facções do tráfico de drogas, mas também entre os que estão sob o domínio de um mesmo grupo armado, no que se refere a quatro dimensões:

- a) Dinâmica interna de funcionamento das associações, considerando a liberdade para realizar reuniões e assembleias e eleger suas próprias direções.
- b) Mobilização comunitária e atividades no território, considerando a liberdade para realizar plenárias, audiências, reuniões diversas e atividades culturais em espaços abertos ou fechados, com participação ampla da comunidade, bem como realizar visitas nas residências.
- c) Representação comunitária e relação com o poder público, considerando a liberdade para realizar reuniões e audiências com o poder público no território, liberdade para promover debates políticos em geral e com candidatos nas eleições.

d) Articulação e relações com outras organizações no território, considerando a liberdade para realizar reuniões e atividades conjuntas com outras organizações que atuam no território.

Em todas essas dimensões, o grau de interferência dos grupos armados é muito variável, e pode envolver a necessidade de autorização prévia ou aviso prévio, bem como a imposição de limites, implícitos ou explícitos, maiores ou menores, para a realização das atividades pelas associações. O desafio é identificar os fatores que podem explicar a maior ou menor autonomia das associações comunitárias no território sob domínio armado.

Associativismo cultural

Na análise dos impactos do domínio armado sobre o associativismo cultural, é preciso levar em consideração a natureza das atividades desenvolvidas por essas organizações. Em geral, atuando no campo artístico-cultural, as atividades envolvem uma diversidade de linguagens, tais como teatro, música, dança, artes plásticas, entre outras. Por meio dessas atividades, essas organizações promovem o encontro, a sociabilidade e a construção de identidades coletivas entre grupos específicos (jovens, idosos, mulheres, negros, LGBTQIA+, crianças e adolescentes etc.) ou entre a comunidade em geral. Muitos grupos culturais incorporam nas suas atividades, por meio das diversas linguagens culturais, uma educação crítica sobre a realidade, abordando a situação da violência, da mulher, do negro, da exploração do trabalho, da colonialidade do saber, do meio ambiente e de outros temas sociais. Muitos, também combinam as atividades culturais com ativismos sociais e políticos, promovendo debates, incidindo em esferas públicas e espaços de participação, e se articulando em redes de defesa dos direitos humanos.

Nossa hipótese é que os impactos dos domínios territoriais armados sobre as dinâmicas associativas culturais depende fundamentalmente da representação dos grupos culturais e de suas atividades pelos grupos que dominam o território, o que vai determinar a forma de relação entre eles. Tomando como referência o trabalho de Barbosa Filho (2023), podemos destacar três fatores que incidem sobre estas representações e sobre as relações estabelecidas:

a) A percepção dos grupos culturais como organizações ou coletivos que promovem a cultura e o lazer para a comunidade. Nesse caso, os grupos que dominam o território tendem a ter uma postura de aceitação ou tolerância, independente de serem vinculados à facções do tráfico ou à milícia, por perceberem estas atividades como benéficas para o território, por gerarem oportunidades de lazer, emprego e renda para os moradores, e inclusive, em alguns casos, contribuir para a manutenção do seu domínio ao promover a integração social. Nessas situações, os agentes culturais parecem estar relativamente protegidos da violência e circular com certa liberdade no território dominado, sendo reconhecidos pelos grupos criminais.

b) A percepção das atividades culturais como negócios geradores de oportunidades econômicas. Algumas atividades culturais, em especial as que mobilizam mais pessoas, tais como festas e

feiras culturais, também podem ser percebidas como negócios, em especial por grupos ligados às milícias, e serem taxadas para poderem ser realizadas, sendo tratadas como o comércio e outras atividades econômicas.

c) A percepção dos grupos ou das atividades culturais como expressão política, vocalizando demandas da população por direitos. Tanto os grupos ligados às facções do tráfico de drogas quanto às milícias podem se sentirem ameaçadas se perceberem os grupos culturais como demandantes de direitos e promotores de atividades que coloquem em risco o seu domínio sobre o território. No caso das milícias, isso pode ser agravado pelo fato do seu modelo de negócios depender da intermediação de interesses, como já indicado anteriormente.

Os grupos culturais mobilizam diversas formas de atuação no território e essas três percepções por parte dos grupos que detém o domínio armado podem estar combinadas de forma tensa e contraditória, gerando insegurança para os agentes culturais e a necessidade de adoção de condutas preventivas.

De uma forma geral, os indicadores disponíveis parecem apontar que, apesar de ser impactado, o associativismo cultural é relativamente bastante presente em territórios dominados.

Metodologicamente, realizamos aproximações empíricas a partir dos dados relativos às informações da Lei Aldir Blanc (LAB) cedidas pela Secretaria Municipal de Cultura (SMC-RJ), referentes ao ano de 2020³. Tal lei foi aprovada neste mesmo ano com o intuito de apoiar emergencialmente organizações e trabalhadores da cultura durante o período da pandemia de Covid 19. Segundo o previsto na lei, os municípios se responsabilizaram pela execução dos subsídios vinculados às organizações e atividades culturais (Incisos II e III), enquanto o governo estadual se responsabilizou pela renda emergencial aos trabalhadores da área cultural (Inciso I).

Para executar a Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc, a Secretaria Municipal de Cultura (SMC) lançou, em junho de 2020, o cadastro municipal de cultura. Através do cadastro, instituições, grupos, microempresas, coletivos e entidades, com ou sem CNPJ, puderam se inscrever em formulário online. Ou seja, a secretaria promoveu o cadastramento dos agentes e grupos culturais, de modo a compreender suas especificidades relativas à linguagem cultural, gênero, raça, orientação sexual, área cultural e geográfica de atuação, e, desse modo, direcionar os recursos da melhor forma.

Após a filtragem de informações e a exclusão de dados incorretos ou sem endereço, foram identificados 1.286 grupos e instituições culturais que compuseram o universo com os quais trabalhamos nesta pesquisa.

³ Especificamente, analisamos os dados referentes ao Inciso II da Lei Emergencial Aldir Blanc (2020).

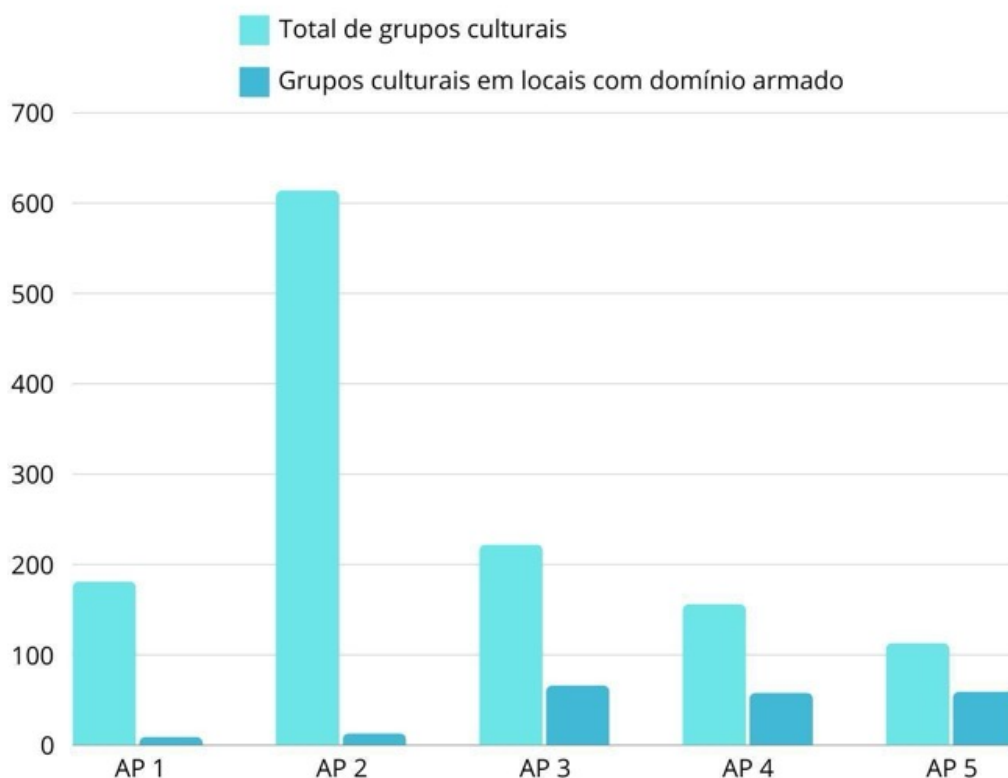
Inicialmente, percebe-se uma distribuição bastante desigual das associações culturais pelo território, tomando como parâmetro as áreas de planejamento (AP) da cidade. A AP 1 concentrava 181 grupos culturais (14,07%); a AP 2, 614 (47,74%); a AP 3, 222 (17,26%); a AP 4, 156 (12,13%); e a AP 5, 113 (8,79%), evidenciando a concentração em determinadas áreas, onde provavelmente o setor cultural apresenta historicamente uma estrutura mais formalizada e tem uma presença mais consolidada, como é o caso da AP 2 (Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro), que possui mais organizações associativas culturais do que a soma das mesmas na AP 3, 4 e 5 (491), e que reúne bairros da Zona Norte e da Zona Oeste da cidade.

Analisando as principais linguagens artísticas desenvolvidas nas atividades pelos grupos culturais, não se identifica diferenças significativas entre as APs. Predominam o “audiovisual”, a “música” e o “teatro”, sempre nas três primeiras posições, seguidas da “cultura popular”, ocupando a 4ª colocação, em todas as APs. Vale destacar que “cultura popular” envolve diretamente a compreensão de cultura explicitada na Lei Emergencial Aldir Blanc, reconhecendo múltiplas modalidades do fazer cultural, inclusive os mais vinculados aos modos de vida cotidianos. Além disso, com algumas diferenças entre as APs, encontram-se, entre as principais linguagens destacadas pelos grupos, as categorias “gestão cultural”, “dança”, “artes visuais”, “cultura urbana” e “cultura de rua”.

Tomando como referência o Mapa dos Grupos Armados, produzido pelo GENI/UFF e Fogo Cruzado, contata-se, como seria de esperar, que no município do Rio de Janeiro, os grupos culturais estão bem mais presentes (84,06%) em territórios que não estão sob o domínio armados, totalizando 1081 grupos ou coletivos. Portanto, apenas 205 (15,94%) grupos ou coletivos culturais estão presentes em territórios sob o domínio armado, seja do tráfico de drogas, seja da milícia. Estes números precisam ser relativizados tendo em vista que a maior parte dos grupos culturais está presente na AP2, compreendendo a Zona Sul da cidade, que tem a menor presença do domínio territorial armado. Além disso, deve-se levar em consideração que, mesmo em menor número, é bastante significativa a presença de grupos e coletivos culturais em territórios sob o domínio armado.

Considerando-se apenas os associativismos culturais presentes em locais com domínio de grupos armados, verificamos uma maior presença nas APs 3, 4 e 5. Ou seja, ao se somar os associativismos culturais em locais com domínio armado das APs 3, 4 e 5 temos 183 grupos, evidenciando que, embora apenas 38,2% dos grupos culturais da cidade, no geral, estejam nesses territórios, 87,5% dos associativismos presentes nestas APs encontram-se em locais com domínio territorial armado, como pode-se vislumbrar no gráfico abaixo.

Figura 1 - Gráfico de Grupos e Coletivos Culturais em Territórios Sob o Domínio Armado, Segundo Áreas de Planejamento, Cidade do Rio de Janeiro, 2020

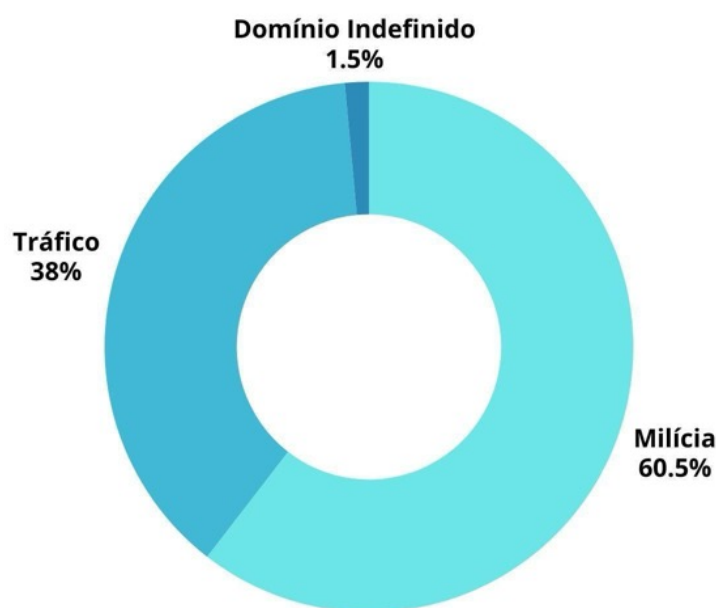


Fonte: Edital Aldir Blanc, 2020; Mapa dos Grupos Armados - GENI/UFF - Fogo Cruzado, 2020

Analisando mais detidamente os associativismos culturais em territórios sob o domínio de grupos armados por área de planejamento, temos números mais expressivos. Na AP1 (área central), 4,97% dos grupos culturais estão localizados em território controlado por grupos armados; na AP2 (zona Sul e Tijuca), 2,12%; na AP3 (Zona Norte), 29,73%; na AP4 (Barra da Tijuca, Jacarepaguá e Cidade de Deus) 37,18% e; na AP5 (Demais bairros da Zona Oeste, 52,21%. Sob essa lente, mais da metade dos grupos da AP 5 estão presentes em territórios com domínio de grupos armados; na AP3, cerca 30% dos grupos estão inseridos territorialmente em áreas sob o jugo armado e na AP4 aproximadamente 37%. Esses dados indicam que há a presença de grupos, coletivos e instituições culturais em números consideráveis, mesmo que inseridos numa dinâmica territorial armada.

Focando nas APs 3, 4 e 5, onde os grupos culturais apresentam substantiva presença, não obstante o domínio criminoso, percebe-se que sua presença é maior em territórios sob o domínio das milícias (60,5%) do que do tráfico de drogas (38%), o que de certa forma expressa a própria divisão territorial de domínio armado existente na cidade do Rio de Janeiro.

Figura 2 – Gráfico dos Grupos e Coletivos Culturais nas APs 3, 4 e 5, em Territórios Sob o Domínio Armado, segundo o grupo de domínio, Cidade do Rio de Janeiro, 2020



Fonte: Edital Aldir Blanc, 2020; Mapa dos Grupos Armados - GENI/UFF - Fogo Cruzado, 2020

A presença de grupos culturais em áreas sob o controle das milícias (60,5%) compreende basicamente as APs 4 e 5, com aproximadamente 60%. Em contraste, a distribuição dos grupos culturais nas áreas dominadas pelo tráfico (38%) é mais fragmentada entre as facções e as APs. No território sob a liderança do Comando Vermelho (CV), os coletivos culturais correspondem a 25%, com uma concentração significativa na AP3. Já nas áreas controladas pelo Terceiro Comando Puro (TCP), a presença de coletivos culturais é de 6,8%, novamente com predominância na AP3. Por último, nas regiões sob controle da facção Amigos dos Amigos (ADA), os grupos culturais somam 6,3% do total relacionado ao tráfico, sendo majoritariamente encontrados na AP5.

Os dados corroboram a percepção de que muitos grupos e coletivos culturais atuam em territórios sob o domínio armado. Como argumentamos anteriormente, este domínio armado interfere evidentemente nas atividades que são desenvolvidas, mas não as impede, impondo formas de “cerco” que precisam ser identificadas e estudadas, bem como as estratégias usadas pelos grupos e coletivos para lidar ou evitar o “cerco”.

Diante desse quadro, e partindo da constatação de que a governança criminal impacta as formas associativas no território, principalmente aquelas que reivindicam a intermediação de interesses, levantamos a hipótese, a ser explorada em trabalhos futuros, de que os grupos culturais podem ser menos impactados em comparação a outros atores e organizações (candidatos, partidos, movimentos sociais etc.), dependendo da percepção das atividade e dos grupos e coletivos culturais pelos grupos que dominam o território (Barbosa Filho, 2023), o que também pode gerar instabilidade na mudança dessa percepção ou na mudança do comando sobre o território.

Associativismo religioso

As entidades religiosas formam um dos eixos mais importantes das tendências atuais do associativismo no município do Rio de Janeiro, principalmente quando se reflete a expansão dos grupos neopentecostais, o fim da mediação social pelo trabalho (Castel, 1998) e a localização dessas entidades, geralmente em áreas sob forte controle territorial armado.

Tendo isso em vista, a realização de um panorama do associativismo permite – mesmo que de forma incipiente – compreender o cenário de expansão de determinados arranjos religiosos, suas espacialidades entre as regiões administrativas da cidade e áreas de planejamento, bem como levantar algumas hipóteses sobre a convivência e coabitação em locais com a presença de grupos armados.

As informações aqui sistematizadas e analisadas foram obtidas através da Lei de Acesso à Informação (LAI) interposta, em agosto de 2023, junto à Secretaria Municipal de Fazenda do Rio de Janeiro. A base de dados informa todos os templos em exercício, no período compreendido entre o ano de 2013 a 2023, que solicitaram imunidade ou isenção de IPTU⁴ no município do Rio de Janeiro, conforme prevê a Constituição brasileira e a legislação municipal da cidade.

Utilizamos esta base como uma aproximação da presença dos templos religiosos no território, mas evidentemente essa aproximação deve ser lida com muito cuidado tendo em vista que a isenção de IPTU pode se referir a um imóvel qualquer de propriedade de uma determinada igreja, que não necessariamente seja usada como templo, ou seja, que não envolva atividades associativas de natureza religiosa. Assim, cabe deixar registrado que ao nos referir ao número de imóveis de determinada denominação religiosa, trata-se, na verdade, de uma aproximação suposta com o número de templos e igrejas.

Os grupos religiosos foram divididos em seis denominações religiosas: (I) Igrejas Católicas Apostólicas Romanas, (II) Igrejas Evangélicas, (III) Demais denominações cristãs, como as Testemunhas de Jeová, Católica Apostólica Brasileira, Católicas Ortodoxas e Igrejas de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias etc., (IV) Religiões de Matriz Africana, como Candomblé, Umbanda, (V) Demais religiões, como Budismo, Espíritas, Espiritualistas, Islamismo, Judaísmo e (VI) denominações não especificadas por impossibilidade de identificação nas suas respectivas

⁴ A imunidade no pagamento do IPTU pelas igrejas e templos religiosos é uma garantia constitucional, enquanto a isenção do IPTU é uma prerrogativa municipal para os imóveis de propriedade das igrejas. Para obter o direito à Imunidade, o grupo religioso necessita cumprir diversos requisitos comprovando atividade religiosa, CNPJ, endereço, dentre alguns outros documentos, e a cada 24 meses (dois anos) deve renovar junto a prefeitura seu cadastro comprovando a continuidade das atividades religiosas. Já a Isenção de IPTU é um dispositivo utilizado para os imóveis pertencentes à entidade que já detém a imunidade. Não desconhecemos a importância desta base de dados, destaca-se seus limites tendo em vista que muitos templos evangélicos e terreiros das religiões de Matriz Africana, especialmente aqueles localizados em periferias e favelas, atuam na informalidade, sem os registros “legais”, utilizando o próprio espaço da residência para promover atividades religiosas. Portanto, é possível que esta base reflita uma subnotificação desses templos.

Razões Sociais. É possível que exista uma subnotificação das denominações religiosas do tipo IV, que representam apenas 1,55% dos pedidos de isenção de IPTU nos pedidos de 2013, 2018 e 2023.

Considerando-se o conjunto das denominações religiosas nesse período, tem-se 941 (16,74%) imóveis das instituições Católicas Apostólicas Romanas, 2614 (46,50%) das Igrejas Evangélicas, 471 (8,38%) das Demais denominações cristãs, 87 (1,55%) das Religiões de Matriz Africana, 1226 (21,81%) das Demais religiões e 282 (5,02%) denominações não especificadas, totalizando 5.621 pedidos de imunidade e isenção de IPTU. Percebe-se a predominância das instituições evangélicas que compõem quase metade dos imóveis, o que de certa forma é consistente com outros estudos que mostram o crescimento dos estabelecimentos evangélicos no Brasil (De Negri; Machado, Cavalcanti, 2023).

Ao analisar a distribuição dos imóveis por denominação religiosa e por região administrativa, é perceptível a concentração de imóveis em RAs específicas, no caso das regiões do Centro (RA 2), Grande Méier (RA 13), Madureira (RA 15), Jacarepaguá (RA 16) e Campo Grande (RA 18). Em contraponto, pode-se perceber que as RAs de Paqueta (RA 21), Rocinha (RA 27), Jacarezinho (RA 28), Complexo do Alemão (RA 29) e Cidade de Deus (RA 34) possuem quantidades ínfimas de imóveis religiosos.

Tabela 1 – Distribuição dos pedidos de imunidade e isenção de IPTU de imóveis religiosos por denominação religiosa e Região Administrativa na Cidade do Rio de Janeiro, 2013, 2018 e 2023 acumulados

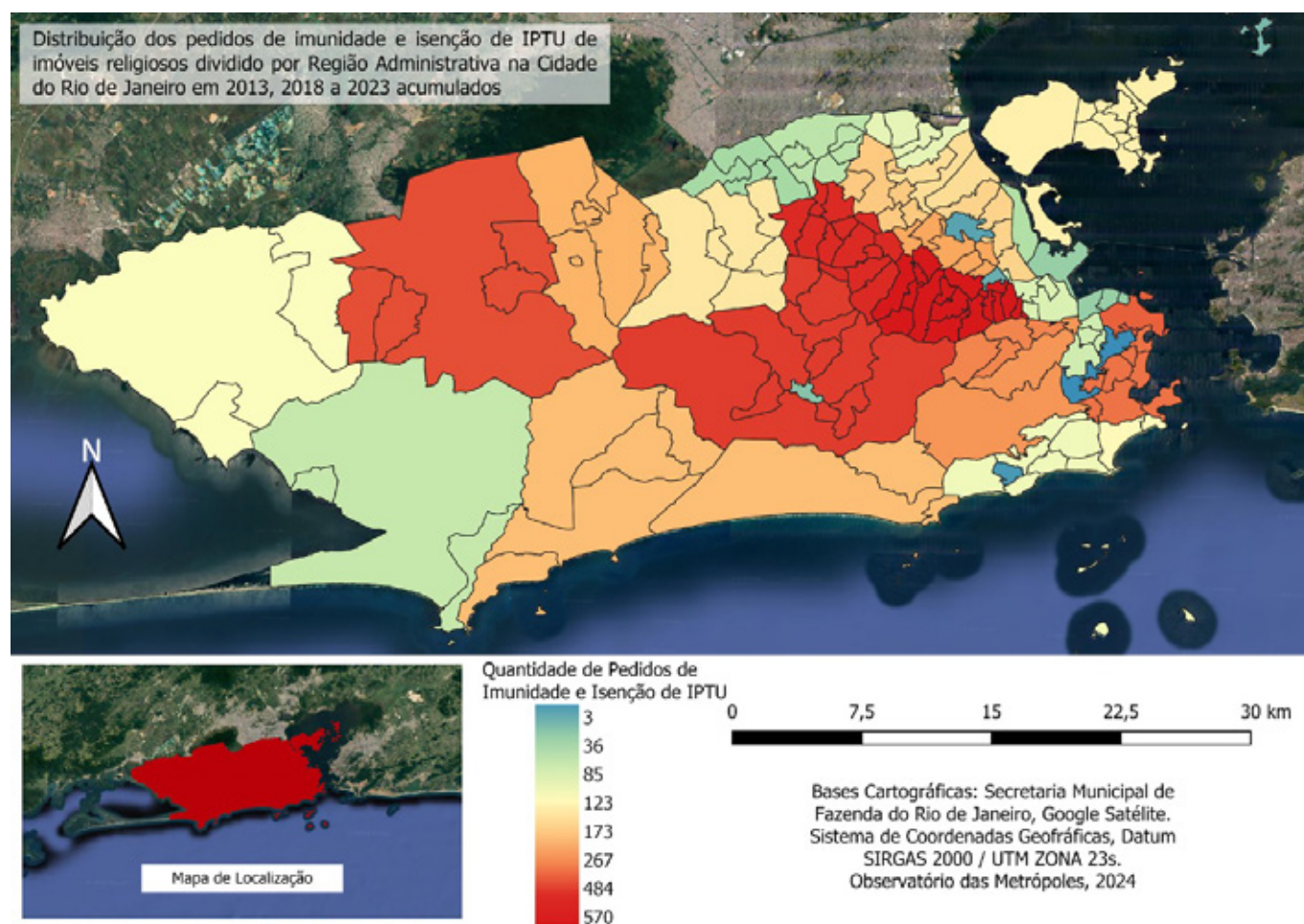
RA / Tipo Religioso	Católicas Apostólicas Romanas	Evangélicas	Demais denominações cristãs	Religiões de Matriz Africana	Demais Religiões	Denominações não especificadas	Total
1	13	16	5	0	0	2	36
2	227	35	61	0	43	4	370
3	13	36	8	5	19	4	85
4	70	75	16	3	107	13	284
5	17	35	5	0	46	20	123
6	119	39	13	0	35	6	112
7	28	44	4	0	18	6	100
8	51	118	9	0	76	10	264
9	29	103	8	8	115	4	267
10	34	66	15	3	48	10	168
11	26	66	15	3	48	10	168
12	38	161	22	0	34	5	260
13	87	225	25	29	191	13	570
14	12	99	16	4	39	3	173
15	51	275	27	14	101	16	484
16	37	227	47	6	99	20	436
17	27	134	35	1	43	11	251
18	54	266	49	0	38	25	432
19	9	63	12	3	24	2	113
20	18	84	14	3	23	11	153
21	6	3	0	0	0	0	9
22	21	11	6	0	11	0	49
23	0	0	0	0	0	0	0
24	20	83	12	0	29	72	216
25	6	42	3	0	8	0	59
26	3	59	7	0	11	1	81
27	0	3	0	0	0	0	3
28	0	7	0	0	0	0	7
29	3	3	0	0	0	0	6
30	0	53	3	0	0	0	56
31	9	76	5	3	12	1	106
33	13	101	21	2	19	8	164
34	0	8	1	0	0	3	12
Total	941	2614	471	87	1226	282	5621

Fonte: Secretaria Municipal de Fazenda do Rio de Janeiro, 2013-2023. Elaboração própria.

A análise dos dados permite destacar alguns aspectos: (i) a forte presença de imóveis das Igrejas Católicas Apostólicas Romanas na RA 2, muito provavelmente reflexo da trajetória histórica de formação da cidade do Rio de Janeiro; (ii) a predominância de imóveis das Igrejas Evangélicas presentes em praticamente todo o território da cidade, o que, por um lado, acompanha a expansão nacional ocorrida nas últimas três décadas; (iii) a concentração de imóveis das demais denominações cristãs no centro, em Jacarepaguá, Bangu e Campo Grande; (IV) a concentração de imóveis das Religiões de Matriz Africana e das Demais religiões no Méier.

A distribuição dos imóveis religiosos por Áreas de Planejamento, permite identificar as APs 3 e 5, que agregam a maioria dos bairros das Zonas Oeste e Zona Norte, como os territórios que concentram cerca de 60% dos imóveis religiosos, em contraponto as APs 1, 2 e 4, com 40% dos mesmos. Vale destacar, como já mencionado anteriormente, a forte expansão dos grupos armados, em especial os grupos vinculados à milícias, nesta região.

Figura 3 – Distribuição dos pedidos de imunidade e isenção de IPTU de imóveis religiosos dividido por Região Administrativa na Cidade do Rio de Janeiro em 2013, 2018 e 2023 acumulados



Fonte: Secretaria Municipal de Fazenda do Rio de Janeiro, 2013-2023. Elaboração própria.

Os dados parecem indicar que o associativismo religioso tem se expandido por toda cidade do Rio de Janeiro, independente do domínio territorial armado. Seguindo a hipótese que orienta nossa análise, de que todos os associativismos seriam impactados pelas dinâmicas de “cerco” imposta pelos grupos criminais, levanta-se a questão sobre como as organizações e o associativismo se inserem nessa dinâmica. Nesse caso, partimos de uma hipótese geral, de que a religiosidade encontra-se, frente às demais formas associativas, numa posição especial, de certa forma protegida por não ameaçar o modelo de negócio e as dinâmicas de domínio territorial. Evidentemente existem diversos fatores que alteram esta posicionalidade e que podem ameaçar os ativistas desse campo. Entre esses fatores, destacam-se:

a) Em certos contextos, pode-se observar uma relação de proximidade entre as configurações criminais (milícias e facções do tráfico) com as instituições religiosas. Com todo o cuidado e reconhecendo a diversidade de denominações e a potência de muitas igrejas evangélicas e pentecostais (Spyer, 2020), essa proximidade tem sido observada em especial com as igrejas neopentecostais conservadoras.

b) É provável que existam grandes diferenças quando consideramos as configurações do tráfico de drogas e das milícias. Como destacam Hirata, Rocha e Santos Junior (2024, p. 8), “pela ilegalidade e mal atribuídos ao uso de drogas, a relação de determinadas igrejas com as facções é marcada por tensões e conflitos”, mas como mostram alguns estudos, (Cunha, 2008), em determinados contextos é possível ocorrer. Já no caso das milícias, que tem seu modelo de negócios fortemente legitimado pelo discurso comportamental e de proteção contra o tráfico, baseado no “certo e errado, aceito e condenado, pecador e virtuoso, a relação [com] certas igrejas pentecostais [...] pode ser de afinidade cognitiva” (Hirata; Rocha, Santos Junior, 2024, p. 8). Em determinados contextos, fé e violência podem estar entrelaçados (Manso, 2023).

c) O associativismo religioso, de qualquer denominação religiosa, também pode se constituir em resistência, e estar de alguma maneira, entrelaçado com outras formas de associativismo, cultural, comunitário, político, e vinculados à luta pelos direitos humanos e a representação de interesses, abrindo-se possibilidades de tensões e ameaças às formas associativas religiosas nos territórios dominados por grupos armados.

Considerações finais

Nosso objetivo neste capítulo foi refletir sobre a relação entre o domínio armado dos territórios populares e a dinâmica associativa. Reconhecendo que esta reflexão ainda é incipiente no âmbito dos trabalhos que têm se dedicado ao tema dos ilegalismos e do domínio territorial armado, buscamos formular algumas hipóteses que possam orientar uma agenda de pesquisa focada na relação entre ilegalismos e associativismo.

Partimos do princípio que qualquer forma de domínio territorial armado produz impactos sobre as práticas associativas. No entanto, buscamos reconhecer que diferentes configurações

dos grupos criminais (grupos do tráfico de drogas e milícias, bem como diferenças nas suas práticas internas decorrentes, entre outras coisas, da sua maior ou menor integração com a comunidade) produzem efeitos muito distintos sobre os padrões de associativismo e sobre as organizações populares.

Por outro lado, reconhecemos também que os associativismos de base territorial têm lógicas, objetivos e práticas distintas que vão despertar maior ou menor aceitação por parte dos grupos de domínio armados, de acordo com a percepção da ameaça dessas práticas sobre o seu modelo de negócio e sobre o seu domínio territorial.

Nesse sentido, buscamos formular hipóteses relacionando as configurações de domínio territorial e três tipos de associativismo, comunitário, cultural e religioso, na perspectiva de afirmar uma agenda de pesquisa que se dedique ao tema tendo em vista a necessidade de fortalecer as resistências e enfrentar os riscos à democracia decorrente do controle armado dos territórios populares.

Referências

BARBOSA FILHO, Utanaan Reis; LITSEK, Felipe Cruz Akos. A Gestão Comunitária da Terra como Resistência ao Avanço das Milícias no Rio de Janeiro. Belém, **Anais da XX ENANPUR**, p. 1-20, 2023.

BARBOSA FILHO, Utanaan Reis. **Entre fios, tramas e dobras nos territórios**: repertórios de resistência ao controle das milícias na Baixada Fluminense. Dissertação (mestrado em Planejamento Urbano e Regional), Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2023.

BARBOSA FILHO, Utanaan Reis. O ativismo cultural frente às milícias na Baixada Fluminense. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**. No prelo, 2025.

CANO, Ignacio; DUARTE, Thais. **No Sapatinho**: A evolução das milícias no Rio de Janeiro [2008-2011]. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2012.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1988.

COLI, Priscila. A Transição da Luta pela Moradia pela Luta Ambiental: O Meio Ambiente como Caminho para Militantes Existirem e Resistirem em uma Área de Milícias. Belém, **Anais da XX ENANPUR**, p. 1-20, 2023.

CUNHA, Christina Vital da. "Traficantes Evangélicos": novas formas de experimentação do sagrado em favelas cariocas. **Plural, Revista do Programa de Pós Graduação em Sociologia da USP**. São Paulo, v. 15, pp. 23-46, 2008.

DE NEGRI, Fernanda; MACHADO, Weverthon; CAVALCANTE, Eric Jardim. **Crescimento dos estabelecimentos evangélicos no Brasil nas últimas décadas**. Rio de Janeiro: Ipea, nov. 2023. (Nota Técnica, 123). DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/diset123>

DÍAZ, Antonio Fuentes; ALVES, José Cláudio Souza. Michoacán e Rio de Janeiro: Governança criminal, controle social e obtenção de lucro e poder político pelas autodefesas armadas e pelas milícias. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**. Rio de Janeiro, Edição Especial nº 4, pp. 153-178, 2022.

DUARTE, Thais Lemos. Facções criminais e milícias: Aproximações e distanciamentos propostos pela literatura. **BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**. São Paulo, n. 90, 2019, pp. 1-16.

ELIAS, Nobert; SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os Outsiders**. Sociologia das Relações de Poder a partir de uma Pequena Comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

GRUPO DE ESTUDOS DOS NOVOS ILEGALISMOS (GENI/UFF) & OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES (IPPUR/UFRJ). **A expansão das milícias no Rio de Janeiro**: uso da força estatal, mercado imobiliário e grupos armados. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2021.

HARVEY, David. **Espacios del capital**: hacia una geografia critica. Madri: Ediciones Akal, 2007, p. 204-224.

HIRATA, Daniel e COUTO, Maria Isabel (coord.). **Mapa Histórico dos Grupos Armados do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Grupo de Estudos Novos Ilegalismos - UFF; Instituto Fogo Cruzado, 2022. Disponível em https://geni.uff.br/wp-content/uploads/sites/357/2024/06/Relatorio_Mapas_Grupos_Armados_Geni_WEB.pdf

HIRATA, Daniel; ROCHA, Lia de Mattos; SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos Santos Junior. Ilegalismos, controle territorial armado e a cidade: reflexões na perspectiva de uma agenda de pesquisa. **Cadernos Metrôpoles**, São Paulo, v. 26, n. 61, set/dez 2024, p. 1-17.

HOLSTON, James. **Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil**. Editora Companhia das Letras, 2013.

JUSTIÇA GLOBAL (org.). **Segurança, Tráfico e Milícia no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2008.

LEITE, Márcia Pereira. Da "metáfora de guerra" ao projeto de "pacificação": favelas e política de segurança pública no Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 374-389, Ago/Set 2012.

MANSO, Bruno Paes. **A fé e o fuzil**: crime e religião no Brasil do século XXI. São Paulo, Todavia, 2023.

- MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio (org.). **Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Faperj/Nova Fronteira, 2008.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. Sociabilidade Violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 19, n. 1, p. 53-84, jan./jun. 2004.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio; MENEZES, Palloma Valle. "(Des) continuidades na experiência de "vida sob cerco" e na "sociabilidade violenta": **Novos estudos CEBRAP** 38 (2020): 529-551.
- MISSE, Michel. "Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro." **Civitas - Revista de Ciências Sociais**. N. 8 V. 3, 2008, p. 371-385.
- MISSE, Michel. "Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro." **Estudos avançados**, 2007, p. 139-157.
- MOTTA, Jonathan Willian Bazoni da. As múltiplas faces da milícia Liga da Justiça: Reorientação moral e deslocamento político na Zona Oeste do Rio de Janeiro. **Dilemas: Revista de Estudo de Conflito e Controle Social**. Rio de Janeiro, Vol. 17, Nº 1, 2024, p. 1-24.
- MUNIZ, Jacqueline de Oliveira; DIAS, Camila Nunes. Domínios Armados e Seus Governos Criminais: uma abordagem não fantasmagórica do "crime organizado". **Estudos Avançados**. N. 36 (105), 2022, p. 131-152.
- PÉREZ, Clara Gomes Polycarpo. **Casos de polícia e redes de política: uma análise das políticas de segurança pública a partir da Zona Sul do Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado em Sociologia), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, 2022
- ROCHA, Lia de Mattos. Associativismo de moradores de favelas cariocas e criminalização. **Estudos Históricos (Rio de Janeiro)**. N.31, 2018, p. 475-494.
- ROCHA, Lia de Mattos. Militarização e democracia no Rio de Janeiro: efeitos e legados da "pacificação" das favelas cariocas. **Ensaio**, v. 14, 2019, p. 80-98.
- ROCHA, Lia de Mattos; CARVALHO, Monique Batista; MOTTA, Jonathan Willian Bazoni da. Milícias, facções e precariedade: um estudo comparativo sobre as condições de vida nos territórios periféricos do Rio de Janeiro. **Anais do 21º Congresso Brasileiro de Sociologia**, 2023.
- ROCHA, Lia de Mattos; CARVALHO, Monique Batista; MOTTA, Jonathan Willian Bazoni da. "As novas modalidades de "cerco" da criminalidade carioca: um estudo comparativo das condições de vida em territórios periféricos no Rio de Janeiro." **Revista Brasileira de Sociologia - RBS** 12, 2024, p. 1-25.
- SADER, Eder. **Quando Novos Personagens Entraram em Cena**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. Inflexão neoliberal, milícias e o controle dos territórios populares: desafios para a teoria urbana crítica na América Latina. In. PÍRES, Pedro; RODRÍGUEZ, María Carla (compiladores). **Las políticas neoliberales y la ciudad en América Latina: desafíos teóricos y políticos**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2022, p. 79-102.
- SILVA, Marcella de Araujo. Houses, tranquility and progress in an área de milícia. **Vibrant**, v.14 n.3, 2017, p. 1-17.
- SPYER, Juliano. **Povo de Deus: Quem são os evangélicos e porque eles importam**. São Paulo: Geração Editorial, 2020.
- TELLES, Vera da Silva. "Nas dobras do legal e do ilegal: ilegalismos e jogos de poder nas tramas da cidade." **Dilemas - Revista de estudos de conflito e controle social**, 2009, p. 97-126.
- ZALUAR, Alba; CONCEIÇÃO, Isabel Siqueira. Favelas sob o controle das milícias no Rio de Janeiro. **São Paulo em Perspectiva**, v. 21, n. 2, 2007, p. 13.

O ASSOCIATIVISMO PERIFÉRICO DENTRO E FORA DAS INSTITUIÇÕES:

UMA ANÁLISE A PARTIR DO MAPEAMENTO
DE MOVIMENTOS SOCIAIS E COLETIVOS
DAS PERIFÉRIAS BRASILEIRAS

Victoria Lustosa Braga

Introdução

As periferias configuram-se como espaços marcados por intensa mobilização social e política e, por isso, atraem a atenção de pesquisadores, da mídia e de atores políticos. Tais processos estão diretamente associados ao que, neste capítulo, denominamos associativismo periférico. As organizações da sociedade civil que atuam nas periferias de todo o Brasil possuem uma importância central nesses territórios e na articulação e reivindicação de demandas das populações que neles residem (Santos *et al.*, 2018). Essas entidades assumem os mais diversos formatos institucionais, dos coletivos culturais às associações de bairro e Organizações Não Governamentais (ONGs) e atuam em diferentes frentes, com foco em territórios ou grupos específicos. Os coletivos culturais e sua atuação política, além de cultural, receberam atenção da literatura que se debruça sobre as periferias (D'Andrea, 2013). O associativismo urbano engajado em lutas por serviços e políticas públicas e na maioria das vezes presentes nas periferias das grandes capitais também foi amplamente analisado por trabalhos seminais sobre a sociedade civil e os movimentos sociais que marcaram o Brasil nos anos 1980 e 1990 (Kowarick, 2000; Caldeira, 2000; Telles, 2006). Porém, a literatura ainda carece de estudos que analisem os atores coletivos das periferias de forma agregada, observando o associativismo periférico, suas principais características e linhas de atuação. O presente capítulo se debruça sobre o fenômeno do associativismo periférico com um foco específico: sua atuação política dentro e fora das instituições.

As interações entre sociedade civil e Estado durante e após a redemocratização fizeram a participação política adquirir importância fundamental no Brasil, em um “projeto participativo e democratizante” que “se articulou precisamente para combater essas visões estreitas, reducionistas e excludentes da política e da democracia” (Dagnino, 2004, p. 197). O país se tornou referência em termos de pluralização da democracia e ampliação de espaços participativos na política institucional (Gurza Lavalle e Isunza, 2011). O foco do projeto participacionista recaiu então sobre a participação institucionalizada principalmente nas Instituições Participativas (IPs) que foram inauguradas entre o fim do século XX e início do século XXI e serviram de inspiração mundo afora (Dagnino, 2004). O associativismo periférico também se articula nas IPs (Braga, Bernardo e Ramos, 2025), mas mantém, simultaneamente, forte atuação política fora delas (Braga, 2023). Assim, os grupos associativos periféricos são de suma importância para esses territórios mas, também, para o associativismo brasileiro de modo geral, tendo em vista sua presença em espaços institucionais e não institucionais, sua ampla articulação em redes maiores, sua capilaridade no território e seu conhecimento sobre o cotidiano e as demandas da população.

Um olhar mais abrangente sobre o associativismo periférico é possibilitado pelo “Mapeamento de Coletivos e Movimentos Sociais das Periferias Brasileiras”, desenvolvido desde 2018 pela área Reconexão Periferias, da Fundação Perseu Abramo, e utilizado como fonte empírica da investigação aqui empreendida. O mapeamento, conduzido por meio da

metodologia de bola de neve, reúne informações sobre cerca de 1.100 entidades distribuídas por todo o país, que se autodefinem como periféricas e são igualmente reconhecidas como tais pelas organizações que as indicam ao longo do processo. A análise da atuação institucional do associativismo periférico concentra-se nos dados sobre a participação das entidades em conselhos, editais e processos de produção de políticas públicas. A dimensão extra-institucional, por sua vez, é examinada a partir de informações relativas às principais atividades desenvolvidas, às formas de articulação em rede e às relações estabelecidas tanto com as populações atendidas quanto com outras organizações situadas no mesmo território.

O processo de mapeamento e o contato cotidiano com as organizações impulsionou uma reflexão teórico-conceitual sobre a noção de periferias no plural (Ramos *et al.*, 2023). Nessa abordagem, adotada e compartilhada neste capítulo, as periferias são compreendidas como lugares definidos não apenas pela distância geográfica em relação aos grandes centros urbanos, mas também pela distância política em relação aos espaços de poder e de tomada de decisão. Trata-se, portanto, de uma categoria plural e heterogênea que abarca, para além das favelas tradicionalmente estudadas, os territórios de povos e comunidades tradicionais, a população em situação de rua e as periferias econômicas do capitalismo. Além disso, a partir dos avanços da literatura sobre o tema, essa abordagem trata as periferias não apenas como territórios marcados pela ausência mas, principalmente, pela potência.

O capítulo está organizado em duas seções principais, além desta introdução e das considerações finais. A primeira seção apresenta, de modo sintético, a literatura sobre associativismo no Brasil e sobre os atores coletivos das periferias. Na sequência, a segunda seção apresenta o “Mapeamento de Coletivos e Movimentos Sociais das Periferias Brasileiras” e analisa os dados sobre o associativismo periférico dentro e fora das instituições. Por fim, as considerações finais sintetizam as principais contribuições do capítulo e apontam possibilidades de aprofundamento e desdobramento da agenda de pesquisa sobre o tema.

Associativismo, participação e periferias

As periferias brasileiras, especialmente aquelas localizadas nas grandes capitais, têm sido objeto de interesse de diferentes debates teóricos nas últimas décadas. Duas literaturas em especial ganharam destaque e contribuíram fortemente para o aprimoramento do conhecimento a respeito desses territórios e populações e suas formas de ação coletiva: (i) a que trata do associativismo que emergiu no país no período de redemocratização e envolveu atores periféricos principalmente em torno do que ficou conhecido como movimentos populares (Kowarick, 2000; Telles, 2006; Sader, 1988), e (ii) a que pensa as periferias e suas transformações no fim do século XX e início do século XXI com foco nos coletivos culturais desses territórios (D’Andrea, 2013; Nascimento, 2012) e posteriormente impulsionou uma discussão mais ampla sobre periferias no plural (Ramos *et al.*, 2023). Ambas são objeto de reflexão nesta seção.

O debate sobre associativismo no Brasil ganhou força com as reivindicações políticas e sociais que emergiram durante a ditadura e, principalmente, nos anos de redemocratização. Os movimentos sociais e organizações que surgiram nesse período animaram reflexões com fortes expectativas normativas a respeito do potencial transformador da sociedade civil (Gurza Lavalle, 2003; Szwako, 2009). Paralelamente, no início da segunda metade dos anos 1990 houve a ocupação e expansão de favelas e da população periférica nas grandes capitais de forma desassistida. Parte dos movimentos sociais emergentes se articularam em torno de demandas por serviços urbanos, frequentemente nas periferias das capitais, como os movimentos por moradia, as associações de bairro e outras entidades voltadas a reivindicações por melhorias de moradia, de saúde e condições de vida de forma geral (Kowarick, 2000; Telles, 2006; Sader, 1988; Caldeira, 2000; Boschi, 2016). Kowarick (2000) aborda como necessidades cotidianas ligadas ao tempo no transporte, à precariedade dos serviços e a outras demandas foram a “mola impulsadora” de movimentos reivindicativos nos bairros da cidade de São Paulo. No fim dos anos 1970 e na década de 1980 os estudos urbanos brasileiros se debruçaram sobre esses movimentos e organizações e suas capacidades de pressionar o Estado a fim de aprimorar a qualidade de vida nas cidades.

Especificamente sobre os territórios periféricos, Sader (1988, p. 12) enfatiza uma mudança nas reivindicações: “já foi suficientemente assinalado como essas ‘ações para fora’ de grupos comunitários da periferia expressaram novos valores vinculados às reivindicações feitas. No lugar do pedido de um favor apareceram as reclamações de um direito”. O autor enfatiza como esses novos sujeitos coletivos também foram caracterizados pela desconfiança na institucionalidade e por reivindicações por autonomia. Parte dessas reivindicações foi positivada por autores que compreenderam erroneamente que tais atores eram autônomos em relação ao Estado quando, na verdade, os movimentos sociais brasileiros sempre utilizaram de formas de ação dentro e fora das instituições (Cardoso, 1994; Gurza Lavalle, 2003).

De toda forma, a centralidade dos grupos que surgiram nas periferias na segunda metade do século passado na literatura seminal sobre movimentos sociais e organizações da sociedade civil no Brasil pode ser compreendida como um indício da importância desses atores para o associativismo que emergiu e se fortaleceu no país desde então. Em consonância com os avanços desse campo, compreende-se, neste capítulo, que sempre houve interação entre os movimentos, periféricos ou não, e o Estado, para além das ações desenvolvidas fora das instituições, sem que isso implique plena autonomia por um lado, ou cooptação por outro.

Em um deslocamento analítico previamente identificado por Gurza Lavalle (2003), parcela significativa do debate sobre a sociedade civil no Brasil passou a se dedicar à análise das interações com o Estado, a partir de diferentes enfoques, com especial atenção às formas pelas quais atores estatais e societários se articulam na produção de políticas públicas (Abers e Von Bülow, 2011; Gurza Lavalle *et al.*, 2019; Tatagiba e Teixeira, 2021; Abers, 2021). A literatura avançou consideravelmente nessa direção e as IPs que se multiplicaram e se fortaleceram no país desde os anos 1990 receberam atenção especial.

A presença e capacidade de incidência de diversos tipos de atores nas IPs tem sido amplamente pensada (Tatagiba, 2002; Gurza Lavalle, Acharya e Houtzager, 2005; Almeida e Tatagiba, 2012), mas são poucos os trabalhos que, partindo desse referencial, analisam especificamente o associativismo periférico e sua atuação política dentro ou fora do Estado. Em um dos poucos estudos que trazem contribuições sobre esse tema, Gurza Lavalle, Acharya e Houtzager (2005) demonstram que as organizações da sociedade civil com maior probabilidade de representar populações pobres nas IPs estão conectadas com partidos políticos e agências estatais. As entidades conectadas com esses atores clássicos da democracia representativa podem influenciar a construção das IPs de modo a favorecer suas futuras possibilidades de acesso. Em um trabalho que articula essa literatura sobre interações socioestatais à ação coletiva dos grupos periféricos, Fonseca (2021) chama atenção para a importância de se considerar também as implicações da violência e de uma relação particular com o Estado para a atuação de tais grupos. Ainda assim, conforme Fonseca e Almeida (2023), é possível dizer que esse campo invisibilizou os atores coletivos das periferias. Este capítulo procura avançar nessa conexão entre o debate sobre sociedade civil e interações socioestatais e as periferias, mas parte de uma compreensão alargada de associativismo periférico que contempla outros atores além dos movimentos populares e associações de bairro que já foram objeto de destaque desse debate.

Nas duas últimas décadas, consolidou-se uma literatura específica dedicada aos atores coletivos das periferias, com ênfase em suas formas de atuação, especialmente nos campos da cultura e da política. Essa literatura verificou uma mudança fundamental entre 1990 e 2000, fortemente impulsionada pelos grupos artísticos e culturais desses territórios, com destaque para os grupos de rap, na qual “a periferia passa a ser um termo utilizado como marcador da presença ativa de populações vistas não sob o signo da fragilidade, mas da potencialidade” (D’Andrea, 2013, p.10, destaque do autor). Em estudo sobre um sarau localizado na periferia de São Paulo, Nascimento (2012) enfatiza como a produção cultural periférica cumpre um papel importante de trazer as populações periféricas, suas demandas e seu cotidiano para o centro da cena pública, permitindo a construção de uma agenda comum, bem como de uma representação e identidade periférica. D’Andrea e Nascimento iluminam justamente como os atores envolvidos em tais transformações culturais se engajaram também em lutas e iniciativas mais amplas, em um processo que é também de politização (Santos *et al.*, 2018).

Assim, no processo de transformação que marcou as periferias na passagem do século XX ao XXI, no qual cultura e política se imbricam, observam-se mudanças na própria compreensão do que se entende por periferias. A noção de que essa categoria ultrapassa a mera nomeação de determinados espaços, fundada exclusivamente em sua localização geográfica, passa a aparecer nos estudos sobre o tema (Chaguri e Medeiros, 2018; Ramos *et al.*, 2023):

A periferia é um espaço geográfico e também uma ideia; é uma condição histórica, política e econômica delimitada, que pode ser aceita, questionada ou ter seus sentidos alargados, dependendo do contexto. Contextualmente, portanto, a periferia torna-se realidade concreta, mas também imaginação social histórica e sociologicamente formulada, disputável (Chaguri e Medeiros, 2018, p. 10).

O presente capítulo avança a partir desse conhecimento já produzido sobre periferias e, assim como em outros trabalhos mais recentes dessa literatura, alarga a compreensão do que são as periferias a partir de elementos subjetivos e objetivos. Conforme Ramos *et al.* (2023), as periferias não se desenham apenas pela distância dos grandes centros urbanos, mas também pela distância dos espaços de poder e de tomada de decisão. Assim, periferias são caracterizadas por dimensões objetivas, sobretudo materiais, e por dimensões subjetivas relacionadas à exclusão dos espaços de poder e de tomada de decisão. Por isso, as periferias são plurais e englobam os territórios e as populações que vivem nas periferias e favelas das metrópoles, mas também as comunidades tradicionais, as populações rurais ou as pessoas que vivem em situação de rua e outros. Além disso, não é apenas a falta que caracteriza tais atores, mas também, e principalmente, sua potência, especialmente no que diz respeito à incidência política e luta por direitos (D’Andrea, 2013; Ramos *et al.*, 2023).

Essa categoria mais ampla de periferias permite analisar de forma integrada as diversas entidades presentes no Mapeamento. Como será destacado na próxima seção, diferentes tipos organizacionais compõem esse banco de dados: de organizações mais institucionalizadas às mais recentes, das que focam nos territórios àquelas que atuam para além dele. Esses diferentes grupos e territórios, embora diversos entre si, compartilham formas estruturais de afastamento material e político que justificam sua inclusão sob a noção ampliada de periferias.

O presente capítulo parte dos acúmulos supracitados das literaturas sobre sociedade civil e participação – com ênfase nas lutas políticas e sociais dentro ou fora das instituições – e sobre periferia enquanto categoria relacionada não apenas às dimensões geográficas e materiais, mas também a questões subjetivas de exclusão política. Enquanto o primeiro debate focou inicialmente em algumas organizações frequentemente localizadas nas periferias dos grandes centros urbanos, como as associações de bairro e os movimentos populares, mas pensou pouco as particularidades do associativismo periférico, o segundo campo de discussão tem ampliado a compreensão sobre as periferias, permitindo analisar esse conjunto de atores, suas principais estratégias e repertórios de atuação e outros.

O associativismo periférico dentro e fora das instituições

Esta seção apresentará o “Mapeamento de Coletivos e Movimentos Sociais das Periferias Brasileiras”, bem como alguns dados de pesquisas a ele relacionadas que ajudam a compreender a atuação política do associativismo periférico dentro e fora das instituições.

O mapeamento¹

O “Mapeamento de Coletivos e Movimentos Sociais das Periferias Brasileiras” é uma pesquisa desenvolvida de modo contínuo no âmbito da área Reconexão Periferias, da Fundação

¹ A autora foi estagiária, assistente de pesquisa e pesquisadora responsável pelo “Mapeamento de Coletivos e Movimentos Sociais das Periferias Brasileiras” entre 2018 e 2025.

Perseu Abramo, desde 2018. A pesquisa é realizada através de um questionário, aplicado por telefone, que conta com 47 perguntas fechadas e abertas voltadas aos temas mais diversos: informações básicas sobre os grupos (nome, tipo organizacional, localização, ano de fundação outros), seus principais temas de atuação, os tipos de atividades realizadas, o número de pessoas que participam das atividades, os territórios para os quais as atividades são direcionadas, os cerceamentos enfrentados (como racismo, machismo, repressão policial e enfrentamento com grupos privados armados), o público prioritário, as parcerias com outras entidades, a participação em conselhos, editais de fomento processos de produção de políticas públicas, a relação com partidos políticos, o financiamento, o engajamento nas redes sociais e as principais bandeiras de luta.

Essa base de dados cumpre dois objetivos centrais. Primeiro, exerce uma função de articulação ao operar como um “cadastro” de grupos, essencial para a mobilização de uma rede de organizações periféricas e para a aproximação entre essas entidades e o Partido dos Trabalhadores, tendo em vista a função da Fundação Perseu Abramo. Em segundo lugar, colabora para a produção de conhecimento ao reunir um amplo conjunto de informações sobre o associativismo periférico, contribuindo para a compreensão das formas de atuação e articulação dos movimentos e organizações sociais desses territórios.

Desde o início, o mapeamento tem sido conduzido por meio da metodologia de bola de neve e cada entidade mapeada indica outras organizações relevantes. O processo começou com um conjunto inicial de 79 “sementes”, distribuídas por todas as unidades da federação; dessas, 51 foram efetivamente mapeadas e deram origem a rodadas sucessivas de indicações. No decorrer do processo, raras vezes a bola de neve foi reorientada a partir da identificação de lacunas no mapeamento (como a concentração de entidades nas capitais, a baixa presença de certos temas de atuação e outros). A bola de neve mostra-se especialmente adequada para o estudo de grupos de difícil acesso (Vinuto, 2014), caso de muitas organizações periféricas do país que, por não possuírem registro oficial, não podem ser identificadas em plataformas agregadoras de dados sobre organizações societárias, como o Mapa das Organizações da Sociedade Civil, do Ipea. Atualmente são 1100 organizações mapeadas em todas as unidades federativas, localizadas em interiores e capitais, em diversos territórios periféricos.

Há diversos tipos organizacionais autodeclarados e temas de atuação entre os grupos mapeados. Sobre os tipos organizacionais, são 297 coletivos mapeados, 208 ONGs, 206 associações, 142 movimentos sociais, 133 coletivos artísticos, 76 institutos, 14 fóruns, 9 cooperativas, 7 fundações e 8 sindicatos. São organizações e movimentos que trabalham com os mais variados temas: associações de bairro que atuam nas reivindicações por melhoria nas condições de vida locais, coletivos culturais e artísticos diversos (de slam, hip hop, teatro, sarau e outros), cooperativas de trabalhadores, grupos de empreendedorismo periférico, entidades de povos e comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhas, jongueiros), grupos de familiares e vítimas da violência, movimentos de mulheres, movimentos de juventudes, movimentos de moradia, grupos LGBTQIA+, cursinhos populares e muitos outros.

As organizações incluídas no mapeamento se diferenciam principalmente em termos de localização, formato institucional e áreas de atuação. Ainda assim, convergem ao se reconhecerem e serem reconhecidas entre si, por meio das indicações sucessivas da metodologia de bola de neve, como organizações periféricas. A periferia emerge, portanto, como uma categoria plural e afirmativa, nos termos propostos por Ramos *et al.* (2023).

Apesar das inúmeras adversidades enfrentadas, como dificuldades de financiamento, repressões políticas e outras formas de cerceamento, a continuidade revela-se um traço marcante do associativismo periférico. Uma análise recente produzida pela Reconexão Periferias mostra que, seis anos após o início do mapeamento, período atravessado por descontinuidades institucionais e turbulências políticas e sociais no cenário nacional, bem como pelos desafios próprios dessas entidades, das 1.000 organizações então mapeadas, 947 foram novamente localizadas e mais de 90% permaneciam ativas (Braga, Bernardo e Ramos, 2025). Essa continuidade chama mais atenção se consideradas as dificuldades enfrentadas por tais entidades. Em termos de financiamento para o desenvolvimento das atividades, elas dependem predominantemente de autofinanciamento (59%) e do financiamento coletivo (43%), apesar de algumas delas já terem recebido financiamento público-estatal (27%), privado de pessoa jurídica (23%) ou privado de pessoa física (17%). A grande maioria (75%) enfrenta ou já enfrentou cerceamentos diversos, como racismo (59%), machismo (52%), fundamentalismo ou intolerância religiosa (38%), repressão policial (37%), LGBTQIfobia (36%), xenofobia (22%) ou enfrentamento com grupos privados armados (12%).

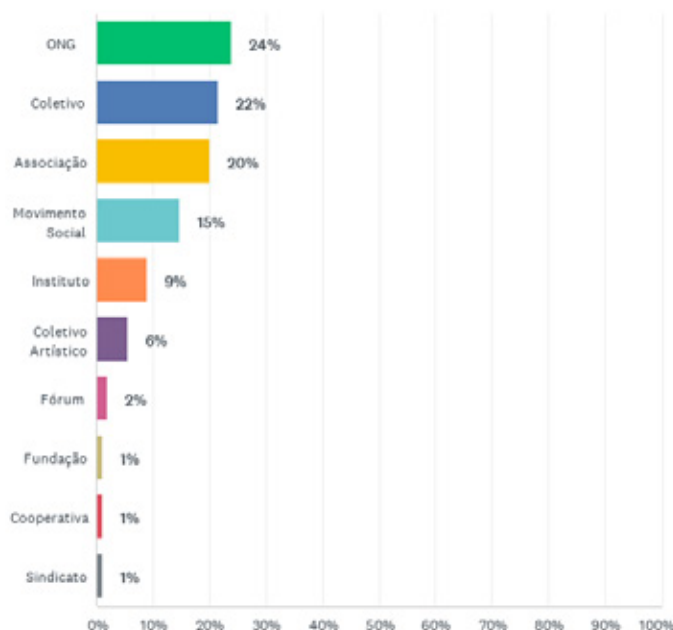
A maior parte dos dados sobre a pesquisa estão disponíveis no Painel de Dados sobre Cultura e Política da área Reconexão Periferias, no site da Fundação Perseu Abramo². A partir desse panorama geral do associativismo periférico presente no “Mapeamento de Coletivos e Movimentos Sociais das Periferias Brasileiras”, vamos analisar o fenômeno que interessa primordialmente a este capítulo: como essas organizações realizam ações políticas dentro e fora das instituições.

O associativismo periférico nas instituições

A atuação política das entidades do mapeamento nas instituições pode ser analisada principalmente a partir dos dados sobre participação em conselhos e em processos de produção de políticas públicas e, em menor medida, através das informações sobre relações regulares dos membros dessas entidades com partidos políticos. A maioria dos grupos mapeados (54,7%) relatam já ter participado de conselhos e processos de produção de políticas. Entre aqueles que mais participam de tais espaços, predominam as ONGs, os coletivos e as associações, conforme o gráfico abaixo:

² Dados disponíveis em: <https://fpabramo.org.br/reconexaoperiferias/cultura-politica/>

Gráfico 1 – Participação em conselhos por tipo de organização



Fonte: Elaboração própria a partir do Mapeamento de Movimentos Sociais e Coletivos das Periferias Brasileiras, produzido pela área Reconexão Periferias, da Fundação Perseu Abramo.

Chama atenção que, apesar dos coletivos artísticos representarem 12% do total de entidades mapeadas, eles são apenas 6% entre os mapeados que participam ou já participaram de conselhos. A maior participação de ONGs, associações e coletivos em conselhos provavelmente está relacionada à maior institucionalidade desses tipos organizacionais, principalmente das ONGs e das associações. Embora os coletivos estejam entre os tipos que mais participam, eles estão subrepresentados nesse dado em comparação ao que representam no mapeamento (27% do total de entidades mapeadas).

Em termos de nível dos conselhos, os municipais são mais mencionados (1122 menções), seguidos pelos estaduais (502 menções) e nacionais (112 menções). Entre os conselhos setoriais que mais aparecem, em diferentes níveis, estão: os conselhos de saúde, de cultura, de criança e do adolescente, de igualdade racial, de assistência social, de políticas para mulheres, e de juventude. Esses conselhos estão relacionados aos principais temas de atuação das organizações mapeadas, entre os quais se destacam, respectivamente: direitos humanos, educação, políticas culturais, luta antirracista, violência, trabalho, feminismos, difusão artística, comunicação, saúde, povos e comunidades tradicionais e outros. Essa relação indica a diversidade de temas com os quais as organizações periféricas trabalham e, principalmente, o forte alinhamento entre os temas prioritários das entidades e sua atuação política nos espaços de participação e representação. A presença dessas entidades em conselhos destaca como o associativismo periférico ocupou as IPs criadas em diferentes setores no fim do século passado e amplamente analisadas pela literatura de sociedade civil e participação no Brasil, embora esses trabalhos tenham deixado de lado os coletivos periféricos (Fonseca e Almeida, 2023).

A frequência da menção aos conselhos de saúde chama atenção. Isso porque esse tema é de fato prioritário para poucas entidades – dos 1100 mapeados, 263 mencionam a saúde entre seus três principais temas de atuação – mas as ações dessas organizações tão diversas coincidem na atuação recorrente em conselhos de saúde, evidenciando um forte compromisso com uma das políticas mais essenciais para a sobrevivência das populações periféricas e que, especialmente no pós-transição, mobilizou movimentos sociais fortemente articulados, como o movimento sanitário.

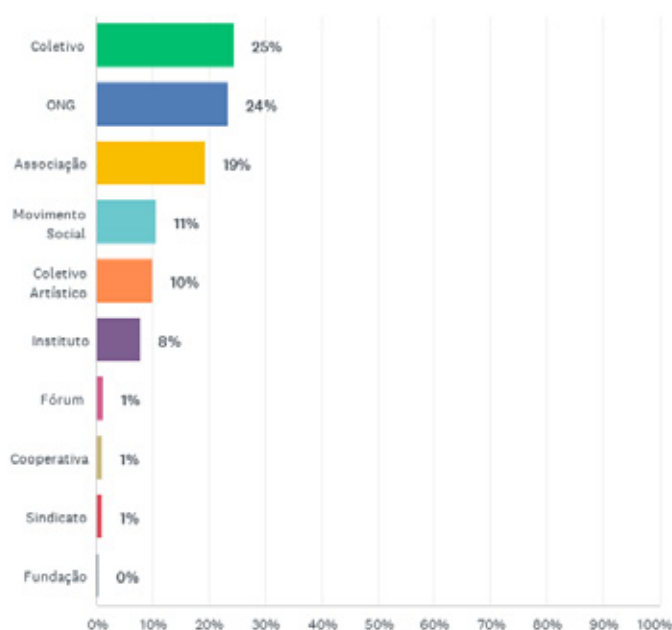
Em análise aprofundada sobre o banco de dados quando havia 1000 organizações mapeadas, Braga, Bernardo e Ramos (2025) indicam algumas correlações entre participação em conselhos e outras características dessas organizações. Primeiro, esse fenômeno varia bastante do ponto de vista territorial: enquanto há unidades da federação onde a grande maioria dos mapeados já integrou conselhos de participação, como Piauí (74%), Rio Grande do Norte ou Rio de Janeiro (ambos com 68%), outras se destacam por proporções de participação abaixo da média, como São Paulo (32%), Amapá (38%).

Os autores demonstram também que as organizações mais antigas participam mais dos conselhos, principalmente aquelas fundadas no período de redemocratização. Embora os primeiros anos do século XXI sejam frequentemente destacados pela literatura como anos de expansão da participação no Brasil, com o fortalecimento de conselhos e de conferências (Gurza Lavalle e Isunza, 2011; Bezerra, 2020), as entidades criadas a partir de 2010 participam menos de tais espaços e esse fenômeno tende a se intensificar conforme mais novas são as organizações: no caso daquelas fundadas entre 2020 e 2023, 69% não participa ou nunca participou de conselhos de controle social. Os grupos que participam menos de conselhos são, também, menos conectados com outros espaços de interação com o Estado e a sociedade civil: 60% nunca participaram de processos de formulação, execução ou o monitoramento de alguma política pública para sua área de atuação e 63% não têm filiação a nenhuma rede ou fórum.

Há também uma associação, ainda que menos significativa, entre participação em conselhos e financiamento: apenas 27% dos 1100 grupos mapeados afirmam contar com financiamento público-estatal, enquanto esse percentual é de 33% entre aqueles que participam de conselhos.

As interações entre Estado e sociedade civil ocorrem de outras formas além das tradicionais instituições participativas e os grupos societários podem influenciar em diferentes etapas do processo de produção de políticas públicas. Mais da metade das organizações mapeadas (55%) afirmam já terem participado de editais de fomento estatais ou de processos de formulação, execução ou monitoramento de alguma política pública relacionada a sua área de atuação. Embora os valores sejam próximos e exista alguma intersecção, não há uma sobreposição absoluta entre aqueles que participam de conselhos e aqueles que participam da produção de políticas públicas. Como é possível visualizar no gráfico abaixo, os tipos organizacionais de entidades que participam ou já participaram de editais ou de processos de produção de políticas é similar ao perfil das organizações que já participaram de conselhos:

Gráfico 2 – Participação em processos de produção de políticas e editais por tipo de organização



Fonte: Elaboração própria a partir do Mapeamento de Movimentos Sociais e Coletivos das Periferias Brasileiras, produzido pela área Reconexão Periferias, da Fundação Perseu Abramo.

Importante registrar que os editais e as políticas de cultura são mencionados com maior frequência, a exemplo do Programa Cultura Viva, da Lei Paulo Gustavo e da Lei Aldir Blanc.

A análise realizada por Braga, Bernardo e Ramos (2025), focada em 1000 organizações mapeadas até aquele momento, destaca que, assim como no caso dos conselhos, há variação regional na participação em editais e em processos de produção de políticas públicas: há estados com altas porcentagem de participação, como Sergipe (68%), Piauí (65%) e Paraíba (64%), e estados com índices extremamente baixos, como Amapá (23%), Alagoas (29%) e Santa Catarina (29%). As entidades mais recentes, especialmente aquelas criadas a partir de 2010, também participam menos de editais e processos de produção de políticas e editais.

Vale mencionar ainda que as interações com o Estado através dos editais e as políticas públicas estão associadas ao acesso a financiamentos públicos de forma mais significativa do que no caso dos conselhos. Entre aqueles que participam ou já participaram de editais ou políticas 43% afirmaram receber financiamento público estatal, sendo essa a segunda modalidade mais citada, atrás apenas do autofinanciamento (53%). Ou seja, a participação em editais e políticas, com recursos estatais, parece não ser pontual, mas sim integrar as principais fontes de financiamento desses grupos.

Por fim, destaca-se que apenas 26% dos mapeados nunca participaram de conselhos ou processos de produção de políticas. Embora o número não seja irrelevante, ele é baixo considerando que se tratam de grupos periféricos e frequentemente pouco institucionalizados.

Ou seja, apesar das inúmeras adversidades que atravessam o cotidiano de tais entidades, elas ainda assim se dedicam aos canais de participação e interlocução com o Estado mais tradicionais e institucionalizados, como os conselhos, os editais e os processos de produção de políticas. Além disso, a pesquisa “Cultura, política e espaços de sociabilidade nas periferias: olhares de coletivos e movimentos sociais”³ realizada em 2020 com 80 organizações do mapeamento (representativas em termos regionais e temáticos dos 812 grupos mapeados até então) levantou a informação de que a maioria das entidades do mapeamento possuem algum representante institucional que atuam nas interações com políticos.

Embora não seja possível aferir a eficácia de suas ações dentro de tais espaços, os dados apresentados acima são suficientes para afirmar que há uma atuação política considerável do associativismo periférico dentro das instituições. Por um lado, as informações oriundas do mapeamento e de pesquisas realizadas através dele demonstram como esses grupos se mobilizam em torno de pautas e demandas locais, muitas vezes relacionadas às agendas que impulsionaram os movimentos populares do século passado nas periferias das grandes capitais. Por outro, sua presença em espaços participativos e em políticas públicas de diferentes setores evidencia que a atuação do associativismo periférico vai além das pautas locais ou relacionadas apenas com as desigualdades materiais que marcam tais territórios.

Para além de dar visibilidade e reverberar suas demandas, a participação em espaços institucionais parece também favorecer as organizações em outra dimensão: o acesso ao financiamento. Os dados indicam que organizações que participam de instâncias participativas, de processos de formulação de políticas e de editais apresentam maior acesso a financiamentos público-estatais, em linha com o argumento de Gurza Lavalle, Acharya e Houtzager (2005), segundo o qual a participação e a conexão com atores clássicos da democracia representativa podem facilitar futuras possibilidades de acesso no mundo da política.

Isso não implica que a participação seja intrinsecamente virtuosa ou homogênea. Pelo contrário, os dados indicam desigualdades na participação do associativismo periférico, particularmente em função da região e do tempo de existência das organizações. Embora as causas dessas desigualdades sejam diversas, incluindo, eventualmente, o desinteresse de alguns grupos por esses espaços, as pesquisas qualitativas desenvolvidas pela Reconexão indicam que políticas públicas e instâncias participativas são amplamente percebidas como relevantes, e que as entidades buscam, em geral, participar desses processos. Esses achados evidenciam a necessidade de mecanismos que tornem a participação mais acessível aos grupos periféricos que não acessam as IPs e as políticas.

³ Pesquisa “Cultura, Política e Espaços de Sociabilidade nas Periferias: Olhares de Coletivos e Movimentos Sociais”. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/2022/06/22/reconexao-apresenta-resultados-de-pesquisa-sobre-sociabilidade-nas-periferias/>

O associativismo periférico fora instituições: relações com a sociedade civil e com o território

Parte importante das ações dos grupos associativos periféricos se dá fora das instituições formais. O associativismo periférico fora das instituições também desempenha atividades fundamentais de politização, conforme já diagnosticado pela literatura sobre tais entidades mencionada na seção anterior (D'Andrea, 2013; Nascimento, 2012; Santos et al., 2019; Ramos et al., 2023). As relações desse associativismo com outros grupos da sociedade civil e com os territórios em que atuam — especificamente com as populações periféricas e outras organizações locais — fornecem um panorama dessas ações fora das instituições, mas, ainda assim, diretamente conectadas com a política em sentido mais amplo.

Praticamente todas as entidades mapeadas realizam atividades em conjunto com outras organizações, periféricas ou não (91,5%) e a maioria participa, sem necessariamente organizar em conjunto, de atividades de outros grupos (78%). Além disso, mais da metade (54%) possuem filiação a redes ou fóruns (29% têm filiação a redes ou fóruns estaduais, 25% nacional, 22% municipal e 4% internacional). Destacam-se, nesse sentido, redes e fóruns voltados aos temas de atuação de tais grupos, como fóruns e redes de cultura, de mulheres, de juventudes, de direitos humanos e outros. Assim, a maioria das organizações mapeadas está articulada com outros grupos da sociedade civil, seja na realização cotidiana de atividades em parceria, seja em articulações mais amplas como redes e fóruns.

Contudo, as interações com outras entidades da sociedade civil não se dão apenas de modo cooperativo. A pesquisa “Cultura, política e espaços de sociabilidade nas periferias: olhares de coletivos e movimentos sociais” demonstrou que parte significativa das entidades mapeadas enfrentam conflitos de interesse com outros grupos que atuam nos territórios, como entidades da sociedade civil nacionais e organizações privadas que oferecem atividades para a população local como cursos, atividades esportivas, suporte psicológico e outros. Os conflitos também se dão com outros atores locais relacionados ao poder público, inclusive com políticos.

No que diz respeito à relação estabelecida com a população local, 44% das 1100 entidades mapeadas desenvolvem atividades de formação, com destaque para formações comunitárias diversas, muitas delas ligadas a temas da política de forma direta ou indireta. As atividades regulares realizadas pelos grupos mapeados mobilizam quantidades variadas de público: 23% afirmam mobilizar entre 20 e 40 pessoas, 18% entre 1 e 20, 13% entre 40 e 60, 12% entre 100 e 200, 10% mais de 500 pessoas e 9% entre 80 e 100 (citando apenas as faixas de mobilização mais frequentes). Ou seja, embora sejam organizações de pequeno e médio porte, e frequentemente pouco institucionalizadas, a capacidade de mobilização de tais grupos é relevante, principalmente se consideramos que sua atuação é predominantemente local (28% dirigem suas atividades à cidade, 24% ao estado, 20% a uma região específica da cidade e 18% ao próprio bairro; apenas 9% têm atuação nacional e 2% dirigem suas atividades ao âmbito internacional).

A pesquisa sobre cultura e sociabilidade aponta que as principais experiências de sociabilidade promovidas por essas organizações são grupos de estudo, formação, rodas de conversa, oficinas e cursos. Quando indagadas sobre os motivos que, na sua percepção, atraem e motivam a participação do público do território em suas atividades, essas entidades mencionaram três elementos: o acesso (ao lazer, à formação, à cultura), o acolhimento (relacionado à identidade e ao sentimento de pertencimento) e o engajamento e da luta política (contra o racismo, por direitos, pelo fim da violência contra a mulher). Esses elementos citados iluminam o potencial político do associativismo periférico, a exemplo do depoimento abaixo, oriundo da mesma pesquisa qualitativa:

“O que atrai é o conhecimento sobre direitos, o olhar crítico sobre a realidade, sobre violência e saúde. As mulheres quilombolas agradecem por ter acesso à informação sobre seus direitos” (Organização de Santarém, PA apud Fundação Perseu Abramo, 2022).

A maioria dos mapeados entrevistados nessa pesquisa também afirmam que suas atividades interferem na vida cotidiana das populações dos territórios em que atuam principalmente ao apresentar e fortalecer possibilidades de mudanças, conscientização sobre a realidade, acolhimento e autoconhecimento. Nesse sentido, as periferias são analisadas pelas lideranças entrevistadas não apenas como territórios que enfrentam inúmeras dificuldades, mas também como grandes potências, principalmente no que diz respeito à ação coletiva:

“A periferia é um lugar onde a gente aprende a se articular, a lutar pelo que a gente acredita, a sobreviver. A gente aprende a dinâmica do fazer político e da experiência coletiva” (Organização de Recife, PE apud Fundação Perseu Abramo, 2022).

A atuação do associativismo periférico na pandemia, também captada por essa pesquisa, evidencia a centralidade da ação coletiva mas, também, da resiliência em tempos adversos. A pandemia afetou consideravelmente as atividades dos grupos mapeados e, quando suas agendas de trabalho não foram reduzidas ou paralisadas, elas foram muito alteradas em termos de formato (que muitas vezes passou a ser online) e de foco, com impactos nas ações desenvolvidas e na relação com a população atendida. A maioria das organizações entrevistadas sofreram fortes mudanças em suas agendas de trabalho e passaram a incluir em sua pauta prioritária as ações de cunho ajuda mútua emergenciais. Alguns exemplos de ações nesse sentido mais citadas são: entrega de cestas básicas, marmitas, kits de higienização ou apoio às ações em postos de saúde e atendimento a casos de violência doméstica.

As entidades que relataram essas mudanças não atuavam previamente nesses temas, embora as ações de ajuda mútua tenham sido, na maior parte dos casos, direcionadas à população dos territórios em que essas organizações estão inseridas. Um grupo cultural que dava aulas de batuque para crianças e adolescentes de sua comunidade e passou a voltar suas ações para a arrecadação e distribuição de cestas básicas é um bom exemplo dessa transformação. Assim, apesar das dificuldades enfrentadas pelas organizações nesse período que aprofundou muitas desigualdades sociais previamente existentes, a pandemia também evidencia a resiliência do

associativismo periférico, entendida como a capacidade de adaptação às condições impostas pelo contexto, por meio do desenvolvimento de ações que asseguraram sua continuidade e responderam a alguns dos principais problemas vivenciados nas periferias durante o Covid-19.

As ações do associativismo periférico fora das instituições iluminam, sobretudo, o forte comprometimento dessas organizações com as populações dos territórios onde atuam e a centralidade do trabalho de formação comunitária. Dessa forma, parte do trabalho tradicional documentado por autores como Sader (1988), Kowarick (2000) e Boschi (2016), desenvolvido por movimentos populares e associações de bairro que atuaram nas periferias do país durante e após a transição democrática, com foco no atendimento de demandas cotidianas e em contato direto com a população, permanece presente nesses grupos. Destaca-se, sobretudo, o trabalho de formação e conscientização sobre direitos realizado por essas entidades, que contribui diretamente para a politização da população e, conseqüentemente, para a política em sentido mais amplo, para além de sua dimensão estritamente institucional.

A despeito das dificuldades cotidianas e em consonância com o fenômeno descrito por D'Andrea (2013), as entidades periféricas resistem – ou “reexistem”, nos termos de Souza (2011) –, demonstrando resiliência diante de novos cenários e, sobretudo, uma autocompreensão, por parte dos grupos sociais e da população, das periferias como potências.

Considerações finais

Este capítulo analisou, através dos dados oriundos de um mapeamento realizado pela área Reconexão Periferias, da Fundação Perseu Abramo, a atuação dentro e fora das instituições daquilo que denominamos associativismo periférico. A presença e ação política desses atores coletivos, diversos e relativamente pouco institucionalizados, nas instituições e no cotidiano do território é um fenômeno cuja análise fornece contribuições nos planos teórico e empírico.

Do ponto de vista teórico, o associativismo periférico permite traçar certa continuidade, com as ações identificadas pela literatura seminal sobre sociedade civil no Brasil, com lutas coletivas por melhoria das condições de vida nas periferias do país, processos de formação e engajamento político, além do contato cotidiano com a população. Essas ações são políticas, embora não necessariamente voltadas à política institucional. Isso não significa que não existam diferenças entre os principais focos e repertórios de atuação dessas entidades, mas esse exercício e identificação não cabe aos propósitos do capítulo. Simultaneamente, esses grupos atuam em causas e lutas mais amplas e, também, dentro das instituições, seja através das IPs, como os conselhos, seja através da participação nas diferentes etapas dos processos de produção de políticas públicas, ainda que não seja possível avaliar os efeitos dessa incidência. Assim, o associativismo periférico constitui um objeto particularmente fecundo para a literatura sobre sociedade civil e participação no Brasil, na medida em que permite analisar formas de ação coletiva que mantêm interlocução com o Estado e, concomitantemente, permanecem enraizadas

nos territórios, desempenhando papel central no atendimento de demandas cotidianas da população, como evidenciado durante o período da pandemia.

Essa análise mais ampla dos atores coletivos das periferias brasileiras contribui para uma visão geral do associativismo periférico, em contraste com a literatura sobre atores coletivos das periferias, que tende a privilegiar recortes específicos desse associativismo, como coletivos culturais, associações de bairro e coletivos juvenis, entre outros. Esse olhar alargado só se torna possível a partir de uma compreensão das periferias no plural. É importante mencionar, contudo, que ao mesmo tempo em que essa abordagem amplia as possibilidades empíricas, ela pode reduzir a precisão analítica em relação às especificidades de cada tipo de ator periférico. Ainda assim, as vantagens dessa abordagem parecem relevantes, especialmente considerando a crescente centralidade do termo “periferia” para a autodefinição e a mobilização de diferentes territórios e grupos sociais.

A despeito do amplo potencial de atuação política, essas entidades periféricas também enfrentam diversas dificuldades e entraves dentro e fora das instituições. A forma como os diferentes cerceamentos afetam as ações do associativismo periférico é uma agenda promissora para investigações futuras sobre os movimentos sociais e organizações da sociedade civil que atuam nas periferias do país. Além disso, os dados disponíveis online sobre o Mapeamento de Coletivos e Movimentos Sociais das Periferias Brasileiras configuram um terreno fértil para investigações futuras, oferecendo amplas possibilidades de exploração sobre o tema.

Referências

- ABERS, Rebecca; VON BÜLOW, Marisa. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade? **Sociologias**, n. 28, p. 52-84, 2011.
- ABERS, Rebecca. **Ativismo institucional: criatividade e luta na burocracia brasileira**. Brasília: Editora UnB, 2021.
- ALMEIDA, Carla; TATAGIBA, Luciana. Os Conselhos Gestores sob o Crivo da Política: Balanços e Perspectivas. **Serviço Social & Sociedade**, nº 109, pp. 68-92, 2012.
- BEZERRA, Carla de Paiva. **Ideologia e Governabilidade: as Políticas Participativas nos Governos do PT**. Tese de Doutorado em Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil, 2020.
- BOSCHI, Renato. **Associativismo urbano e democratização: algumas reflexões teóricas**. In: José Szwako, Rafael Moura e Paulo D'Avila Filho (orgs). **Estado E Sociedade No Brasil: A Obra De Renato Boschi e Eli Diniz**. Ideia 2016.
- BRAGA, Victoria; BERNARDO, Ruan; RAMOS, Paulo César. **Continuidades e discontinuidades do associativismo periférico: O que a Fundação Perseu Abramo tem a dizer**. Fundação Perseu Abramo, 2025.
- BRAGA, Victoria; BERNARDO, Ruan; RAMOS, Paulo César. **Participação institucional e periferias: Informe a partir do Mapeamento de Movimentos Sociais e Coletivos das Periferias Brasileiras**. Fundação Perseu Abramo, 2025.
- BRAGA, Victoria. Periferias, Cultura e Política: a centralidade dos grupos periféricos para a construção de um horizonte mais democrático. In: RAMOS, Paulo; SANTOS, Jaqueline; BRAGA, Victoria; HABERMANN, Willian (Orgs.). **Periferias no plural**. 1ed.São Paulo/: Editora Fundação Perseu Abramo, v. 1, p. 45-58, 2023.
- CALDEIRA, Teresa. **Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo, Editora 34/Edusp, 2000.
- CARDOSO, Ruth. A trajetória dos movimentos sociais. In: DAGNINO, Evelina. **Anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- CHAGURI, Mariana; MEDEIROS, Mário Augusto. As periferias como ponto de vista. In: CHAGURI, Mariana; MEDEIROS, Mário Augusto (Orgs.). **Rumos do sul: periferia e pensamento social**. São Paulo: Alameda, 2018.
- D'ANDREA, Tiarajú. **A formação dos sujeitos periféricos: Cultura e política na periferia de São Paulo** (Tese de Doutorado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.
- DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, Daniel (Coord.). **Políticas de cidadania y sociedad civil em tiempos de globalizacion**. Caracas: Faces, Universidad Central de Venezuela, 2004.
- FONSECA, Mariana; ALMEIDA, Debora. Outra face da interação: Coletivos de comunicação das periferias e o Estado. **Cadernos Metrópole**, 26(59), 229-254, 2024.
- FONSECA, Mariana. **Pega a visão: quadros interpretativos dos coletivos de comunicação das periferias na pandemia de COVID-19**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade de Brasília, Brasília, 2021.
- FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. Pesquisa **"Cultura, Política e Espaços de Sociabilidade nas Periferias: Olhares de Coletivos e Movimentos Sociais"**, 2021.
- GURZA LAVALLE, A.; ISUNZA, E. A trama da crítica democrática: da participação à representação e à accountability. **Lua Nova**, v. 84, p. 95-140, 2011.
- GURZA LAVALLE, Adrian; CARLOS, Euzeneia; DOWBOR, Monika; SZWAKO, José (Org.). **Movimentos sociais e institucionalização: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2019.
- GURZA LAVALLE, Adrian. Sem Pena nem gloria: o debate da sociedade civil nos anos 1990. **Novos Estudos**. CEBRAP. , v.66, p.91 - 110, 2003.

GURZA LAVALLE, HOUTZAGER, Peter; ACHARYA. Beyond comparative anecdotalism: lessons on civil society and participation from São Paulo, Brazil. **World Development**, [S.l.], v.33, n.6, p.951-964, 2005.

KOWARICK, Lúcio. **Escritos urbanos**. São Paulo, Editora 34, 2000.

NASCIMENTO, Érica. Peçanha. **É tudo nosso! Produção cultural na periferia paulistana** Tese (Doutorado em Antropologia Social) 225f. – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

RAMOS, Paulo ; SANTOS, Jaqueline; BRAGA, Victoria ; HABERMANN, Willian. (Orgs.) . **Periferias no plural**. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2023. v. 1. 487p

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Jaqueline; MORAIS, Danilo; BORGES, Juliana; CARDOSO, Danilo. **Reexistir: apontamentos da articulação entre cultura e política de periferias**. Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2018.

SZWAKO, José. **Os sentidos da democracia: crítica, aposta e perplexidade na produção do Cenedic**. Lua Nova. São Paulo, vol. 1, nº 78, p. 251-303, 2009.

TATAGIBA, Luciana; TEIXEIRA, Ana Claudia. **Movimentos sociais e políticas públicas no ciclo dos governos petistas: a controversa novidade dos programas associativos**. In: TATAGIBA, Luciana; TEIXEIRA, Ana Claudia (Org.). **Movimentos sociais e políticas públicas**. São Paulo: Editora Unesp, 2021.

TATAGIBA, Luciana. Os Conselhos Gestores e a Democratização das Políticas Públicas no Brasil. In: DAGNINO, Evelina (org.), **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil São Paulo**, Paz e Terra, pp. 47-104, 2002.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014.

PERIFÉRIAS, ESPAÇO E TEMPO:

EXPERIÊNCIA COTIDIANA
E PRODUÇÃO DO ESPAÇO POLÍTICO¹

Renato Fontes

¹ O presente trabalho é parte da pesquisa de pós-doutorado do autor e foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, processo nº 174116/2023-3.

Introdução

A formação social das periferias urbanas² no Brasil constitui um objeto clássico dos Estudos Urbanos, sendo investigada de forma sistemática desde a década de 1970. A primeira década, e boa parte da década seguinte, foi fortemente marcada por análises e reflexões a partir do caso da metrópole paulistana que, embora, partisse de uma realidade com particularidades, foi capaz de projetar interpretações de alcance mais amplo sobre a urbanização brasileira. Parte significativa dessa literatura adotou uma perspectiva crítica sobre a relação entre capital, trabalho e espaço urbano, associando a extensão das periferias a um padrão de acumulação fundado no rebaixamento dos custos da reprodução da força de trabalho, mediada pela política de Estado de natureza desenvolvimentista. Tal política caracterizou-se, de modo geral, por assegurar condições gerais da reprodução e expansão do capital, relegando a segundo plano as demandas sociais e territoriais dos trabalhadores, que, ao mesmo tempo, constituíram a base da força de trabalho sobre a qual esse modelo se sustentou.

Ao articular a precarização das condições de vida nas cidades com a necessidade dos trabalhadores de garantir sua reprodução social, as periferias cruzaram dinâmicas espaço-temporais variadas, ora simultâneas, ora instáveis, ora incompletas: de industrialização e desindustrialização (Rolnik, 2015); democratização e desdemocratização (Tilly, 2010); assalariamento, desassalariamento, trabalho disforme e estratégias diversas para acessar dinheiro e sobreviver no mundo da mercadoria (Canettieri, 2024); da presença crescente da violência repressiva do Estado e, posteriormente, de sua coexistência com outros regimes normativos, em grande medida exercidos pelo “mundo do crime” (Feltran, 2010).

Essas dinâmicas se estenderam em trajetórias e práticas sociais heterogêneas: da autoconstrução e mutirão às lutas sociais por moradia; das reivindicações por serviços urbanos às conquistas destes; das formas comunitárias de solidariedade às experiências de participação institucionalizadas; bem como das mobilizações coletivas aos momentos de refluxo, fragmentação ou desmobilização, incluindo ainda as mudanças dos *personagens sociais* (que saem e entram em cena) e a transformação das pautas reivindicatórias.

Tais trajetórias são simultaneamente *geradas por e geradoras* de experiências e práticas sociais ao longo do tempo e do espaço, inscritas por determinações estruturais, atravessadas por contingências e combinadas por diferentes ritmos. Assim, o espaço não é um vazio, mas encarna formas que conservam “os resíduos de formações sociais passadas e os novos elementos

² A noção de periferia urbana adotada aqui refere-se à um espaço socialmente produzido no qual se condensam, de forma desigual e histórica, as contradições do desenvolvimento capitalista: dos padrões de acumulação, do mercado de trabalho e da ação do Estado. Longe de se reduzir a uma localização geográfica ou a um déficit de infraestrutura, a periferia constitui-se como uma configuração espaço-temporal dinâmica, resultante da articulação entre determinações estruturais e as mediações de distintos regimes políticos, jurídicos e simbólicos que organizam a vida social. Esses territórios se manifestam em diferentes formas e nomenclaturas, tais como: ocupações, comunidades, quebradas, baixadas, palafitas, mocambos, etc. nomeadas, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a partir de janeiro de 2024 de “Favelas e Comunidades Urbanas”.

produzidos em um constante processo dialético de (re)significação dessas formas/conteúdo” (Santos, 2015, p. 173). Nessa direção, à luz de Lefebvre (2001; 2009), espaço e tempo constituem uma unidade por meio da qual as relações sociais se realizam, operando como mediação entre estrutura e práticas sociais. Tais relações se efetivam simultaneamente como formas espaciais e como temporalidades historicamente produzidas, integrando a própria reprodução das relações sociais de produção e das forças produtivas, na medida em que o espaço-tempo se (re)configura como produto, condição e mediação dessas relações.

Porém, ainda que “determinadas em última instância” pela economia, as relações sociais não são mero reflexo passivo da base econômica, é necessário considerar seu entrelaçamento com a dimensão *superestrutural*, isto é, as formas políticas, jurídicas e ideológicas por meio das quais as contradições sociais são mediadas, disputadas e historicamente processadas (Marx, 2008)³. Trata-se, portanto, do que vamos nomear neste estudo de *produção do espaço político*, na qual práticas sociais, conflitos e formas variadas de organização coletiva se constituem em estreita relação com essas dinâmicas espaço-temporais.

Antes de mais nada, cabe situar e distinguir o emprego do conceito de “espaço político” que se quer empregar aqui. A noção de “espaço político” nas Ciências Sociais não é unívoca, atravessa diferentes tradições teóricas e pode ser mobilizada de formas distintas conforme o problema analítico. A título de exemplo, para Max Weber (1999), o espaço político pode ser entendido como o domínio em que se organiza a dominação legítima (tradicional, carismática, legal-racional), sobretudo por meio do Estado moderno. Habermas (2014), por sua vez, o concebe a partir da ideia de esfera pública, um domínio de mediação entre sociedade civil e Estado, no qual opiniões se formam e são disputadas discursiva e normativamente. Dahl (1997) identifica o espaço político como uma rede plural de arenas interdependentes, onde diferentes grupos competem e negociam, a chamada *poliarquia*. Já para Skocpol (1995), o foco recai sobre a relação entre Estado e sociedade, de modo que o espaço político emerge como uma configuração histórica específica de capacidades estatais e padrões de mobilização social. Numa chave mais institucional-eleitoral, Sartori (1992) define o espaço político como a área de conflito que estrutura a competição eleitoral nos regimes democráticos de massa, sendo constituído pelas clivagens (econômicas, sociais, culturais) que orientam tanto o comportamento dos eleitores quanto as estratégias partidárias. Para não se estender por demais, sabe-se que,

³ Engels, numa carta a Joseph Bloch, em 1890, esclarece alguns equívocos acerca dos conceitos estrutura e superestrutura. “De acordo com a concepção materialista da história, o elemento determinante final na história é a produção e reprodução da vida real. Mais do que isso, nem eu e nem Marx jamais afirmamos. Assim, se alguém distorce isto afirmando que o fator econômico é o único determinante, ele transforma esta proposição em algo abstrato, sem sentido e em uma frase vazia. As condições econômicas são a infraestrutura, a base, mas vários outros vetores da superestrutura (formas políticas da luta de classes e seus resultados, a saber, constituições estabelecidas pela classe vitoriosa após a batalha, etc., formas jurídicas e mesmo os reflexos destas lutas nas cabeças dos participantes, como teorias políticas, jurídicas ou filosóficas, concepções religiosas e seus posteriores desenvolvimentos em sistemas de dogmas) também exercitam sua influência no curso das lutas históricas e, em muitos casos, preponderam na determinação de sua forma. Há uma interação entre todos estes vetores entre os quais há um sem número de acidentes (isto é, coisas e eventos de conexão tão remota, ou mesmo impossível de provar, que podemos tomá-los como não existentes ou negligenciá-los em nossa análise), mas que o movimento econômico se assenta finalmente como necessário. Do contrário, a aplicação da teoria a qualquer período da história que seja selecionado seria mais fácil do que uma simples equação de primeiro grau”. (Engels, 1890, s/n).

evidentemente, esse conjunto de formulações não esgota o debate; antes, ilustra a amplitude e a heterogeneidade do campo, no qual distintas tradições teóricas iluminam dimensões variadas do político

Dito isso, o emprego do adjetivo “político” no conceito de “produção do espaço”, de Lefebvre (2001), não tem a pretensão de constituir o termo em um conceito próprio, mas de explicitar analiticamente uma dimensão já imanente ao próprio conceito, na medida em que a *produção do espaço* envolve relações de poder, conflitos e mediações políticas. Nessa perspectiva, falar em *produção do espaço político* implica apreender a articulação entre dimensões estruturais e superestruturais como uma constelação dinâmica: as determinações ligadas à reprodução das relações sociais de produção se entrelaçam às formas políticas, jurídicas e ideológicas por meio das quais tais relações são mediadas, disputadas e reconfiguradas ao longo do tempo. É nesse entrecruzamento que espaço e tempo deixam de ser entendidos como meros suportes e passam a operar como momentos constitutivos das práticas sociais, revelando formas de produção e territorialização política em meio a condicionantes históricos e contingências.

Este capítulo analisa a produção do espaço político nas periferias, tomando espaço, tempo e política como dimensões indissociáveis que se articulam de forma dinâmica e conflitiva. Parte-se do pressuposto que as práticas sociais e as ações coletivas, para além das condições estruturais de base econômica, se constituem no cotidiano por meio de mediações que articulam experiências, temporalidades e formas espaciais, num campo tensionado entre possibilidades de apropriação e formas difusas de dominação do capital. Nesse sentido, o diálogo com Henri Lefebvre e Antonio Gramsci, proposto aqui, sustenta que as relações sociais movimentam-se em processos contraditórios nos quais se confrontam projetos de sociedade, se estruturam formas de hegemonia e contra-hegemonia e se abrem possibilidades de ação coletiva e transformação.

Deste modo, o capítulo articula alguns dos limites estruturais do desenvolvimento capitalista às capacidades dos sujeitos de se constituírem como atores coletivos, evidenciando que a produção do espaço político é atravessada por disputas permanentes entre dominação e apropriação. Ressalta-se, assim, o caráter histórico, processual e contraditório das periferias como espaços de luta, nos quais a reprodução social e a possibilidade de transformação se entrelaçam de forma tensa e contingente.

Isto posto, o texto está organizado em três partes, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira, discute-se a formação das periferias urbanas como expressão de dinâmicas espaço-temporais desiguais, evidenciando a articulação entre precarização das condições de vida, reprodução social e a emergência de práticas e repertórios de ação coletiva. Também se analisam os efeitos da institucionalização das políticas urbanas, resultantes de conquistas coletivas, mas que igualmente expressam as contradições do capital e os limites estruturais da ação estatal.

Na segunda parte, evidencia-se o cotidiano como plano da experiência vivida, no qual as relações sociais se realizam articulando práticas, ritmos e usos do espaço. Trata-se de um terreno que se dá na medida em que há apropriação, mas que também é confrontado por práticas de dominação que expressam e reproduzem a hegemonia vigente. É nesse espaço contraditório que se constituem experiências, vínculos e sentidos, podendo tanto ampliar estratégias de reprodução social nas periferias quanto abrir possibilidades de transformação.

Por fim, na terceira parte, a ênfase está nas mediações que incidem sobre a constituição de práticas sociais e atores coletivos, destacando o espaço como mediação ativa que articula dimensões materiais, simbólicas e vividas; e o cotidiano mediação privilegiada entre estrutura e prática, considerando que nele as abstrações (como aquelas derivadas do mercado, Estado e capital) se traduzem em rotinas, ritmos, hábitos e necessidades.

Formação periférica no tempo e na dimensão do político

A análise da (re)produção das periferias urbanas brasileiras exige situá-la no interior dos processos mais amplos da urbanização e das especificidades do desenvolvimento do Estado capitalista no país. A década de 1930⁴ pode ser lida como um momento de inflexão da economia, deslocando-se do modelo agrário-exportador para urbano industrial, promovendo um tipo de urbanização a reboque do desenvolvimento de uma economia industrial tardia (Tanaka, 2006). A cidade, de promessa de mobilidade social e acesso a oportunidades, revelou-se, para extensos contingentes, como espaço de frustração e exclusão, diante de formas de industrialização, urbanização e cidadania⁵ tardias, incompletas e seletivas.

O descompasso entre a expansão urbana e a capacidade de absorção do mercado de trabalho intensificou a demanda por habitação por parte das classes trabalhadoras, especialmente a

⁴ Para Francisco de Oliveira (2003), o capitalismo brasileiro se constituiu de maneira dependente e desigual, articulando modernização econômica e permanência de estruturas arcaicas herdadas. O autor contextualiza e analisa que, antes de 1930, o poder político e econômico era hegemonizado pelas oligarquias agrárias, que controlavam o território a partir de sua inserção na divisão social do trabalho e de sua vinculação ao mercado externo, sobretudo por meio da exportação de produtos primários. A Revolução de 1930, ao deslocar parcialmente esse bloco de poder, inaugurou um processo de centralização estatal e de estímulo à industrialização. No entanto, essa transformação não foi capaz de eliminar integralmente as forças políticas tradicionais nem de promover uma ruptura completa com as bases oligárquicas do poder. Não houve uma ruptura com a estrutura capitalista brasileira, mas um momento decisivo de reorganização e expansão do próprio capitalismo no país. Em vez de instaurar uma nova ordem econômica, ela redefiniu a forma de desenvolvimento capitalista no Brasil, marcada por especificidades decorrentes da posição subordinada do país na divisão internacional do trabalho.

⁵ O conceito de “cidadania regulada”, cunhado por Wanderley Guilherme dos Santos, contribui para interpretação os limites da cidadania no caso brasileiro “[...] cujas raízes encontram-se, não em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional, e que ademais, tal sistema de estratificação ocupacional é definido por norma legal. Em outras palavras, são cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas em lei” (Santos, 1979, p. 75). Holston (2013), por sua vez, apesar de reconhecer que a urbanização permitiu reduzir, relativamente, o analfabetismo, ampliar a educação básica, ampliar o acesso ao mercado de consumo, problematiza que a cidadania de caráter seletivo se reproduziu no acesso/exclusão à propriedade, fragilizando o acesso à terra no campo, e também dificultando a posse legal de lotes nos centros urbanos. divisão internacional do trabalho.

partir da década de 1950. Tal demanda foi historicamente atendida por meio da transferência dos custos da moradia para os próprios trabalhadores, que passaram a acessar a terra urbana em condições precárias e a assumir diretamente a construção de suas habitações, sobretudo por meio da autoconstrução (Canettieri, Martins e Andrade, 2024). Para Oliveira (2003), tal prática não seria apenas uma imposição aos trabalhadores, mas haveria um movimento inverso, ao construírem suas próprias casas, os trabalhadores retroalimentam a reprodução do capital, na medida em que desoneram os capitais de parte dos custos necessários à sua própria reprodução social. Longe de constituir um fenômeno residual, esse processo tornou-se um dos pilares da urbanização brasileira, ao reduzir os custos de reprodução da força de trabalho.

Por outro lado, a autoconstrução foi interpretada não apenas como estratégia de sobrevivência inserida na totalidade do capital, mas como um tipo de prática social ou ação coletiva que articula dimensões materiais e simbólicas, nas quais os sujeitos intervêm ativamente na conformação do território e na produção do espaço político. Como argumenta Maricato (1982), a autoconstrução envolveu formas de cooperação, redes de solidariedade e experiências compartilhadas que extrapolam a resolução individual da moradia e configuram processos coletivos de produção urbana.

Análises, como as de Kowarick (1979, 2000), Maricato (1982), Sader (1988), Telles (2010) e Caldeira (2024) identificaram o papel dos moradores como agentes substanciais da constituição das periferias urbanas, inseridos numa temporalidade prolongada, no cotidiano, cômodo a cômodo, rua a rua, na construção e chegada dos serviços e da infraestrutura urbana, compreendeu a formação de um “microcosmo comunitarista” em torno da experiência periférica. Ou seja, um tecido compartilhado submerso em sociabilidades, práticas e usos do território que, em meio ao cotidiano, foi capaz de produzir e ressignificar sentidos, normas e formas, configurando um campo ativo de elaboração política. Essa produção operaria em uma simbiose: ao mesmo tempo em que reproduzem condições desiguais de urbanização e cidadania, constituem espaços de sociabilidade, politização e elaboração de repertórios de ação coletiva (Holston, 2013).

É nessa tensão que a produção do espaço político se constitui como um campo de práticas heterogêneas por meio de inúmeras formas: no fortalecimento de redes de “solidariedade forçada”, como aqueles que sustentaram práticas de mutirão e autoconstrução na formação das periferias (Maricato, 1982); no processo de construção da casa/cidade, onde “muitos se transformam em cidadãos e agentes políticos e tornam-se fluentes no discurso dos direitos e reivindicam a cidade como suas” (Caldeira, 2024, p.3); na constituição, desarticulação e desmantelamento de microcosmos sociais vinculados ao mundo do trabalho⁶ (Kaztman, 2007);

⁶ Kaztman (2007) identifica, desde a década de 1980, uma forte redução da capacidade de absorção do emprego por parte das indústrias e do setor público em um contexto de acelerada incorporação de tecnologia e de ajuste fiscal com impactos diretos na extinção dos postos de trabalho de baixa qualificação, com o consequente aumento do desemprego e do trabalho informal como recurso, e, por sua vez, na diminuição geral da proporção de ocupações protegidas e estáveis. O autor afirma que “a integração social do trabalho desapareceu e para os quais não surgiram âmbitos alternativos que possam cumprir essa função. Não que isso signifique ignorar a existência de mecanismos de integração que possam operar através da família, de associações de amigos, da comunidade ou da participação em certas instituições. Significa reconhecer que a integração no mundo do trabalho é importante para a efetividade e sustentabilidade de qualquer outro mecanismo de integração na sociedade” (Kaztman, 2007, p. 317).

nos processos de apropriação territorial, onde os sujeitos conferem novos significados e regras de convívio ao espaço (Ribeiro, 2011); no associativismo comunitário e em diferentes estratégias de organização coletiva como meio de reprodução social (Canetti, 2024); e na constituição de formas de um *comum urbano*, isto é, “um conjunto de práticas e relações de compartilhamento e reciprocidade, para além do âmbito do Estado e do mercado e das formas de propriedade públicas e privadas” (Tonucci Filho e Cruz 2019, p. 418).

A institucionalização de parte das demandas dos movimentos sociais urbanos se expressou no ciclo de políticas urbanas inaugurado após a Constituição de 1988, desdobrando-se regulação dos espaços institucionais de participação popular nas políticas públicas, na aprovação do Estatuto da Cidade em 2001, na criação do Ministério das Cidades/Conselho Nacional das Cidades em 2003. Como se sabe, esse processo ocorreu sob fortes limites estruturais do Estado, na medida em que a incorporação dessas demandas às políticas públicas se deu frequentemente de forma seletiva e mediada por lógicas institucionais que, ao mesmo tempo em que ampliaram o acesso a direitos, também reconfiguraram e, por vezes, contiveram o potencial transformador das lutas sociais.

Ainda assim, não há como negar o papel significativo das mobilizações populares (articuladas, em especial, no âmbito do Fórum Nacional de Reforma Urbana), os processos de *advocacy* e exigibilidade por direitos produziram avanços importantes no campo legal⁷. Maricato (2014) reconhece a importância das conquistas legais, mas pondera que a exclusão do acesso à terra urbana não decorre da ausência de marcos legais, mas, especialmente, das formas pelas quais esses marcos são operacionalizados. De modo geral, reivindicação por direitos, serviços e políticas públicas promovidos pelo Estado, estão inseridos numa disputa transescalar pelo espaço urbano tensionada entre o *valor de uso* e o *valor de troca*, isto é, de um lado, o espaço como condição de reprodução da vida e suporte de direitos; de outro, o espaço como mercadoria, orientado pela valorização imobiliária e financeira. É nesse campo de forças que os avanços institucionais são continuamente estrangidos, reconfigurados ou capturados, revelando o caráter contraditório da produção do espaço político.

Nessa tensão entre institucionalização e efetividade democrática, Wright (2019) alerta que: a descentralização do poder político certamente não é suficiente para garantir melhorias à democracia (...). O que precisamos aqui é de uma combinação de um processo que aprofunde a democracia dentro de esferas descentralizadas de governança, ao mesmo tempo que dá a essas unidades poder e recursos para fazer as coisas acontecerem. (Wright, 2019, p. 148).

⁷ Entre elas, os capítulos da política urbana Constituição Federal de 1988; o Estatuto da Cidade, em 2001; a criação do Ministério das Cidades e do Conselho Nacional das Cidades em 2003, a realização de Conferências Nacionais das Cidades e um Programa Nacional de Regularização Fundiária em 2003; o marco regulatório do Saneamento Ambiental, Lei Federal 11.445/07; O Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), Lei Federal 11.124/05; a campanha nacional de capacitação para elaboração do Plano Diretor Participativo, em 2007; o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) da Habitação e Saneamento, em 2007, e a Política Nacional de Mobilidade Urbana, Lei Federal 12.587 de 2012.

Autores como Gohn (2008), Arantes (2014) e Giavarotti (2023) vão além e atentam para efeitos contraditórios ao canalizar parte dessas práticas sociais para circuitos de participação institucionalizados, limitando seu caráter insurgente e enfraquecendo o “substrato comunitarista” do cotidiano periférico. Nesse movimento, “as identidades políticas desses sujeitos – construídas em processos de lutas contra diferenciações e discriminações socioeconômicas – [são transformadas] em políticas públicas, arquitetadas e controladas por secretarias de Estado, em parceria com organizações civis” (Gohn, 2008, p. 13).

Essa contradição encontra síntese, de modo mais elaborado, na noção de “hegemonia às avessas”, formulada por Oliveira (2010), que aponta para o caráter paradoxal desse período: setores subalternos passam a ocupar posições no Estado e a dirigir políticas públicas, enquanto as estruturas de dominação permanecem inalteradas⁸.

Dito de outra forma, a ampliação do acesso a direitos ocorre sem fratura com o padrão de acumulação, configurando um cenário em que avanços urbanos coexistem com a persistência das desigualdades e com a fragilização relativa das bases sociais da ação coletiva. Essa contradição, longe de se restringir ao plano institucional, se desdobra de forma transescalar, articulando decisões macroestruturais, mediações institucionais e suas expressões no cotidiano, onde seus efeitos, sob determinadas condições, são vividos nos territórios periféricos e, por vezes, reelaborados pelos sujeitos.

Cabe mencionar, nesse contexto de dimensão temporal das ações de Estado⁹, a experiência recente da Secretaria Nacional das Periferias (SNP), instituída pelo Decreto nº 11.468, de 5 de abril de 2023, no âmbito do (recriado) Ministério das Cidades, que recoloca a temática das periferias no centro da agenda pública. Um tema reproduzido em seus documentos institucionais, que demonstra uma diretriz constitutiva que orienta seus programas e projetos, é que as periferias não devem ser compreendidas apenas a partir de suas vulnerabilidades e marcas de exclusão, mas, sobretudo, devem ser reconhecidas também por seu potencial social, organizativo e inovador.

⁸ A título de exemplo, a partir de 2007, no âmbito do governo federal, os investimentos em habitação e saneamento aumentaram numa escala significativa, após quase 30 anos de estagnação. A Casa Civil concentrou a gestão dos grandes investimentos urbanos, como o Programa de Aceleração do Crescimento e Programa Minha Casa Minha Vida, reduzindo o poder do Ministério das Cidades e Conselho das Cidades que, de certa forma, incorporou, a duras penas, uma parte significativa da agenda da reforma urbana. Todo esse investimento teve uma consequência relativamente positiva, naquele período, na geração de empregos, mas também foi seguido uma série de efeitos colaterais. Isto é, sem estabelecer uma regulação sobre o uso do solo urbano, as cidades viram a multiplicação de prédios e o adensamento de determinadas regiões sem serviços e infraestrutura compatíveis (Fontes, 2021). “Com exceção da oferta de emprego na indústria da construção, para a maioria, sobrou o pior dos mundos. Em São Paulo, o preço dos imóveis aumentou 153% entre 2009 e 2012. No Rio de Janeiro, o aumento foi de 184%. A terra urbana permaneceu refém dos interesses do capital imobiliário e, para tanto, as leis foram flexibilizadas ou modificadas [...]. A disputa por terras entre o capital imobiliário e a força de trabalho na semiperiferia levou a fronteira da expansão urbana para ainda mais longe: os pobres foram para a periferia da periferia” (Maricato, 2014, p. 56).

⁹ A noção de Estado adota aqui está mais próxima daquela formulada por Gramsci (2019) de *Estado ampliado*. Este conceito designa a articulação entre sociedade política (aparelhos coercitivos do Estado) e sociedade civil (conjunto de organizações e instituições onde se produz o consenso). Enquanto a primeira opera pela coerção (leis, sistema jurídico e forças repressivas), a segunda atua na construção da hegemonia por meio da difusão de ideologias e concepções de mundo.

A título de exemplo, essa orientação se expressa, de forma explícita, nos documentos que orientam a implementação em programas como o “Periferia Viva”, que propõe ampliar o escopo tradicional das políticas de urbanização de favelas. Para além da dimensão estritamente física das obras, o programa aposta na integração de políticas públicas voltadas ao conjunto das necessidades identificados a partir dos territórios periféricos, com vistas à “promoção da inclusão social e do direito à cidade”, à redução das desigualdades socioterritoriais, à mitigação de riscos e adaptação às mudanças climáticas, bem como à melhoria das condições urbanas, habitacionais e da segurança da posse (Brasil, 2024, p. 16).

Nesse marco, assinala-se o frequente uso do termo “potências periféricas”, por parte da SNP, entendidas como práticas, saberes e iniciativas já existentes nos territórios, que passam a ser incorporadas como elementos estratégicos da ação estatal. Tal perspectiva se desdobra em diretrizes metodológicas que enfatizam a participação comunitária no planejamento e acompanhamento das intervenções, bem como a valorização e o fortalecimento de iniciativas coletivas e comunitárias. Nas palavras do secretário nacional da pasta, Guilherme Simões: “sustentamos então que as periferias são um lugar de potência e onde as pessoas periféricas, muito mais do que apenas sobreviver, vêm construindo coletivamente, e com estratégias políticas, sociais, econômicas e culturais variadas, um modo de vida sobre como viver bem nas favelas e comunidades urbanas brasileiras” (Simões e Medeiros, 2025, p. 3)

Não é objeto aqui uma análise das ações da SNP, mas interessa demarcar aqui que, de modo geral, intervenções estatais (ou não) no espaço urbano não se resumem em transformações no plano material (incidindo sobre padrões construtivos, acesso e qualidade da infraestrutura ou localização), mas, igualmente, no plano ideológico e das relações sociais, ao afetar (e ser afetado) por percepções, representações e discursos que orientam a produção das políticas públicas. É nesse contexto que emergem aspirações situadas no espaço-tempo, como a luta pela moradia, pelo transporte, por equipamentos de educação, de cultura e de lazer, etc., que ainda que nasçam de uma necessidade material, não se reduzem a isto, vão além e operam como elemento organizadores de identidades, horizontes de expectativa e formas de reivindicação coletiva.

Nesse processo, o “encontro” entre Estado e sociedade (*o Estado ampliado*) mediado pelas intervenções espaciais, assume um caráter ambivalente. Por um lado, possibilita que a sociedade se reconheça, ainda que de forma parcial e contraditória, nas ações estatais; por outro, implica a incorporação e reelaboração, pelo próprio Estado, de capacidades organizativas e repertórios construídos na sociedade civil, convertendo-os em formas de ação pública¹⁰.

Trata-se, portanto, de dinâmicas inscritas na produção do espaço político. Ao mesmo tempo em que tais reivindicações populares e ou intervenções públicas moldam as condições de

¹⁰ Neste enquadramento, Szwako e Lavallo (2019) apontam para uma agenda de pesquisa voltada à compreensão de como saberes, experiências e modos de organização comunitária se transformam em fontes de aprendizado institucional, ampliando o repertório cognitivo e político da gestão pública.

vida e os modos de ação dos sujeitos, estas são também tensionadas, apropriadas e redefinidas pelas práticas sociais que emergem no cotidiano. É justamente no *cotidiano* onde *estrutura* e *superestrutura* se entrecruzam de modo contraditório e contingente, entre a apropriação e dominação, tanto as possibilidades de reprodução quanto de reconfiguração das práticas sociais e da ação coletiva nas periferias.

O cotidiano: entre apropriação e dominação

Na acepção lefebvriana, o *cotidiano* é o plano da experiência vivida onde as relações sociais se realizam de forma concreta, articulando práticas, ritmos e usos do espaço (Lefebvre, 2013). Obviamente, esta é uma definição simplificada para um conceito tão amplo, mas nos interessa aqui sua capacidade de circunscrever o nível em que as contradições e ambivalências da totalidade do capital não são apenas vividas, mas ativamente retrabalhadas pelos sujeitos que, ao interpretá-las, produzem sentidos, elaboram estratégias e abrem brechas para formas (provisórias e mutáveis) de ação coletiva.

Contudo, essa potência não se dá de imediato, o cotidiano só se torna terreno fértil para a contestação se apropriado pelos sujeitos, o que não acontece sem as respectivas mediações¹¹ (tema que será trabalho com mais ênfase no subcapítulo a seguir). Trata-se da produção do *espaço vivido* (saturado de simbolismos, imagens e emoções) por meio do qual transitam insumos capazes de alimentar possibilidades e alternativas de transformação.

“A dimensão do vivido expressa a experiência imediata do ser com o espaço e suas dimensões diversas. Esses espaços de vivências não podem ser delimitados ou cartografados, pois são fluidos e com constantes incorporações das experiências adquiridas (...). Esse processo envolve, essencialmente, uma construção simbólica. Na dimensão do vivido, portanto, os indivíduos constroem abstrações ou representações de um mundo que foi por eles, efetivamente, experienciado” (Santos, 2015, p. 174).

Aqui, está posto o desafio para a investigação das práticas sociais, isto é, a identificação e compreensão dos padrões de coesão social e de capturar o contexto dos vínculos sociais, das vivências e das experiências, sobretudo sem renegar “o pequeno, aquilo que, mesmo fugaz, pode ser de extrema importância por ser a única resistência possível” (Ribeiro, 2001, p.30). Trata-se de um movimento fluido, disperso, mas simultâneo que Elias e Scotson (2000) identificaram os diferentes graus de coesão interna e redes de interdependência que se estabelecem nos “territórios comunitários” como “configurações societárias”. Nas palavras dos autores:

as pessoas estabelecem relações quando negociam, trabalham, rezam, ou se divertem juntas, e essas relações podem ou não ser altamente especializadas e organizadas. Mas elas também estabelecem relações quando moram juntas no mesmo lugar, quando constroem seus lares num mesmo local (Elias e Scotson, 2000, p. 165).

¹¹ Christian Laval (2016, p. 28), em entrevista, problematizou certos aspectos que configuram aquilo que chamou de “um certo otimismo revolucionário”, ressaltando que uma crítica materialista exige reconhecer “(...) a tensão entre as transformações do capitalismo e a capacidade de lutas dos oprimidos, que não convergem miraculosamente por qualquer ‘necessidade histórica’ providencial”.

É no interior desses processos que pode se observar o espaço social como palco de vínculos de naturezas distintas: sejam vínculos voluntários, originados de identidades, pertencimentos e ou desejos; mas também, vínculos involuntários, associados às necessidades de reprodução social, às obrigações e às regras que regulam as relações sociais, presentes em distintas temporalidades e graus de resistência (Santos Junior et al., 2025). É precisamente nesse entrelaçamento de vínculos, onde se cruzam práticas, significados e formas de regulação, que se torna possível localizar analiticamente o terreno em que essas relações se desenvolvem: o *cotidiano*, entendido como espaço vivido, e o *senso comum*, como forma de elaboração “inaugural” dessas experiências.

À vista disso, cabe aqui um breve paralelo entre a noção de *cotidiano* e a formulação de *senso comum* de Antonio Gramsci (2019), sendo este entendido como um conjunto heterogêneo e contraditório de concepções de mundo que orientam a ação dos sujeitos. O *senso comum* não é coerente nem sistemático, mas carrega elementos contraditórios, podendo tanto reproduzir a hegemonia pelo consentimento ativo ou passivo, quanto conter “núcleos de bom senso”, isto é, possibilidades de críticas latentes que podem se converter numa contra-hegemonia¹². Se, em Gramsci, a transformação implica a elaboração crítica desse *senso comum*, em Lefebvre ela depende da *apropriação do cotidiano*. Em ambos os casos, as possibilidades de ruptura não são exteriores à vida social, mas emergem das tensões internas à sua própria reprodução.

Logo, a *apropriação* não se desenvolve num vazio, mas sob formas de *dominação* que incidem sobre o espaço, o tempo e a vida cotidiana, isto é, formas de subsunção dos sujeitos ao capital, ainda que nem sempre visíveis. De modo mais específico, há um processo no qual a reprodução do capital se sustenta ao incorporar e reorientar práticas cotidianas à lógica mercantil de acumulação, estendendo seu alcance a esferas da vida social tradicionalmente associadas à autonomia, como o lazer e a religiosidade (Lefebvre, 2009).

Lefebvre (2021) argumenta que a incorporação dos ritmos da vida cotidiana pelo movimento do capital é um mecanismo central de *dominação*, ao contribuir para sua reprodução como *totalidade*. Neste ponto, Canetti e Fernandes (2025) destacam que o controle do tempo é um elemento decisivo do exercício da hegemonia, pois impõe ritmos compatíveis com os imperativos da acumulação¹³.

¹² Gramsci (2009), identifica a constituição da contra-hegemonia partir de três níveis, aqui sistematizados: (i) um momento econômico-corporativo, marcado por solidariedades restritas a grupos profissionais; (ii) uma fase de ampliação dessa solidariedade no plano econômico, com reivindicações por igualdade político-jurídica ainda nos marcos existentes; e (iii) um momento ético-político, no qual os interesses de um grupo ultrapassam o âmbito corporativo, articulando-se a outros grupos subalternos e se afirmando como projeto mais universal. É nesse último nível que se conforma a disputa hegemônica propriamente dita, envolvendo a construção de direção intelectual e moral e a consolidação de um projeto político capaz de unificar diferentes interesses sociais.

¹³ Os autores também destacam que essa forma de subsunção não se dá sem contradições, isto é, considerando o caso brasileiro, a expectativa de substituição das formas sociais consideradas arcaicas por relações plenamente capitalistas, mediadas pela “modernização” não se confirmou; ao contrário, observa-se uma articulação contraditória entre diferentes temporalidades históricas, na qual elementos pretéritos são reelaborados e incorporados como condição da própria reprodução do capital. “A periferia, portanto, desempenhou (e ainda desempenha) esse papel que só é possível desde que preservadas as formas atávicas. Elas não estão desconectadas do tempo histórico da forma social do capital – pelo contrário, a permanência dessas formas atrasadas é condição necessária para o desenvolvimento (contraditório e autodestrutivo) do capital” (Canetti e Fernandes, 2025, p.452).

Do mesmo modo, a dimensão espacial é sempre determinante, na medida em que a hegemonia não apenas se expressa, mas se produz e se reproduz por meio da organização, do controle e da apropriação do espaço.

“O espaço é um instrumento político intencionalmente manipulado, mesmo se a intenção se dissimula sob as aparências coerentes da figura espacial. É um meio nas mãos de alguém individual ou coletivo, isto é, um poder (por exemplo, um Estado), de uma classe dominante (a burguesia) ou de um grupo que tanto pode representar a sociedade global, quanto ter seus próprios objetivos, como os tecnocratas, por exemplo” (Lefebvre, 2009, p. 44).

Novamente aqui, é proveito um diálogo com Gramsci (2019), que não reduz sua concepção de *hegemonia* à uma “dominação pura”, mas como uma direção da sociedade civil e política fundada na combinação entre *consenso* e *coerção*. Enquanto o primeiro sustenta a legitimação da ordem social, o segundo opera como sua retaguarda, sobretudo em contextos de crise ou de enfraquecimento da direção política. É justamente nessa articulação entre direção intelectual e moral e capacidade de imposição que se conforma a hegemonia: um processo dinâmico de subordinação e disputa entre diferentes projetos de sociedade.

Nessa aproximação entre os pensamentos de Lefebvre e Gramsci, é possível identificar a sociedade civil e o cotidiano como o “espaço” onde se dá a luta pelo poder ideológico, cimento para a hegemonia. Longe de interpretar a sociedade civil exclusivamente como uma contraposição ao Estado, certas formas de organização e suas redes de influência (associações, igrejas, clubes, etc.) têm um papel central na sociedade política, capazes de conduzir e produzir consensos perante os diferentes interesses nos espaços onde compartilha, como um aparelho de tradução hegemônica no tecido social.

Este ponto deriva para uma questão de difícil apreensão: compreender não apenas como as práticas são condicionadas, mas como se constituem por meio de processos que articulam determinações e experiências vividas.

Sader (1988) e D’Andrea (2022), ao analisarem as periferias em distintas temporalidades, sugerem a retomada de Edward P. Thompson para aprofundar a compreensão da experiência como elemento central na constituição das práticas sociais. Para Thompson (2002), a *experiência* corresponde às vivências socialmente compartilhadas e historicamente situadas, por meio das quais sujeitos percebem e interpretam condições comuns em determinados contextos espaço-temporais. As classes sociais, nesse sentido, não seriam dadas *a priori*, mas “aconteceriam” à medida que homens e mulheres vivenciassem suas relações de produção e elaborassem essas vivências no interior de um conjunto de relações sociais, mobilizando repertórios culturais e expectativas herdadas. Embora inseridos em estruturas previamente constituídas, é na *experiência*, forjada e reelaborada no *cotidiano*, ao longo do tempo, que tais condições adquirem sentido, sendo apropriadas e transformadas em formas culturais e políticas. É desse processo, enraizado no *cotidiano*, que emergem interesses e se constituem diferentes configurações societárias, como coletividades políticas, sujeitos coletivos e movimentos sociais.

Assim, *experiência* não é uma vivência imediata, mas um modo como as condições objetivas são significadas e reelaboradas culturalmente pelos sujeitos ao longo de suas trajetórias. D'Andrea (2022), ao desenvolver seu conceito de *sujeitos e sujeitas periféricas*, compreende as vivências constituídas no convívio social e na historicidade das relações, formam o plano a partir do qual se produzem subjetividades e orientam a construção de identidades e pertencimentos. No caso das periferias, tais processos dão origem a subjetividades, *habitus* e identidades periféricas, ancoradas em condições materiais e territoriais específicas. É na elaboração dessas experiências que se reconhecem interesses comuns e se configuram formas coletivas de ação, como movimentos sociais e outros sujeitos políticos, evidenciando que a experiência constitui uma mediação fundamental entre as determinações estruturais e a produção de práticas sociais no espaço e no tempo.

A título de exemplo, D'Andrea (2023) trata da experiência de sujeitos periféricos em São Paulo, no contexto de reestruturação neoliberal da década de 1990, quando a retração das políticas públicas e o aumento da precarização do trabalho incidiram fortemente sobre as periferias. Para o autor, a cultura passa a ser um campo privilegiado de politização, em que o *hip-hop*, o *slam*, o *funk*, o teatro e outras linguagens artísticas passam a expressar formas de contestação e reconstrução simbólica do território, capazes de deslocar estigmas e propor novas representações sobre o que é “ser da periferia”.

Mais do que manifestações culturais, tais práticas evidenciam que a experiência vivida no cotidiano não apenas reflete condições estruturais, mas as reelabora, produzindo sentidos, vínculos e formas de ação que podem adquirir densidade coletiva. É justamente nesse movimento, entre determinações e possibilidades, que se coloca a questão das *mediações*, fundamental para compreender caminhos em que experiências se convertem (ou não) em práticas sociais organizadas e em atores coletivos.

Mediação e práticas sociais

As reflexões sobre a passagem do nível individual à constituição de atores coletivos colocam um problema central da teoria social: o das mediações entre estruturas dadas e práticas sociais. Na acepção marxiana, as relações entre sujeitos e estruturas não se dão de forma imediata, mas são mediadas por formas sociais específicas (como mercadoria, valor, dinheiro e capital) que estruturam dialeticamente a vida social e condicionam as práticas (Marx, 2011). Esse movimento é atravessado pela negatividade, na medida em que as mediações não apenas articulam, mas tensionam e transformam as relações existentes, abrindo possibilidades de superação das contradições que lhes são intrínsecas. A mediação, portanto, não se reduz a uma simples relação entre níveis da realidade, mas adquire estatuto teórico-metodológico central, ao permitir apreender a constituição dessas relações para além de sua aparência imediata (Lessa, 2001).

As mediações assumem, dessa forma, um papel importante na medida em que Marx constrói uma concepção histórico-materialista como alternativa metodológica que vai do abstrato ao concreto, que tem como fundamento a negação da positividade dos fenômenos sociais explicitados. Assim, do ponto de vista teórico-metodológico, a exemplo da contradição e da práxis, a mediação se apresenta como categoria analítica fundamental para a ruptura com a imediaticidade, no movimento que vai do abstrato ao concreto, sob a forma de concreto pensado, no sentido de apreender a essência dos fenômenos sociais (Amorim e Ferraz, 2007, p. 49).

Nesse sentido, o espaço é uma mediação ativa ao organizar fluxos, regular acessos e condensar possibilidades e limites. O cotidiano, elemento do espaço, é também uma mediação privilegiada entre estrutura e prática, considerando que nele as abstrações (como aquelas derivadas do mercado, Estado e capital) se traduzem em rotinas, ritmos, hábitos e necessidades. Tal tradução não é passiva, no entanto, envolve, invariavelmente, o exercício/práxis de interpretação, adaptação e, potencialmente, resistência.

Para Lefebvre (1991), o espaço age como instância mediadora entre diferentes níveis da realidade social, sistematizada por meio de uma tríade que expressa o modo como o espaço conecta dimensões materiais, simbólicas e vividas: (i) as práticas espaciais (*espaço percebido*), que dizem respeito às rotinas, fluxos e usos cotidianos que garantem a reprodução da vida social; (ii) as representações do espaço (*espaço concebido*), vinculadas aos saberes técnicos, científicos e institucionais que planejam, ordenam e regulam o espaço; e (iii) os espaços de representação (*espaço vivido*), onde se inscrevem os sentidos, símbolos e experiências pelos quais os sujeitos apropriam e ressignificam o espaço. Mais do que esferas separadas, esses elementos operam de forma articulada e contraditória, constituindo uma síntese de mediações por meio do qual o espaço é produzido e disputado (Santos, 2015).

É nesse entrelaçamento, particularmente no cotidiano, que se forjam as condições de possibilidade para a constituição de atores coletivos. Longe de emergirem de forma imediata das estruturas, as coletividades não agem como simples agregados de indivíduos, mas decorrem de sua articulação que, ao coordenarem suas práticas, produzem formas de ação que ultrapassam o plano estritamente individual. Essa coordenação pode assumir desde formatos mais estáveis, como organizações e associações, até formas mais contingentes e efêmeras, como reuniões, mutirões, coalizões e mobilizações. Em todos os casos, é um processo mediado (instituições políticas, formas jurídicas, ideologias, práticas cotidianas, etc.), que combina intencionalidade, limites estruturais e possibilidades de ação coordenada (Wright, 2019).

No contexto dos territórios periféricos, onde se concentram práticas voltadas à reprodução da vida, como as lutas por bens e serviços, o modo como ações se configuram não reflete mecanicamente as necessidades materiais imediatas, mas, aquilo que Sader (1988) chamou de uma “constelação de significados” socialmente produzidos, que orientam sua forma, seus objetivos e seus modos de articulação coletiva. Para o autor, essa constelação envolveria, em

primeiro lugar, as identidades¹⁴ construídas nas próprias práticas e “institucionalizadas” em formas organizativas que dão suporte a uma história comum; em seguida, a articulação entre objetivos práticos e valores¹⁵ que orientam e legitimam a ação; e, sobretudo, as já mencionadas *experiências vividas*, a partir das quais os sujeitos elaboram representações que permitem reconhecer interesses, delimitar adversários e interpretar o mundo social¹⁶.

Assim, estes modos forjados numa constelação de significados não se limitam ao tempo presente ou os projetos de futuro, mas numa simultaneidade temporal, por exemplo, enfatiza que o “espaço conserva os resíduos de formações sociais passadas e os novos elementos produzidos em um constante processo dialético de (re)significação dessas formas/conteúdo” (Santos, 2015, p. 173).

Sob ótica parecida, os estudos de Kaztman (2007), sobre a dimensão espacial da pobreza urbana e as possibilidades de enfrentamento desta, identifica o espaço por três conjuntos de atributos, resumidos aqui: (i) as oportunidades estruturais de mobilidade social disponíveis em determinado contexto; (ii) os recursos coletivos acumulados pelas comunidades para articular demandas; e (iii) um componente subjetivo, ligado às experiências pretéritas que orientam a forma como os sujeitos percebem e projetam suas trajetórias.

O espaço, portanto, opera como mediação histórica e relacional, configurando simultaneamente as condições materiais e os sentidos de práticas e ações coletiva. As lutas sociais frequentemente se constituem justamente a partir de condições de escassez e instabilidade, orientando-se, por vezes, pelos recursos imediatamente disponíveis, mas também pelas possibilidades de circulação, de travessia de fronteiras e de apropriação de oportunidades precárias ou mais viáveis. Isso implica reconhecer que a ação não se limita ao cálculo racional de meios e fins, mas se ancora em contextos temporais situados, nos vínculos e nas experiências vividas que conferem sentido às práticas.

Afinal, é a partir de discontinuidades, dispersões e da dificuldade de consolidar formas duradouras de organização que, muitas vezes, emergem momentos, ainda que provisórios, de

¹⁴ Segundo Wright (2019), “uma identidade não é simplesmente um atributo descritivo e subjetivo que as pessoas constroem sobre si; ela está intimamente ligada a relações sociais de poder” (p. 160); as identidades “facilitam a noção de solidariedade necessária para sustentar uma ação coletiva”, podendo inclusive “aumentar o sentimento de confiança e previsibilidade entre potenciais participantes na ação coletiva, e pode também facilitar a formação de atores coletivos mais duráveis (p. 163).

¹⁵ O agir “de forma consciente” se dá a partir de um mundo estruturado e repleto de significados. E uma parte central do significado que uma determinada ação tem “envolve os valores – as crenças que as pessoas têm sobre o que é bom, tanto em termos de como elas devem se comportar no mundo como também sobre a forma que nossas instituições sociais devem funcionar” (Wright, 2019, p. 166).

¹⁶ Nesse quadro, a figura do *intelectual orgânico*, também formulada por Gramsci (2001), pode ser compreendida como uma mediação fundamental entre as experiências fragmentadas do cotidiano e sua elaboração em formas mais coerentes de ação coletiva. Longe de se restringir a uma função erudita, o intelectual orgânico (que pode ser aqui traduzida, mas não resumida, na figura da “liderança comunitária”) emerge das próprias classes subalternas, atuando na organização, sistematização e tradução das experiências vividas em projetos políticos, linguagens comuns e estratégias de ação. Ao operar nessa interface entre prática e elaboração, contribui para articular identidades, interesses e valores dispersos, favorecendo processos, mesmo que provisórios, de unificação e construção de uma direção no interior de uma sociedade civil marcada pela fragmentação.

unidade e insurgência. Outros, em parte, sequer chegam a se constituir como uma unidade. Acionar a noção de *subalternidade* em Gramsci é proveitoso aqui. Não se trata de um atributo dos sujeitos, mas uma condição relacional inscrita nas correlações de força entre classes (também espacialmente configuradas). A história das classes subalternas é marcada pela fragmentação organizacional e por visões de mundo heterogêneas que têm dificuldade em “encontrar” uma mediação capaz de processá-las numa visão de mundo compartilhada (Gramsci, 2002). Desse modo, Gramsci reconhece que os *subalternos* “atuam de forma desagregada e episódica e sofrem iniciativa da classe dominante que controla o aparelho do Estado. Por outro lado, valoriza todo sinal de iniciativa autônoma, as ações de resistência e a criatividade popular que exercem contínua pressão dos centros de poder” (Semeraro, 2022, p. 108).

Ainda assim, para este filósofo italiano, há sempre uma tendência à unificação que, embora muitas vezes incipiente e pouco visível, pode se manifestar em momentos específicos de mobilização, especialmente quando práticas dispersas se convertem em reivindicações coletivas capazes de incidir sobre o poder público ou de redefinir usos do espaço. É nessa produção do espaço político que se tornam possíveis conquistas concretas a partir das periferias, como reivindicações e conquistas na ampliação do acesso a serviços urbanos, na chegada de infraestrutura básica e no reconhecimento de direitos associados à permanência e ao uso do território.

Esse movimento, claro, não se encerra nesses momentos, ou seja, à medida que se reconfiguram as condições históricas e espaciais, novas relações, práticas e formas de ação coletiva são continuamente incorporadas, reinscrevendo, no tempo e no espaço, as possibilidades e os limites da própria ação política nas periferias.

Considerações finais

Ao longo deste capítulo, argumentei que a produção do espaço político resulta das possibilidades abertas pelas contradições que se condensam em conjunturas específicas, no desenvolvimento das relações sociais de produção. Mais do que a justaposição de elementos, trata-se de um processo relacional em que experiência, espaço e tempo se articulam por meio de mediações. É nesse entrelaçamento que se configuram estratégias de reprodução social, formas de organização e mobilização e a capacidade de acessar e disputar recursos. Longe de operar como mero suporte, o espaço é produto, condição e mediação das relações sociais, enquanto o tempo se expressa nas múltiplas temporalidades que atravessam a vida social, constituindo-se como terreno no qual se historicizam experiências, vivências, práticas e práticas sociais.

A historicização do espaço evidencia não apenas a persistência de formas sociais, mas a atuação contínua de múltiplas mediações (estatais, econômicas e societárias) por meio das quais interesses são organizados, disputados e traduzidos. Longe de se dissolverem, essas

formas são reconfiguradas e atualizadas em novos arranjos, nos quais a hegemonia se reproduz, incorporando demandas, reordenando práticas e estabilizando, ainda que provisoriamente, determinadas correlações de força. Ribeiro (2011, p. 19-18), relativizando a famosa afirmação do *Manifesto do Partido Comunista*, alerta que “nem sempre se desmancha no ar o que é realmente sólido (...) a sociedade hierárquica – a sociedade das oligarquias e do nepotismo – não se desmanchou após décadas de modernização capitalista intensa: está aí inteira, com novos conteúdos e ferramentas”.

É nessa “permanência transformada” que se faz visível a estrutura/ superestrutura, inscrita no próprio espaço. Milton Santos (2016) evidencia que o espaço incorpora e conserva formas herdadas de diferentes períodos históricos (*rugosidade*), as quais permanecem ativas como mediações que condicionam, em graus situados, as práticas sociais no presente. Assim, o espaço não se reduz à expressão imediata das relações atuais, mas se constitui como uma “acumulação de tempos”, na qual permanências e transformações coexistem e tensionam a própria reprodução das relações sociais.

Por fim, longe de esgotar um debate tão aberto, torna-se, cada vez mais, necessário identificar e refletir sobre as determinações e mediações mais recentes que reconfiguram as periferias, sem perder de vista as permanências que ainda estruturam esses territórios.

Trata-se de apreender o que há de novo e, muitas vezes, ainda pouco visível, nas dinâmicas periféricas, especialmente aquelas vinculadas às transformações no mundo do trabalho, à difusão do empreendedorismo e do capitalismo de plataforma, às múltiplas estratégias de sobrevivência, à crescente influência de regimes normativos associados ao crime, bem como ao avanço do neopentecostalismo e de forças políticas conservadoras. Mais do que identificar tais fenômenos de forma isolada, importa compreendê-los como parte de novos agenciamentos que reconfiguram práticas, vínculos e formas de ação coletiva, reinscrevendo as contradições no tempo e no espaço. Atentar para essas inflexões não apenas amplia a compreensão das periferias contemporâneas, mas também recoloca desafios à própria teoria urbana e à formulação de políticas para as periferias.

Referências

- AMORIM, Henrique; FERRAZ, Cristiano. Dialética e luta de classes: contradição e mediação no método de Karl Marx. **Revista Temáticas**, Campinas, v. 15, p. 47-63.
- ARANTES, Pedro. **O novo tempo do mundo: e outros estudos da era da emergência**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- BRASIL. Ministério das Cidades. **Guia do plano de ação: Periferia Viva**. Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2024.
- CALDEIRA, Teresa P. R. Urbanização periférica: autoconstrução, lógicas transversais e política em cidades do sul global. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 26, n. 1, 2024.
- CANETTIERI, Thiago. **Periferias, reprodução social crítica e urbanização sem salário**. Belo Horizonte: Cosmópolis, 2024.
- CANETTIERI, Thiago; FERNANDES, Bruno. Capital e arritmia: crise e reprodução social na era urbana. In: COSTA, Geraldo; COSTA, Heloisa; VELLOSO, Rita; MONTE-MÓR, Roberto (org.). **Teorias e práticas urbanas: caminhos**. Belo Horizonte: Cosmópolis, 2024. p. 442-463.
- CANETTIERI, Thiago; MARTINS, Gabriel.; ANDRADE, Barbara. Fraturas na periferia: estratégias de reprodução social crítica. In: SILVA, Márcio Rufino; OLIVEIRA, Márcio Piñon de; MARTINS, Flávia Elaine da Silva (org.). **Urbanização contemporânea e limites da reprodução social**. Rio de Janeiro: Mórula, 2024. p. 140-165.
- D'ANDREA, Tiaraju P. **A formação das sujeitas e dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo**. São Paulo: Editora Dandara, 2022.
- D'ANDREA, Tiaraju P. Do estigma ao orgulho: sujeitas e sujeitos periféricos como agentes políticos. In: RAMOS, P. et al. (org.). **Periferias no plural**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2023.
- DAHL, Robert A. **Poliarquia: participação e oposição**. São Paulo: Edusp, 1997.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- ENGELS, Friedrich. **Carta para Joseph Bloch: 21/22 de setembro de 1890**. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1890/09/22-1.htm> Acesso em: 07 abril de 2026.
- FELTRAN, Gabriel. Margens da política, fronteiras da violência. **Lua Nova**, São Paulo, n. 79, p. 201-233, 2010.
- FONTES, Renato B. Metamorfoses do poder político nas cidades. **Revista Princípios**, n. 164, 2021.
- GIAVAROTTI, Daniel. Os territórios periféricos da metrópole de São Paulo. **Revista Cidades**, v. 15, n. 24, 2023.
- GOHN, Maria da G. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 2008.
- HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. São Paulo: Unesp, 2014.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere - volume 2**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere - volume 3**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere - volume 5**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- HOLSTON, James. **Cidadania insurgente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- KAZTMAN, Ruben. A dimensão espacial nas políticas de superação da pobreza urbana. In: RIBEIRO, Luiz César; SANTOS JUNIOR, Orlando (org.). **As metrópoles e a questão social brasileira**. Rio de Janeiro: Revan, 2007. p. 301-339.
- KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- KOWARICK, Lúcio. **Escritos urbanos**. São Paulo: Editora 34, 2000.
- LAVAL, Christian. Governar pela crise democrática: entrevista. In: **Cult: especial o desmanche neoliberal**. São Paulo: Editora Bregantini, n. 214, p. 22-28, dez. 2016.

- LEFEBVRE, Henri. **Critique of everyday life**. London: Verso, 2013.
- LEFEBVRE, Henri. **Elementos de ritmoanálise**. Rio de Janeiro: Consequência, 2021.
- LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**. Belo Horizonte: UFMG, 2009.
- LEFEBVRE, Henri. **The production of space**. Oxford: Blackwell, 1991.
- LESSA, Sérgio. Lukács e a ontologia. **Revista Outubro**, n. 5, p. 93-94, 2001.
- MARICATO, Ermínia (org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-Omega, 1982
- MARICATO, Ermínia. É a questão urbana, estúpido! In: MARICATO, Ermínia (org.). **Cidades rebeldes**. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 32-46.
- MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- MARX, Karl. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858, esboços da crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista / O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.
- OLIVEIRA, Francisco de. Hegemonia às avessas. In: OLIVEIRA, Francisco; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (org.). **Hegemonia às avessas**. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 21-29.
- RIBEIRO, Ana C. T. Territórios da sociedade: por uma cartografia da ação. In: SILVA, Catia (org.). **Território e ação social: sentidos da apropriação urbana**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011. p. 19-34.
- ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2015.
- SADER, Éder. **Quando novos personagens entraram em cena**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- SANTOS JUNIOR, Orlando; SANCHES, Taísa.; RIBEIRO, Tarcyla.; LITSEK, Felipe. Território, heterotopias e emancipações: o direito à cidade como um projeto pedagógico de construção do comum. In: COSTA, G; COSTA, H.; VELLOSO, R.(Orgs.). **Teorias e práticas urbanas: caminhos**. Belo Horizonte: Cosmópolis, 2024. p.128-149
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2016.
- SANTOS, Thiago A. A reprodução do espaço a partir de Henri Lefebvre. In: COSTA, G.; COSTA, H.; MONTE-MÓR, R. (org.). **Teorias e práticas urbanas**. Belo Horizonte: C/Arte, 2015.
- SARTORI, Giovanni. **Partidos e sistemas partidários**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- SEMERARO, Giovanni. O protagonismo das periferias. In: DEL ROIO, Marcos (org.). **Gramsci: periferia e subalternidade**. São Paulo: USP, 2022. p. 107-126.
- SIMÕES, Guilherme; MEDEIROS, José. As periferias urbanas como ambiente fértil para mudanças sociais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 27, n. 1, p. 1-10, 2025.
- SKOCPOL, Theda. **Protecting soldiers and mothers**. Cambridge: Harvard University Press, 1995.
- SZWAKO, José; LAVALLE, Adrián G. Seeing like a social movement. **Novos Estudos**, v. 38, p. 411-434, 2019.
- TANAKA, Giselle. **Periferia: conceito, práticas e discursos**. Dissertação (Mestrado) - FAUUSP, São Paulo, 2016.
- TELLES, Vera da S. **A cidade nas fronteiras do legal e ilegal**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.
- THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- TILLY, Charles. **Democracia**. Petrópolis: Vozes, 2013
- TONUCCI FILHO, João; CRUZ, Mariana de M. O comum urbano em debate: dos comuns na cidade à cidade como comum? **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 21, n. 3, p. 487-504, 2019.
- WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Brasília: UnB, 1999.

SOBRE OS AUTORES



Ana Luiza Vieira Gonçalves

Arquiteta e urbanista pelo IAU-USP, mestre em Planejamento e Gestão do Território pela Universidade Federal do ABC (PGT UFABC) e doutoranda em Planejamento Urbano e Regional pela FAUUSP. É pesquisadora do LabCidade - FAUUSP e bolsista FAPESP.

Bruno Frazão

Doutorando em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR/UFRJ. Pesquisador do Observatório das Metrópoles - Núcleo Rio de Janeiro.

Cibele Saliba Rizek

Professora Titular do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (1972), mestrado em Ciências Sociais pela PUC São Paulo (1988) e doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo (1994).

Clara Polycarpo

Pós-doutoranda FAPERJ Nota 10 e docente vinculada ao PPGS-UFF. Doutora em Sociologia pelo IESP-UERJ. Pesquisadora do GENI/UFF e do Dicionário de Favelas Marielle Franco (Fiocruz).

Gabriel da Cruz

Gabriel da Cruz é arquiteto, urbanista e pesquisador, mestre e doutorando em Arquitetura e Urbanismo pelo NPGAU-UFMG, com formação complementar em Ciências Sociais na mesma instituição. Sua trajetória é marcada pela investigação das relações entre a produção do espaço urbano, processos de racialização e o corpo a partir de uma perspectiva anticolonial e interdisciplinar. Articulando filosofia, arte e urbanismo, seu trabalho busca imaginar futuros espaciais não coloniais. Integra o maguezal.lab e o Cosmópolis (IEAT/UFMG).

Gustavo Prieto

Gustavo Prieto é professor adjunto de Geografia Urbana do Instituto das Cidades da Universidade Federal de São Paulo (IC-Unifesp). Geógrafo pela Universidade Federal Fluminense (UFF), mestre e doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Foi pesquisador visitante na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS, Paris, França), visiting scholar na University of Minnesota (UMN, Minneapolis, EUA) e International Fellow da Urban Studies Foundation no Danish Institute for International Studies (DIIS, Copenhagen, Dinamarca). É membro do Grupo de Teoria Urbana Crítica do IEA-USP, do GESP - USP, pesquisador associado ao Observatório de Remoções da FAUUSP e do Transborda (IC-Unifesp). Coordena o Laboratório de Etnografias Críticas (LEC).

Henrique Costa

Pesquisador de pós-doutorado no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) e doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Foi pesquisador visitante no Centre of Latin American Studies da Universidade de Cambridge. É autor de *In the Remains of Progress: Utopia and Suffering in Brazilian Popular Entrepreneurship* (Brill, 2024) e *Entre o lulismo e o ceticismo: um estudo com bolsistas do Prouni de São Paulo* (Alameda, 2018).

Larissa Muniz Rovadoschi

É graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela UFMG.

Orlando Santos Júnior

Sociólogo, doutor em planejamento urbano e regional, professor do IPPUR - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro, pesquisador do INCT Observatório das Metrôpoles.

Renato Fontes

Pesquisador de pós-doutorado (PDJ/CNPq) em Arquitetura e Urbanismo na Escola de Arquitetura (NPGAU/UFMG). Professor substituto no Departamento de Urbanismo (EA/UFMG). Doutor e Mestre em Ciências Sociais e graduado em Serviço Social. É pesquisador do INCT Observatório das Metrôpoles - Núcleo RMBH e pesquisador do Cosmópolis. É um dos organizadores do Colóquio Periferias em Debate.

Taísa Amendola Sanches

Doutora em Ciências Sociais (PUC-Rio), Professora no Departamento de Ciências Sociais, PUC-Rio. Pesquisadora do INCT Observatório das Metrôpoles - Núcleo Rio de Janeiro.

Thiago Canettieri

Geógrafo, mestre e doutor em Geografia. Realizou estágio de pós-doutorado vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFMG. É professor do departamento de Urbanismo da UFMG. Coordenador local do núcleo RMBH do INCT/CNPq Observatório das Metrôpoles, pesquisador do Cosmópolis, do CRITICAR e do Instituto Alameda. É um dos organizadores do Colóquio Periferias em Debate.

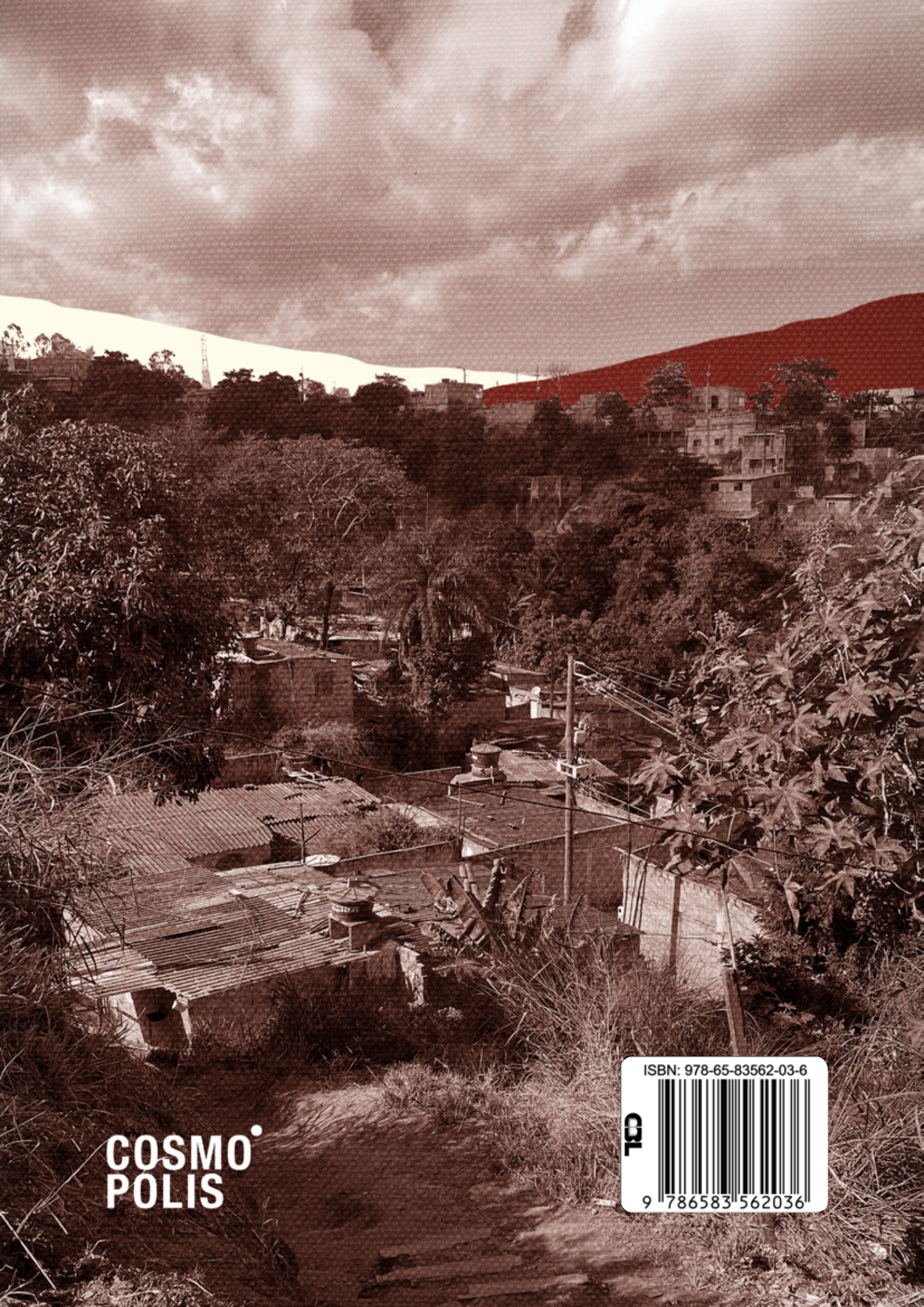
Utanaan Reis Barbosa Filho

Doutorando em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR/UFRJ. Bolsista FAPERJ Nota 10 - Doutorado. Pesquisador do Observatório das Metrôpoles - Núcleo Rio de Janeiro.

Victoria Lustosa Braga

É doutoranda (bolsista FAPESP, processo nº25/08275-6) e mestre em ciência política pela Universidade de São Paulo. Possui graduação em Gestão de Políticas Públicas pela mesma instituição. É pesquisadora no Núcleo Democracia e Ação Coletiva do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (NDAC/Cebrap), no INCT Transformações da Participação, do Associativismo e do Confronto Político (INCT Participa), e pesquisadora júnior no Centro de Estudos da Metrópole (CEM). Foi estagiária e pesquisadora responsável pelo eixo de Cultura e Política da Reconexão Periferias (2018-2025).





**COSMO
POLIS**

ISBN: 978-65-83562-03-6



9 786583 562036